

JOSÉ
ARTHUR
BOITEUX
um intelectual em ação

Celso Martins

Luis Carlos Cancellier de Olivo





O jovem José Boiteux
Arquivo de José Boiteux/IHGSC

No nonono nononono no no nononono
non nonon nonono no no no nononono
non nonon nonono nononono no no nono
nono non nonon nonono nono non

**JOSÉ
ARTHUR
BOITEUX**

um intelectual em ação

Celso Martins

Luis Carlos Cancellier de Olivo

copyright@2012 Editora Fundação Boiteux

FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX

Presidente do Conselho Editorial

Luis Carlos Cancellier de Olivo

Conselho Editorial

Antônio Carlos Wolkmer

Eduardo de Avelar Lamy

Horácio Wanderley Rodrigues

João dos Passos Martins Neto

José Isaac Pilati

José Rubens Morato Leite

UFSC – CCJ – 2º andar

Campus Universitário – Trindade

Caixa Postal 6510 – sala 216

CEP 88.036-970 – Florianópolis/SC

Fone: (48) 3233-0390

livraria@funjab.ufsc.br

www.funjab.ufsc.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Denise Aparecida Bunn

**CAPA, PROJETO GRÁFICO,
MANIPULAÇÃO DE IMAGENS E EDITORAÇÃO**

Rita Castelan Minatto

REVISÃO DE PORTUGUÊS

Patricia Regina da Costa

IMPRESSÃO

Gráfica Copiart

**JOSÉ
ARTHUR
BOITEUX**

um intelectual em ação

Celso Martins
Luis Carlos Cancellier de Olivo

FUNJAB
2012

M386j Martins, Celso

José Arthur Boiteux : um intelectual em ação / Celso Martins, Luis Carlos Cancellier de Olivo. – Florianópolis : Fundação Boiteux, 2012.
202p.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-7840-066-8

1. Boiteux, José Arthur, 1868-1984. 2. Políticos – Santa Catarina – História.
I. Olivo, Luis Carlos Cancellier de. II. Título.

CDU: 92BOITEUX

Catlogação na fonte por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

Agradecimentos

À FAPESC por acreditar no
financiamento da pesquisa jurídica

À FUNJAB pela eficaz gestão financeira
e administrativa do projeto

Ao IHGSC que permitiu o livre
acesso aos seus arquivos

Dedicatória

Ao Curso de Direito da Universidade
Federal de Santa Catarina que neste ano
completa seu 80º aniversário de fundação

Sumário

Introdução

Sobre Banquetes e Posturas	23
----------------------------------	----

Capítulo 1

Orgânico até a Medula	24
-----------------------------	----

Origens Familiares	42
--------------------------	----

Os Irmãos Boiteux	47
-------------------------	----

Capítulo 2

O Portador da “Luz”	
---------------------------	--

Desterro (1875-1883)	
----------------------------	--

Jornalista	
------------------	--

Ensaio Positivo	
-----------------------	--

No Rio Capital	
----------------------	--

Estágio Paulista	
------------------------	--

Capítulo 3

A Guerra Civil	
Governo Lauro Müller	
Oposição Liberal/Federalista	
A Ação dos Jacobinos	
Sarrafos e Armas	
“Capitão” José	
Assanho Maragato	
1893: a “Revolução” de Julho	
Chumbo, Fumaça e Cemitérios	
O Poderoso Cezar	

Capítulo 4

Um Intelectual em Ação	
José e Dona Jocelina	
Símbolos Republicanos	
Florianópolis	
Guardião da Memória: o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)	
O “Fator Hipólito”	
No Rio em Pé-de-guerra	
Geografia, Esperanto, História.....	
A Volta do Filho Pródigo	
Instituto Politécnico	
Plantando Estátuas	

Doença Inesperada
Lugares de Memória
Desembargador
Academia de Letras

Capítulo 5

Incontinência Operosa
Casa de Santa Catarina
Jornalismo e Modernidade
Cantu-Mirim
Arcaz e Águas
1930 Chegou!
Alfaiataria de Direito ou Faculdade do Didico
Lembrando José
“Na Região dos Justos”
Considerações Finais

É um livro para ser lido devagar, saboreando; pois até quando parece divagar, é com o intuito de intensificar algum ponto logo em seguida, que tem a ver com a nossa própria identidade e com o pertencimento catarinense.

José Isaac Pilati

Prefácio

O jovem Arthur Souza Silva fora admitido no serviço público aos 16, no longínquo tempo da Primeira República, tendo como Superior, no Palácio, nada mais nada menos do que o então poderoso Secretário José Arthur Boiteux. Uma das incumbências do novato era o hasteamento da bandeira, às seis da manhã. Um dia, no instante em que o pavilhão subia para brilhar no céu da pátria, Arthur viu no alto da sacada a figura austera do Chefe acompanhando seu trabalho e a chamá-lo com um gesto.

– O hasteamento da bandeira, disse em carraspana e sem sair por completo da eterna cordialidade, é às seis horas. Não é seis e um e muito menos seis e dois.

Com isso dispensou-o aquele dia como punição, e estendendo-lhe um trocado arrematou:

– Aproveite o dia para engraxar os sapatos para o hasteamento de amanhã. O jovem servidor abaixou o olhar para as botinas, que encabuladas desviaram a vista...

Arthur, hoje com 93, narrou-me esse fato mais de 60 anos depois, quando a pedido dos Professores Nilson Borges e José Luiz Sobierajski do Curso de Direito da UFSC, na década de 1990, eu assumia a Funjab com a missão de reavivá-la depois de um longo adormecimento. A Fundação José Arthur Boiteux, criada em 1958 pela Congregação da antiga Faculdade de Direito – disseram-me os dois dirigentes do Centro de Ciências Jurídicas – é uma instituição que leva o nome do pai das letras jurídicas em Santa Catarina, o nosso fundador, e deve retomar urgentemente a sua atividade de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Para isso, deram-me eles uma pequena sala, uma pasta de velhos documentos e a prontidão infatigável do servidor João Alberto Silva. Fizera meu Curso na Universidade Federal do Paraná, e agora ali, como que anexado à UFSC em complemento do acordo de divisas de 1917, tive que realizar estudo intensivo sobre aquelas atividades, o que incluía a figura do insigne Patrono. Logo notei – como o jovem Arthur percebera naquela manhã cívica – a obstinação de Boiteux com o interesse público e a simbologia republicana. Estava eu agora a serviço da sua Faculdade de Direito, e sentia-me como se ele olhasse do alto, cordial, irredutível e obstinado.

Tive naquele fato a explicação para o que passou a acontecer depois que eu assumi: sentia-me confiante e

entusiasmado com os assuntos da Fundação, e tudo dava certo. Realizava congressos, cursos, criava o Prêmio José Arthur Boiteux de Direito Administrativo para os formandos, elaborava o código sanitário de Florianópolis, a Fundação protagonizava a instituição do Tribunal de Mediação e Arbitragem do Mercosul com formação de quadros, firmava convênios, comemorava efemérides, enfim, não parava.

Depois de mim, no período do Professor Orides Mezzaroba, a Funjab continuou avançando na mesma linha e já com diversos funcionários, destacando-se com a edição de obras importantes para o ensino do Direito e a cultura jurídica no Brasil. Apesar dos problemas internos e externos à Universidade, a Funjab, estoicamente, continuou prestando serviços inestimáveis aos catarinenses e ao País. E esta obra da atual Diretoria, que tenho a honra de apresentar, é uma das maiores provas disso: não se trata de uma biografia qualquer. Tem olhos de cima, e vem de sapatos reluzentes.

Primordialmente, é fruto do trabalho de jornalistas como Celso Martins e Luis Carlos Cancellier de Olivo, e retrata alguém que acima de tudo foi, também, jornalista: no tempo de uma nova era, de transformação. Não é laudatória, é respeitosa e séria ao longo de cinco capítulos muito bem pesquisados, ricos e surpreendentes. Procura

reconstituir o contexto histórico, político, cultural e social em que despontou, viveu e brilhou o ilustre Patrono José Arthur Boiteux. E vai além: lança mão de teorias, realiza análises complementares e oportunas de outros autores, não com outro intuito que o da fidelidade jornalística na observação dos fatos.

Essa consciência dos autores na concepção da obra leva o leitor catarinense a tomar contato, nela e de repente, com a própria identidade catarinense, como se fosse um laudo de DNA. Hoje, quando se comemoram efemérides, reverenciam-se grandes vultos de nossa história, pouca gente sabe que isso apenas existe e acontece porque alguém os resgatou como vultos históricos: José Arthur Boiteux. Para muitos contemporâneos de Anita Garibaldi, por exemplo, ela não passava de uma “vagabunda”.

A pergunta, então, é essa: quem foi, qual a genealogia, como foi educado José Arthur Boiteux? Tinha irmãos, casou, teve filhos? Por que foi uma pessoa tão vitoriosa? Onde estudou? Quem foram seus amigos, e quais foram os cargos e funções que ocupou essa pessoa que foi acima de tudo abolicionista, livre pensador e republicano? Ele tinha 23 anos em 1889; com a Proclamação da República voltou às pressas da Capital, Rio de Janeiro, e dos estudos jurídicos à Desterro, para ser o braço direito do primeiro Governador catarinense, Lauro Muller. Daí em diante não

descansou, na profícua tarefa de consolidar um ideário, fundando e semeando instituições, lançando revistas, criando sistemas de dados, escrevendo uma obra rica, participando da vitória na ação de divisas contra o Paraná, participando da criação da Cruz Vermelha Internacional no Brasil, enfim, somente lendo o livro inteiro para ter uma ideia do que foi a sua vida.

A Lei n. 111, de 1º de outubro de 1894, por exemplo, que deu a Desterro o nome de Florianópolis, possui duas assinaturas: uma é a dele. Fundou a Academia Catarinense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Foi o fundador da Faculdade de Direito. Arranjou tempo para ser Advogado, Promotor de Justiça, Juiz de Direito, Juiz Eleitoral e Desembargador do TJSC. Brilhou no cenário catarinense e também no plano nacional, protagonizando iniciativas no Rio de Janeiro (inclusive com Osvaldo Cruz) e em São Paulo (como jornalista), tendo calorosa recepção no início dos anos de 1920, quando retornou à Paulicéia para acompanhar a esposa Dona Jocelina Maria Jaques num tratamento médico.

Na configuração familiar desponta-lhe a figura do pai (Henrique) e dos famosos irmãos (Hipólito, Henrique e Lucas). A tia Merência, que lhe incutiu o gosto pela elegância e a inabalável cordialidade que, no meu modo de ver, teria sido um dos grandes segredos das suas reali-

zações: foi, sobretudo, uma pessoa muito estimada, o que lhe atesta o carinho de Cruz e Sousa (que o homenageou no jornal com um dos primeiros poemas, ambos ainda adolescentes), e das pessoas de maior prestígio da época, como Hercílio Luz, Esteves Júnior e Lauro Muller. Quase menino, vindo do Interior, logo conquistou a todos com sua inteligência, a iniciativa e aquele fino trato, sob a égide política da família, e do jornalismo que logo o atraiu.

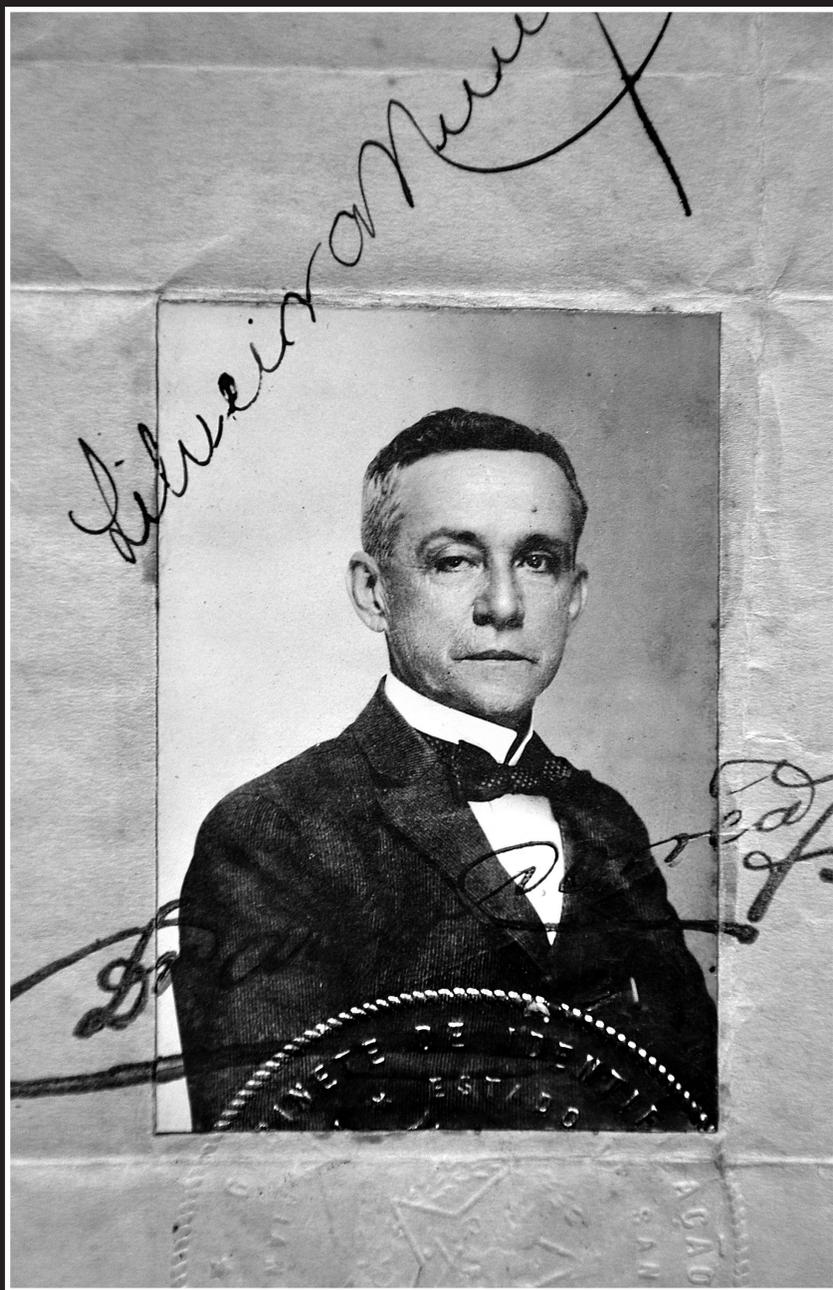
Ocupou sempre lugar de destaque e, invariavelmente, a função de secretário nas entidades e instituições, ou como diz este livro que apresento: secretário da Assembleia e da Câmara dos Deputados, Secretário de Lauro Müller e de Hercílio Luz, do Instituto Histórico, do Instituto Politécnico e da Faculdade de Direito. Foi um “inventor” de tradições, inculcando práticas de natureza “ritual ou simbólica”; valores e comportamentos da modernidade republicana – que incansavelmente tratou de legitimar.

No dia de sua morte, 8 de janeiro de 1934, aos 68 anos, o Interventor Aristiliano Ramos levou às pressas para que Boiteux assinasse, no Hospital de Caridade, já moribundo, o Decreto n. 452/34, que declarava de utilidade pública a amada Faculdade de Direito, cuja federalização e legalização ocuparam-lhe os últimos dias de vida. A inesperada notícia do óbito, em plena atividade, provocou a comoção geral; das autoridades, das

instituições e das pessoas. E o pranto vertido nos jornais e na imprensa em geral atesta para a história o reconhecimento por tudo quanto fizera aquele, que no dizer de Renato Barbosa, fora *o último romântico de uma bela época da vida pública catarinense*.

É um livro para ser lido devagar, saboreando; pois até quando parece divagar, é com o intuito de intensificar algum ponto logo em seguida, que tem a ver com a nossa própria identidade e com o pertencimento catarinense.

José Isaac Pilati
Professor de Direito da UFSC,
Ex-Presidente da Funjab e membro
da Diretoria do IHGSC



Carteira de identidade de José Boiteux.

Arquivo de José Boiteux/IHGSC

Introdução

Sobre Banquetes e Posturas

Foi bastante “*chic* e distinto” o “almoço íntimo” oferecido pelo governador Hercílio Luz no dia 31 de janeiro de 1919, a uma “[...] generosa comissão de socorros públicos às vítimas da última pandemia [...]” de gripe espanhola ou influenza, em 1918-1919 na Capital. A “festa” realizada no salão de banquetes do Palácio do Governo, na Praça 15 de Novembro, ocorreu na mais perfeita “harmonia” entre os convivas em “animada *causerie*”, trocando “[...] intimamente pensamentos e impressões sobre o momento político e outros assuntos”. O banquete servido a um seletto grupo recebeu a devida cobertura dos jornais, com direito à manchete principal de capa como o *Republica*¹.

Hercílio Luz havia acabado de retornar ao poder embalado por um pouco estudado movimento que galvanizou a opinião pública e abalou a estrutura do Partido Republicano Catarinense (PRC) durante todo

o inverno de 1918. Empossado no chuvoso dia 28 de setembro do mesmo ano, com ato assinado por ele e lido em voz alta pelo deputado José Boiteux, na Assembleia Legislativa, ele fora conduzido ao Palácio sob escolta da cavalaria da Força Pública a bordo de um veículo Landau. Abre caminho entre os populares que “dão vivas e batem palmas”. Naquele momento ele deve ter lembrado que aquela unidade de cavalaria fora criada para impedi-lo de tomar à força o Palácio e o Governo em julho de 1893. Eram outros tempos. Agora pairava no ar um “espírito novo”, um fenômeno político denominado *hercilismo* que “age doutrinariamente” e estimula o Legislativo estadual, reforma o sistema tributário e financeiro do Estado e promove uma “renovação de mentalidade”. É a modernidade e as relações capitalistas chegando a Santa Catarina e promovendo profundas mudanças no ser e no agir sociais e individuais². (PAULI, 1976, p. 322-323; 326)

Os convidados para o “almoço íntimo” do dia 31 de janeiro de 1919 encontraram um Palácio que acabara de passar por rigorosa manutenção, impecável, pintado e caiado. As estátuas do escultor Gabriel Sielva modeladas em cimento se destacavam, como o deus Mercúrio, referência ao comércio da cidade, e Anfitrite, a deusa do mar, lembrando o gênio marítimo catarinense, e outras, muitas com símbolos “maçonicamente dispostos”, observa

Gomes³. Após entrar e observar os papéis que cobriam as paredes desde 1910, os convidados subiram os dois lances da escadaria, revestida com mármore de Carrara e balaustres do mesmo material, limpos recentemente pelo marmorista. Chegando a um amplo salão no segundo piso, o ambiente estava inundado de iluminação natural da claraboia principal, destacando os motivos florais em película de ouro nas paredes. Móveis, tapeçaria e estatuetas completavam a decoração do ambiente. (GOMES, 1980, p. 48-49; 56-57)

Presentes todos os convidados e entabuladas as conversações iniciais, o governador tomou seu lugar à mesa no salão de banquetes, ocupando o centro, tendo à direita Germano Wendhausen e à esquerda o capitão João Pedro de Oliveira Carvalho, superintendente de Florianópolis. José Arthur Boiteux, sendo o secretário do Interior e Justiça, sentou-se em frente a Hercílio, no outro lado da mesa, junto a Adolpho Konder, secretário da Fazenda, acompanhado dos demais convidados.

Lá estavam, segundo o jornal *Republica*, Carlos Hoepcke Júnior, os doutores Felipe Pedreira, Ademar Grijó, Ferreira Lima e Alfredo Araújo, André Wendhausen, Eduardo Horn, Antônio Vicente Bulcão Viana, João da Silva Ramos Júnior e o padre Thomas Fontes. A lista é grande e inclui os jornalistas Oscar Rosas (*Imprensa*

Oficial e Republica), Clovis de Araújo (*O Estado*), Crispim Mira (*Terra Livre*) e o padre Thomas Fontes (*A Pátria*), mais o chefe de Polícia, Gil Costa, os capitães Joe Collaço, oficial de gabinete, e João Câncio, ajudante de ordens, mais o primeiro tenente Octávio Costa, ajudante pessoal do governador, e Aldo Luz, oficial de gabinete.

Para José Arthur Boiteux, aquilo deve ter sido inspirador para um texto que publicaria uma década depois, “Um bródio no velho Palácio” (*Arcaz de um barriga-verde*), sobre um banquete oferecido aos oficiais da esquadra francesa de Bougainville, em 1763, pelo governador Francisco Cardoso de Menezes e Souza. Mas as circunstâncias agora eram outras e os convidados também.

“Após a conturbada década inaugural da República, as elites do país viviam o luxo e o fausto da *Belle Époque*”, analisa Márcia Camargos⁴. “No limiar do século 20, estabeleciam-se as condições políticas para o florescimento de uma sociabilidade urbana elegante e culta espelhada na Europa *fin de siècle*”, complementa (CAMARGOS, 2003, p. 137). Nicolau Sevcenko⁵ também discute essa “[...] fase eufórica para os grupos beneficiados com o novo regime [...]”, ou seja, a própria República, num período em que se ampliam as exportações para as nações em guerra na Europa, com o surgimento de indústrias para suprir o que antes era importado. Foi nesse espaço de tempo

entre 1900 e 1920 que se intensificou no Brasil novos padrões de consumo, “[...] instigado por uma nascente mas agressiva onda publicitária [...]”, acompanhado de grande dinamismo cultural, a difusão das práticas desportivas, o mercado fonográfico e a popularização do cinema. (SEVCENKO, 1998, p. 35-37)

O elenco de personalidades presentes no “almoço íntimo” é representativo do círculo de relações cultivado por José Boiteux desde os anos de juventude em Desterro, entre 1875 e 1883. Com maior ou menor intensidade, todos integravam a rede de sociabilidades que lhe permitiu um *agir* intelectual perene, sistemático. Ele tinha os jornais como trincheiras, um diploma de bacharel em Direito e as credenciais de historiador e geógrafo, sendo o criador daquilo que Le Goff⁶ denomina de “lugares de memória”, ou espaços de memória coletiva, seguindo conceito de Pierre Nora: os arquivos e as bibliotecas, os espaços de comemorações com suas hermas, bustos e estátuas, as associações etc. (LE GOFF, 2003, p. 467)

No banquete ofertado por Hercílio estava Germano Wendhausen, nascido em Desterro, sócio de uma firma comercial, antigo abolicionista, deputado provincial e destacado dirigente federalista nos anos 1893-1894 com seus irmãos. Na ocasião era o provedor da Irmandade do Senhor dos Passos de Florianópolis⁷. (PAULI, 1997, s.p.)

Eduardo Horn, também nascido em Desterro, onde fez os estudos iniciais, fora redator do *Jornal do Comércio* e filiado ao Partido Federalista e secretário do Governo Provisório rebelde (1893). Mais tarde fora conselheiro na Capital e superintendente. Atuava no comércio e seria deputado entre 1922 e 1924⁸. (PIAZZA, 1985, p. 262)

Cabe lembrar que Hercílio fora o grande “jacobino” a pegar em armas e a depor autoridades, algoz político e armado dos federalistas, no pós-15 de Novembro. Com muita habilidade conseguiu costurar na virada do século um acordo visando à recomposição das antigas e novas elites dirigentes do Estado. Durante sua recente campanha eleitoral, em 1918, recebera adesão de ninguém menos que Eliseu Guilherme da Silva, o grande chefe federalista catarinense.

Outro grupo de convidados tem como expoente Joaquim Daví Ferreira Lima, baiano nascido em 1876, formado em Medicina e que se estabeleceu em Tubarão, tendo sido deputado estadual (1904-1906, 1907-1909, 1910-1912) e chegaria à Câmara Federal. Era o diretor de Higiene de Hercílio (PIAZZA, 1985, p. 293). Antônio Vicente Bulcão Viana também ele nascera na Bahia, em 1875, com curso de Medicina no Rio de Janeiro (1897), ingressando e fazendo carreira no Corpo de Saúde do Exército. Em 1916, como major, dirige o Hospital Militar

de Florianópolis. Mais tarde fora deputado estadual (1922 a 1930) e exerceu interinamente o Governo do Estado duas vezes entre 1925 e 1926. Também foi vereador em Florianópolis e tem estátua inaugurada na Praça Getúlio Vargas em 14 de julho de 1947. Morreu em Florianópolis, em 1940 (PIAZZA, 1985, p. 586). Outro médico, higienista, foi Alfredo Araújo, a quem também destacamos, além do auxiliar de Ferreira Lima na divisão de Higiene, Ademar Grijó.

Um terceiro grupo era formado por Carlos Hoepcke Júnior, representando o então mais poderoso grupo econômico de Santa Catarina, com destacada e quase hegemônica presença comercial na Capital e nas principais cidades. André Wendhausen fora fundador da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF) em 1915, era comerciante e empreendedor. Entre os jornalistas, já citados com seus respectivos veículos, cabe destacar o padre Padre Thomas Fontes, do jornal *A Época*, criado e dirigido por seu irmão Henrique da Silva Fontes em 1910, era o cura da Catedral por ocasião do “almoço íntimo” no Palácio do Governo. (PAULI, 1997, s.p.)

Começaram então a servir os pratos, todos com denominações em francês, característico da época, e com as devidas adaptações como veremos por meio da cobertura do jornal *Republica*. Primeiro serviram uma

soupe brésilienne, seguindo de uma *mayonnaise de crevettes* (camarão) e um *poissons à Garibaldi* (peixe). O cardápio incluiu ainda um *cochom braisé aux pommes d'or*, o *Dindon à Florianópolis* e, fechando, um *Rotis peau garnis*. Como *dessert* ou sobremesa figuravam doces (*voison*), bolos (*gateaux*), *fruits du printemps* (primavera), café, *liquers*, *cigarres*, *Champagne* e vinho Viúva Gomes, renomada adega de Cintra (Portugal).

Pratos bem diferentes dos que foram servidos em 1763 no banquete de recepção aos viajantes franceses, embora o cardápio incluísse “da sopa à sobremesa”, num total de “dúzia e meia de pratos”, regado a vinhos do Porto e Bourgogne, mas na mesma “ampla sala das refeições, belamente iluminada”. Fez sucesso o café local servido ao final, conta em seu *Arcaz de um barriga-verde e águas passadas*⁹. (BOITEUX, 1993, p. 78-79)

Strong¹⁰ comenta que desde meados do Século XIX, sob influência da França, a comida tornara-se “[...] enfaticamente igual à classe [...]”, virara motivo de distinção, “[...] sendo os escalões superiores da sociedade uma categoria à parte, graças ao seu hábito de empregar cozinheiros franceses [...]”, fenômeno que após atingir a Europa chega ao Brasil. “Até mesmo os cardápios eram em francês”, salienta (STRONG, 2004, p. 242). Para o caso de um banquete como este que acompanhamos, existiam

procedimentos que deveriam ser observados como o de sentar um pouco afastado da mesa, o de não limpar o prato com o guardanapo, que devia ser estendido sobre as coxas e joelhos, e jamais apoiar o braço à mesa. A *soupe* deveria ser degustada de colher e sem assoprá-la para esfriar. Peixes e hortaliças deviam ser levados a boca com o garfo na mão direita, tendo na esquerda um pedaço de pão para auxiliar o manejo. Causaria *frisson* se alguém usasse o pão para limpar o prato de sopa ao final ou incliná-lo para aproveitar até a última gota. O pão precisava ser partido com os dedos. E outras etiquetas¹¹.

Eram todos elementos da civilidade que incluíam trajes de moda, perfumes e gastronomia, e que “[...] erigem-se em sistemas distintivos [...]” e “[...] através deles se afirma a diferença social, produz-se o reconhecimento”. Foi a sofisticação crescente dessas práticas “[...] que asseguraram o deslocamento das classes ascendentes e a superioridade das elites [...]”, fundando-se a “arte de viver à moda francesa”, inicialmente na Europa, depois no Brasil dos anos de 1910 a 1930¹². (POULAIN, 2004, p. 230-231)

Com uma taça de *Champagne*, o governador Hercílio Luz brindou os esforços da comissão que combateu os efeitos da epidemia da gripe espanhola, iniciativa do comércio local e da sociedade civil com guarida oficial

e apoio da população em suas coletas e campanhas. O padre Fontes falou em nome da comissão integrada pelo “funcionalismo”, “classe médica”, comércio, imprensa, clero e o “povo catarinense”. Concluindo sua fala fez um brinde erguendo a taça “em honra ao benemérito” governador Hercílio Luz, conta o jornal *Republica*. No banquete de 1763, historiado por José Boiteux com elementos de ficção, os visitantes também fazem um brinde ao governador. “Tilintam todos os copos. Bebendo o excelente vinho francês os sete comensais expandiram-se satisfeitos que se achavam [...]”, escreveu Boiteux (1993, p. 80)

Para Bourdieu¹³, “[...] os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar [...]”, por intermédio do qual “[...] exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos [...]” em diferentes instâncias (BORDIEU, 2007, p. 13). São sujeitos sociais que desenvolvem lutas pela “apropriação” de bens “econômicos e culturais”, que são inseparáveis das “[...] lutas simbólicas pela apropriação desses sinais distintivos [...]”, decorrendo o “[...] monopólio dos emblemas da ‘classe’, ou seja, bens de luxo, bens da cultura legítima ou modo de apropriação legítimo desses bens”. (BORDIEU, 2007, p. 233)

No presente repto levamos em consideração o alerta de Michel de Certeau¹⁴, sobre o fato de o relato ser uma “totalização impossível”, ou a “razão”, entendida como “[...] uma coerência, o estabelecimento de um campo [...]”, conjugada a uma “[...] recusa que ela cria ao se constituir”. Assim, “[...] *um* e *outro* – o ocupante e o fantasma – são recolocados em jogo no mesmo texto [...]” em que “[...] a teoria *presente* reencontra o que de inassimilável retorna do *passado* como exterioridade colocada num texto”. Aquele que não pode ser senão “[...] um relato – uma ‘história’ que se conta”. (CERTEAU, 2006, p. 336-337)

Vamos conhecer então personagens associados à “modernidade” em Florianópolis e em Santa Catarina, à “civildade” e aos “bons modos”, ao tempo do “saneamento” e do “embelezamento”, do anseio de “progresso” material e cultural, chegando ao “patriotismo” e “amor ao chão barriga-verde”, “catarinense”. Mais do que expressões indicando conjunturas, esses personagens representam iniciativas e ações humanas que moldaram a Florianópolis e o Estado que temos hoje, processo que tem as digitais de José Arthur Boiteux por todos os cantos.

Com relação às fontes e às referências utilizadas, é importante salientar que foi elaborada no final de cada seção uma lista de notas, numeradas progressivamente

por capítulo, na qual estão incluídas todas as informações sobre as obras consultadas. Esse modo de dispor as notas foi eleito para fornecer um esclarecimento mais detalhado sobre todo e qualquer texto consultado para a construção desta obra.

Notas

1 – Jornal **Republica** do dia 1º.2.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina. Todas as referências ao jornal são desta edição.

2 – PAULI, Evaldo. **Hercílio Luz: governador inconfundível**. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

3 – GOMES, Manoel. **Do Palácio Rosado ao Palácio Cruz e Sousa: quando, como, porque**. 2. ed. rev. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1980.

4 – CARMARGOS, Márcia. Uma República nos moldes franceses. **Revista USP**, São Paulo, n. 59, p. 134-143, set./nov. 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/59/11-marcia.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

5 – SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3. República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 9. reimp. 2010.

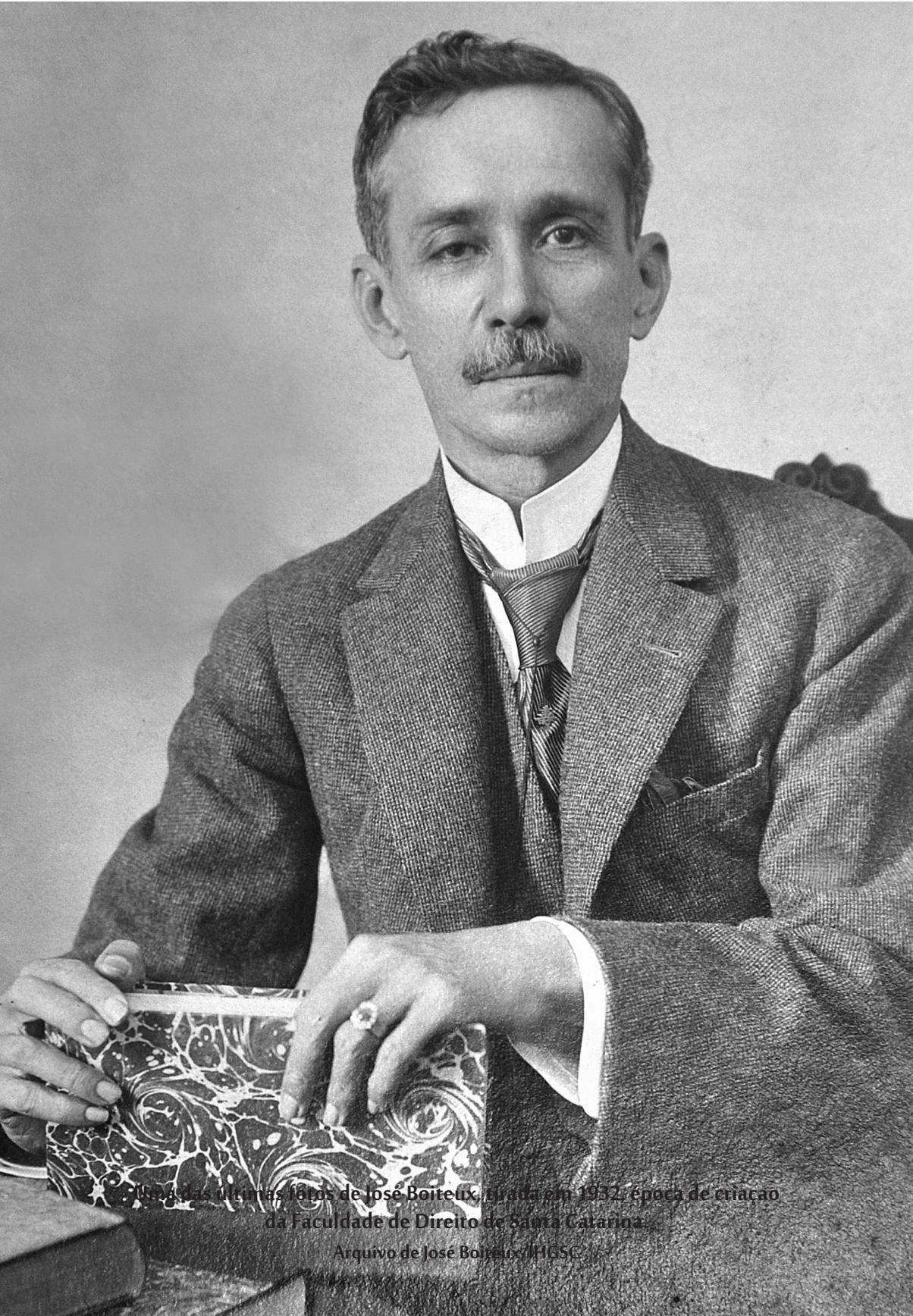
6 – LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

7 – PAULI, Evaldo. **História Econômica de Santa Catarina**. Enciclopédia Simpozio, 1997. Disponível em: <http://cfh.ufsc.br/~simpozio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia_economicaSC/91sc4744-4788.html>. Acesso em: 21 nov. 2011.

8 – PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

9 – BOITEUX, José. **Arcaz de um barriga-verde e águas passadas**. Florianópolis: Editora da UFSC, FCC Edições e Academia Catarinense de Letras, 1993.

- 10 – STRONG, Roy C. **Banquete**: uma história ilustrada da culinária, dos costumes e da fartura à mesa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- 11 – Elementos de civilidade. **Revista Catharinense**, Laguna-SC, v. 1, 1911-1912, p. 337. (Exemplar do autor).
- 12 – POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- 13 – BOURDIER, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- 14 – CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.



Uma das últimas fotos de José Boiteux, tirada em 1932, época de criação da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Arquivo de José Boiteux (HGS)

Notas biographicas de José Boiteux

Em 1881, publicou o seu primeiro art. litterario, no Colombo, pequeno jornal fundado e redigido por M. Santos Lortada, Cruz e Souza e Virgilio Varzea. Esse ~~pequeno~~ artigo, inserto no n. 5 desse pequeno quinzenario, consistiu n'uma dissertação sobre Roma. Lendo-o, o illustre poeta repentista bahiense, medico da Marinha de Guerra, dr. Symphonio Coelho, abraçou effusivamente o jovem principiante dizendo ao velho ^{de mathematicas} professor ^{de} Mar e Guerra ^{reputado} Antonio Ximenes de Araujo Patada: - "E' um talento promissor o deste menino." ^{Honrari?} Provincia natal.

X



José Boiteux

Arquivo de José Boiteux/IHGSC.

Capítulo 1

Orgânico até a Medula

Que hei de fundir-me no universo, creio:

Para mim tudo é grande, é trono, é leito:

Para durar bem pouco, é tudo feito;

Não acho nada inútil, mau ou feio.

(Do soneto *A vida é infinita*, Luiz Delfino)

José Arthur Boiteux é nome de colégio, de rua, de município e de biblioteca. José Arthur Boiteux fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras. Tornou-se o pioneiro do ensino superior no Estado com o Instituto Politécnico e a Faculdade de Direito. Foi jornalista, deputado, secretário de Estado e desembargador. Acreditamos que as informações assim dispostas dizem pouco ou quase nada acerca do personagem, invariavelmente apresentado em fragmentos, com perfil desconjuntado e com uma trajetória sem contexto.

Alguns autores procuraram fugir da simplificação. O historiador Walter Fernando Piazza¹, sobrinho-neto e afilhado de José Boiteux, o descreve como o “elemento propulsor” (PIAZZA, 1983, p. 502) da fase de afirmação cultural do Estado de Santa Catarina iniciada com a República, “[...] representada por movimentos em favor da criação e dinamização de entidades de cultura e de defesa de seu patrimônio cultural”. (PIAZZA, 1983, p. 499)

Iaponan Soares² vai um pouco mais longe e se aproxima da construção que pretendemos fazer do papel de José Boiteux. Ele afirma que o personagem foi um “[...] idealista e um líder ao pensar em agrupar valores da cultura estaduana através das agremiações que fundava [...]”, salienta, acrescentando: “Ele na verdade foi o centro polarizador de todas as atividades artísticas e intelectuais, surgidas em Santa Catarina de fins do século passado até os primórdios dos anos 1930”. (SOARES, 1974, p. 50)

Seu principal biógrafo, Dante Martorano³, o situa como “[...] estimulador de todos os movimentos idealistas [...]”, incluindo sociedades recreativas, literárias e esportivas, “[...] que sempre nele encontraram um incentivador comunicativo e alegre de temperamento [...]”, capaz de “[...] entregar-se com ânimo a todas estas iniciativas”. Nas campanhas que “encetava em prol de

algum ideal”, continua Martorano, “[...] sua pertinácia era a espada que o amor à terra forjava para a luta”. (MARTORANO, 1984, p. 35)

“Homens de letras” que “guardavam coisas”. É dessa forma que a professora Maria Teresa dos Santos Cunha⁴ trabalha o personagem José Boiteux e seus irmãos Lucas e Henrique. Os homens da Primeira República tinham uma “singularidade” – eles “[...] eram homens de letras, condição esta que representava um importante bem simbólico cujo capital social muitas vezes ultrapassava seu capital financeiro”. Dessa forma, os livros e os “[...] objetos que denotavam a posse da cultura escrita [...]”, eram “[...] importantes bens simbólicos da elite e ocupavam lugar privilegiado no interior das residências, nas estantes, nos gabinetes de trabalho”. (CUNHA, 2008, 116-117)

Acreditamos que a dimensão de José Boiteux, bem como seu papel na implantação da República, inclui as considerações anteriores e outros elementos diferenciadores da sua prática. Jovem jacobino que pegou em armas para defender a República de Floriano contra a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, José foi um verdadeiro “intelectual orgânico” da nova ordem, no sentido que Gramsci deu ao conceito e, sobre o qual, outros intelectuais se debruçaram. Jornalista desde o fim da adolescência até o final da vida, ele pautou sua ação

pelo esforço deliberado e sistemático de dotar a República da legitimidade social e política, fruto que foi de um golpe praticamente inesperado.

Os conceitos e referenciais aqui assinalados serão discutidos no seu devido momento. Interessa-nos, por agora, destacar que tudo o que José Boiteux pensou e executou ao longo de sua trajetória obedeceu a princípios anteriormente estabelecidos, mantendo-se sempre, estreitamente vinculado às articulações e às demandas político-partidárias. Além de se ocupar com as necessidades da República recém-implantada, José Boiteux assumiu a responsabilidade de dotar a elite vitoriosa na guerra civil ocorrida em Santa Catarina, da legitimidade carente, esfacelada no campo de batalha, ensanguentada com tanta luta armada.

É a esse novo grupo dirigente, emergente com a República, que José Boiteux vai se dirigir por meio da palavra e da imagem, e ao mesmo tempo estimular que outros o façam. Ele ocupa invariavelmente o cargo de secretário das entidades e das instituições em que se envolveu: secretário da Assembleia e da Câmara dos Deputados, secretário de Lauro Müller e de Hercílio Luz, do Instituto Histórico, do Instituto Politécnico e da Faculdade de Direito. Quando assumiu a presidência de alguma instituição foi pela falta de quem o fizesse. Para

exercer o ofício de intelectual, ele usava a retórica e o discurso, utilizava jornais e revistas, tribunas e livros.

É este José que vamos passar a conhecer e a analisar a partir de agora, à luz dos instrumentos teóricos e metodológicos fornecidos pela História Cultural. Compartilhando a visão do historiador Roger Chartier⁵, traçamos aqui o papel do historiador, tão partícipe quanto o personagem central. “Pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece [...]”, destaca Chartier, “[...] o historiador atribui um sentido inédito das palavras que arranca dos arquivos”. (CHARTIER, 2002, p. 9)

Isso nos remete diretamente ao conceito de representação desenvolvido pelo mesmo autor e que, segundo ele, permite “[...] articular três registros de realidade [...]”, a saber: 1) as representações coletivas “[...] que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social [...]”, salienta, organizando os “[...] esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem [...]”; 2) a forma de “[...] exibição e de estilização que pretende ver reconhecida [...]”; 3) a delegação a representantes como “[...] indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas [...]” da “[...] coerência e da estabilidade da identidade assim firmada”. Transformada numa “[...] história das relações simbólicas de força [...]”, define a “[...] construção do mundo social como o êxito

(ou o fracasso) do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos [...]”, e sobre os outros, transformando as “[...] propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida (ou negada)”. (CHARTIER, 2002, p. 11)

Outra contribuição importante de Chartier, incorporada ao presente trabalho, aponta a História como “[...] comandada por uma intenção e por um princípio de verdade [...]”, ou seja, que “[...] o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado” (CHARTIER, 2002, p. 15). Isso não exclui a contribuição de autores como Erich Hobsbawm⁶, para quem o passado é uma “[...] dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”. Assim, cabe aos historiadores analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas “mudanças e transformações”. (HOBSBAWM, 1998, p. 22)

O regime republicano foi implantado no Brasil por um golpe de estado contra o Imperador Dom Pedro II, nascendo carente de lideranças e de legitimidade, conforme se depreende da leitura de autores como José Murilo de Carvalho. Esse vácuo foi preenchido com a criação de heróis, a valorização de alguns fatos e momentos

do passado e com a criação do Hino, da Bandeira e do Braço, entre outras iniciativas. Intelectuais de diferentes formações foram mobilizados com esse objetivo.

Mas o que é um intelectual? Aurélio Buarque de Holanda⁷ nos responde que a expressão de origem latina (*intellectuale*) se refere ao intelecto, sendo intelectual o sujeito que possui “[...] dotes de espírito, de inteligência”. É intelectual a “[...] pessoa que tem gosto predominante ou inclinação pelas coisas do espírito, da inteligência”. (HOLANDA, 1975, p. 774)

O Dicionário Online Michaelis-UOL explica que a expressão “intelectual” significa a “[...] pessoa dada ao estudo [...]” ou de “[...] grande cultura literária”⁸. O DicionárioWeb estabelece que intelectual é o “[...] concernente ou pertencente ao entendimento: vida intelectual; trabalho intelectual [...]”, o que define a inteligência: “quociente intelectual”. É intelectual a pessoa que “[...] se ocupa, por gosto ou profissão, das coisas do espírito”⁹.

No caso concreto de José Boiteux, temos um jornalista, em primeiro lugar, jurista, geógrafo e historiador, profundamente integrado ao aparelho estatal, articulando as instituições que vão moldar as bases de legitimação da nova ordem no Estado, tais como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC),

a Academia Catarinense de Letras (ACL), os primeiros estabelecimentos de ensino superior, como o Instituto Politécnico e a Faculdade de Direito.

Ao contrário do que se poderia pensar, não estamos diante de algo linear e contínuo, num fluxo ascendente e positivo. Sabemos, com Chartier, que são centrais em uma história intelectual as “descontinuidades”, condição para que se “[...] designem, se agreguem e se dispersem de maneiras diferentes ou contraditórias conforme as épocas, os saberes e os atos” (CHARTIER, 2002, p. 58). Marx¹⁰ já apontava neste sentido. “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem [...]”, ou seja, não a fazem como gostariam que fosse, mas frente às escolhas com as quais se defrontam diretamente “ligadas e transmitidas pelo passado”. (MARX, 1976, p. 203)

Por outro lado, nos alinhamos com Chartier, para quem não é mais “concebível” vislumbrar-se a sociedade com duas instâncias, uma econômica e determinante, e a outra cultural/ideológica, consequência da primeira. Em outras palavras a divisão que existiria entre infraestrutura (econômica) e superestrutura (cultural/ideológica). Devemos levar em conta que todas as relações, inclusive as que são designadas como relações econômicas ou sociais, “[...] organizam-se segundo lógicas que colocam em jogo, em ação, os esquemas de percepção e de apreciação dos

diferentes sujeitos sociais”. E que configuram “[...] as representações constitutivas do que se pode chamar de uma ‘cultura’, que seja comum a toda uma sociedade, quer seja própria a um grupo determinado”. (CHARTIER, 2002, p. 59)

Eis a tarefa gigantesca a que se propuseram José Boiteux e outros intelectuais, qual seja, a de trabalhar essa “cultura”, construir um conjunto de referenciais, de símbolos e de heróis da ordem que se implanta após a guerra civil e os levantes Federalistas e da Armada. Boiteux foi um porta-voz daquilo que Antônio Gramsci¹¹ denomina de “[...] ideologia política que se apresenta não como fria utopia [...]” ou “raciocínio doutrinário”, mas como “[...] uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva”. (GRAMSCI, 1976, p. 4)

Gramsci enfatiza que “[...] o processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para determinado fim político [...]” é representado como “[...] qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta [...]”, ou seja, “[...] tudo o que faz trabalhar a fantasia artística de quem se quer convencer e dar forma mais concreta às paixões políticas”. (GRAMSCI, 1976, p. 3-4)

Temos com o mesmo Gramsci que “[...] numa determinada sociedade ninguém é desorganizado e

sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal”. Com essa “[...] multiplicidade de sociedades particulares, de caráter dúplice – natural e contratual ou voluntário [...]”, uma ou mais “[...] prevalecem relativamente ou absolutamente [...]”, constituindo o “[...] aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido como aparelho governante-coercitivo”. (GRAMSCI, 1976, p. 151)

E quem opera esse “aparelho hegemônico” de um grupo social que ascende ao poder em Santa Catarina é o próprio José Boiteux. Ele assume o papel do intelectual orgânico gramsciano, já presente quando surge na Idade Média a figura do intelectual, conforme avaliza Jacques Le Goff¹². “Os intelectuais medievais não fogem ao esquema gramsciano, a bem dizer muito geral, porém operacional”. Ou seja, “[...] numa sociedade ideologicamente controlada muito de perto pela Igreja e politicamente cada vez mais enquadrada por uma burocracia dupla – leiga e eclesiástica [...]”, destaca, os intelectuais da Idade Média são “[...] antes de tudo intelectuais ‘orgânicos’, fiéis servidores da Igreja e do Estado”. (LE GOFF, 2003, p. 10)

A figura do intelectual “[...] anuncia-se na Alta Idade Média”, e “desenvolve-se nas escolas urbanas do século

XII, desabrocha a partir do século XIII nas universidades”. Tem por ofício “pensar e ensinar seu pensamento”, ou seja, a soma da “reflexão pessoal” com sua “[...] difusão num ensino que caracterizava o intelectual” (LE GOFF, 2003, p. 23). No Renascimento, o humanismo abandona “[...] uma das obrigações capitais do intelectual, o contato com a massa, a ligação entre a ciência e o ensino [...]”, dando espaço a outra figura, a do intelectual renascentista que se apresentava como um “[...] erudito solitário, em seu gabinete tranqüilo, a vontade no meio do cômodo espaçoso e suntuoso no qual passeiam livremente seus pensamentos”. (LE GOFF, 2003, p. 197)

Vamos acompanhar um José Boiteux rompendo essa clausura ou esse isolamento e indo a campo fazer as pesquisas, as entrevistas para ouvir os mais velhos, aqueles diretamente ou indiretamente envolvidos em acontecimentos, mantendo como base uma biblioteca respeitável, onde costumava se refugiar para refletir as ações, apurar informações, interpretar acontecimentos. E tomando iniciativas voltadas a consolidar o poder surgido de uma guerra civil vitoriosa, tarefa iniciada no primeiro governo de Hercílio Luz (1894-1898) e continuada nos anos de 1920 nas duas novas gestões do mesmo governador.

Marx chamou a atenção para o que ocorre em momentos de revolução e de mudanças bruscas na condução

dos negócios públicos. Quando “[...] a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. São nessas circunstâncias de crise que os homens “[...] conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado [...]”, salienta Marx, tomando emprestados seus nomes, “[...] os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena”. (MARX, 1976, p. 203)

Condicionado pelo ambiente familiar e o círculo de poder, dividindo seu tempo entre Desterro/Florianópolis e o Rio de Janeiro, Boiteux logo abandonou o jacobinismo inicial para se adequar ao perfil do esquema político de sustentação da nova ordem. Os republicanos minoritários que se aliaram aos elementos do antigo partido Conservador, na oposição por ocasião da proclamação da República, visando fazer frente aos antigos Liberais, adotaram também a postura conservadora em matéria política.

O conservador tende a aceitar o existente “[...] como se fosse a exata ordem das coisas e do mundo [...]”, assinala Paulo Mercadante¹³, citando K. Manenheim. Frente a um “liberalismo extremado e atuante”, persistente, “[...] formulado em termos de racionalismo, considera-se a realidade e passa-se por fim a sua análise”. Essa “forma conservadora” se guia pela experiência do passado, “[...] parte do princípio de que tudo o que existe possui

um valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta e gradual”. Ou seja, faz-se um “[...] aproveitamento do passado para uma experiência real, isto é, como se o passado se experimentasse como um presente virtual”. (MERCADANTE, 1972, p. 217-218)

O passado está latente na formação inicial do jovem José, nos seus primeiros textos na imprensa, conforme observaremos. Passado cujos personagens e fatos vão retornar dos seus túmulos para respaldar a nova ordem republicana, o púbere grupo político que dá as cartas em Santa Catarina. A chamada Guerra do Paraguai e seus heróis respaldam a novel República com a estátua de Fernando Machado. A bravura e o desprendimento da mulher e da gente catarinense estão presentes em Anita Garibaldi, retirada do anonimato por Boiteux por meio de estátuas, de clubes, de livros, de artigos, de discursos e de comemorações. O antigo liberal e depois conservador Jerônimo Coelho, fundador da imprensa no Estado, o pintor Victor Meirelles e o poeta Cruz e Sousa são igualmente convocados por José Boiteux a conceber a cena.

Outra faceta de José Boiteux e a de que ele reforça seu papel de construtor do imaginário, de acordo com o conceito desenvolvido por C. Castoriadis, no papel de intelectual orgânico da nova ordem, foi a presença nas instituições por ele criadas, assim como no Executivo

e no Legislativo, como “secretário”. Isso o diferencia de outros intelectuais, destacando o papel de estimulador e de animador e em menor intensidade o de produtor. Criava os meios e estimulava os demais à participação – nos jornais que dirigiu, nas revistas que editou, nas entidades e nas instituições que criou.

Foi um “inventor” de tradições, conforme conceito de E. Hobsbawm¹⁴, que entende por “tradição inventada” o “conjunto de práticas” em geral “[...] reguladas por regras tática ou abertamente aceitas [...]”, práticas estas de natureza “ritual ou simbólica”, com vistas a “[...] inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição”. No caso temos o cuidado de “[...] estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. Continuidade com ares artificiais, ou seja, situações novas que “[...] ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória” (HOBSBAWM, 2006, p. 9-10). O tipo de prática em que se enveredou José Boiteux figura com uma espécie de “contraste”, conforme Hobsbawm, “[...] entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno [...]”, e o esforço de “[...] estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social” (HOBSBAWM, 2006, p. 11). Cabe destacar, ainda, que toda “tradição inventada” usa na medida do possível “[...] a história como legitimadora das

ações e como cimento da coesão grupal [...]”, acrescenta o historiador inglês. (HOBSBAWM, 2006, p. 21)

Nosso personagem, por outro lado, detinha a liderança, a capacidade de iniciativa e, até certo ponto, possuía o controle das instituições nascentes. Estava também incluído no seletivo grupo de catarinenses com trânsito nos círculos de cultura e poder na Capital Federal, testemunhando o “[...] esforço para forjar um Estado-nação moderno no Brasil [...]”, tão eficaz quanto possível, como seus “modelos europeus”, conforme o historiador Nicolau Sevcenko¹⁵ (SEVCENKO, 2003, p. 66). Mais tarde, passadas as chamadas “lutas intestinas” e saneadas as finanças abaladas pelo Encilhamento, recupera-se o “verniz da credibilidade” da República, que não se restaura, e ampliam-se os laços com a “rede cosmopolita”. A realidade da “política dos governadores”, diluindo os poderes locais, regionais, as “tensões permanentes” das denominadas “vinte tiranias”, impôs também a ampliação da presença do Estado e suas formas de controle. Inaugurou-se então, destaca o mesmo autor, “[...] um esforço de neutralização política a partir do núcleo governamental do país [...]”, capaz de consumir as “[...] oposições organizadas e elevando o republicanismo conservador e difuso, sem tonalidade partidária, a ideal máximo da elite do Estado”. (SEVCENKO, 2003, p. 69)

O resultado foi o surgimento de um “[...] núcleo monolítico e predominantemente despolitizado, compro-

metido somente com uma gestão eficiente, pacífica e estabilizadora”. Afinal, era preciso “[...] garantir o chão firme em que as forças livres e as energias individuais se aplicassem ao máximo no proveito próprio e comum”. O mesmo núcleo, complementa Sevcenko, articularia um processo “[...] amplo, inclusive, permanente e centralizado [...]” denominado Regeneração Nacional, “[...] sintonizado com o saneamento médico e a higienização das cidades”. (SEVCENKO, 2003, p. 69)

O conservador, como observa Paulo Mercadante, não dispõe de uma “predisposição teorizante”, mas é dotado da consciência “[...] pragmática de que não cumpre divagar sobre as situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados” (MERCADANTE, 1972, p. 217). Segundo Gramsci¹⁶,

[...] todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 2000, p. 334)

Origens Familiares

Com nascentes na Serra da Boa Vista, no município de Rancho Queimado, o rio Tijucas banha um extenso e fértil vale, dotado até pouco tempo de um porto nas imediações da barra, junto ao Oceano Atlântico. Os primeiros europeus originários de Portugal e de Açores começam a se instalar por volta de 1752. Em 1788 já era conhecida a navegabilidade do rio, atraindo mais moradores e abrigando em 1836 a Colônia Nova Itália. Aos poucos o pequeno aglomerado de edificações na barra do rio se tornou Vila e, em 1859, Tijucas se tornou município, com área que incluía os atuais municípios de São João Batista e Porto Belo, entre outros.

Foi nesta cidade de comércio florescente que nasceu José Arthur Boiteux no início da madrugada de 9 de dezembro de 1865, um sábado.

Em 1865 pouco depois da meia noite de 8 de dezembro, a vovó Faustina retirava-se do quarto em que minha mãe pela quarta vez sofria as dores da maternidade e anunciava ao pessoal da casa que era mais um rapaz que viera ao mundo.

No dia seguinte, a primeira porta em que se bateu para levar a boa nova foi a do tio Tibúrcio e da tia Merencia, que aguardavam ansiosos a notícia. E presto para a casa dos futuros compadres se dirigiram, levando em companhia a sobrinha Adélia, que fora a passeio a Tijucas, por algum tempo.¹⁷

José foi o quarto filho do casal Henrique Carlos Boiteux e Maria Carolina Jacques Boiteux.

Henrique era filho de Lucas (Luc) Montandon Boiteux e de Maria Madalena Anastácia Bouquet Boiteux. Luc nasceu no dia 14 de dezembro de 1796 em Motiers, Travers, no Cantão Suíço de Vaud, fronteira com a França, segundo Walter Piazza.¹⁸ Sua esposa, a parisiense Marie Magdaleine (Maria Madalena) Anastacie Bouquet, nasceu em 15 de maio de 1810. Os dois se conheceram no Brasil e constituíram família em Santa Catarina.

A mãe de José, Maria Carolina, nasceu da união do casal Alexandre Martins Jacques (Desterro, 22.11.1836-13.3.1885), rico armador e comerciante da capital catarinense, e de Luiza Maria de Souza Lobo, nascida em Santos-SP, em 1824 e falecida em Desterro, em 28 de agosto de 1890. (PIAZZA, 1979, p. 9)

José Arthur Boiteux foi batizado no dia 26 de março de 1866, uma segunda-feira, na igreja matriz

de São Sebastião de Tijucas Grande, pelo vigário padre José Gnecco. Teve como padrinhos José Luiz Tibúrcio Júnior, o tio Tibúrcio, e Emerenciana Cândida de Souza Lobo, a tia Merênciã.¹⁹

José cresceu ao lado dos irmãos Hipólito, Henrique, Lucas, Etelvina, Maria Luiza e Eulália. “O pequeno José, ainda que pouco expansivo, cativa os amigos de sua idade, pela rapidez e segurança sãs nas decisões [...]”, durante as brincadeiras. O “pendor pela leitura” começou cedo, informa Eliana Bahia.²⁰ O pai tentou introduzi-lo nos segredos de trás do balcão de seu comércio, mas ele não se entusiasmou. “Havia sempre alguma brochura devorada e meditada em todos os momentos de folga [...]”, era o seu “lazer predileto, quase exclusivo”. (BAHIA, 1994, p. 9)

Ele fez algumas anotações daquele tempo. “Naquela família numerosa”, rabiscou em um pequeno papel em 1894, ele era “o ídolo” por causa da “vivacidade, era muito caseiro, não desfrutava o esplendor que a natureza lhe oferecia”.²¹ Em outra anotação, fala da escola “[...] na casa de João Strambio Schutel [...]”, antigo delegado consular italiano, um “Filippinho”, o padre Nicolau Galotti, pároco de Tijucas e o “enterro do coronel Conceição”. Não se esquece do professor Félix Vaes, com quem começou efetivamente os estudos e tia Maricas França. “Em São João Batista. As festas religiosas.”²²

Dentre os irmãos de José precisamos destacar três. Hipólito, o mais velho, assume o lugar do pai em 1894. Henrique e Lucas se juntam a José em diversas jornadas, compartilhando posições políticas, filosóficas, estéticas e éticas semelhantes. “A orientação vem de cima e ninguém foge a essa orientação [...]”, enfatiza Walter Fernando Piazza²³ em entrevista ao autor. Ou seja, havia uma hierarquia familiar clara e respeitada, na qual José foi educado de acordo com “[...] princípios mais rígidos do que são hoje”.

Os Irmãos Boiteux

Hipólito era quem dava as cartas, segundo Piazza em entrevista, sobretudo após a morte do pai, quem orientava e apoiava, como fez com José, Lucas e Henrique e os demais irmãos²³. Nascido em 1861 em Desterro/ Florianópolis, Hipólito foi aluno do Liceu. Tinha por volta de 19 anos quando se envolveu com os Liberais em 1880. Com 22 anos fixou residência em Nova Trento, colônia de imigrantes italianos que logo seria transformada em município, informa Walter Fernando Piazza.²⁴ Foi subdelegado de Polícia (1884-1890) e delegado Literário (1885-1890), além de chefe escolar do município, sem ônus para os cofres públicos de 1890 a 1933.

Sua atividade econômica principal sempre foi o comércio, primeiro com o pai, Henrique, depois sozinho com a herança. Como major da Guarda Nacional foi encarregado de sua organização no município em 1894, tendo sido ainda juiz de paz (1892-1894), conselheiro municipal (1892-1894), presidiu o Conselho Municipal (Câmara) de Nova Trento (1895-1898) e superintendente (prefeito) de 1899 a 1907, substituindo Henrique no cargo e retornando à chefia do legislativo municipal (1907-1918).

Somente deixou o cargo para assumir como deputado estadual em Florianópolis, por duas legislaturas, entre 1919 e 1924. Casado com Alzira Maria do Vale Boiteux, filha de José Maria do Vale Júnior, não deixou descendência, falecendo durante deslocamento de Tijucas para Nova Trento no dia 11 de setembro de 1937. (PIAZZA, 1985, p. 96)

Depois de Hipólito nasceu o futuro almirante Henrique Boiteux, em Tijucas, no dia 17 de setembro de 1862. Tendo feito os estudos iniciais na cidade natal, continuou em Desterro e, em 1884, ingressou na Escola Naval do Rio de Janeiro. Foi eleito deputado estadual em 1891, participando da primeira Constituição republicana do Estado, destaca Piazza. Chegou a vice-almirante em 1921 e se aposentou como almirante. Membro da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico

e Geográfico de Santa Catarina. Escreveu importante obra sobre a República Catarinense de 1839 e inúmeros livros sobre a história da Marinha e de Santa Catarina. Faleceu no Rio de Janeiro em 29 de abril de 1945 (PIAZZA, 1979, p. 9). Após a Revolução de 1930, ele foi sondado por Getúlio Vargas para ser o interventor de Santa Catarina, conforme documentação reunida pelo professor Carlos Humberto Correa.²⁵ (CORRÊA, 1984, p. 109-116)

O mais novo de todos, Lucas Alexandre Boiteux, também futuro almirante, foi dos três irmãos o que mais efetivamente se dedicou à pesquisa, deixando copiosa produção editada e inédita, autor do primeiro livro didático sobre a História de Santa Catarina. Nasceu em 23 de outubro de 1880, em Nova Trento, tendo seguido o mesmo caminho dos irmãos nos estudos até ingressar na Escola Naval em 1897, formando-se em 1900. Formado, dividiu o tempo entre a pesquisa e o labor históricos e a carreira militar, na qual comandou navios, dirigiu a unidade de Aviação Naval (atual Base Aérea de Florianópolis) e a Escola de Aprendizes Marinheiros, entre outras missões, chegando em 1930 ao Estado Maior da Marinha, sendo reformado como almirante. Faleceu no dia 16 de dezembro de 1966 no Rio de Janeiro.²⁶

É importante saber um pouco mais sobre o pai dos três, Henrique Carlos Boiteux, nascido em 11 de fevereiro

de 1838, o segundo filho de Luc (Lucas) Boiteux, que então dirigia a Colônia Nova Itália em São João Batista, conforme Jonas Cadorin.²⁷ Com a morte do pai transferiu-se com a família para Desterro, onde a sua mãe montou um atelier de modas e a loja de armarinho. Ao atingir a maioridade, Henrique (pai) abriu uma loja de fazendas e armarinhos em sociedade com Belmiro Leoni, adquirindo depois o negócio da mãe, que passara a se dedicar ao ensino da língua francesa. Em 1860 dissolve a sociedade com Leoni, casa-se com Maria Carolina Jacques e se muda para Tijucas, com 22 anos de idade. “Seu tino de comerciante vislumbrava em Tijucas, na época em fase de desenvolvimento agrícola, um mercado consumidor promissor”. (CADORIN, 1992, p. 144)

Estabelecido em Tijucas e filiado ao Partido Liberal, “[...] suas qualidades de líder foram se manifestando, obtendo adesões no campo político”. Foi nomeado delegado de Polícia, cargo de confiança. Poucos meses depois da chegada dos imigrantes italianos à antiga Linha Alferes, atual Nova Trento, Henrique abriu uma filial de seu negócio no local, enquanto se elegia vereador por Tijucas. (CADORIN, 1992, p. 144-145)

Quando Nova Trento se tornou distrito policial e depois distrito de paz, ele transferiu residência para a nova cidade, sendo nomeado tenente-coronel da Guarda

Nacional. A emancipação das colônias da região se deu em 18 de março de 1881, com o Decreto n. 8.455, e em 2 de janeiro de 1884 foi criado o Distrito Policial de Nova Trento, tendo como primeiro subdelegado de polícia, Hipólito Boiteux. Em 4 de abril de 1884, pela Lei n. 1.074, foram criadas a Freguesia e o Distrito de Paz de Nova Trento. Em 8 de agosto de 1892, por meio de lei promulgada pelo Presidente da Província, tenente Joaquim Machado, cria-se o município de Nova Trento, cuja direção é assumida em 21 de dezembro de 1892 pelo Conselho Municipal até as suas primeiras eleições que acontecem indiretamente em 1894, sendo Henrique Carlos Boiteux nomeado seu primeiro prefeito por ato do interventor Moreira Cesar. (CADORIN, 1992, p. 134)

Cadorin enfatiza um aspecto importante na ação de Henrique Carlos Boiteux, ao promover uma campanha de nacionalização de imigrantes, entre 1883 e 1884, facilitando o processo de emancipação da colônia. “Com a proclamação da República em 1889, a elite local por ser a favor do novo regime [...]”, salienta Cadorin, “[...] aproveitou o momento para reivindicar junto às autoridades a emancipação da cidade”. Uma comissão de cidadãos, da qual Hipólito fez parte, realiza um recenseamento do então distrito, visando qualificar a reivindicação de emancipação. Com os dados em mãos uma comitiva se dirige à Capital, integrada pelo coronel

Henrique e seu filho mais velho, Hipólito Boiteux, mais Francisco Gotardi Primo, conferenciando com o Governador tenente Manoel Joaquim Machado e obtendo dele a garantia da Lei n. 36, de agosto de 1892. (CADORIN, 1972, p. 137)

Notas

1 – PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardelli, 1983.

2 – SOARES, Iaponan. **Panorama do conto catarinense**. Porto Alegre: Editora Movimento/Instituto Nacional do Livro, 1974.

3 – MARTORANO, Dante. **José Arthur Boiteux**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984.

4 – CUNHA, Maria Teresa Santos. Essa coisa de guardar...: homens de letras e arquivos pessoais. **História da Educação**, Pelotas, v. 25, n. 12, p.109-130, 2008. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

5 – CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

6 – HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

7 – HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

8 – DICIONÁRIO Online Michaelis-UOL. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=intelectual&CP=94186&typeToSearchRadio=exactly&pagRadio=50>>. Acesso em: 24 out. 2011.

9 – DICIONÁRIO Web. Disponível em: <<http://www.dicionarioweb.com.br/Intelectual.html>>. Acesso em: 22 out. 2011.

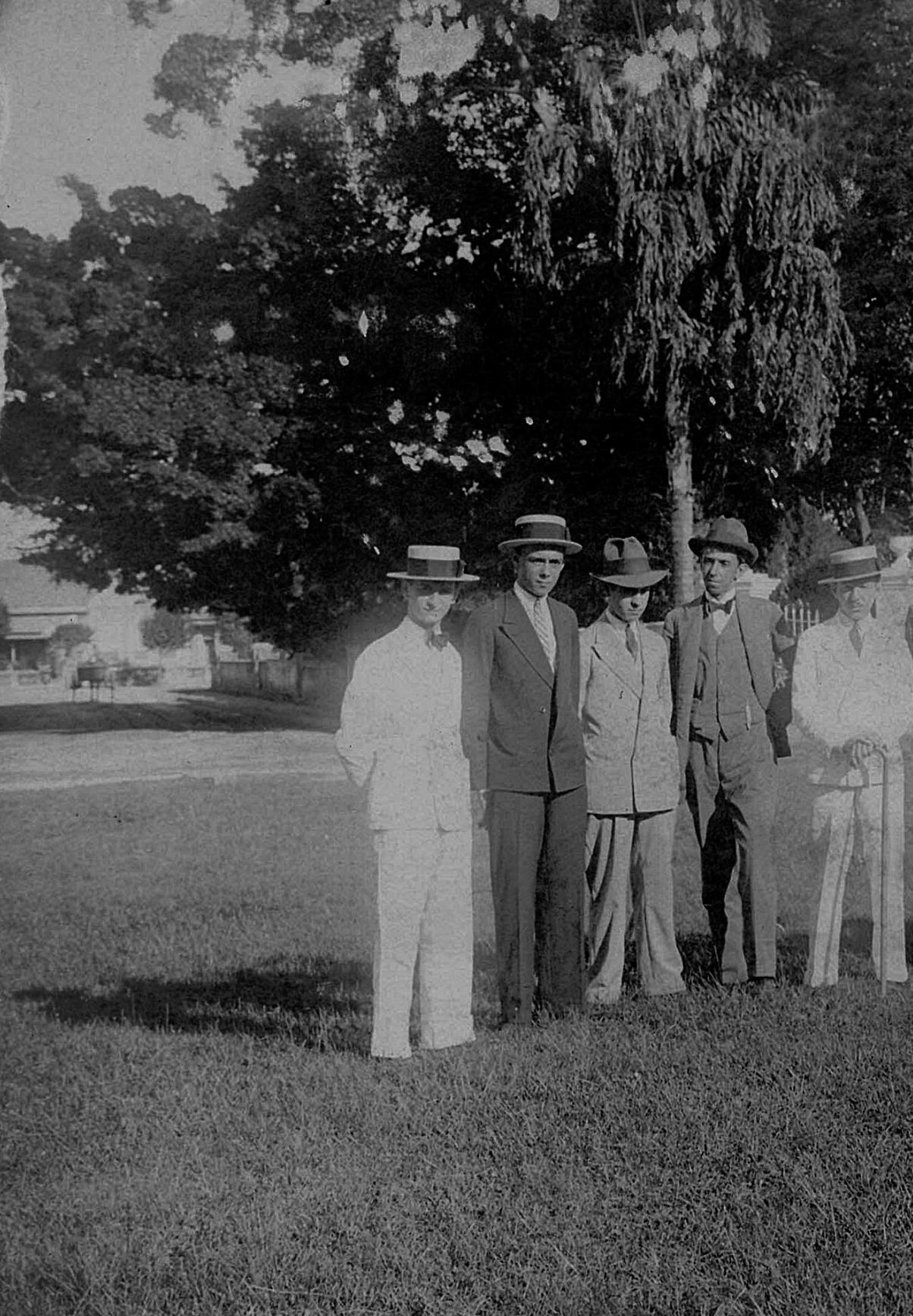
10 – MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Napoleão. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

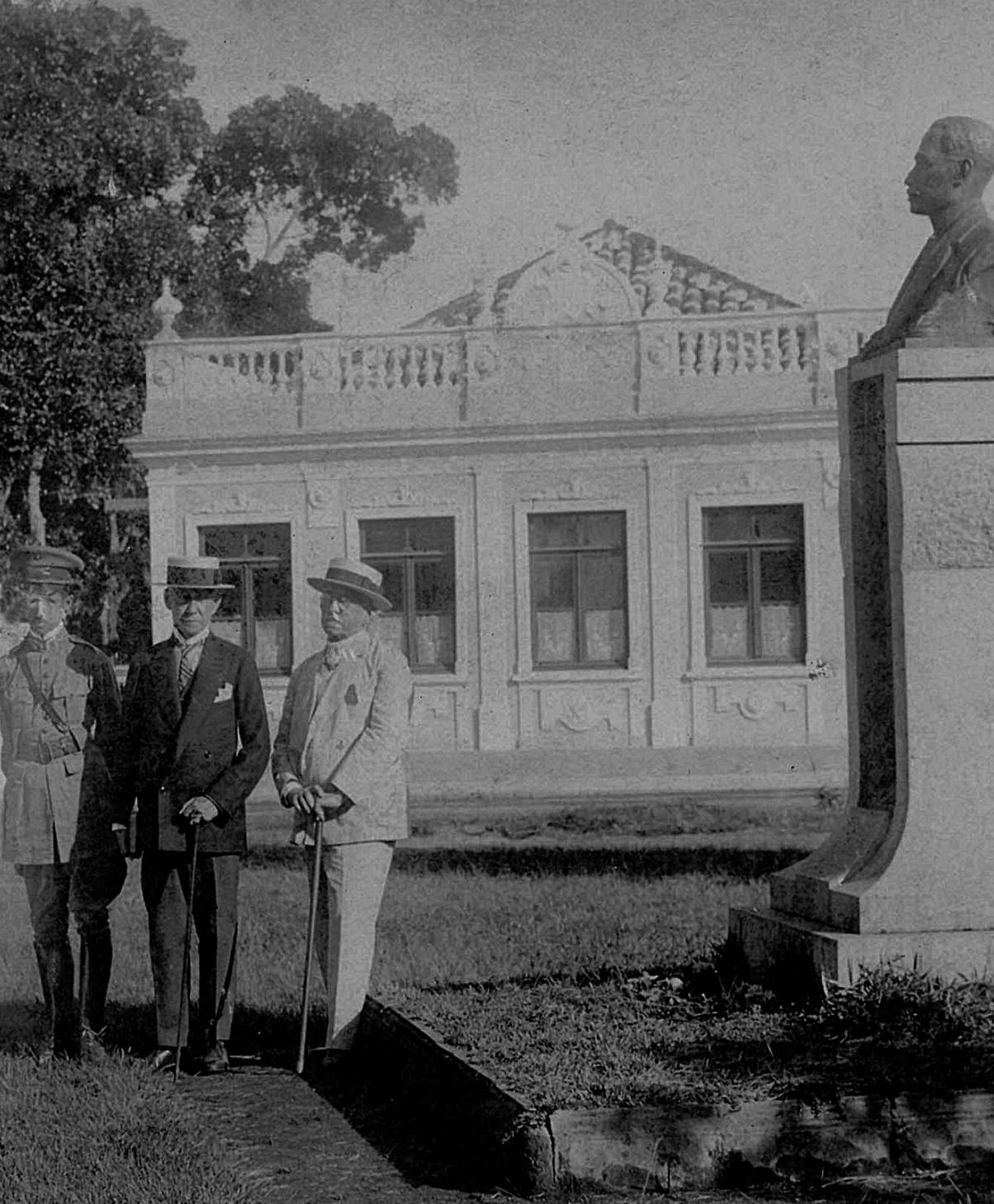
- 11 – GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.
- 12 – LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- 13 – MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.
- 14 – HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. *In*: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- 15 – SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- 16 – GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932), p. 15. *In*: _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2000. 334p.
- 17 – Depoimento de José Boiteux em 1884. Documento original do Arquivo de José Boiteux incorporado ao IHGSC.
- 18 – PIAZZA, Walter Fernando. Almirante Henrique Boiteux (o homem e a obra). **IHGSC**, n. 1, 3. Fase, 2. semestre de 1979.
- 19 – Certidão de Batismo. Documento original do Arquivo de José Boiteux incorporado ao IHGSC.
- 20 – BAHIA, Eliana. **Perfil de José Arthur Boiteux**, um construtor da cultura catarinense. 1994. Dissertação (Mestrado em História) Curso de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, agosto de 1994.
- 21 – Depoimento de José Boiteux em 1894. Documento original do Arquivo de José Boiteux incorporado ao IHGSC.
- 22 – Depoimento de José Boiteux em 1884. Documento original do Arquivo de José Boiteux incorporado ao IHGSC.
- 23 – Walter Fernando Piazza. Entrevista ao autor em outubro de 2011. Florianópolis – SC.
- 24 – PIAZZA, Walter Fernando (Org.). **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

25 – CARLOS Humberto. **Um estado entre duas repúblicas:** a revolução de trinta e a política em Santa Catarina até 1935. Florianópolis: Editora da UFSC. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

26 – ENCICLOPÉDIA de Santa Catarina. Enciclopédia eletrônica Simpozio. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/EncReg/EncSC/MEGA-ENCICLOPEDIA_SANTA_CATARINA/90sc-Letra-B.html>. Acesso em: 22 out. 2011.

27 – CADORIN, Jonas. **Nova Trento, outra vez...** Nova Trento: Prefeitura Municipal de Nova Trento, 1992.





José Boiteux

Foto: Arquivo de José Boiteux/IHGSC.



José Boiteux : envolvimento integral com o jornalismo

Arquivo de José Boiteux/IHGSC.

Celso Martins/Biblioteca Pública de Santa Catarina

Capítulo 2

O Portador da “Luz”

Não é a palavra fácil
que procuro.
Nem a difícil sentença,
aquela da morte,
a da fértil e definitiva solitude.
A que antecede este caminho sempre de repente.
Onde me esgueiro, me soletro,
em fantasias de pássaro, homem, serpente.
(Trecho do poema *Procuro a palavra palavra*,
Lindolfo Bell)

Existem alguns momentos na adolescência de José Boiteux em que as jornadas futuras parecem estar indicadas. Aos 14 anos, na então cidade de Desterro, inspirou o novel poeta Cruz e Sousa em um de seus primeiros ou primeiro poema publicado em jornal. Ainda não havia deixado a adolescência e já produzia textos para os jornais

locais, enfatizando fatos e personagens do passado recente, repletos de valores que deveriam ser observados e hábitos a serem seguidos, repletos de heroísmos.

O fato de haver chamado a atenção do poeta é ilustrativo da presença de Boiteux nos círculos intelectuais da Capital e dos temas das conversas em que se envolvia. Mesmo não sendo uma obra-prima da poesia nacional, “Avante”, datado de 17 de setembro de 1880 e dedicado ao “distinto e talentoso jovem”, contém vários elementos que nos ajudam a traçar um perfil do personagem. Vejamos a estrofe inicial.

*Avante, sempre, nessa luz serena,
Empunha a pena, sem temor, com fé!...
Eleva às turbas as idéias d’ouro,
Que um tesouro tua fronte é!...*

A “luz” é um elemento presente no poema até o fim, central na construção da obra. “Luz” de aura, de carisma, de argumentação envolvente. E também a “luz” do iluminismo, indicando o eixo central da formação teórica de Boiteux. O “empunha a pena” e as “idéias d’ouro” indicam o labor do personagem, seu envolvimento produtivo, suas reflexões e leituras, a erudição nascente, o “homem de letras” de que fala a professora Maria Teresa

dos Santos Cunha. Credenciam e dão amplitude a essas qualidades “tesouro [que] tua fronte é!”.

O segundo verso acrescenta outros ingredientes.

*Eia, caminha nessa senda nobre,
Na pátria pobre, no teu berço aqui!...
Prossegue altivo, sem parar, constante,
Faz-te gigante, diz depois — Venci!...*

A “senda nobre” que Boiteux percorreria nos anos seguintes tem seus marcos bem fincados naquele momento, assim como outro ponto de importância basal: a “pátria pobre” a necessitar do adubo certo e “teu berço aqui”, a pequena pátria. Os dois momentos vão estar sempre presentes nas ações e iniciativas de Boiteux.

Vejamos os dois versos seguintes do poeta Cruz e Sousa.

*Ala-te à glória num voar titânio,
Burila o crânio de fulgor sem fim!...
E entre o livro d’imortais perfumes
Calca os ciúmes d’imbecil Caim!*

*Imita os grandes, incansáveis vultos
Que lá sepultos no pó negro estão!...*

*Anda, romeiro dos vergéis divinos,
Mergulha em hinos a gentil razão!*

Não dê bola para a torcida, poderia dizer o poeta hoje, a respeito dos “ciúmes d’imbecil Caim”, atormentando em algum momento a candura do jovem, o Abel “romeiro dos vergéis divinos”, ou dos pomares e arvoredos. E dá conselhos.

*Vamos, caminha, mesmo embora exangue
Da frente o sangue vá rolar-te aos pés!
Agita a alma qual febris as vagas,
Que dessas chagas brotarão lauréis!*

Seguramente não são os mais destacados versos de Cruz e Sousa, porém introduzem um elemento de profeta no autor, situando-o como lutador e retomando o tema da “luz”, do qual Boiteux é o precursor. É preciso deixar de lado o autor do poema e se fixar no personagem abordado.

*Vai! ... vai rasgando, percorrendo os ares,
Novos palmares, meu gentil condor!
Depois de teres pedestal seguro
Lá do futuro te erguerás senhor!...*

*Eia que sempre na Brasília história
De alta glória colherás o jus!...
O livro Augusto do porvir descerra,
Sê desta terra precursor da luz!!!*

O poema¹, escrito quando José Boiteux contava 14 anos de idade, um adolescente, indica também a presença do carisma e da capacidade de persuasão com as quais iria insinuar-se junto aos círculos de poder do Estado. Outra dica a respeito do personagem embutida no poema de Cruz e Sousa é a erudição decorrente da leitura constante e diversificada. Aquele que viria a ser o “precursor da luz”, o intelectual orgânico que teceu como um artesão o aparato simbólico e ideológico do regime de 1891.

Desterro (1875-1883)

José estava com nove anos de idade ao ser matriculado em 1875, no Colégio Conceição na Capital catarinense, então denominada Desterro, na Ilha de Santa Catarina. Completaria dez anos em dezembro e permaneceria até 1883 na cidade, quase uma década, atento aos acontecimentos e envolvido com jornais. Segundo a historiadora Sara Regina Poyares dos Reis², mais da metade dos habitantes se concentrava na região

central da cidade, aproximadamente 15 mil, enquanto os demais habitavam as freguesias, num total de pouco mais de 24 mil almas em toda a Ilha. (REIS, 2004, p. 1.232, 1.233)

Cabe lembrar que o então distrito sede se limitava ao centro histórico, entre o Hospital de Caridade e até pouco além do Mercado Público. O polo central era a Catedral, com sua praça em frente, até o mar, ladeada pelo Palácio do Governo (atual Cruz e Sousa), e a Casa de Câmara e Cadeia, entre outras edificações. A região da atual Beira Mar pertencia à freguesia de São Sebastião da Praia de Fora. Não havia ponte ligando a ilha ao Continente, nem aterro, nem acessos como os de hoje à Trindade ou a qualquer uma das mais de cem praias da Ilha. O cavalo, a carroça, o carro de boi e as embarcações atendiam a essas necessidades.

Virgílio Várzea³, contemporâneo de José Boiteux, fala do Mercado Público e da “[...] multidão de embarcações miúdas em roda, como botes, batelões e canoas, puxados em terra ou em fabrico [...]” ao longo da região até a Rua Padre Roma, com suas casas de fundos para o mar. Era uma área de “embarcações”, onde havia um “cheiro higiênico e sadio a pixe (*sic*), a verniz coltar, a alcatrão, a estopa, a mialhar, a ferro *patent*, a lona nova e a cabo de Cairo ou linho, tudo isso que lembra navio e mar”. (VARZEA, 1985, p. 25)

Em que pese o tamanho e o peso político-administrativo da Capital, a condição de porto dava à cidade alguns privilégios. No cais principal entre a Rua Álvaro de Carvalho e a antiga Capitania (Forte Santa Bárbara), os prédios são altos e limpos e de frente para o mar. As principais ruas da cidade são “retas, planas e bem calçadas”, sendo as mais movimentadas a atual Conselheiro Mafra, seguida da João Pinto, Trajano e República. Os principais estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas estão nessa área, como a de Carl Hoepcke e a importadora de Ernesto Wahl. Ali também se concentravam armazéns de comissão com produtos de Joinville e de Blumenau e exportação de farinha de mandioca para os estados do Norte, além de amendoim, couros, café, ovos, melado e banana, em “avultados carregamentos” para portos brasileiros e do rio da Prata. (VARZEA, 1985, p. 26)

Uma fundição de pontas de Paris (Hoepcke), unidades de preparo de peixe em latas e de cerveja e fábricas de sabão e velas se misturavam a oficinas de carpinteiro, marceneiro, tanoeiro, funileiro e torneiro. Existiam pequenas fábricas de massas, refinações, engenho a vapor de pilar café e engenhos de farinha de mandioca e de açúcar, “[...] comuns e muito numerosos em todos os sítios do Continente e a Ilha”. (VARZEA, 1985, p. 32)

Foi nesta cidade que José Boiteux passou da infância para a adolescência, estudando entre 1876 e 1879 no Colégio Branco, do professor José Maria Branco. Morava agora com tia Merênciã, sua madrinha, a quem visitava diariamente em Tijucas e que o levava para a Capital, assinala Dante Martorano.⁴ Insistia no esmero dos trajes e que ele fosse sempre franco e leal. José pode sentir saudades de casa pela primeira vez, comparar o tempo em que vivia entre os laranjais e a fonte murmurante nas imediações de casa, as brincadeiras com cavalos e bодоques, as correrias. (MARTORANO, 1984, p. 13)

Agora os tempos eram outros. No dia 12 de novembro de 1879, por exemplo, teve que prestar os exames preparatórios no Ateneu Provincial, o que o ocupou com os estudos. O esforço compensou e ele obteve 13 aprovações plenas, sendo habilitado para o curso de Humanidades, equivalente ao ensino secundário.⁵ (BAHIA, 1994)

Segundo Martorano, dona Merênciã acompanha com atenção o crescimento intelectual do afilhado. Esperava que uma vez terminados os estudos iniciais pudesse se tornar padre. Tencionava “[...] enviá-lo a Roma. O sacerdócio, portanto, era a carreira a ele destinada”. Seu pai, entretanto, tinha “outras diretrizes” e acabou matriculando-o no Ateneu, para desconsolo da madrinha. (MARTORANO, 1984, p. 14)

Afonso de Taunay, nascido em Desterro e quase da mesma idade de José, com quem conviveu desde a infância, destaca que o amigo possuía “[...] brandura, polidez e cordialidade [...]”, sempre “[...] insinuante pela finura das maneiras, o comedimento das palavras e a cortesia das testemunhas de apreço”. Não se tratava de uma amabilidade formal, prossegue Taunay, trivial. “Não havia o menor artificialismo naquele empenho em prestar serviços e ser útil [...]”, visando tão somente proporcionar “[...] ensejos de satisfação ou meros momentos agradáveis àqueles a quem queria obsequiar”. Em resumo, era um homem “[...] eminentemente comunicativo e exuberante em sua cordialidade ilimitada.”⁶ (BARBOSA, 1982, p. 296)

Quando estudante em Desterro, como atesta Dante Martorano, ganhou o respeito e a admiração do padre José Leite Almeida, seu professor de Latim, de Sílvio Belchior (Retórica e Poética), e de Custódio Raposo (Geografia e História), que o “[...] reconheciam como discípulo diligente e capaz” (MARTORANO, 1984, p. 15). Tanto em Desterro, como mais tarde em São Paulo, procurava se relacionar imediatamente com os colegas. “Conversava com os mais bisonhos e retraídos, com imenso tato, sem tomar familiaridade, mas insinuando-se pela persuasão das maneiras finas [...]”, aliado a uma dose do “feitio da naturalidade cordial”, reafirma Taunay. (BARBOSA, 1982, p. 296)

A chegada dos navios “era uma festa”, assegura Oswaldo Cabral⁷ (CABRAL, 1972a, p. 136). Por eles chegavam os jornais da Corte, pelos quais se sabiam as notícias “[...] da administração, das reuniões do Gabinete, das sessões da Câmara e do Senado, com os debates entre os grandes oradores” (p. 136). “Eram estes jornais da Corte a fonte dos noticiários dos periódicos locais, a inspiração dos seus comentários”. Com os paquetes e outras embarcações “[...] entravam novidades, entravam mercadorias, entrava dinheiro, entrava gente”. Ou seja, “[...] os paquetes de linha difundiam animação constante à vida do Desterro”. (CABRAL, 1972a, p. 137)

Os principais jornais que circulavam naquele período, meados da década de 1870, eram *O Conservador* (continuação de *O Conciliador*) e *A Regeneração*, entre outros na Capital e nas demais cidades do Estado. Jornal “político e noticioso”, segundo Poyares dos Reis, *O Conciliador* foi um semanário impresso na tipografia de J. J. Lopes e dirigido pelo Cônego Elói de Medeiros. Impedidos de continuar a imprimir na referida tipografia, seus diretores adquiriram equipamentos próprios, ressurgindo como *O Conservador*, instalado na esquina das atuais Ruas Deodoro com Tenente Silveira. Em 1880 diminuiu o formato. (REIS, 2004, p. 1.239-1.246)

O outro jornal, *A Regeneração*, órgão do Partido Liberal, circulava toda quinta-feira e domingo, com sede

no Largo do Palácio, 24 (REIS, 2004, p. 1.240). Em 1877 continuava a ser um periódico “[...] anticlerical, mais ligado à maçonaria, trazendo sempre artigos a respeito da questão dos bispos, da Igreja, e o estado, quase sempre escritos por Saldanha Marinho” (REIS, 2004, p. 1.310). Duarte Schutel, Argolo, Dr. Celso Bayma, Eliseu Guilherme e Juvêncio Costa integravam a chamada comissão de redatores (REIS, 2004, p. 1.335). Em 1880 funciona na Rua João Pinto, 29. Em 19.2.1880 noticia o surgimento do jornal *Progresso*, “[...] dizendo ser um Conservador em miniatura”. (REIS, 2004, p. 1.376)

Outros veículos com menor circulação, influência e tempo de duração no período inicial da presença de José Boiteux na cidade podem ser citados, *O Despertador*, dirigido por J. J. Lopes, de perfil conservador, mas alheio aos embates políticos ordinários, passou em 1877 a publicar atos da Assembleia Provincial (REIS, 2004, p. 1.311). *O Jornal do Comércio* iniciado em 1880 sob a direção de José da Silva Cascaes, era voltado a temas da “vida social e literária”, enquanto *O Aprendiz*, órgão dos aprendizes de *A Regeneração*, tratava de literatura, recreação, charadas e enigmas. (REIS, 2004, p. 1.410)

A imprensa no Brasil nasce marcada pelo signo da censura e do paternalismo real com a chegada da corte de Dom João VI em 1808, avalia o jornalista Moacir

Pereira.⁸ O surgimento da imprensa em Santa Catarina em 1831 caracteriza-se por “[...] forte conteúdo político que retratava as bandeiras defendidas por seu fundador [...]”, Jerônimo Coelho. “Ao abraçar causas políticas”, enfatiza Pereira, “[...] o patrono da imprensa praticamente abriu espaços [...]” para que os periódicos “[...] retratassem esta tendência [...]”, adotando posturas políticas partidárias, desde o Império, passando à República, na Capital e nas demais cidades do Estado. (PEREIRA, 1992, p. 34)

Joana Maria Pedro⁹ identifica três características do jornalismo em Desterro na segunda metade do século XIX. Primeiro a vinculação “direta ou indireta ao poder público”, seguido da vida curta da maioria das publicações e, terceiro, são “instrumentos de política partidária”. Em suas páginas, entretanto, começa a ser divulgada a “[...] ideologia burguesa que se espalha, a partir da Europa, na esteira da internacionalização do capital [...]”, incluindo aí a “[...] rígida separação entre o setor privado e a esfera pública, bem como a construção de uma esfera íntima familiar”. (PEDRO, 1995, p. 15)

Impedido pela idade de frequentar os clubes sociais locais, o jovem Boiteux despertou sua curiosidade sobre eles. Naquele tempo funcionavam o Harmonia Militar, o Clube Familiar, o Clube 12 de Agosto, o Euterpe 4 de Março e o Terpsischore 12 de Julho (1879). Dentre

todos, o Clube 12 era o mais representativo da elite de Desterro, criado na casa dos Pinto da Luz, por “[...] elementos da sociedade desterrense, moços da mais alta expressão no mundo dos negócios e da política locais [...]”, diz Cabral¹⁰. “Foi um clube relativamente fechado, inclusive neste século”. “Era preciso vencer uma severa comissão de aceitação de sócios” (CABRAL, 1972b, p. 15). Foi uma “[...] sociedade de elite, representativa do que melhor havia em Santa Catarina, na comunidade desterrense, com as portas fechadas para elementos ainda não inteiramente integrados na sociedade local.” (CABRAL, 1972b, p. 16)

O envolvimento de José Boiteux com a imagem, sobretudo a fotografia, e o valor que o mesmo dará a elas no futuro, como veremos, pode ter começado nestes dias em Desterro. A arte da litografia, por exemplo, estava presente na cidade pelo menos desde 1833, com Adriano Eugênio Pereira da Cunha e Melo, e continuava em 1863, com Júlio Melchior Rohlacher, associado à Schwartz. Em 1879 Alexandre Margarida mantinha uma litografia Rua Augusta, n. 28, em frente à Alfândega, junto com uma funerária. (CABRAL, 1972a, p. 88)

Fotógrafos renomados marcaram presença em Desterro, muitos de passagem, itinerantes, outros estabelecidos por mais tempo, desde João Azzaly em 1859, com os sistemas Ambrotypo e Vristalotyco, com

fundo colorido, passando por José Maria Barreto de Menezes, Vicente Mola e, em 1867, na Rua Augusta, Cristiano Júnior, que possuía atelier no Rio. Em 1870 foi a vez de Moisés Willian Comset, estabelecida a Rua Palma, n. 6 e depois na Rua do Livramento, n. 23, sobre quem falaremos um pouco mais a seguir. Nuno Perestrelo da Câmara montou estúdio anunciando-se como “Fotógrafo de Suas Altezas Imperiais”, depois apareceram, Walter Sutton Bradley, substituído por Marcos Agapito de Melo, e Gabriel Marroig em 1877, entre outros. (CABRAL, 1972a, p. 81)

Essa circulação permanente de fotógrafos, segundo Bóris Kosoy¹¹, “[...] foi uma das características mais notáveis da penetração da fotografia no interior do país”. Foram os pequenos fotógrafos, “[...] anônimos, itinerantes, ‘volantes’, ambulantes”, que contribuíram para a “fixação da imagem do homem brasileiro”, exercendo outros ofícios para garantir a sobrevivência. (KOSSOY, 2002, p. 25)

Ao chegar à cidade José se deparou com diversas obras em andamento, majestosas para a época, como as do Teatro Santa Isabel, em fase de acabamento. Pensado a partir de 1854, teve a pedra fundamental lançada em julho de 1857 e inaugurado em 7 de setembro de 1875. Segundo Cabral, já nos primeiros anos da década de 1870 era usado por companhias teatrais (CABRAL, 1972b, p. 150). Desde 1877, o fotógrafo Moisés Willian Comset

arrendou o Santa Isabel por dois anos, iniciando com uma sucessão de peças de Araújo Coutinho e temporadas de companhias de maior ou menor renome. (CABRAL, 1972b, p. 180-181)

O trânsito das companhias teatrais pela cidade era facilitado pela presença de linhas regulares de embarcações. Desde 1875, a Companhia Catarinense assinara contrato com o governo para manter uma linha de vapores subvencionada entre a Capital e Laguna (com subvenção). A linha regular de paquetes entre os portos do sul garantia o transporte de passageiros e cargas no eixo Rio-Desterro-Rio Grande, parando em Santos e Paranaguá. Em 1877 passaram pelo porto de Desterro os paquetes Canova, Proteção, Cervantes, Rio Grande, Rio de Janeiro e Calderon, entre outros. (CABRAL, 1972a, p. 126)

A Capital vivia momentos de transformações em sua paisagem urbana, com diversas obras e outras intervenções em andamento. No dia 18 de maio de 1872, por exemplo, fora lançada a pedra fundamental do Hospital Militar, na Prainha, edificação ainda existente (CABRAL, 1972a, p. 188). A antiga Alfândega estava sendo reconstruída, após a explosão de 1866, com pedra fundamental lançada em janeiro de 1875 e inauguração festiva em julho do ano seguinte. (REIS, 2004, p. 1.265-1.280)

No ano de sua chegada, 1875, houve festa da cumeeira do edifício da Capitania dos Portos, sendo concluídos o forro do teatro Santa Isabel e os alicerces da nova Alfândega. Em 12 de junho aconteceu outra festa da cumeeira do Quartel da Polícia, no Largo do Palácio – ainda existente, ao lado dos Correios (REIS, 2004, p. 1.269). Desde 1876 havia um novo trapiche de desembarque no final da praça. (REIS, 2004, p. 1271)

Outras mudanças na face da Capital aconteceram em 1880, quando Boiteux frequentava o Liceu. Em janeiro foi inaugurado o novo sistema de iluminação pública, com o chamado gás-globo, no lugar dos antigos lampiões a óleo de baleia e peixes. Em novembro foi inaugurada a linha de bondes de Polidoro Olavo de São Thiago, ligando o largo do Palácio (Praça 15) até a atual Rua Altamiro Guimarães, puxados por burros. (REIS, 2004, p. 1.365)

Uma intervenção importante e que deve ter marcado o jovem Boiteux foi a inauguração do monumento aos mortos na Guerra do Paraguai, que começou a ser erguido em 1875, ano em que ele chega à Capital para continuar os estudos, inaugurado em 1º de janeiro de 1877, “no centro da Praça”, com grande cerimônia, muitos discursos, apesar de inacabado (REIS, 2004, p. 1.289). O referido movimento foi erguido por meio de comissão formada por políticos, comerciantes, armadores, mili-

tares, profissionais liberais, jornalistas, conforme Cabral¹² (CABRAL, 1971, p. 94-96), cujo formato Boiteux adotará mais tarde quando ergueu estátuas e outros monumentos.

Boiteux foi para o Rio e as melhorias projetadas não aconteceram. Em 1885, em troca da iluminação, foi autorizada a colocação de dois quiosques na parte de baixo, ocupados por dois cafés até o século XX (CABRAL, 1971, p. 103). Um gradil de ferro de 280 libras esterlinas veio da Inglaterra. O miolo da praça foi ajardinado, ganhou gruta artificial, pombais, canteiros e árvores. Abria às 9 horas e fechava às 21 horas. Havia um sino pendurado numa árvore em frente ao então Quartel da Polícia avisando o fechamento dos portões. (CABRAL, 1971, p. 105)

Esse primeiro momento de permanência de José Boiteux em Desterro foi entremeado de epidemias, proporcionando ao jovem o medo e o contato direto com a morte. Em junho de 1876, a febre amarela leva o menino Alfredo, filho de Fernando Machado, cuja viúva havia se casado com Genuíno Vidal. Neste mesmo mês faleceu a professora Rosalina Vilela Paes Leme, esposa do capitão-tenente Jacinto Furtado de Mendonça Paes Leme, oficial da Marinha, casal responsável pelo Colégio Conceição, onde José Boiteux estudou. (REIS, 2004, p. 1.279)

Apesar disso a Repartição de Saúde nega a presença da doença, enquanto o major Antônio Florêncio Pereira do Lago, engenheiro de obras do Governo, executa medidas preventivas conhecidas na época: limpeza das fontes de abastecimento de água, abertura de valas para escoar as águas paradas e limpeza dos quintais (REIS, 2004, p. 1.285-1.286). Em 1877 foi apresentado (“creio que pela primeira vez”, acredita Cabral), o pedido de concessão da coleta do lixo, águas servidas e fecais, conforme lei votada neste ano. Firmino Duarte Silva e Carlos Guilherme Schmidt pleiteavam o serviço por 20 anos, aprovado pela Câmara que, sete anos depois, licitou a concessão da limpeza diária das ruas e das praias por um ano (CABRAL, 1971, p. 187). O lixo e as águas servidas e fecais eram inicialmente lançadas na praia do Arataca. (CABRAL, 1971, p. 188)

Em março de 1878 surge nova ameaça de febre amarela (REIS, 2004, p. 1.326). As pessoas eram orientadas a caíar suas casas (REIS, 2004, p. 1.403). Em 16 de fevereiro chega um navio argentino de transporte de gado, o *Campaña*, foi interditado e ganhou bandeira amarela, sinal de doença infecciosa a bordo. O lazareto de Ratonés, na ilha de Ratonés Grande, na Baía Norte, foi aberto. Os navios vindos do Rio, Santos e Paranaguá foram obrigados a ancorar nas imediações de Ratonés. Foi um dos maiores surtos registrados (CABRAL, 1972a,

p. 206). Nessa ocasião, o presidente da Província manda examinar as fontes de Desterro. A melhor água colhida era a da fonte do Brocado, de Estevão Manoel Brocado, o Estevão Maneta que a vendia em pipas nas ruas. Cabral cita mais de uma dezena de fontes na região central (REIS, 2004, p. 1.327)

Em 1879 foi a vez de um surto de varíola, sendo estabelecida a notificação compulsória e o isolamento dos doentes. “Casa de onde saísse um doente, deveria ser desocupada por 30 dias, caiada e desinfetada [...]”, escreve Cabral. “Defunto também deveria ser desinfetado antes de colocado no caixão que seria imediatamente fechado, sua roupa queimada, para não ser distribuída aos pobres, como era de hábito [...]”, acrescenta o mesmo autor. (CABRAL, 1972a, p. 199)

No ano seguinte, 1880, o surto de febre amarela chegou pelo canhoneiro italiano Seyla, que ancorou na Baía Norte nas imediações da fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim “[...] notificando às autoridades ter a bordo um suspeito de febre amarela”. O navio vinha do Rio. O presidente foi alertado da necessidade de estabelecer o isolamento, mas não deu importância. Os passageiros desembarcaram. As autoridades sanitárias se limitaram a proibir visitas a bordo e a declarar sujos os portos do norte. O saldo final foi de 230 casos e 41 mortos. A doença voltou em outubro. (CABRAL, 1972a, p. 207)

O ano de 1882 foi particularmente dramático, já que a varíola atingiu todo o litoral. Até 30 de setembro foram sepultadas 345 pessoas, 141 de varíola, somente na Capital. A epidemia de febre amarela de 1884 foi bem mais danosa e, segundo Cabral, “[...] enterravam-se os mortos à noite, para evitar o pânico”. O presidente da Província, o médico Francisco Luís da Gama Rosa, “[...] não acreditou que houvesse febre amarela, não passando tudo de sezões”. E mandou distribuir quinina (CABRAL, 1972a, p. 208). Boiteux já estava no Rio.

Em 16 de março de 1882 registraram cerca de mil pessoas doentes da “febre maligna”, ou tifo, esclarece Cabral, em São Miguel. O presidente da Província vai ao local acompanhado do Inspetor de Saneamento e do médico Antônio José Sarmiento de Melo, inaugurando uma enfermaria, a cargo de Sarmiento (REIS, 2004, p. 1.434). Em fins de abril, o médico Sarmiento chega a Desterro doente, falecendo em seguida. “Havia contraído a doença em São Miguel. Foi um médico humanitário que deixou filhos em Desterro” (REIS, 2004, p. 1.434). Em agosto surge uma epidemia de bexiga na Capital e em São José. (REIS, 2004, p. 1.438)

O jovem estava experimentando os primeiros contatos com a cidade, seus meandros, segredos, a geografia, a história e sua população. As cidades conforme

Jacques Le Gooff¹³ assumem na Idade Média uma “função cultural” de escola, arte, teatro e urbanismo. “É na cidade”, assinala o autor, que essas manifestações “se irradiam”. Essa “função cultural”, disputada contemporaneamente pelos “lugares extra-urbanos, foi a cidade que exerceu, até agora, desde a Idade Média”. (LE GOFF, 1998, p. 125)

A Praça 15 de Novembro, coração do centro histórico de Florianópolis, era o “cartão postal da cidade, coração da urbe”, no dizer de Cabral, desde a fundação por Dias Velho, marcando o “[...] ritmo da pulsação de toda a nossa vida, pois nela os fatos mais significativos da nossa história têm tido o seu palco”. Quando José Boiteux desembarcou na Capital para os estudos, o local “não passava de um potreiro” (REIS, 2004, p. 1.287). Por volta de 1877 começou a ser motivo de preocupação. (CABRAL, 1971, p. 102)

Serviços e produtos que não se encontravam na área rural podiam ser encontrados em Desterro, a começar pelos produtos para os cuidados pessoais. Desde 1874, os jornais anunciavam as águas de Toucador e Divina de Coudray e Água Janina do Dr. A. Ibos, para colorir os cabelos. Disponível também o “único genuíno” sabão de alface de K. Piver & Cia., de Paris, e o Grisalin, do Dr. James Smithson, visando dar cor natural ao cabelo, e os perfumes Fashionable e Opopanax. Em 1879, a água de toucador mais anunciada foi a Kananga do Japão. Os

mais pobres tinham acesso às águas de Alfazema e de Flórida, “[...] que eram o seu perfume predileto” (CABRAL, 1972a, p. 77).

No Mercado Público havia fartura de carnes e peixes, além de verduras e legumes, melâncias, pêssegos, uva (CABRAL, 1972a, p. 103). Em alguns círculos, a cerveja inglesa era a preferida, “não só pela leveza como pelo gosto”, destaca Cabral, citando as marcas Bass, Foster e Christiania (CABRAL, 1972a, p. 86). Vinhos de Lisboa, tintos e brancos, de Málaga e outros eram vendidos na cidade. (CABRAL, 1972a, p. 105)

Desde 1876 funcionava na Rua Alves de Brito o moinho de arroz de Fernando Hackradt e Carlos Ebel, movido a vapor. Outro moinho, movido a vento, funcionava no Campo do Manejo, transformando milho em fubá. (CABRAL, 1972a, p. 89)

Em suas caminhadas pelos arredores do Centro, Boiteux tomou contato com outras facetas da cidade. O maior e mais caudaloso curso d’água era o rio da Fonte Grande ou da Bulha, com nascentes nas encostas do Morro da Cruz, seguindo por um curso sinuoso (atual Avenida Hercílio Luz), recebendo contribuições até desaguar ao lado do antigo Forte de Santa Bárbara, na Baía Sul de Florianópolis. (CABRAL, 1971, p. 189)

Suas margens eram ocupadas pela população mais pobre da cidade. As lavadeiras, por exemplo, improvisavam remansos com pedras para suas lavações (CABRAL, 1971, p. 190). Várias casas do chamado Beco Sujo tinham fundos para o rio da Bulha e “[...] outros casebres que contornavam a Pedreira e iam até a Rua do José Jacques”. Eram “[...] casinhas que abrigavam, nos primeiros tempos, a gente mais pobre da Vila e, mais tarde, com a proximidade do Quartel, as famílias dos soldados, e até mesmo as marafonas que acudiram a cidade, ou nela se fizeram”. (CABRAL, 1971, p. 191)

O Rio da Bulha, diz Cabral, “ficou célebre”, pois em suas margens

[...] surgiam os primeiros casos das epidemias que reinavam. As zonas que ele cortava, à medida que ia avançando o seu curso, iam-se tornando as piores da cidade. A Pedreira, zona por ele flanqueada, foi (sem desconsiderar a Figueira nem a Toca) o bairro mais sujo que jamais existiu em Nossa Senhora do Desterro. (CABRAL, 1971, p. 193)

No outro lado do rio havia o Beco do Pedro Soares, “[...] as casinhas do Campo do Manejo, os casebres do

Beco Sujo, vizinhando com o Quartel, completavam a paisagem”. Eram “cortiços baratos e sem conforto”, habitados por lavadeiras, marinheiros, soldados, mendigos, “mulheres de má vida” e “gente de má fama”. “Toda uma favela a marginalizar um rio imundo”. (CABRAL, 1971, p. 194)

O Estreito (insular), a Tronqueira, imediações do Campo do Manejo (Instituto Estadual de Educação), e as ruas atrás da Catedral, “[...] eram os bairros para onde os pobres, os mais pobres, foram aos poucos se exilando [...]”, à medida que “[...] o comércio mais forte foi tomando de assalto as ruas do Centro, onde ela anteriormente elevava as suas casinhas”. A Toca, região da Prainha, era bairro de pescadores. A Figueira era o bairro dos marinheiros e dos trapiches, das meretrizes e das pequenas casas. (CABRAL, 1971, p. 196)

Em 28 de março de 1878, Sérgio Lopes Falcão critica a polícia “[...] por não dar combate aos civis denominados zungus, que eram (na linguagem dos escravos) antros de escravos e paraguaias”. O autor diz que se tratavam de “[...] bordéis de última categoria, cortiços coletivos, nas piores zonas da cidade, onde predominava a última ralé [...]”, sendo as “[...] ditas paraguaias, na maioria das vezes, mulheres locais. O termo usado era pejorativo, resquício da última guerra travada [...]”, comenta o autor. (REIS, 2004, p. 1.325)

Jornalista

Apesar da estreia jornalística de José Boiteux ter ocorrido com uma dissertação sobre Roma, publicada na edição n. 5 do jornal *Colombo* em meados de 1881, foi em *O Caixeiro* que ele executou produção de maior fôlego, representativa da opção intelectual que faria. Desde cedo se integrara ao grupo dos “Novos” ou “Idéia Nova”, assegura Henrique Fontes.¹⁴ Acompanhou a criação do jornal *Colombo*, sob a chefia de Manuel dos Santos Lostada, João da Cruz e Sousa e Virgílio Várzea, periódico que circulou de 7 de maio a 24 de setembro de 1881, complementa Fontes.

Juvêncio de Araújo Figueiredo, Horácio de Carvalho, João Adolfo Ferreira de Melo, José Rodrigues Prates e Henrique Boiteux também colaboraram no jornal. *Colombo* foi uma espécie de manifesto de adesão do grupo à Escola Nova, versão local do Parnasianismo. No artigo “Roma”, ele fala de uma “robusta e áspera” Cidade Eterna “dos tempos heróicos e das grandes façanhas” que “já não existia”. (FONTES, [1960?], s.p.)

Eliane Bahia, que estudou e catalogou a documentação de José Boiteux no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, observa que o referido artigo chamou a atenção do poeta repentista baiano

e médico da Marinha de Guerra, Symphronio Coelho, a serviço em Santa Catarina. Ele “[...] abraçou efusivamente o jovem principiante [...]” em carta ao velho professor de matemática Antônio Ximenes de Araújo Pitada, destacando que “[...] o talento promissor deste menino honrará a Província natal”. (BAHIA, 1994, p. 13)

No jornal *O Caixeiro*¹⁵ (“órgão da classe caixeiral”), Boiteux mantém a fórmula de lamentar o desaparecimento e enfatizar as qualidades e exemplos deixados, por meio da série “Glórias Passadas – O ano de 1869”, publicada em *O Caixeiro*, indicado como “Toscas considerações por J. A. B.”, como assinava. “Os filhos mais eminentes da então bela Exilópolis tombaram no frio vácuo da tumba nesse ano”, justifica. O periódico funcionava na Rua do Príncipe, e era dirigido por Francisco de Assis Costa.

Henrique Fontes esclarece que entre os “Novos” dominavam os empregados do comércio ou caixeiros como eram chamados. “Era a classe dos filhos de comerciantes e seus futuros sucessores, que não precisavam aprender ofícios mecânicos [...]”, tarefa que, segundo o autor citado, se tornava o “refúgio”. Ou seja, não exercendo por algum motivo função pública civil ou militar, sem vocação para o mar ou carente de recursos para continuar estudando, “[...] desejavam qual-

quer margem para ocupações intelectuais”. Os caixeiros “se vestiam bem” e “constituíam uma classe bem organizada”, realizavam movimentos semelhantes aos dos atuais universitários e “confraternizavam” com os alunos de preparatórios, ou seja, do Liceu. (FONTES, C. 1962)

Na referida série “Glórias Passadas”, o primeiro panegírico é de Fernando Machado, celebrado herói da denominada Guerra do Paraguai, apresentado como “[...] o anjo da Vitória, guia inseparável das vencedoras coortes brasileiras [...]”, explica Henrique Fontes¹⁶. Depois vieram Jacinto Machado de Bittencourt, outro combatente no Paraguai, o padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, “florão do púlpito e das letras”, os médicos Cristóvão José dos Santos e Cláudio Luís da Costa e João Francisco de Sousa Coutinho. (FONTES, 1998)

A morte do ex-escravo e líder abolicionista Luiz Gama, em 1882, motiva Boiteux a escrever uma crônica na seção “Literatura” de *O Caixeiro*, de 10 de dezembro – no dia anterior José comemorara 17 anos de idade. Luiz Gama crescera com “[...] a alma ferida destas mil atribulações por que passam aqueles que sentem o corpo dilacerado pelo látego do cru e despótico senhor [...]”, escreveu Boiteux. “Filho deste século, em que graças a magnânima e gloriosa lei de 28 de Setembro, não nascem mais escravos neste império [...]”, Gama era dotado de um “[...] espírito cheio

de idéias grandiosas, dominado pela mais doce das virtudes – a Caridade”. Não podendo ficar “[...] indiferente ante a contemplação dos sofrimentos que acabrunhavam aqueles que viam seus pulsos presos por duros e dilacerantes grilhões e seu espírito enclaustrado nas negras trevas da ignorância”. Uma vez liberto, Luiz “[...] não descansou um momento, salvando dos horrores da escravidão a centenas de infelizes [...]”, destaca Boiteux, “[...] graças ao ardor com que combateu por um dos fins mais nobres e elevados, – o da Liberdade”. Chegou um momento em que “[...] desprendendo-se dos laços terrenos, sereno abalou-se o seu espírito, à mansão dos justos”.¹⁷

Fontes conta que em 1881 por estímulo do velho capitão-de-mar-e-guerra, Antônio Ximenes de Araújo Pitada, foi criado o Grêmio Literário Catarinense Oliveira Paiva. Pitada foi seu primeiro presidente, tendo como vice-presidente o professor Wenceslau Bueno de Gouvêa, então com 38 anos de idade, Henrique Boiteux como secretário e seu irmão José como segundo secretário. Santos Lostada era o tesoureiro, João Praxedes Marques Aleixo, o procurador, e Cruz e Sousa era o orador (FONTES, 1998). As fontes consultadas indicam um José Boiteux ativo, presente nos principais acontecimentos e integrado a uma rede de sociabilidades das elites intelectuais e dirigentes locais.

Naquele tempo a cidade vivia momentos de efervescência cultural e a inauguração do teatro Santa Isabel abriu diferentes perspectivas. A passagem da atriz Julieta dos Santos e sua companhia em 1882 marcou época, coincide com o auge do grupo *Idéia Nova*, do qual participavam Santos Lostada, Araujo Figueiredo, Virgílio Várzea e Cruz e Sousa, entre outros, a versão local do Parnasianismo. “Foi um delírio da mocidade desterrense a passagem da menina-atriz pela Capital”, destaca Cabral, referindo-se a Julieta. (CABRAL, 1972b, p. 183)

Ao analisar a vida e a obra de Cruz e Sousa, R. Magalhães Júnior¹⁸ destaca o reboliço provocado pela passagem da referida atriz Julieta dos Santos, não tendo sido o poeta Simbolista o único a “prosternar-se aos pés da jovem artista”. Fizeram o mesmo Várzea, Lostada, Wenceslau Bueno e o próprio José Boiteux. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1975, p. 38)

Em julho de 1882 jovens estudantes e empregados do comércio criaram uma comissão para comemorar os 61 anos do padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, realizando no dia 12 uma marcha *aux-fambeaux*, com bandas de música particulares. O dia 16 foi marcado por concerto vocal instrumentado no Teatro Santa Isabel, cuja receita seria usada para erguer no cemitério “[...] um túmulo a fim de serem encerrados os restos

mortais do ilustre finado”. Na ocasião, “[...] pedia-se circunspeção durante a marcha, para que tal evento não se transformasse em marcha carnavalesca. Seria conduzido o retrato de Paiva por alunos dos colégios participantes”. (REIS, 2004, p. 1.437)

A homenagem no Teatro reuniu pequeno público. A Banda Guarani executou o Hino Nacional, o pano subiu e apareceu um dossel coberto de flores com um retrato a *crayon* do padre Paiva, executado por Virgílio Várzea. Depois falou Levy dos Santos, orador de honra, seguido de Wenceslau Bueno com “um leve e inspirado improvisado”. Soneto recitado por João da Cruz e Sousa recitou um soneto. “Tudo muito aplaudido”. Depois da parte literária, a banda Guarani executou a sinfonia *La croix d’Honneur*, com Francisco José da Costa na flauta e João Ferreira de Melo ao violino. Tocaram ainda duas fantasias da ópera *Norma e Aída*, mais um dueto de Átila, acompanhados ao piano por José Brasilício de Souza, então futuro autor da melodia do Hino de Santa Catarina. “Muitos aplausos”. Terminou com um dos membros da comissão “levantando vivas ao povo des-terrense”. (REIS, 2004, p. 1.437)

Todos esses momentos foram vivenciados por José Boiteux.

Ensaio Positivo

Por ocasião dos 60 anos da Independência, José Boiteux participou da edição especial de *O Caixeiro*, de 7 de setembro de 1882. Interessante no caso é a presença na capa do verde e amarelo e a imagem da bandeira do Brasil no Segundo Império, com um losango no centro do quadrilátero, sem o Brasão. É a base da bandeira a ser adotada na República, com a inclusão da esfera celeste e a faixa com o lema “Ordem e Progresso”. O losango também estava presente na Bandeira de Santa Catarina criada por José Boiteux. Fica evidente na manifestação o sentimento abolicionista de Boiteux.¹⁹

Nos textos de José Boiteux já está presente a retórica, apontada por José Murilo de Carvalho²⁰ como “chave de leitura” para uma história intelectual, que aponta três características: 1) a relação estreita entre os argumentos e a pessoa do orador, sendo que a autoridade do último (pela competência, prestígio, honestidade) é elemento importante de convicção, podendo o orador recorrer à autoridade de outros para sustentar seus argumentos; 2) o campo da argumentação, fechado dentro de um sistema na lógica, é sempre aberto na retórica, em que “[...] não há como decidir quando é que a ‘prova’ é suficiente. Sempre se podem aduzir argumentos adicionais [...]”,

levando necessidade de “[...] repetições, de redundâncias e do uso das figuras de linguagem para persuadir o ouvinte ou leitor [...]”; 3) para que a retórica seja eficaz, o orador precisa conhecer o público e assim “[...] escolher os argumentos, os estilos, a pronúncia adequados para movê-lo”. (CARVALHO, 2002, p. 137-138)

A “chave” a qual se refere Carvalho seria o fato de todas as correntes e grupos intelectuais, nos diferentes espectros do cenário político-ideológico, adotarem a retórica como instrumento. A violência verbal no jornalismo de fins do século XIX e início do século seguinte, por exemplo, vista como “imaturidade, falta de educação, incivilidade”, observa o citado autor, pode ser “matizada” se “olhado pelo prisma da retórica”. Ou seja, ao se abordar a “imagem negativa” dessa violência, é preciso perceber que o argumento retórico separa a autoridade do orador e a do argumento. “Na concepção de retórica adotada pela reforma pombalina, tributária da tradição cívica romana, é ainda mais clara a exigência de virtude do orador como garantia da capacidade suasória do argumento [...]”, acentua Carvalho. “No gênero retórico deliberativo, sobretudo, que é o que se aplica ao debate político, não se pode dizer ‘façam o que eu digo, não o que eu faço’”. (CARVALHO, 2002, p. 140-141)

A seguir, na íntegra, um artigo do jovem Boiteux, em setembro de 1882, em *O Caixeiro*, intitulado “7 de setembro de 1822 e 1880”. O autor estava com 16 anos de idade e concluía o curso no Liceu, mas já estão presentes as principais características da retórica.

“Há justamente 60 anos que nos plainos do Ipiranga, Pedro I soltou o brado de ‘Independência ou morte’, constituindo-se deste modo o Brasil, nação livre, tornando-a independente de Portugal; brado que simbolizando a nossa emancipação política, repercutiu por todas as províncias do Império do Cruzeiro, do Amazonas ao Prata, erguendo o povo do entorpecimento que o governo da metrópole havia sepultado, impelindo-o com o entusiasmo próprio da realização de idéias, nobres, gigantescas, de grandes eventos!...

Se não fosse bastante esta data memorável para encher de júbilo o coração dos catarinenses, e fazer transparecer em seus semblantes indizível contentamento, bastaria referirmos um grande acontecimento nesta pequena porção do mundo científico: a instalação em 7 de setembro de 1880, no salão da Biblioteca Provincial, de um curso

gratuito de Matemáticas, por um dos paladinos da instrução popular – o ilustríssimo Capitão de Mar e Guerra Pitada, que na sua útil propaganda na ciência de Newton, Callet, tem-se tornado digno dos maiores encômios, e alvo das mais brilhantes manifestações, como o foi nas capitais das provinciais de Sergipe e Paraná.

Brasileiro, não posso deixar de entoar hosanas, por tão monumental acontecimento pátrio. Catarinense, faltaria ao sentimento de gratidão, se deixasse de testemunhar meu reconhecimento ao distinto compatriota do Patriarca da Independência, ao ilustre preceptor da mocidade catarinense, a esperança do futuro, o gigante do porvir como bem disse o mavioso cantor da ‘Conferação dos Tamoios’, Visconde de Araguaia!

Setembro de 1882.

J. A. B.”²¹

As referências a Isaac Newton e ao matemático Jean-François Callet, além de destacar uma iniciativa positiva no campo da Matemática, são indicadores da familiaridade do adolescente com o positivismo.

Outro texto de José Boiteux, intitulado *À memória do eminente sacerdote José Leite Mendes de Almeida*, escrito em latim, também contém os elementos da retórica e do positivismo.

“Quebrou-se o colosso!

*O vendaval que furiosamente abate as mais fortes colunas da ciência, não parou, não enfraqueceu a aceleração da sua furiosa marcha, ante a grandeza do talento, arrojado como os vôos gigantescos da águia; da virtude inabalável e forte como as pirâmides do Egito; da ilustração, profunda como a ciência divina, de que foi soldado bravo. Muito mereceu das letras! Rio de Janeiro, 14 de julho de 1883. J. A. Boiteux”.*²²

O texto com sua versão para o português foi publicado em agosto de 1882 no jornal *A Regeneração* (Desterro). Em dois momentos, ele cita a “ciência” e em outro destaca a “ilustração”. Um ano depois o citado artigo suscitou elogios de seu ex-professor de Latim, Wenceslau Bueno de Gouvêa, publicados no mesmo *A Regeneração*, de agosto de 1883, quando José já estava no Rio, cursando o primeiro ano de Medicina. O professor Wenceslau, que recebera por carta o artigo de seu “inestimável ex-aluno”, que revelou: “Julguei, diz ele, que como antigo discípulo de latim, deveria escrever o meu primeiro artigo neste idioma”. Dando razão ao ex-aluno, deseja que honre

“[...] a memória do grande mestre da formosa e sabia língua de Cícero e de Horácio.”²³

Cabe uma reflexão em relação ao positivismo, alvo de ataques e críticas, de desconstruções e problematizações, em diversas áreas do conhecimento, sobretudo nas últimas três décadas. Tudo isso vem sendo relativizado nos últimos anos.

Em *O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração*, Alfredo Bosi²⁴ conhece o determinismo nela contido, apontado por correntes de diferentes áreas, sobretudo o “vezo factualista” pelo qual “contra fatos não há argumentos”, e que “[...] ignoraria o drama das relações intersubjetivas e, em escala maior, o movimento contraditório da História ao qual, desde Hegel e Marx, se dá o nome de dialética”. (BOSI, 2005)

Bosi avalia que o positivismo seria a “[...] hegemonia da coisa espacializada, mensurável, impenetrável, portanto opaca e inerte [...]”, o que o levou a ser “[...] banido das interpretações macro-históricas pela sociologia da cultura e pelo marxismo aberto de Benjamin e Adorno [...]”, expulso da crítica literária pelo “[...] intuicionismo de Croce e da estilística espanhola ou, mais recentemente, pela semiologia prazerosa do texto de Barthes [...]”, além de “[...] rejeitado, desde Bergson, por filósofos prestigiosos do século XX, Heidegger, Jaspers, Sartre e Foucault”. (BOSI, 2005)

O mesmo autor observa que diante da avalanche de restrições, o discurso “positivo” “[...] acantonou-se e afinou-se no empirismo lógico que dá prioridade ao único ‘fato’ ubíquo e incontestável, a linguagem, a qual, por sua vez, fala de fatos como o signo fala de coisas e de suas relações”. Antes uma “doutrina tão segura de si”, reunia em seu “[...] sólido Sistema todas as realidades inorgânicas, orgânicas e superorgânicas (sociais), na esteira do mestre Auguste Comte”. (BOSI, 2005)

Para Comte, a História do gênero humano se cumpriria em três estados, começando pela teológica (fetichista, inicialmente, politeísta e por fim monoteísta), passando pela metafísica e chegando na etapa positiva, esta última “[...] propiciada pelas duas revoluções modernas, a política (francesa) e a industrial (inglesa), mas só a filosofia positivista viera inaugurá-la”. O mestre divisava a marcha triunfal da Humanidade, o Grão-Ser, “única divindade digna do culto de seres racionais”, comenta Bosi. (BOSI, 2005)

O homem público, para o positivismo, deveria voltar sua ação na “[...] integração ordeira dos indivíduos no regime republicano [...]”, cujas classes sociais estariam “[...] harmonizadas no sistema superorgânico [...]” e praticariam a solidariedade, “versão leiga do amor fraterno cristão”. O altruísmo, acrescenta Bosi, é termo cunhado por Auguste Comte por volta de 1830, para

quem os valores altruístas “contrapunham-se aos instintos agressivos da competição”. Era o que “[...] distinguia o comtismo do darwinismo social, que identificava na lei da selva o princípio motor de toda a evolução: *struggle for life*”. Comte, por seu lado, tinha como “[...] norma de conduta a expressão oposta: viver para outrem, *vivre pour autrui*”. (BOSI, 2005)

Assim temos um “*ethos* comteano” de uma sociedade onde predominassem os “[...] valores de verdade e transparência: viver às claras, *vivre au grand jour* [...]”, conforme nos indica Alfredo Bosi, preconizando no campo ético-político um “[...] regime de benemerência pelo qual os ricos, ditos chefes industriais, zelassem, via administração pública, pelo bem-estar dos pobres, ditos proletários”. Daí os lemas propostos: o Amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim. (BOSI, s.d)

É interessante reproduzir também extenso trecho de uma carta de José Boiteux endereçada ao seu pai, sem data, mas antes de 1894, que trata exatamente do tema positivismo. Nele vamos verificar que de alguma forma ele adota princípios desenvolvidos por Comte, dando novo significado, adaptando outros ou usando partes do cabedal metodológico do positivismo. Vejamos o documento publicado por Carlos Humberto Corrêa:²⁵

“A minha opinião sobre o Centro Positivista é a seguinte: A religião da humanidade é a síntese dos diversos pontos da doutrina dos positivistas. Sociologicamente falando, concordo muito com eles, e tanto assim que encomendei na Corte livros de Comte, que é o fundador do positivismo, como Vmce. sabe.

Quanto à religião, discordo. Há pontos em que não vejo vantagem alguma.

Os positivistas não admitem a imprensa diária. Admitem folhetos e de distribuição gratuita. A seguir-se com toda a fidelidade e sem discrepância o que Comte propõe como doutrina, teríamos que fazer uma revolução social nos nossos hábitos e costumes. Como em todas as religiões, há coisa boa e coisa ruim.

O plano adotado por Comte para o ensino das disciplinas de instrução é o mais perfeito que conheço. É por isso que raríssimos são os alunos das Escolas Militares e da Politécnica que não seguem Comte. E hoje, onde melhor se estuda, é nessas escolas. O estudo é sólido, completo.

A matemática superior, sobre levar a vantagem de ser uma ciência exata, fortifica o raciocínio [...]”. (CORRÊA, 1997, p. 77-78)

Como podemos observar, alguns elementos da doutrina comteana são pinçados e adotados, relidos com o acréscimo de elementos de outros pensadores e correntes, acrescentando elementos para a formação de uma visão de mundo, uma postura política ou orientação filosófica e ideológica. O tema é demoradamente tratado por José Murilo de Carvalho²⁶, que analisa as diversas opções dos ideólogos da República, e de que maneira “[...] esses modelos foram interpretados e adaptados às circunstâncias locais pela elite política republicana”. (CARVALHO, 1990, p. 18)

José Boiteux viajou em 28 de fevereiro de 1883 para o Rio de Janeiro, informa na capa o jornal O Caixeiro em sua edição de 4 de março daquele ano. “José Arthur Boiteux, nosso colega de redação, retirou-se para fora da Província [...]”, informa. “À sua reconhecida inteligência devemos grande número de artigos importantíssimos [...]”, tendo se mostrado “[...] um amigo leal, caráter distinto, talento superior a sua idade”. O periódico espera vê-lo na “[...] escola de Medicina, na corte, honrar a província que lhe servira de berço”. O autor do editorial dirige ao pai de José, o tenente-coronel Henrique

Boiteux, “[...] nossos parabéns por ter realizado o seu desejo; o qual era ver colocado seus filhos em alguma das Academias do Império a fim de estudar”. E concluiu: “A partida lhe dará tristeza, porém a volta, quando tudo concluído, lhe dará glória.”²⁷

O “homem cordial” de que fala Afonso de Taunay, em relação a José Boiteux, foi analisado em profundidade por Sérgio Buarque de Holanda²⁸ em artigos e no clássico *Raízes do Brasil*, cuja primeira edição surgiu cerca de dois anos após a morte de nosso personagem. A grande “[...] contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’ [...]”, observa Holanda recuperando uma “fórmula feliz” de Ribeiro Couto. “A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitam [...]”, salienta o autor de *Raízes do Brasil*, “[...] formam um aspecto bem definido do caráter nacional [...]”, destaca Holanda. Ao contrário da “civilidade” e das “boas maneiras” formais, em que existe “qualquer coisa de coercitivo”, a figura do “homem cordial” é uma expressão legítima de um “[...] fundo emocional extremamente rico”. (HOLANDA, 2011, p. 59)

A polidez, para Holanda, não integra o dia a dia do brasileiro. “Nossa forma de comum de convívio social é no fundo justamente o contrário da polidez”. A atitude polida,

nesse caso, seria uma espécie de “[...] mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: é a forma natural e viva, que se converteu em fórmula”. Holanda destaca outro aspecto da polidez, a de “[...] organização de defesa ante a sociedade”. Em outras palavras essa polidez “[...] detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, como peça de resistência”. Seria uma espécie de “disfarce”, permitindo “[...] a cada um preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções”. (HOLANDA, 2011, p. 60)

No Rio Capital

O Rio de Janeiro que José Boiteux encontrou em 1883 não era nenhuma cidade maravilhosa de encantos mil. Ao contrário. Em comparação com Desterro, com aproximadamente 15 mil habitantes na área central, o jovem estudante de Medicina se deparou com um emaranhado caótico de meio milhão de moradores. Rafael Marconi²⁹ diz que no início do Século XIX o Rio de Janeiro, com 60.000 habitantes, poderia sugerir exemplo de “equilíbrio entre cidade e natureza”, assinala, “[...] temos que imaginar como esta cidade chega ao final do século 19 já com os seus 500.000 moradores”. (MARCONI, 2003, p. 54)

O poder público naqueles anos realiza os primeiros serviços de infraestrutura urbana, sobretudo nos bairros mais abastados. Os antigos sobrados coloniais dominantes na região central foram desocupados pelos mais ricos, muitos “[...] transformados em cortiços – habitação típica de grande parte da população pobre de então [...]”, que buscava morar perto do trabalho “[...] pela impossibilidade de arcar com custos de transporte e/ou aluguel de casas nos subúrbios [...]”. Conforme Marconi, tudo isso gerou uma “forte crise sanitária” na segunda metade do século XIX, por meio de sucessivas epidemias, principalmente de febre amarela. Os surtos “[...] assolam a cidade, fazendo vítimas principalmente nos bairros onde moravam os mais pobres e junto às habitações coletivas onde as condições de higiene eram mais precárias”. Nesse momento “[...] muitos dos ricos acabam por abandonar a região central da cidade [...]”, indo morar em “chácaras em Botafogo”. Nos últimos anos do século XIX essa “crise sanitária” aumentou e a população continuou crescendo. (MARCONI, 2003, p. 54)

“Desde o tempo dos vice-reis, e mais ainda na primeira metade do século 19, o Rio de Janeiro foi uma cidade insalubre [...]”, enfatiza o texto *Doenças e epidemias no Rio de Janeiro (1850-1880)*, publicado sem autoria pela Biblioteca Virtual em Saúde Adolpho Lutz.

A primeira grande epidemia de febre amarela ocorreu entre dezembro de 1849 e setembro de 1850. “Numa população de 166 mil habitantes, a doença causou, segundo as estimativas do médico Pereira Rego, 90.658 amare-lentos e 4.160 mortos”. Desde então, “[...] durante 59 anos a febre assolou a capital, assumindo, em certos momentos, dimensões de verdadeira hecatombe [...]”, continua a fonte citada.³⁰

Essas epidemias, em especial as de febre amarela, geraram o surgimento de um tipo de medicina diferente da que vinha se constituindo no Brasil desde a década de 1830. “Medicina nova, tanto no que se refere às formas de conhecimento como ao modo de intervenção na sociedade, particularmente no contexto urbano [...]”, destaca a fonte. “O aspecto mais notável dessa transformação é o fato de a medicina se tornar social e, portanto, basicamente preventiva [...]”, surgindo em 1850 uma Junta de Higiene para acompanhar os trabalhos de controle das epidemias.

Assim, “[...] foram os higienistas os primeiros a formular um discurso articulado sobre as condições de vida na cidade [...]”, sugerindo “[...] intervenções mais ou menos drásticas para restaurar o equilíbrio urbano”. O primeiro plano urbanístico do Rio surgiu entre as epidemias de 1873 e 1876, e que geraram “[...] acalorados debates sobre a urgência de sanear a capital e remover

a grande massa popular do centro para a periferia [...]”, complementa o texto da Biblioteca Virtual em Saúde Adolpho Lutz.

Todas essas características de um lugar sem “encantos mil”, longe de ser a “cidade maravilhosa”, incomodaram os setores da elite dirigente. “Alguns interesses governamentais de ordem até mesmo nacional, como a própria atração de imigrantes, vital para o desenvolvimento econômico do país [...]”, salienta Raphael Marconi, “[...] estavam sendo prejudicados pela imagem da capital ser uma cidade pestilenta e repleta de doenças. A má fama da capital acabava por ‘contaminar’ todo o país”. A imagem de “[...] cidade suja, obsoleta em sua estrutura urbana, estava presente na cabeça do governo e de seus habitantes”. (MARCONI, 2003, p. 56)

Quando iniciou-se o período republicano aumentou o questionamento, pois as “[...] imagens emanadas da capital do país [...]” entravam em choque com o ideal de projeto de Brasil “[...] que a República buscava construir”. Chegou-se a falar em mudança da Capital “[...] para outro lugar, que correspondesse mais ao projeto republicano”. Por outro lado, “[...] as comparações com Buenos Aires e Montevideo quanto a ser a capital mais civilizada e europeizada eram constantes na imprensa”. O Rio “[...] parecia ‘perder’ em muito nesta pseudo

competição regional e Buenos Aires, com a sua avenida de Mayo, parecia ser imbatível [...]” como capital da América do Sul. (MARCONI, 2003, p. 55)

O Rio de Janeiro em 1883, para um jovem que completaria 18 anos de idade em dezembro, era uma cidade repleta de opções, palco dos acontecimentos que mudariam o Brasil, “[...] desde a desestabilização paulatina do Império até a consolidação definitiva da ordem republicana [...]”, destaca Nicolau Sevcenko.³¹ O Rio já era um grande mercado de emprego para os “homens de letras”, onde surgiria, em 1897, a Academia Brasileira de Letras, cidade cuja história se torna indissociável da história da Primeira República. “Derivam daí igualmente efeitos notáveis sobre o mundo da cultura [...]”, assinala Sevcenko. Foram os intelectuais abolicionistas e republicanos que “[...] se sediaram na maior parte, insinuando na própria corte o foco de resistência”. (SEVCENKO, 2003, p. 117)

Quando José Boiteux começou os estudos no Rio, a Faculdade de Medicina³² funcionava desde 1856 no prédio de serviço de Recolhimento das Órfãs, na Rua Santa Luzia, ao lado da Santa Casa de Misericórdia. Fora criada por Dom João, por Carta Régia em 5 de novembro de 1808, com o nome de Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia. Tendo chegado de Desterro com a carreira jornalística iniciada, onde aparece trabalhando questões

da história e da memória, Boiteux frequentou a contragosto o curso de Medicina em 1883 e parte de 1884.

Os interesses de José caminham em outro sentido. Ele passa a frequentar as sessões da Câmara dos Deputados e do Senado, ouvindo os grandes oradores da época, os chefes de partidos, jornalistas e políticos, informa Afonso de Taunay.³³ “Avidamente procurava surpreender as indiscrições dos bastidores e os falatórios dos repórteres [...]”, salienta. “Assim, dos últimos anos do nosso parlamentarismo conseguira fixar o mais largo e profundo panorama”. Dispondo de “magnífica memória”, enfatiza Taunay, lia com atenção os anais das duas casas do Parlamento brasileiro, “[...] dispondo de enorme elenco de nomes, programas partidários e casos”. (BARBOSA, 1982, p. 298)

Já em abril de 1884 ingressa no Centro Abolicionista Preparatório e, em maio, no Centro Abolicionista Castro Alves, ambos no Rio de Janeiro. Ou seja, ele chegou de mangas arregaçadas, pronto para a militância política. Desde os primeiros momentos, Boiteux estabeleceu contatos com um personagem que será marcante em sua trajetória nos anos seguintes: o Senador Antônio Justiniano Esteves Júnior³⁴ (BAHIA, 1994, p. 25-25). Nascido em Desterro no dia 21 de março de 1832, seguiu com 13 anos para o Rio de Janeiro, onde abriu uma

livraria, depois uma papelaria e artigos de escritório, apelidado de “Consulado Catarinense.”³⁵ (PIAZZA, 1983, p. 481)

Esteves Júnior, segundo Bahia, recebia as visitas em seu estabelecimento e, “[...] a cada dia, abria novos horizontes na vida dos jovens que tinham ideais republicanos”. A autora garante que foi esse envolvimento que o motivou a trocar a Medicina pelo Direito, já que “[...] poderia melhor lutar pela sua causa, pela idéia que tinha desde menino e que seu pai já lhe inculcava” (BAHIA, 1994, p. 25). Em sua “modesta papelaria”, observa Heitor Blum, no número 83 da Rua do Hospício, “e nas vias públicas”, fazia o proselitismo antiescravista.³⁶ (BLUM, 1939, p. 8)

Virgílio Várzea, citado por Bahia, com quem Boiteux convivera em Desterro, comenta a influência que Esteves Júnior exercia sobre os jovens da época. Seu estabelecimento era “[...] um ninho de catarinenses de todas as classes militares, oficiais de marinha mercante e de guerra, advogados, médicos, jornalistas, literatos [...]”, observa, entre os quais Luiz Delfino e Lacerda Coutinho, além de “[...] estudantes e outros que se batiam convictos e ardorosamente pela propaganda e conquista do regime democrata”. (BAHIA, 1994, p. 7)

A campanha abolicionista, visando apagar a “mancha da escravidão”, mobilizava a intelectualidade

carioca da década de 1880, atuante na imprensa e no Parlamento. “Os senhores” de escravos, como bem observa Humberto Fernandes Machado,³⁷ representavam o “atraso e conservadorismo”, acusados de “[...] dificultar a entrada do Brasil no rol das ‘nações civilizadas’”. (MACHADO, 2007, p. 1)

O Rio de Janeiro que Boiteux encontrou era um “[...] espaço repleto de contrastes, caracterizado pela incorporação das novidades européias e das idéias de progresso e civilização que se opunham ao escravismo [...]”, o que “[...] favoreceu o envolvimento da população na campanha abolicionista”. Assim, “[...] libertos, mulatos e brancos pobres se juntavam aos propagandistas nas ruas contra o cativo [...]”, entre os quais vamos encontrar Esteves Júnior. (MACHADO, 2007, p. 2)

A estratégia adotada pelos abolicionistas surtiu um “efeito devastador” sobre os senhores.

Era o que eles denominavam a limpeza das ruas, que consistia em pressionar proprietários de escravos de algumas ruas do centro, escolhidas previamente, para libertarem os seus cativos, sob ameaça de publicação de seus nomes nos jornais. Cada propagandista ficava responsável por uma rua, devendo persuadir os senhores a eliminar a mancha que sujava a cidade. A limpeza da Rua do Ouvidor e do Largo de São Fran-

cisco, onde se situava a Escola Politécnica, em abril de 1884, foi saudada de forma entusiástica pelos jornais abolicionistas da cidade, com festas e bandas de música. (MACHADO, 2007, p. 2)

O mesmo autor enfatiza o aspecto não violento da campanha, o tom conciliador de suas lideranças. “Ao mesmo tempo em que procuravam demonstrar aos senhores a inviabilidade de preservação do escravismo [...]”, enfatiza, “[...] deixavam claro que a abolição não poderia ser feita de uma forma traumática”. (MACHADO, 2007, p. 4)

A imagem dessa postura fica evidente num relato de Emílio Blum sobre a amizade que unia Esteves Júnior e o desembargador Coelho Bastos, então Chefe de Polícia da Corte. Ao fazer uma viagem a Europa, Bastos deixou uma procuração para que Esteves Júnior administrasse sua fortuna. Ao retornar recebeu a informação de um lucro de 200 contos de réis. O desembargador teria abraçado o catarinense e dito: “Você é livre pensador, abolicionista e republicano; eu sou católico, escravocrata e monarquista, mas somos dois homens honrados e, portanto, podemos ser bons amigos”. (BLUM, 1939, p. 9)

Festejada nas principais cidades brasileiras, com ampla repercussão na imprensa, a Abolição representou uma “brisa” de progresso e civilização que “[...] soprou sobre o país, eliminando-se o trabalho escravo”. O Brasil

ingressava finalmente no “rol das nações civilizadas”, com um porém, o de que “[...] nem o mais tênue sopro atingiu os ex-escravos, após a extinção legal do cativo”. Alguns abolicionistas alertaram sobre a necessidade de “[...] reformas para melhorar as condições de vida dos libertos [...]”, como José do Patrocínio, o que não aconteceu naquele momento. (MACHADO, 2007, p. 8).

Em junho de 1885, Boiteux associou-se ao Centro Abolicionista 6 de Junho, também no Rio, do qual foi Primeiro Secretário (BAHIA, 1994, p. 24-25). Estava com 19 anos de idade e se viu “[...] preso de amor à doutrina Republicana [...]”, assegura Dante Martorano,³⁸ com todo o “ardor” de que era “capaz”, logo se tornando um “discípulo fervoroso” de Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva e Antônio Pinto. O autor assinala que além de Esteves Júnior, Boiteux se aproximou também de Manoel da Silva Mafra. (MARTORANO, 1984, p. 17)

Sua ligação com o republicanismo o fez recusar a indicação de seu nome pelo Partido Liberal em Tijucas para figurar como deputado provincial. “Recusou Era republicano. Ser-lhe-ia demasiadamente pesado para seu espírito independente, renegar suas idéias” (MARTORANO, 1984, p. 17). Segundo Bahia, “[...] todo seu esforço, quer pessoal, na propaganda, quer financeiro, desembolsando quantias, fazem de José o ser perfeito idealista da causa que abraça”. (BAHIA, 1994, p. 26)

O envolvimento se aprofunda e, em 1886, sócio efetivo do Clube Tiradentes e seu Segundo secretário na presidência de Ubaldino Amaral, ele articula com Esteves Júnior a criação do Clube Republicano Catarinense, instalado em 14 de julho de 1887. O ato se deu na sede do Clube no Rio de Janeiro com a presença de alguns futuros líderes republicanos em Santa Catarina, como Lauro Müller. Ao ser instalado o Clube Republicano Catarinense, os presentes declararam adesão aos últimos manifestos do Congresso Nacional Republicano, no qual José Boiteux e Antero dos Reis Dutra eram suplentes de delegado. Feita a eleição para a escolha do presidente do Clube, Esteves Júnior venceu a indicação com 15 votos. (BAHIA, 1994, p. 26)

A decisão de abandonar o curso de Medicina e abraçar a carreira do Direito, segundo Dante Martorano, também foi motivada por um detalhe pessoal: “A autópsia lhe pareceu brutal”. Ou seja, entre o que surge na ponta de um bisturi e o que sai da pena, preferiu a segunda (MARTORANO, 1984, p. 17). “Como não tinha encontrado entusiasmo pelas ciências médicas [...]”, destaca Eliana Bahia, José “[...] optou pela área jurídica, que melhor dizia ao seu espírito, como liberal e abolicionista, já declarado que era”. (BAHIA, 1994, p. 12)

Estágio Paulista

Foi então que se matriculou na Faculdade de Direito de São Paulo, período em que se envolveu profundamente com o positivismo, assegura o professor Walter Fernando Piazza³⁹. (Entrevista ao autor) Criada em 1827 com a denominação de Academia de Direito de São Paulo, se tornou uma “[...] instituição-chave para o desenvolvimento da Nação [...]”, segundo o *site* da própria instituição. “Era pilar fundamental do Império, pois se destinava a formar governantes e administradores públicos capazes de estruturar e conduzir o país recém-emancipado.”⁴⁰

De fato, a Faculdade de Direito era na época uma espécie de reduto positivista, republicano, abolicionista. “No espírito a flama da república arde inextinguível [...]”, observa Martorano ao comentar o envolvimento de José Boiteux. No segundo ano do curso foi presidente do Clube Republicano Acadêmico, Clube Republicano Acadêmico, fundado em 1876 e voltado à propaganda das ideias republicanas. “Tal cargo aceitava, e o fazia com gosto e honra. São muitos os seus afazeres [...]”, destaca o mesmo autor. (MARTORANO, 1984 p. 18)

Nos primeiros tempos de permanência na capital paulista, José atuou como revisor do jornal *Diário*

Mercantil, recebendo cerca de mil réis mensais para o sustento (MARTORANO, 1984, p. 18; BAHIA, 1994, p. 12). Mais do que isso, foi um período de grande aprendizado para Boiteux, situado numa função privilegiada num veículo importante, apontado por Matias M. Molina como um dos jornais mais “admirados e elogiados” no século XIX, com amplo espaço para a produção literária paulista e portuguesa. Fundado em abril de 1884 por Buenaventura Gaspar da Silva Barbosa, um português “liberal e rebelde”, acompanhado do patriótico Leo d’Affonseca, redator.⁴¹ (MOLINA, 2011)

O jornal publicava textos de autores como Júlio Ribeiro, Sena Freitas, Olavo Bilac, Teófilo Dias e Augusto de Lima, entre outros, muitos dos quais passavam pelas mãos de Boiteux antes de serem publicados. “Era bem escrito, bem apresentado, de bom gosto e uma das plataformas literárias da época. Vários dos melhores escritores passaram por suas páginas”. (MOLINA, 2011)

E não era somente o jovem catarinense quem trabalhava para se manter. Olavo Bilac, também estudante de Direito em São Paulo, “[...] teve no *Diário Mercantil* seu primeiro emprego para custear os estudos, por recomendação do poeta parnasiano Raimundo Correa”. Estava se iniciando no jornalismo. Alphonsus de Guimaraens também se socorreu dos rendimentos no

jornal. O conservador França Júnior, jornalista carioca, enviava suas crônicas e Júlio Ribeiro publicou no *Diário Mercantil* as polêmicas “Cartas Sertanejas”. Matias M. Molina, em quem nos baseamos, informa que em 1886, o jornal tinha a segunda maior tiragem em São Paulo, 3 mil exemplares, atrás apenas do *Província*, com 3,3 mil e à frente do *Correio Paulistano*, 2,5 mil. (MOLINA, 2011)

Em meados de 1889, ano da proclamação da República, José Boiteux pede demissão por divergir da linha editorial do jornal em relação às iniciativas do gabinete liberal, sob a liderança de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, Presidente do Conselho de Ministros do Império. Empossado em 7 de junho de 1889, Ouro Preto propôs iniciativas visando assegurar a continuidade do Império, incluindo maior autonomia às províncias, liberdade de voto e de ensino, redução das prerrogativas do Conselho de Estado e o fim dos mandatos vitalícios para o Senado.

O jornal assumiu a defesa do ideário de Ouro Preto e Boiteux discordou. “Republicano e idealista”, observa Martorano, o “barriga-verde” achou melhor “[...] lançar-se aos magros braços da mímica do que esquecer um bocadinho só do brio de um varão Boiteux” (MARTORANO, 1984, p. 18). “Quando o periódico abriu campanha contra os republicanos [...]”, observa

Bahia, “[...] ele pediu demissão” (BAHIA, 1994, p. 15). O citado Molina destaca uma informação que ajuda a entender a iniciativa do jovem jornalista. Pouco antes da proclamação da República, o então presidente da Província General José Vieira Couto de Magalhães, liberal, “[...] subvencionava o Diário com 500 mil réis mensais [...]”, pagamento este “[...] aprovado pela Câmara sob a rubrica ‘auxílio à imprensa para propaganda de imi-gração em Portugal’””. (MOLINA, 2011)

Além do curso de Direito e do trabalho no *Diário Mercantil*, José encontrou tempo para colaborar com diversos periódicos de Santa Catarina, conforme apurou Eliane Bahia. Por meio dos jornais *A Página* e *Sul Americano*, ele fez campanhas visando erguer monumentos em homenagem a Anita Garibaldi e a Fernando Machado. Escreveu regularmente para *A Regeneração*, *O Constitucional* e o *Jornal do Comércio* (Desterro-Florianópolis) e *A Gazeta do Sul* (Laguna). (BAHIA, 1994, p. 15)

Por ocasião do golpe republicano de 15 de novembro de 1889, José Boiteux estava em São Paulo, tinha 23 anos de idade, faria 24 em 9 de dezembro. Antes disso tomaria posse como Chefe de gabinete do primeiro governador republicano de Santa Catarina, Lauro Müller.

Notas

1 – O poema é apresentado com dois títulos. O que estamos reproduzindo e comentando, sem indicação de data, intitula-se *Away!* Foi reproduzido da coletânea de obras esparsas, intitulada *A poesia interminável de Cruz e Sousa* (Fundação Biblioteca Nacional-Departamento Nacional do Livro). Disponível no *site* Domínio Público <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000089.pdf>>, cuja íntegra reproduzimos a seguir. Evaldo Pauli reproduz o mesmo poema com o título *Avante*, datado de 17 de setembro de 1880, em seu livro *Cruz e Sousa – Poeta e pensador*. (São Paulo: Editora do Escritor, 1973)

AWAY!

A meu distinto amigo e talentoso jovem

José Arthur Boiteux

O livro, esse audaz guerreiro,

Que conquista o mundo inteiro,

Sem nunca ter Waterloo!...

Castro Alves

Avante, sempre, nessa luz serena,

Empunha a pena, sem temor, com fé!...

Eleva às turbas as idéias d'ouro,

Que um tesouro tua fronte é!...

Eia, caminha nessa senda nobre,

Na pátria pobre, no teu berço aqui!...

Prossegue altivo, sem parar, constante,

Faz-te gigante, diz depois — Venci!...

*Ala-te à glória num voar titânio,
Burila o crânio de fulgor sem fim!...
E entre o livro d'imortais perfumes
Calca os ciúmes d'imbecil Caim!*

*Imita os grandes, incansáveis vultos
Que lá sepultos no pó negro estão!...
Anda, romeiro dos vergéis divinos,
Mergulha em hinos a gentil razão!*

*Estás na quadra radiante e linda,
É cedo ainda para enfim descrever!
És jovem... pensas... és portanto um bravo
Ser ignavo... é sucumbir... morrer!*

*Vamos, caminha, mesmo embora exangue
Da frente o sangue vá rolar-te aos pés!
Agita a alma qual febris as vagas,
Que dessas chagas brotarão lauréis!*

*Além do livro, colossal, enorme,
Que nunca dorme perscrutando os céus!.
Acima dele supernal, potente
Está somente, tão-somente Deus!*

*Vai! ... vai rasgando, percorrendo os ares,
Novos palmares, meu gentil condor!
Depois de teres pedestal seguro
Lá do futuro te erguerás senhor!...*

*Qual Ney ousado que, ao vibrar da lança,
Nutre esperança de ganhar, vencer,
Assim co' a idéia vai lutar, trabalha,
Vence a batalha do dinal saber.*

*Eia que sempre na brasília história
De alta glória colherás o jus!...
O livro augusto do porvir descerra,
Sê desta terra precursor da luz!!!*

2 – REIS, Sara Regina Poyares dos. (Org.) **História da política em Santa Catarina durante o Império**, v. IV. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. Oswaldo Rodrigues Cabral deixou a pesquisa para o livro quase pronta. A professora Sara Regina Poyares dos Reis, sobrinha de Cabral, informou ao autor que precisou complementar algumas informações e ordenar os textos originais visando sua edição.

3 – VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

4 – MARTORANO, Dante. **José Arthur Boiteux**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984.

5 – Ata de Exames Preparatórios de 12 de novembro de 1879. Documento original do Arquivo de José Boiteux. In: BAHIA, Eliana. **Perfil de José Arthur Boiteux: um construtor da cultura catarinense**. 1994. Dissertação

(Mestrado em História) Curso de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, ago de 1994.

6 – BARBOSA, Renato. **Cofre aberto...** Reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos. Florianópolis: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, 1982.

7 – CABRAL. Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Notícia II. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1972a.

8 – PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder:** a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: FCC Edições/Editora Lunardelli, 1992.

9 – PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**. A imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

10 – CABRAL. Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Memória I. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1972b.

11 – KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

12 – CABRAL. Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Notícia I. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

13 – LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP, 1998.

14 – FONTES, Henrique da Silva. O almirante Henrique Boiteux em seu centenário natalício. *In: Anexos da Faculdade de Direito*, site da família de Henrique da Silva Fontes. Disponível em: <http://www.henriquefontes.pro.br/livros/o_almirante_henrique.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2011.

15 – Consulta pelo autor da coleção de *O Caixeiro* existente na Biblioteca Pública de Santa Catarina.

16 – FONTES, Henrique da Silva. **A Companhia Julieta dos Santos e o meio intelectual desterrense**. Edição informatizada. Editora Luz e Fontes do Saber, Florianópolis – SC, 1998. Site da família de Henrique Fontes. Disponível em: <http://www.henriquefontes.pro.br/livros/companhia_dramatica_julieta.pdf>. Acesso em: 23 maio 2011.

17 – Jornal *O Caixeiro* (Desterro-SC) de 10.12.1882. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

18 – MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Poesia e vida de Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

19 – Jornal *O Caixeiro* (Desterro-SC) de 7.9.1882. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

20 – CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi1a3.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2011.

21 – Jornal *O Caixeiro* (Desterro-SC) de 7.9.1882. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

22 – Jornal *A Regeneração* (Desterro-SC) de 2.8.1882. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

23 – Jornal *A Regeneração* (Desterro-SC) de 1.8.1883. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

24 – BOSI, Alfredo. **O positivismo no Brasil**: uma ideologia de longa duração. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/media/prosa43c.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

25 – CORRÊA, Carlos Humberto. **História da cultura catarinense**, v. 1. O Estado e as Idéias. Florianópolis: Editora da UFSC/Diário Catarinense, 1997.

26 – CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

27 – Jornal *O Caixeiro* (Desterro-SC) de 4.3.1883. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

28 – HOLANDA, Sérgio Buarque de. Corpo e alma do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Escritos coligidos**. Livro I – 1920-1949. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Editora Unesp, 2011.

O artigo Corpo e alma do Brasil foi publicado originalmente na Revista *Espelho*, Rio de Janeiro, março de 1935.

29 – MARCONI, Raphael. **A paisagem carioca na Primeira República** – O lugar da natureza e a imagem da cidade. Dissertação de Mestrado

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. Agosto de 2003. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/fau_m/raphaelmarconi.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.

30 – **Doenças e epidemias no Rio de Janeiro (1850-1880)**. Biblioteca Virtual Adolpho Lutz. Disponível em: <http://homolog.bvsalut.coc.fiocruz.br/html/trajetoria/volta_brasil/busca_doenca.htm>. Acesso em: 25 out. 2011.

A referida Biblioteca é um subproduto do projeto Adolpho Lutz e a história da medicina tropical no Brasil, da Casa de Oswaldo Cruz (COC), Fundação Oswaldo Cruz. Foi realizado junto com o Núcleo de Informação em História das Ciências Biomédicas e da Saúde (NIH-CBS/COC) e o Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme).

31 – SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

32 – FACULDADE de Medicina/Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Histórico**. Disponível em: <http://www.medicina.ufrj.br/colchoes.php?id_colchao=1>. Acesso em: 2 set. 2011.

33 – TAUNAY, Afonso de. Dos amigos ilustres. Jornal do Comércio (Rio de Janeiro) de 17.1.1934. *In*: BARBOSA, Renato. **Cofre aberto...** reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1982.

34 – BAHIA, Eliana. **Perfil de José Arthur Boiteux: um construtor da cultura catarinense**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, agosto de 1994.

35 – PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardelli, 1983.

36 – BLUM, Heitor. **A campanha abolicionista na antiga Desterro**. Florianópolis: IHGSC/IOESC, 1939.

37 – MACHADO, Humberto Fernandes. **Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro**. XXIV Simpósio Nacional de História,

2007. Associação Nacional de História – ANPUH. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Humberto%20F%20Machado.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2011.

38 – MARTORANO, Dante. **José Arthur Boiteux**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984.

39 – PIAZZA, Walter Fernando. **Entrevista ao autor**. Florianópolis, setembro de 2007.

40 – Faculdade de Direito de São Paulo. **Histórico**. Disponível em: <http://www.direito.usp.br/faculdade/index_faculdade_historia_01.php>. Acesso em: 4 jun. 2011.

41 – MOLINA, Matias M. Muito admirado, pouco conhecido. **Jornal Diário Mercantil** (São Paulo-SP) de 2.9.2011. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_muito_admirado_pouco_conhecido>. Acesso em: 29 nov. 2011.

FLORIANOPOLIS, 4 D

REPUBLICANO

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO

100 rs.

Typographia e redacção: rua

REDACTOR-CHEFE—JOSÉ

PUBLICA.
aos nossos de
signantes o ob
mandarem re
assignaturas
II.
rogamos aos
um em atrazo
de nos enviarem
ancias devidas.

REPUBLICANO
CATHARINENSE
na data que, por mo
e outros que me
reignis o cargo
da Commissão Dica
do Republicano de
de janeiro de

APURAÇÃO CLANDESTINA
Os conselheiros municipaes Antonio Pereira da Silva e Oliveira e Gustavo Richard, em edital que hontem publicaram em *O Dia*, declaram, na qualidade de presidente e secretario da Junta Apuradora que, na apuração a que se procedeu, os 22 nomes dos candidatos que compunham o rodizio feito pela imbecilidade official, foram os mais votados. *O Dia*, por seu lado, aponta as illegalidades que presume termos commettido na sessão da Junta, realisada a 31.

E' necessario ter-se descido muito no conceito dos seus concidadãos, é preciso não se ter nenhum escrupulo, não se conhecer os mais comeseinhos principios de moralidade, para se affrontar a sociedade catharinense a que pretende pertencer o sr. senador Gustavo Richard, figurando em uma comedia como essa da segunda apuração, escandalo monstruoso em que

O protesto de Pereira—Richard era simplesmente tolo nesse ponto.

A segunda tolice reeditada pelo *O Dia* foi a de ter o presidente da junta saltando por cima da lei, abertos as autenticas antes da contal-as.

E' incrivel que alguém ouse n'uma capital de Estado, apontar nisso uma illegalidade, baseado no art. 52 da lei eleitoral, que apenas a consignã como a doutrina verdadeira.

«O presidente do Conselho Municipal com toda a publicidade, abrirá os officios recebidos das mesas eitoraes e mandará contar as authenticas.»

diz o art. citado.
Como quer então *O Dia* que se contassem as authenticas antes de a b e r t o s os officios? Poder-se-ha distinguir através de uma sobre carta que muitas vezes não traz indicação da procedencia o que é oriundo de uma mesa elei-

do gov
concorre
uma jun
crime p
cod. pen

Em te
corpora
zem part
Richard
reira da
saria lice
dade de

O gerr
rá guarid

DR.
Faz an
Francisco
da magist
Ao em
Judiciario
juiz, nós
tivo, noss

JANEIRO DE 1901

REPUBLICA

N. 37
FLORIANOPOLIS

Anno 18\$000
Semestre 9\$000
Trimestre 5\$000

PAGAMENTO ADIANTADO

BLICANO CATHARINENSE

325

João Pinto, n. 26—A

N. atrazado 200 rs.

BOITEUX

erno, fizeram parte, ou eram, para a formação de uma apuradora illegitima previsto pelo art. 177 do al.

mpo será solicitada dasões legislativas de que face os srs. senador Gustavo e deputado Antonio Pe-Silva e Oliveira a neces-nça para a responsabili-ss. exa.

men da corrupção não te-a de nossa parte.

ANTERO DE ASSIS
nos hoje o Dr. Antero de Assis, justo orgulho ratura catharinense.
ninentê chefe do Poder do Estado, ao integro enviamos por este mo- a scordiaes saudações

As provas de inferioridade moral e de degenerescencia dados por esse partana na ultima sessão do Congresso, documentaram não só o seu nenhum preparo para a vida nas cidades, para a vida intellectual, como demonstraram um temperamento de servo, de cuncho, tão requintado, que o pouco arguto sr. Schmidt, assim comprehendendo, assenhorou-se do venal, pondo a seu serviço, a tanto por bestialogico parlamentar.

Lamentamos ter de fazer destas autopsias, mas o dever do officio impõe estes sacrificios.

A JUSTICA EM S. JOSÉ PROTESTO

O advogado sr. Dr. Manoel Alcodato de Souza Junior, com quem mantenho desde muito as

jury responder com a maior libe-rlade de acção aos quesitos propo-rtas, ora absolvendo, ora conde-nnando? !.....

—Em que doa ao illustre accu-sator, o meu protesto, pois foi S.S. mesmo quem deo ensejo para elle, quando, no intuito de fazer-se acreditar reportou-se ao pessoal do fbro desta comarca de que faço par-te,—e invocou os testemunhos de quantos tem tratado com aquelle magistrado, para com elles provar que o mesmo é descortez.

—Pelo menos o meu testemu-nho não será agradavel ao accusa-dor:—o integerrimo Juiz de S. José,—è extremamente cauteloso; elle acredita mais no que vê provado nos autos, e no que lê na lei, do que n'aquillo que lhe disem por fora de autos, pessoas indiseritas e in-teressadas,—e cautella não se con-funde com prevençãõ!

Xxxxxx xxxxx.



José Boiteux, Desterro, janeiro de 1891, proprietário do Jornal Republica
Arquivo de José Boiteux/IHGSC

Capítulo 3

A Guerra Civil

Eis a guerra! a flor rubra e sangrenta
Pelos campos do sul e do norte!
Quem plantou as sementes da morte,
Quem plantou as sementes do mal,
Palmas bata: os grãos todos vingaram:
Deu bem tudo a fatal sementeira:
Eis a guerra! – E quer queira ou não queira,
Flor da guerra, o teu fruto é fatal.
(Trecho de *A tirania e a guerra civil*,
Luiz Delfino).

Se até então os acontecimentos eram rotineiros, quebrados eventualmente por algum escândalo ou tragédia, com um dia a dia previsível e programado, a República surge alterando tudo isso. Boiteux é envolvido pelo turbilhão de acontecimentos que se precipitam vertiginosamente, surgindo os duros embates verbais e armados, deixando marcas profundas na memória local catarinense.

Vamos começar apresentando um personagem importante, Lauro Severiano Müller, filho de Peter Müller e Ana Maria Michels Müller, nascido em Itajaí no dia 8 de novembro de 1863. Müller era apenas dois anos mais velho do que José Boiteux e ingressara cedo na vida da caserna. Estava no posto de segundo tenente na Proclamação Republicana. Em sua passagem pela Escola Militar, no Rio de Janeiro, fora aluno de Benjamin Constant, informa Marcos Konder¹, onde passou a cultivar seus “ideais republicanos”. No dia 15 de novembro de 1889, acompanhado do tenente Adolfo Pena, fora a cavalo de São Cristóvão ao centro do Rio, às 3 horas, informar ao marechal Deodoro que a Brigada “[...] estava toda em armas, pronta para depor o Ministério Ouro Preto”. (KONDER, 1982, p. 18)

Meirinho² assinala que a nomeação de Müller para o primeiro governo republicano em Santa Catarina se deu por indicação de Esteves Júnior a Deodoro da Fonseca, que tinha em vista o nome de Olímpio Pitanga para o cargo. (MEIRINHO, 1997, p. 57)

José Boiteux foi chamado às pressas de São Paulo para assumir a chefia de gabinete do novo governador. Seguiu até o Rio onde se avistou com Lauro Müller e seu secretário o tenente Carlos Augusto Campos. Juntos embarcaram para Desterro, chegando no dia 1º de

dezembro³, um domingo, tomando posse na segunda-feira, dia 2, perante a Câmara Municipal de Desterro.

A historiografia corrente é unânime ao indicar a surpresa que a proclamação provocou nas lideranças políticas tradicionais de Santa Catarina, divididas entre conservadores e liberais. “Raiou 1889 sem qualquer indício de que, de um momento para o outro, os republicanos catarinenses viessem a reter em suas mãos o poder político [...]”, assinala Jali Meirinho. No dia 7 de julho assumira o Gabinete Liberal do visconde de Ouro Preto e, dez dias depois, o também liberal Luís Alves Leite de Oliveira Bello tomou posse da Presidência da Província de Santa Catarina. Nas eleições gerais de 31 de agosto, os republicanos Esteves Júnior e Raulino Horn, haviam recebido menos de 200 votos para a Câmara Federal. “A imprensa de Desterro não dá nenhum indício da iminente mudança de regime”. (MEIRINHO, 1997, p. 49-50)

A notícia da queda do trono chegou à Capital catarinense em conta-gotas. “O general Deodoro da Fonseca à frente do Exército acaba de proclamar a República. Abraços amigos [...]”, telegrafa Esteves Júnior, do Rio, ao presidente do Clube Republicano Raulino Horn (PAULI, 1976, p.46). A firma Hoepecke recebeu mensagem de seu representante no Rio: “No government – no change” (Sem governo, sem câmbio). No começo

da tarde do mesmo dia a informação já circulava na Assembleia Provincial. Quase no início da noite chegaram os detalhes concretos da queda do trono e do gabinete e a proclamação da República. Quintino Bocaiúva telegrafou ao coronel João Batista do Rego Barros Cavalcante de Albuquerque “[...] recomendando prudência nos atos que viesse a cometer”. (MEIRINHO, 1997, p. 50)

Segundo o mesmo autor, “a cidade mantinha-se calma”, com “certa movimentação” na sede do Clube Republicano, todos na “[...] expectativa quanto à evolução dos acontecimentos, à segurança e à estabilidade do golpe desfechado contra a monarquia” (MEIRINHO, 1997, p. 50). O presidente Bello se manteve no cargo e não houve sessão da Assembleia por falta de *quorum*. (MEIRINHO, 1997, p. 52)

No dia seguinte, dia 16, no Clube Republicano Esteves Júnior, reuniram-se associados e oficiais da guarnição militar, “[...] sendo proclamado o triunvirato que assumiria o Governo [...]”, informa Evaldo Pauli.⁴ Foram indicados o coronel João Batista do Rego Barros, o médico militar Alexandre Marcelino Bayma e o presidente do Clube, farmacêutico Raulino Horn (PAULI, 1976, p. 46). No dia 17, às 8 horas, segundo Meirinho, a Junta seguiu até o Palácio acompanhada de um grupo de republicanos. Barros intimou Bello a entregar o cargo.

Na frente do Palácio tocava a banda do 25º Batalhão de Infantaria e havia “[...] grande número de populares”. Após ser arriada a bandeira imperial e hasteada a do Clube Republicano, “[...] as Armas do Império, fixadas no frontispício do Palácio, foram destruídas com uma alavanca”. (MEIRINHO, 1997, p. 52)

Da janela do Palácio, informa Meirinho, o coronel Rego Barros leu a Proclamação do novo “Governo”, integrado por ele, Bayma e Horn. Diz:

“Cidadãos!

Os acontecimentos que se deram na cidade do Rio de Janeiro necessariamente deveriam repercutir até as plagas catarinenses. Preparada a evolução e o espírito público, nesta terra aceitou-se com satisfação e júbilo que devia despertar a voz altissonante da liberdade. Bem haja o patriotismo da população do Rio de Janeiro! Cidadãos! Por aclamação do povo, Exército e Armada, desta cidade, fomos empossados no Governo do Estado Livre de Santa Catarina, com adesão e aplausos dos presentes. Viva o Povo Brasileiro! Viva a República Federal! Viva o Estado de Santa Catarina! Viva o Exército! Viva a Armada!”.
(MEIRINHO, 1997, p. 52-53)

Aos poucos começam a chegar os apoios. Ainda no dia 17 os representantes do Partido Conservador vão ao Palácio prestar solidariedade à Junta e à República. No dia 18, a Câmara de Desterro, formada por liberais sob a presidência de Eliseu Guilherme da Silva, adere oficialmente ao novo regime. No dia 21 é o diretório do Partido Liberal que anuncia a adesão. (MEIRINHO, 1997, p. 54)

Em Lages, a chegada da notícia da proclamação da República “a todos desorientou”, anotou João José Theodoro da Costa em suas memórias manuscritas, reproduzidas por Licurgo Costa.⁵ “Ninguém compreendia tão súbita mudança, nem sabia o que fazer. Todos ficaram bestificados [...]”, enfatiza. Logo surgiram “[...] idéias de assalto aos cartórios, à coletoria, ao Arquivo da Câmara Municipal [...]”, encabeçada por Domingos Coelho d’Ávila e outros, mas que não aconteceu. No dia 21, ao meio-dia, reuniram-se as lideranças na sala do Conselho, a convite de Antônio Antunes Ribas que estava na cidade. A reunião foi presidida pelo então chefe de polícia da província, Edelberto Licínio da Costa Campello, surpreendido pelos acontecimentos quando estava em Lages. O presidente da Câmara, João de Castro Nunes secretariou a reunião. (COSTA, 1982, p. 291)

Na ocasião foi formada uma comissão de representantes da cidade, integrada por João José Theodoro

da Costa, José Luiz Pereira, Leogevildo dos Anjos e João de Castro Júnior. Mais tarde, no governo de Lauro Müller, será nomeado Ignácio Costa para dirigir o município. Na sua gestão foi criado o Clube Republicano. (COSTA, 1982, p. 294)

Em Blumenau, informa Ferreira da Silva,⁶ a Câmara realizou sessão especial no dia 25 de novembro, aderindo formalmente à República proclamada dez dias antes no Rio de Janeiro (SILVA, 1972, p. 153). Em Joinville a notícia da proclamação dividiu as atenções com o julgamento naquele dia 15 de um rumoroso processo em que figuravam como réus o editor do jornal *Reform* e seus redatores, informa a historiadora Elly Herkenhoff.⁷ No dia 17 o diretório Republicano na cidade assumiu o governo (HERKENHOFF, 1998, p. 82-83). Em Laguna, então uma das cidades mais importantes do Estado, a Câmara aderiu formalmente ao novo regime em sessão no dia 18 de novembro.⁸ (CARNEIRO, 2003, p. 117)

Até aquele momento, ao longo do meio século anterior, conservadores e liberais se revezaram no poder estadual, acompanhando as oscilações dos gabinetes no Rio de Janeiro. No momento da proclamação da República, segundo Carlos Humberto Corrêa,⁹ “[...] os liberais dominavam com maioria folgada e os conservadores amargavam na oposição [...]” em Santa Catarina.

Corrêa enfatiza que “[...] sozinhos os republicanos não conseguiriam governar o Estado”. Os liberais, por seu lado, “[...] trataram de manter as posições majoritárias ocupadas nas últimas legislaturas do Império [...]”, enquanto os conservadores se apressaram em levar ao Palácio a “[...] sua adesão, esperançosos de um retorno à posição política deixada”. (CORRÊA, 1990, p. 38-39)

Jali Meirinho faz uma avaliação semelhante. Os republicanos eram minoritários e “[...] aos olhos dos conservadores e liberais, neste primeiro momento [...]”, não estariam em “[...] condições de assumir o comando político no Estado, sem a colaboração dos que tradicionalmente se revezavam no poder”. Os conservadores esperavam voltar. Os liberais procuraram garantir as posições. Enquanto isso, a Junta toma as primeiras iniciativas, extinguindo o Legislativo e nomeando os novos dirigentes da Força Pública e da Chefia de Polícia. As repartições continuam funcionando sem alterações. (MEIRINHO, 1997, p. 55)

Governo Lauro Müller

Três dias após a proclamação, Esteves Junior envia telegrama informando que o tenente de engenharia do Exército, Lauro Müller, pode ser indicado para o

Governo, acrescentando que o presidente Deodoro preferia o nome de Olímpio Pitanga. Lauro, então com 25 anos, era ainda um nome “pouco conhecido”, chegando a Desterro no dia 1º de dezembro de 1889, acompanhado do oficial de gabinete, José Arthur Boiteux, 24 anos, e seu secretário, o tenente Carlos Augusto de Campos, 34. No dia 2, Lauro Müller prestou juramento perante a Câmara Municipal, recebendo o governo da Junta. (MEIRINHO, 1997, p. 57-58)

“A nomeação de Lauro Müller”, sustenta Pauli, “[...] coloca inesperadamente um novo líder na política estadual, excepcionalmente inteligente e hábil” (PAULI, 1976, p. 48). Carlos Humberto Corrêa é quem se detém mais demoradamente na análise da conjuntura encontrada pelo trio. Os novos governantes, assegura, desconheciam “por completo” o quadro político e a “[...] potencialidade das feras experimentadas nas artimanhas da política e da politicagem da Província [...]”, apesar da autoridade de que estavam investidos. Eles teriam que “[...] ceder às manhas dos políticos locais [...]” ou entrar com o pé firme, visando à organização de uma “[...] nova elite política catarinense, mais de acordo com os desejos e objetivos do novo regime”. (CORRÊA, 1990, p. 39)

O mesmo autor considera impossível a segunda alternativa, “por motivos óbvios”, assinala, e que seria “suicídio político” de Müller “[...] querer passar uma

borracha e apagar completamente as estruturas políticas tradicionais, de qualquer ordem [...]”, dando início a uma “[...] fase completamente nova com elementos sem qualquer experiência” (CORRÊA, 1990, p. 40). Mas não foi bem isso que verificamos. Aliados aos antigos conservadores, os republicanos que passam a dirigir o Estado vão alijar os liberais do processo, o setor da elite dominante até aquele momento.

A aproximação entre republicanos e conservadores é apontada pelo próprio Carlos Humberto Corrêa – o novo Governo recebeu “[...] influências dos poucos Republicanos da Capital e mais acentuadamente dos Conservadores” (CORRÊA, 1990, p. 40). Pauli diz que o novo partido, o Republicano, “[...] assimilou os conservadores [...]”, levando ao retorno do bipartidarismo tradicional. Apesar das “[...] festas conjuntas do primeiro instante [...]”, os partidos mantiveram “[...] suas linhas tradicionais”. (PAULI, 1976, p. 47-48)

Num primeiro momento o novo governador manteve nos cargos os antigos funcionários, recebendo elogios da imprensa. Depois partiu em visita oficial a São Francisco, Joinville, Itajaí, Blumenau, Gaspar, Brusque e Camboriú (MEIRINHO, 1997, p. 57-58). De acordo com Marcos Konder, biógrafo de Lauro Müller, este no exercício do cargo “[...] não perseguiu nem

demitiu ninguém [...]”, tratando de adaptar “[...] ao novo regime todos os serviços administrativos e judiciais”. Foram criadas as comarcas de Tijucas e Araranguá e o município de Imaruí, sendo Tubarão elevada à cidade. “Começava a vida”, salienta Konder, “[...] ponto em prática a sua habilidade política e o seu ideal de ordem administrativa”. (KONDER, 1982, p. 19)

As avaliações até aqui são de historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, como os citados Corrêa, Meirinho e Pauli. Vamos passar a usar aqui, como contraponto, a visão de um observador contemporâneo, o médico, escritor e jornalista Duarte Paranhos Schutel¹⁰, cujo “diário” redigido naqueles dias foi localizado e publicado pela historiadora Rosângela Miranda Cherem, por meio do próprio IHGSC. Liberal, ativo federalista num primeiro momento, acabou se recolhendo em poucos meses, decepcionado com tudo, dedicando-se ao ofício de escritor.

“Depois de imposta a chamada República do Brasil”, anotou Schutel, em Santa Catarina, “[...] tivemos desde logo o governo de uma junta de três membros, composta do comandante do batalhão, um médico militar e um paisano”. A imposição do novo regime e a ostensiva presença militar nos primeiros momentos da República, com a presença de um único “paisano”, nos dá uma ideia

do tempero presente nas observações de Schutel. Indicado pelo “Clube da República”, o novo governador era um “oficial de curso”, “tenente”, imitando num primeiro momento o que fora feito no Rio de Janeiro – expediu regulamento eleitoral e “encomendou” uma Constituição. Depois disso, Lauro Müller ficou a “descansar na van-glória do Palácio”, “[...] inventando festas, distribuindo propinas, cantando glórias”. (SCHUTEL, 2002, p. 52)

Oposição Liberal/Federalista

Os problemas com Lauro Müller começaram em julho de 1890 ao ser composta a chapa para a Constituinte estadual. Segundo Corrêa, o Clube Republicano Esteves Júnior “[...] resolveu, de acordo com o pensamento do governador Lauro Muller [...]”, compor uma chapa pura de Republicanos (CORRÊA, 1990, p. 40). Cabe destacar que nesse momento a quase totalidade dos antigos conservadores já estavam incorporados ao novo partido. São os liberais que têm seus espaços reduzidos num primeiro momento e praticamente eliminados pouco depois.

Os liberais sob o comando de Eliseu Guilherme da Silva criticam o projeto da nova Constituição Federal, segundo Carlos Humberto Corrêa, sobretudo a exclusão

do clero da representação parlamentar, a centralização política e administrativa, a falta de autonomia da magistratura, o casamento civil (“mancebia legal”) e a liberdade de culto, “[...] uma lei impraticável, duvidosa dos alicerces republicanos”. Aliados do poder e preteridos na composição do novo núcleo dirigente, os liberais concorrem pelo Partido Católico, considerando que Lauro Müller comandava um “governo ateu”. (CORRÊA, 1990, p. 42)

Os republicanos, por seu lado, lançaram os nomes de Antônio Justiniano Esteves Júnior, Raulino Horn e Luiz Delfino, para o Senado, e Lauro Müller, Carlos Augusto de Campos, José Cândido de Lacerda Coutinho e Felipe Schmidt para a Câmara Federal. Eles defendiam a liberdade de imprensa e de pensamento, a República como forma de Governo e a Federação como sistema, com descentralização administrativa e política. (CORRÊA, 1990, p. 42-43)

A crise seguinte, explica Meirinho, foi durante a escolha dos componentes da Constituinte federal, com eleições marcadas para 15 de setembro de 1890. A decisão de criação de uma chapa republicana causou um profundo mal-estar nas lideranças tradicionais. Chegou a ser proposta uma chapa que incluísse as lideranças mais expressivas dos antigos partidos, Manoel José de Oliveira (conservador) e Eliseu Guilherme (principal liderança liberal/federalista). “[...] Lauro comandou a rejeição desta

proposta e, daí em diante, passou a enfrentar as críticas da oposição que se organizava [...]”, salienta Meirinho, dando origem mais tarde ao partido União Nacional, depois Partido União Federalista. A campanha eleitoral foi marcada por violentas trocas de acusações pelos jornais, o surgimento de panfletos e de boatos, dando início a uma “profunda cisão e ressentimentos” na política local na primeira década republicana. (MEIRINHO, 1997, p. 59-63).

No dia 23 de setembro de 1890 foi publicado o projeto da Constituição estadual. O Legislativo eleito contava com 22 deputados, todos republicanos, dos quais três tinham experiência política – Pereira e Oliveira, Francisco Tolentino e Vidal Ramos, sendo que os dois primeiros fizeram parte da legislatura do Império pelo Partido Conservador (CORRÊA, 1990, p. 43). No dia 11 de julho de 1891, Lauro Müller e Gustavo Richard são eleitos pelo Legislativo para os cargos de governador e vice-governador de Santa Catarina. (CORRÊA, 1990, p. 46)

Pouco depois da eleição, Lauro opta por entregar o cargo ao vice e assumir a vaga de Deputado Federal no Rio de Janeiro. Segundo Marcos Konder, Lauro Müller integrou a comissão de 21 parlamentares encarregados de examinar e aprovar o projeto da nova Carta. (KONDER, 1982, p. 19)

Acontece então no Rio um episódio que vai mudar os rumos da política em Santa Catarina, radicalizando

ainda mais as posições dos contendores: o golpe desfechado por Deodoro no dia 3 de novembro de 1891, dissolvendo o Congresso com maioria oposicionista em meio à grave crise econômica. Segundo Evaldi Pauli e Marcos Konder, Lauro apoia o golpe. O primeiro diz que o golpe de Deodoro “[...] encontrou o apoio em termos de solidariedade por vezes apenas formal, dos governadores, inclusive de Lauro Müller de Santa Catarina” (PAULI, 1976, p. 59). “Como ele apoiara o golpe de Estado de Deodoro [...]”, destaca Konder, “[...] sua situação no Governo se torna insegura”. (KONDER, 1982, p. 20)

Schutel, o cáustico observador daqueles dias, anotou em seu diário que “[...] o golpe de Estado, a ditadura de Deodoro, fez estremecer o Brasil todo [...]” e estendeu “[...] o braço para o sul”. Santa Catarina “[...] sofreu os efeitos do estado de sítio, a pressão do despotismo, pois o governador aderiu à ditadura”. Com a deposição do “ditador” [Deodoro] os governadores que “[...] haviam acompanhado a ditadura baquearam [...]” e Müller “voltava a aderir” à nova situação. “Foi então que tomou vulto a oposição”. (SCHUTEL, 2002, p. 52)

Em Santa Catarina, o vice, Gustavo Richard, também respaldara o golpe. Lauro retornou ao Estado, reassumiu o cargo e telegrafou a Deodoro manifestando-se contra o golpe e o fechamento do Congresso, o que

de certa forma desautorizou Richard. Poucos dias depois, Deodoro renunciou e Floriano assumiu sob os aplausos dos republicanos e dos liberais locais. “Os federalistas [liberais] viam neste ato a possibilidade da perda total do apoio federal a Lauro Müller, indicado que fora, inicialmente, por Deodoro”. (CORRÊA, 1990, p. 46-47)

De fato, conforme Pauli, Lauro Müller e seu grupo se viram fragilizados, perdendo o “[...] apoio de Floriano Peixoto” (PAULI, 1976, p. 60). Meirinho destaca que após a renúncia de Deodoro, Lauro passou a negar que apoiasse o golpe, enquanto “[...] a oposição batia palmas [...]” para Floriano Peixoto. As coisas começam a se complicar e ao “entardecer” do dia 25 de novembro de 1890, o governador “[...] se viu ameaçado, em plena rua, por um grupo de praças do 25º BI, só escapando ao abrigar-se na residência de seu cunhado”. (MEIRINHO, 1997, p. 70)

Corrêa assevera que Lauro sofrera um “atentado à vida”, em “pleno Centro da Capital”, agressão cujo envolvimento é negado pelos liberais e federalistas, que intensificam os ataques por meio dos jornais, “[...] insuflando o povo e os principais chefes militares para que pressionassem a renúncia [...]” de Lauro (CORRÊA, 1990, p. 47). O governador estava na berlinda. Meirinho destaca que na ascensão de Floriano os governadores de quase todos os estados foram substituídos, enquanto

Lauro Müller se sustentava com o apoio da bancada federal que apoiava o novo presidente. (MEIRINHO, 1997, p. 70)

Após a agressão de “políticos”, “[...] intimando-o a deixar o Governo [...]”, o governador se dirigiu ao Palácio e tomou “[...] as medidas acauteladoras de defesa”. Recebeu telegramas do interior do Estado, inclusive de Hercílio Luz, hipotecando apoio (PAULI, 1976, p. 62). Konder aponta que Müller “[...] por um triz livrou-se [...]” da “[...] agressão do povilêu amotinado [...]” ao dar uma volta à praça. Na ocasião, o governador teve o apoio “[...] da União, dos elementos do Exército e da Marinha destacados na Capital”. (KONDER, 1982, p. 20)

Em fins de dezembro de 1891, realça Meirinho, “[...] avoluma-se a oposição a Lauro, com quem a maioria da população não simpatizava”. Os federalistas promoviam “concentrações populares” em que os oradores pediam a renúncia do governador. No dia 28 de dezembro, eles ocuparam dois navios “[...] de onde pretendiam bombardear o Palácio”.

Duarte Schutel anotou: a “causa” da “oposição” em Santa Catarina “[...] era a mesma [causa] da revolução no sul”. Por aqueles dias, sendo a opinião pública “francamente contra o governador”, a liderança liberal/federalista promoveu um concorrido *meeting*. Ali, “[...] exposto o motivo dessa reunião, todas as razões pelas

quais se julgava impossível a continuação de Lauro Müller [...]” à frente do Governo, “impopular e incompatível”, a reunião foi “por unanimidade declarada permanente”. Schutel pode ter testemunhado que “[...] o povo se aglomerou na praça e ali crescia de hora em hora chegando grandes grupos de fora da cidade”. (SCHUTEL, 2002, p. 53)

Na ocasião, “[...] diversos oradores arengavam ao povo e eram aclamados com entusiasmo”. O “[...] movimento redobrava constantemente, multiplicando-se os manifestantes e exaltando-se já com violência os ânimos”. Houve um momento em que toda a Praça 15, “até a frente do Palácio”, e as ruas adjacentes “[...] estavam repletas de povo” (SCHUTEL, 2002, p. 53). Foram tempos de grande tensão, semelhantes aos momentos de “rompimento com o passado”, analisados pelo historiador George Rudé¹¹ em *A multidão na história*. Momentos que marcam “[...] a forma e o conteúdo das atividades da multidão”. O motim, esclarece, “[...] é a forma característica e freqüente do protesto popular que, ocasionalmente, se transforma em rebelião ou revolução”. (RUDÉ, 1991, p. 3).

As manifestações dos denominados “grupos exaltados” se espalham. Em São José, o padre Manoel Miranda da Cruz “[...] é um dos líderes exaltados”. A radicalização aumenta e além das palavras surgem agora os fuzis. “Armados, os federalistas aventuram-se

a acampar no Mercado Público [...]", então no final da Praça 15, "junto ao trapiche". (PAULI, 1976, p. 62)

Konder enfatiza que neste município criara-se um "forte baluarte federalista", integrado por lideranças como os Ferreira de Mello e os Xavier Neves, o padre Francisco Pedro da Cunha, Francisco José da Rosa, José Silveira de Souza Fagundes e João de Souza Vaz, entre outros. Foram eles que organizaram "[...] forças para avançar sobre a Capital [...]", tendo sido "repelidos" pelo "batalhão patriótico" de Lauro Müller, criado em Tijuca pelo major Luiz Carlos Büchele, os Guerreiro e Estevão Cunha (Kuhne) (KONDER, 1982, p. 20). São esses homens que protegem o Palácio do Governo das investidas da oposição os primeiros a responder aos telegramas do governador com pedidos de apoio. De Tijuca viera imediatamente o "comando republicano" armado. (MEIRINHO, 1997, p. 62)

"Os josefenses mandavam todos os dias recursos e gente para insuflar o povo contra o governador e exigir a sua renúncia [...]", assinala Konder. Os chefes da oposição eram Luiz Nunes Pires, Francisco de Sales Brasil, o citado padre Cruz, Arthur Ferreira de Melo, Eliseu Guilherme da Silva e Severo Francisco Pereira, sendo este último apontado como "o maior agitador". Lauro, por sua vez, contava na Capital com "ardorosos amigos", como

o capitão Savas Nicolau Savas, Jorge Agapitus Iconomus (Jorge Grego), José Segui Júnior, Salomé Pereira, Manoel Roque da Silva, Ludovico Aprígio de Oliveira, Leonardo Jorge de Campos Júnior e Artur Izetti, entre outros. (KONDER, 1982, p. 20)

Mas é em Blumenau que Lauro Müller conta com o apoio mais expressivo, extenso município que abrangia quase todo o vale do rio Itajaí, entre os atuais municípios de Gaspar e Rio do Sul. Com a adesão do 25º Batalhão da Guarnição Federal aos federalistas a situação do governador se complica, levando-o à renúncia no dia 29 de dezembro de 1891, entregando o cargo ao tenente Acastro Jorge de Campos, irmão de seu secretário Carlos Augusto, e este ao major Firmino do Rego que o deixou nas mãos de uma Junta Governativa (KONDER, 1982, p. 21). Ou seja, “[...] evitou derramamento de sangue e outros acontecimentos imprevisíveis”. (MEIRINHO, 1997, p. 62).

Na versão de Konder, colhida de Müller, o governador foi deposto por oficiais do batalhão federal que o visitaram. “Era como um convite a renúncia”. Decidiu não resistir “[...] por saber que Floriano era simpático aos adversários, e para evitar derramamento de sangue, conforme seu telegrama aos blumenauenses” (KONDER, 1982, p. 21). Pauli observa que a renúncia de Lauro de-

correu do apoio ao golpe de Deodoro e da “[...] pressão popular de inspiração federalista [...]” que inundou a Capital. Criara-se uma situação “anômala”, conforme Pauli, em que o comando do Estado passa para as mãos dos liberais/federalistas, “[...] apesar de não serem da confiança [...]” de Floriano Peixoto (PAULI, 1976, p. 60). Lauro, Campos e o chefe de gabinete José Boiteux embarcam em seguida para o Rio de Janeiro.

A “revolução” que derrubou Lauro Müller, na avaliação de Duarte Schutel, ficou “incompleta”, com a permanência na Câmara Federal e no Senado dos “[...] mesmos que formavam parte do governo deposto”. Em torno desse “foco de reação” se formou um “[...] grupo de partidários sem bandeira, sem programa, sem idéia, mas que se iam ajuntando, levados pelo mesmo motor [...]”, mantendo-se “[...] unido pelo interesse pessoal que o caso ligava”. (SCHUTEL, 2002, p. 55)

Na curta permanência em Desterro com Lauro Müller, destaca Martorano,¹² Boiteux foi “[...] apenas um auxiliar na administração [...]”, ou seja, pouco pode desenvolver. A presença no “seio de sua terra” aviva o “amor” por ela, sentia a “[...] necessidade de dar vazão a este sentimento”. É assim que “[...] seus estudos, suas conversas e seus escritos, desde então, passam a ter como objetivo o seu Estado” (MARTORANO, 1984, p. 19).

Mais importante do que isso, foi a aquisição por Boiteux, em 26 de janeiro de 1891, da tipografia do jornal “*Republica*”, que pertencia a João Viegas de Amorim, tutor de Júlia Viegas de Oliveira, conforme escritura de compra localizada por Eliana Bahia¹³ (BAHIA, 1994, p. 17). O jornal será sua principal trincheira de atuação, como veremos mais adiante.

A Ação dos Jacobinos

Ofimdamonarquia conduz à emergência em Blumenau de um pequeno grupo que, mesmo discretamente, fazia a propaganda republicana por meio do jornal *Blumenauer-Zeitung*, destaca Ferreira da Silva. O mais destacado deles era o médico José Bonifácio da Cunha, baiano de Santo Amaro formado na Faculdade de Medicina de Salvador e desde 1885 na cidade. Inicialmente não se envolveu em política, limitando-se a abrir consultórios em Blumenau, Indaial e Rio do Testo. Outros republicanos históricos de Blumenau eram o pernambucano Vitorino de Paula Ramos, chefe da Comissão de Terras de Blumenau, na cidade desde 1886, além de Francisco Margarida, Santos Lostada, José da Cunha Silveira e Hercílio Luz. (SILVA, 1972, p. 154-156)

Francisco Antônio das Oliveiras Margarida nasceu em Desterro no dia 21 de fevereiro de 1863, filho de Alexandre Francisco das Oliveiras Margarida e de Maurícia Francisca de Oliveira Paiva Margarida. Foi redator do jornal “*Abolicionista*” em 1884 na Capital, seguindo depois para Blumenau como funcionário da Agência de Terras e Colonização, “ligando-se a Hercílio Luz”, observa Walter Piazza¹⁴ (PIAZZA, 1985, p. 325). Manoel dos Santos Lostada nasceu pobre na Enseada de Brito (Palhoça-SC), em 8 de março de 1860, e ainda adolescente se mudou para a Capital para trabalhar como caixeiro de comerciante amigo da família. Envolveu-se com o grupo ligado a Cruz e Sousa e Virgílio Várzea, em que figurava José Boiteux. Antes de seguir para Blumenau foi nomeado pelo então presidente Gama Rosa para o Juízo Municipal e de Órfãos da Capital.¹⁵ (SOARES, 1974, p. 38)

São essas pessoas, as que se juntam outras, que vão liderar a resistência aos liberais/federalistas que depuseram Lauro Müller. Mais do que isso, eles pegaram em armas para defender princípios, ideias e interesses. Havia se passado a fase dos debates no parlamento e pela imprensa, a argumentação e a persuasão não funcionam, se ausentam das conversações.

No dia 18 de janeiro de 1890 fora instalada a Intendência de Blumenau sob o comando provisório

de Bonifacio Cunha alterando imediatamente as denominações das ruas da cidade. Em fevereiro de 1890 foi instalada a Comarca, tendo como juiz Pedro Celestino Felício de Araújo e promotor público Manoel dos Santos Lostada. Bonifácio e Paula Ramos são eleitos deputados. Paula Ramos se fixa na Capital. Hercílio Luz assume a chefia de Terras. A nova Constituição extingue as Intendências e cria os conselhos municipais (câmaras) e Superintendências (prefeituras). Em 31 de agosto, José Bonifácio da Cunha é eleito e governa até o dia 7 de abril de 1982, quando é deposto. (SILVA, 1972, 156-157)

Em fins de 1890 chegam informações das investidas contra o governador Lauro Müller: as manifestações que visam a sua renúncia e o ajuntamento de opositores em São José, armado se fazendo estoque de “gêneros e munições”. A notícia de que um grupo armado dirigira-se de São José à Capital, acampando no Mercado Municipal e ameaçando depor Lauro caso ele não renunciasse, repercutiu profundamente em Blumenau. (SILVA, 1972, p. 159)

Foi quando os republicanos locais organizaram “[...] um batalhão de correligionários armados, em número de uns 150 homens [...]”, seguindo pelo rio até Itajaí, onde os aguardava uma lancha da firma Asseburg. Rebocado pelo vapor *Jan*, a embarcação “[...] fez-se barra a fora, rumo a Desterro. Isso foi pelos fins de dezembro

de 1891” (SILVA, 1972, p. 160). Os chefes desse movimento eram Hercílio Pedro da Luz, Bonifácio Cunha, Paula Ramos, Pedro Feddersen, Francisco Margarida e outros (SILVA, 1972, p. 160; PAULI, 1976, p. 62-63). A meio caminho da Ilha, na altura de Porto Belo, o cabo do reboque arrebentou. A tropa desembarcou e marchou até Tijucas, sendo recebida festivamente na vila no dia 29 de dezembro. Mais ou menos naquele momento Lauro Müller estava sendo deposto na Capital. “Cedendo às pressões dos adversários e do 25º Batalhão, que a eles se juntara, resolvera renunciar”. (SILVA, 1972, p. 160)

Hercílio Luz e seus homens se veem na contingência de voltar a Blumenau em meio a um sentimento geral de “[...] frustração e até indignação [...]”, seguindo a pé por Nova Trento e Brusque (PAULI, 1976, p. 63). Ferreira da Silva destaca a indignação dos chefes do movimento “[...] com a atitude do governador”. Na Capital, com a renúncia de Lauro Müller, foi constituída uma Junta Provisória integrada pelo coronel Luiz dos Reis Falcão, primeiro tenente Arthur Diocleciano de Oliveira (Marinha) e Cristóvão Nunes Pires (SILVA, 1972, p. 160). As ações da Junta que se mantém no poder de 29 de dezembro de 1891 a 1º de março de 1892 provocam intensa agitação em Blumenau, com a dissolução do Congresso Estadual, dos Conselhos Municipais e do Tribunal de Justiça. (PAULI, 1976, p. 63-64)

Os antigos conselhos são transformados em conselhos de intendência, cujo presidente também chefiava o Executivo, como no Império. Em Blumenau e região a iniciativa gerou “resistências”, como aponta Ferreira da Silva. Em Tijucas e Brusque foram depostas as autoridades nomeadas pela Junta, baseada em Acórdão do Tribunal de Justiça que negara autoridade a essa junta para anular as eleições anteriores e dissolver os Conselhos Municipais. (SILVA, 1972, p. 161)

O professor Evaldo Pauli reconhece a gravidade da situação. “O poder já não se encontrava na razão e sim em quem dispusesse de mais força”. As câmaras municipais resistem “[...] armando-se através de batalhões cívicos [...]”, integrados pelos republicanos “mais valentes e afoitos”, estimulados por Hercílio. A resistência se dá principalmente em Tijucas, Brusque e Blumenau.

Longo tempo lutaram pela manutenção de suas autoridades municipais há pouco eleitas. A mesma luta envolvia outros cargos, cujos titulares a Junta pretendia retirar dos postos, não raro com a força policial. (PAULI, 1976, p. 64-65).

São registrados casos de “resistências muito efetivas” em vários lugares, “[...] com lutas entre a polícia e os republicanos. Não raro as forças do Governo perdem suas armas, que passam a fortalecer os republicanos em defesa”. (PAULI, 1976, p. 64-65)

Em Tijucas, um destacamento policial enviado da Capital encontra resistência e retorna. Em Brusque acontece a mesma coisa. Contam com a ajuda de 20 “[...] republicanos decididos de Blumenau” (PAULI, 1976, p. 65). Hercílio reúne os republicanos para o que Pauli denomina de “ensaio de marcha” sobre a Capital. Segue a frente de um batalhão de colonos suecos recém-chegados, rumo a Brusque, nesse lugar, Hercílio força o comissário de Polícia e o engenheiro chefe da Comissão de Terras e Colonização de Itajaí a deixarem a cidade. “Mantém-se os liderados de Hercílio Luz atentos às armas e à ação por todo o tempo que a Junta Governativa permanece no poder. A mesma atitude prosseguirá depois dela”. (PAULI, 1976, p. 67)

Na avaliação de Duarte Schutel, a “oposição” formada pelos republicanos era animada e “amparada pelas forças da União”, sendo alguns de seus chefes “tirados do Exército”. Era uma oposição “sem meios de ação e sem soldados”, que iniciou a se movimentar “pelos municípios do interior”, sendo “impopular” na Capital. Qualquer manifestação dos republicanos em desterro seria “impossível”, avaliza Schutel, lembrando que “[...] uma arruaça fora sem efeito pela falta de povo: o grupo é diminuto”. (SCHUTEL, 2002, p. 57)

Os republicanos consideram o Governo de Desterro ilegal e por isso “[...] se julgam no direito de depô-lo,

recolocando Lauro Müller, cuja ‘renúncia’ não passara de ato de força”. Também consideram ilegais, sobretudo, as novas Câmaras Municipais. “A Junta Governativa dissolvera os conselhos municipais, iniciativa que o Tribunal de Justiça declarara ilegal [...]”, levando os republicanos a derrubarem as novas Câmaras “sempre que puderem”. (PAULI, 1976, p. 67)

Um episódio envolvendo o padre José Maria Jacobs ilustra o clima de tensão vivido na região de Blumenau. O padre, vigário desde 1876 em Blumenau, era amigo pessoal dos federalistas locais, dentre eles Paulo Schwartzer e Elesbão Pinto da Luz e desafeto notório de Bonifácio da Cunha e do grupo republicano local. Usava o púlpito para atacar os adversários, sofrendo processo por injúria e condenado a três meses de prisão. Num domingo de Carnaval, 28 de fevereiro de 1892, perto de Indaial (Braço do Warnow), um grupo de russo-polacos residentes nas imediações se armou para impedir a prisão, chegando a montar uma emboscada. Jacobs acabou sendo preso na casa dos Buzzi, em Ascurra. Dois dias depois os russo-polacos souberam da prisão e voltaram a se armar, seguindo para libertar o padre. Só sossegaram em Indaial quando os informaram que o padre já estava em liberdade. (PAULI, 1972, p. 55-57)

Sarrafos e Armas

A tensão em Blumenau aumentou ainda mais com a posse, em 1º de março de 1892, do enviado de Floriano Peixoto, o tenente Manoel Joaquim Machado, que permaneceria no poder até 18 de junho do ano seguinte. Mineiro nascido em 2 de dezembro de 1863, assumira o posto de tenente em julho de 1890, pouco antes de ser nomeado interventor do Governo Federal em Santa Catarina, empossado no dia 1º de março de 1892. (PIAZZA, 1985, p. 318)

Estava com 29 anos e já nos primeiros dias foi envolvido pelos liberais federalistas, conforme a historiografia corrente que vem sendo citada. Quando estava a caminho de Santa Catarina para assumir o Governo, por exemplo, Machado fora procurado na escala em Itajaí por uma comitiva de Blumenau composta por cerca de 20 homens que desejavam saudá-lo. Não puderam desembarcar em “[...] vista da reação popular insuflada pelos federalistas locais”. (PAULI, 1976, p. 68)

Pouco depois de assumir a interventoria, enamorou-se da jovem Alexandrina Neves, sobrinha, afilhada e filha de criação do tenente Coronel Caetano Carlos Xavier Neves, “prócer federalista” em São José (PAULI, 1976, p. 68; PIAZZA, 1985, p. 318). Cabe lembrar que o próprio

Hercílio Luz, talvez o principal adversário dos liberais federalistas, também foi casado com uma Xavier Neves, dona Joaquina, filha de Joaquim Xavier Neves. (PIAZZA, 1985, p. 313)

Em Blumenau, no início de 1893, “[...] o ambiente político era cada vez mais pesado, carregado de nuvens prenunciadoras de temporal próximo [...]”, avalia Ferreira da Silva (SILVA, 1972, p. 166). Uma das primeiras iniciativas de Machado em relação a Blumenau fora nomear o cientista Fritz Müller e outros dirigentes. Bonifácio resistiu. O Governo negocia, envia o chefe de Polícia que se reúne com os republicanos. Após alguns dias Fritz Müller “intima-os” a entregar a Intendência. No dia 2 de abril de 1892, em sessão do Legislativo, um irmão de Fritz, Augusto Müller, conclama a resistência. “Finalmente a força policial se fez presente [...]”, comandada pelo capitão Servílio José Gonçalves com 45 praças “para uma posse à força”. (PAULI, 1976, p. 69)

O episódio “apaixona a opinião pública” por alguns dias, em Blumenau “[...] francamente favorável aos republicanos [...]”, cujos chefes tinham o entusiasmo mantido acesso pelo Blumenauer-Zeitung. (SILVA, 1972, p. 161)

Os republicanos não participam da eleição para a Constituinte estadual convocada pelo novo Governo.

As eleições municipais de 20 de novembro de 1892 são anuladas em Blumenau, onde em um eleitorado de 2.566 votantes, 1.174 votaram nos republicanos e 69 nos federalistas (PAULI, 1976, p. 72). Os republicanos não aceitam a anulação do pleito e Hercílio Luz lidera uma multidão em fins de dezembro de 1892 para dar posse “por meio violento” aos “[...] vereadores, juízes de paz e outros cidadãos, cujas eleições haviam sido anuladas”. A multidão teria feito uma “[...] assuada em frente à casa do Juiz de Direito [...]” e apenas se dissolveu com a notícia da chegada de uma força policial. Novas eleições são realizadas em 17 de janeiro de 1893 e os republicanos voltam a vencer em Blumenau. (PAULI, 1976, p. 72-73)

Hercílio Luz vai aos poucos se tornando o principal líder republicano no Estado. Os adversários tentam “apanhá-lo pelo Judiciário”, destaca Pauli, acusando-o de violências contra alguns colonos. É aberto inquérito. Hercílio exige exame de corpo de delito, que não fora feito, forjaram um, descoberto por Hercílio, gerando novos conflitos com o juiz Manoel de Arruda Câmara e Elesbão Pinto da Luz. Munido de documentos provando a falsificação, Hercílio vai ao juiz, os dois discutem. A certa altura Hercílio esbofeteia o juiz dentro de sua própria casa. Foi no dia 30 de dezembro de 1892 (PAULI, 1976, p. 76). Disso decorre processo, conduzido pelo

Chefe de Polícia Francisco Antônio Vieira Caldas, que se desloca da Capital para Blumenau. (PAULI, 1976, p. 79)

Estão em cena dois novos personagens que precisam ser destacados, como o notário Paulo Schwartzer e, sobretudo, o comissário Elesbão Pinto da Luz. Os dois, segundo Pauli, “[...] se notabilizaram pelas arbitrariedades [...]” no período de domínio liberal de Blumenau (PAULI, 1976, p. 70). Nascido em Desterro no dia 21 de outubro de 1853, filho de João Pinto da Luz e de Maria Amália da Luz, sempre esteve ligado a atividades políticas, segundo Piazza. Foi deputado constituinte em 1892, sendo eleito para a legislatura de 1892-1894. Era cunhado de Hercílio. (PIAZZA, 1985. p. 311).

Vamos encontrar Elesbão como comissário de Polícia em Blumenau no breve período de domínio liberal. Ele acabou se tornando protagonista de um grave incidente que acirrou ainda mais os ânimos. Segundo Ferreira da Silva, tudo começou em 16 de fevereiro de 1893, quando Hercílio Luz pediu por meio de Santos Lostada uma determinada certidão ao juiz de paz Frederico Rabe. No cartório Lostada encontrou o comissário Elesbão Pinto da Luz “[...] a despachar papéis do Juízo com o qual ele nada tinha a ver e proibiu ao escrivão de dar a certidão pedida”. (SILVA, 1972, p. 166)

Lostada protestou “[...] energicamente, iniciando-se forte troca de desaforos”. Lostada se retirou dirigindo-se ao estabelecimento de Henrique Probst, a poucos passos da casa da Câmara, onde foi “[...] preso por ordens do comissário de Polícia e metido no xadrez comum” (SILVA, 1972, p. 166-167). Foi o estopim. Em pouco tempo já havia um “grupo de amigos do preso” dando ultimato a Elesbão: ou solta por bem ou seria solto a força. Com a aproximação da turba o comissário libera o preso, mas a multidão estava “exaltada demais”, exigindo aos gritos que Elesbão explicasse, publicamente, as razões do procedimento. “Irritado”, Elesbão saca de um revólver e, exclamando um “[...] eu morro, mas vocês não me prendem [...]”, disparou na direção de seu cunhado, Hercílio Luz. Os amotinados responderam provocando “ligeiro ferimento” em Elesbão que continuou a disparar, fugindo. (SILVA, 1972, p. 167)

No momento em que Elesbão dispara contra Hercílio, aproximadamente 25 homens respondem atirando e ferindo o comissário. Elesbão foge por um bambuzal junto do rio Garcia, chegando à casa da viúva de José Henrique Flores Filho, ex-presidente da Câmara de Blumenau. Elesbão saiu do episódio com “[...] 25 caroços de chumbo [...]” na cabeça e no corpo, ao todo 22 ferimentos. (PAULI, 1976, p. 90-91)

Em seguida os manifestantes foram até a residência do juiz, que fugiu pelos fundos e refugou-se na casa de Gustavo Salinger (PAULI, 1976, p. 92). Elesbão permaneceu algum tempo na casa da viúva e no dia 18 foi para a casa do juiz de Direito. “Depois tomou uma canoa e foi para casa [...]”, a cerca de seis quilômetros da vila de Blumenau. O juiz também pede para sair (PAULI, 1976, p. 97), alegou febres. “Ao vir para a Capital do Estado, trazia bagas de chumbo nas costas e que se aconselhava não removê-las para evitar incômodos”. (PAULI, 1976, p. 98)

Após o incidente com Elesbão os republicanos buscaram refúgio. A ordem de prisão determinava que fossem detidos a qualquer custo, “podendo até ser alvejados” caso resistissem (SILVA, 1972, p. 168). Ao saber das prisões de Cunha e Lostada, Hercílio voltou para casa, informa Ferreira da Silva, sendo preso no dia 25 de fevereiro de 1893, e “levado entre baionetas caladas” às 6 horas. Bonifácio Cunha, Margarida e Cunha Silveira tiveram o mesmo destino, acompanhados de Augusto Schulte, Hermann Baumgarten, Otto Moldenhauer, Fides Deeke. H. F. Schmidt, Gustavo Binder, Ernesto Ekhardt e Paulo Zimmermann, enviados a Desterro (PAULI, 1976, p. 98-99). Paula Ramos fora preso na Capital e enviado ao Rio num vapor. (SILVA, 1972, p. 166)

Na Capital, os presos recorrem ao Tribunal de Relação do Estado e foram impronunciados no dia 8 de abril de 1893. Em represália o governador Machado dissolve o Tribunal e empossa outro em 10 de abril de 1893, sob a presidência do federalista Ferreira de Mello. Os acusados continuam presos por mais 40 dias. (PAULI, 1976, p. 100-101)

Em 12 de maio de 1893 seguiram a bordo do paquete Rio Pardo para o Rio, acompanhados do advogado Francisco Tolentino Vieira de Sousa, chegando no dia 16. “São recebidos a bordo, em lancha especial, pelos parlamentares catarinenses [...]” da Câmara e Senado. “Os presos políticos” foram levados ao Estado Maior do quartel dos Borbonos, “[...] ficam ali bem instalados e com permissão de receber visitas”. No dia 20 de maio se apresentam ao Supremo, que dá sentença favorável e o processo é anulado, sendo concedido habeas-corpus pleno, com alvará de soltura, “[...] por estar provada a incompetência do juiz formador da culpa e conseqüente nulidade do processo”. A notícia é recebida com festas em Blumenau, com “intenso e luzidio foguetório”. Hercílio e Bonifácio da Cunha retornam a Desterro no mesmo Rio Pardo, onde também viajava o coronel Júlio Augusto Serra Martins, que vinha assumir o comando da guarnição federal. (PAULI, 1976, p. 102-103)

Em Blumenau houve uma “recepção apoteótica”. Os correligionários de Hercílio fretaram o vapor *Jahn* e no dia 31 de maio seguiram para Itajaí, onde já se encontravam os vapores *Progreso*, com representantes de Itajaí e Brusque e o *Laguna*. Após um banquete seguiram. No *Progreso*, à frente com arco embandeirado, estão Hercílio, Bonifácio, Pedro Feddersen, Carlos Renaux, Alfredo Büchele e outros pelo rio Itajaí acima. São saudados pelo caminho. A recepção na chegada a Blumenau inclui bandas, crianças e entrega de flores. As ruas estavam decoradas com bandeiras, flores, arcos, palmeiras, festões, dísticos, venezianas etc. Muitos discursos, três bailes, iluminação e fogos de artifício. (PAULI, 1976, p. 103-105)

A polícia tentou dispersar a multidão e “[...] um incidente defronte do hotel resultou em que populares reagissem ferindo a sarrafadas e garrafadas um tenente, alguns soldados e civis federalistas”. Os militares vão armar-se no quartel, para depois “[...] disparar sobre a grande reunião político-recreativa republicana”. Conseguiu-se a dispersão a custa de ferimentos, embora leves, em populares inocentes, homens, mulheres e crianças, sem contar o tumulto e o trauma criado na população. Teotônio José de Sousa, tenente e comissário de polícia, relatou que ao dispersar a multidão com tiros para o alto, os praças perderam dois sabres e dois bonés (PAULI, 1976,

p. 105). Havia 400 pessoas no local (PAULI, 1976, p. 106). Ferreira da Silva resume assim o episódio: “Armados de sarrafos e garrafas vazias, os populares feriram o tenente e vários soldados e civis [...]”, escreve. “Os militares, depois de irem ao quartel armar-se, voltaram ao local do baile, fazendo várias descargas de carabina para dentro do salão”. (SILVA, 1972, p. 170)

“Capitão” José

Vimos que logo após a renúncia de Lauro Müller, no final de 1891, José Arthur Boiteux fora para o Rio de Janeiro. Antes, entretanto, pedira licença do cargo de secretário da Estatística Comercial do Estado de Santa Catarina, para tratamento de saúde.¹⁶ Já no Rio, apurou Bahia,¹⁷ requereu no dia 1º de julho do ano seguinte a transferência da Faculdade de Direito de São Paulo para a Faculdade Livre de Direito da Capital Federal (BAHIA 1994, p. 12). Em agosto de 1893, José foi nomeado primeiro oficial da Intendência (Prefeitura) Municipal do Rio de Janeiro.¹⁸

Com o emprego pretendia arcar com os custos do curso de Direito, mas Boiteux teve que aguardar quase duas décadas para finalmente obter, em 1911, o diploma de Bacharel em Direito. Mais uma vez ele será levado

pelos acontecimentos em curso, como a Revolução Federalista no sul do Brasil e, em setembro de 1893, a Revolta da Armada no Rio. É nesse período entre 1893 e 1897 que surgiu o fenômeno do “jacobinismo”, observa a historiadora Amanda Muzzi Gomes,¹⁹ expressão usada nos últimos anos da monarquia para designar os “republicanos radicais”, sobretudo personagens como o famoso propagandista republicano Antonio da Silva Jardim.

Naqueles tempos, ser “jacobino” equivalia a ser “desatinado” ou “arruaceiro”, “perturbadores da ordem”, “nativistas”, “antilusitanos” e até os politicamente “cegos” e “apaixonados”, até os “desordeiros” da Revolta da Vacina em 1904. Entretanto, enfatiza Muzzi Gomes, “[...] foi durante o governo de Floriano Peixoto, mais especificamente em 1893, que o termo jacobino adquiriu uma conotação ímpar [...]”, sendo a “[...] alcunha para os voluntários dos batalhões patrióticos [...]”, integrados pelos “[...] mais veementes florianistas, os propalados ‘amigos do Marechal Floriano’”. Assim, entre 1893 e 1897 tivemos a “[...] vigência do movimento político dos jacobinos no Brasil, o ‘jacobinismo’, cuja inspiração maior era o florianismo”. (GOMES, 2008, s.p.)

O fenômeno foi particularmente intenso por ocasião da Revolta da Armada, em setembro de 1893, quando José Boiteux se alistou num desses batalhões patrióticos para

a defesa da Capital da República, observa Bahia (BAHIA, 1994, p. 30). Dante Martorano, analisando esse momento da vida de José Boiteux, diz que no episódio da Revolta da Esquadra, em setembro de 1893, “[...] o povo apóia as forças legalistas [...]” e José “[...] também presta serviços de guerra [...]”, tendo ingressado no Batalhão Municipal, sob comando do coronel Henrique Valadares. “Com o posto de tenente no Morro do Castelo [...]”, salienta Martorano, “[...] pugna pela consolidação da República nascitura”. Seu irmão Henrique estava no Arquidabã, também combatendo ao lado de Floriano Peixoto. José, na ocasião, “[...] soube envergar o uniforme de oficial legalista com ardor e brio”. (MARTORANO, 1984, p. 19)

Portarias do Ministério da Guerra de novembro de 1893 indicaram os nomes dos oficiais do então Batalhão Patriótico Republicano Municipal, em que José Boiteux figurou como Alferes.²⁰ Em junho de 1893, por decretos do dia 15 da Diretoria de Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, José Boiteux e dezenas de outros cidadãos de Santa Catarina foram nomeados para a Guarda Nacional. Boiteux recebeu a patente de capitão ajudante-de-ordens na Comarca da Capital.²¹ Nosso personagem também figurou na relação dos que foram promovidos a oficiais honorários do Exército em novembro de 1895.²² Em agosto de 1895 chegou a capitão do mesmo Exército.²³

Assanho Maragato

A denominada Revolução Federalista no Rio Grande do Sul começou em 9 de fevereiro de 1893. O Governo Federal enviou oficiais à região, e um deles, Serra Martins, chegara a Desterro no mesmo navio que Hercílio. O major Firmino Lopes Rego, que fora homem de confiança de Lauro Müller, assumiu o comando da fronteira do Estado. “Os novos comandantes multiplicam as Guardas Cívicas, em especial nos municípios da fronteira e em Blumenau. Aderiam especialmente os republicanos, cujos chefes assumiam seus comandos”. (PAULI, 1976, p. 106-107)

Em 24 de abril de 1893, o tenente Machado rompeu formalmente com o governo central e acusou o major Firmino de estar distribuindo armas em Tubarão e Laguna, criando e treinando as guardas cívicas. Em resposta, Machado cria um Esquadrão de Cavalaria com 100 homens, no Estreito, então pertencente ao Município de São José, por ato de 26 de abril. (PAULI, 1976, p. 107)

Em Lages, segundo Licurgo Costa, os federalistas ou maragatos se reuniram em torno do líder do antigo Partido Liberal local, José Joaquim de Córdova Passos, com as presenças de Gaspar Lima, Policarpo Andrade, Luiz de Oliveira Ramos, Elesbão Antunes, Honorato Ramos, José Delfes, Ignácio Costa e seu filho João

Nepomuceno Costa, comissionado como coronel-comandante das forças federalistas de Lages. (COSTA, 1982, p. 297)

Formou-se um corpo cívico, segundo Licurgo, pela ameaça de invasão das forças federalistas (COSTA, 1982, p. 298). Os federalistas organizaram as “Forças Populares” para a manutenção da ordem. “Passaram-se meses de agitação, desafios, reuniões intermináveis [...]”, ao lado das “[...] dificuldades econômicas e financeiras, falta de víveres, remédios etc.”. Ao Partido Republicano pertenciam o coronel Vidal Ramos Sênior e seus filhos Belisário e Vidal Ramos Júnior, Sebastião Furtado e Juca Antunes, entre outros. (COSTA, 1982, p. 289)

Na época pertenciam a Santa Catarina apenas os municípios a leste do rio do Peixe, destacando-se Campos Novos, Curitibanos e Lages. No planalto norte dominava o Município de São Bento do Sul. No litoral, despontavam as cidades de Blumenau e Itajaí (vale do rio Itajaí), Joinville e São Francisco, Tijucas e, ao sul, Laguna. A chamada “Questão de Limites” envolvendo Paraná e Santa Catarina tramitava no Judiciário, já que as autoridades dos dois estados realizavam escaramuças pelo controle das áreas de divisa, sobretudo no Planalto Norte.

No curto espaço de tempo que vai de 1890 a 1895, Santa Catarina teve três constituições. A primeira foi elaborada por um Legislativo totalmente republicano, com a participação de um dos irmãos de José, Henrique

Boiteux. Essa Constituição foi anulada na gestão do tenente Machado e substituída por outra elaborada e sancionada em dois meses. A terceira Constituição, tendo José Boiteux como secretário, foi elaborada entre 8 de setembro de 1894 e 26 de janeiro de 1895.

A aproximação de Machado com a corrente liberal desembocaria no apoio ao levante federalista no Rio Grande do Sul. No Rio, Lauro Müller e Felipe Schmidt, entre outros, buscaram uma reaproximação com Floriano. Setores do florianismo observaram antes do presidente o “perigo” dos entendimentos dos federalistas locais com os do Rio Grande do Sul.

Enquanto isso, em Santa Catarina, articulou-se a tomada do poder pelas armas, fato público e notório, noticiado por jornais da época. O federalista *O Estado*, por exemplo, fala da existência de ordem para que todos os chefes republicanos na Capital estejam a postos. Para tal, “[...] repartiram-se os empregos, e designaram-se as vítimas votadas ao cutelo e à morte, figurando entre elas o nosso ilustre chefe Eliseu Guilherme”. O mesmo jornal, citado por Pauli, informa que de diversos pontos “[...] acudiram à Capital esses chefes para assistirem à anunciada deposição”. (PAULI, 1976, p. 108)

O mesmo autor fala de um “trabalho conjunto” de Lauro e Felipe Schmidt. “Depois de cercados os postos

militares de confiança, restava apenas formalizar uma acusação contra o presidente do Estado, arrolando as arbitrariedades cometidas, para tê-lo por terra” (PAULI, 1976, p. 108). A denúncia foi encaminhada por Schmidt ao Tribunal de Justiça em 6 de maio de 1893, como incurso nos artigos 111 e 112 do Código Penal em vigor. A ação destaca os crimes contra Vitorino de Paula Ramos Machado, em 1º de novembro de 1892, que suspendera a edição do *Republica* “[...] e impedira aquele funcionário de descer ao porto de Desterro, dizendo-se expulso do Estado”. Machado foi pronunciado e obrigado a entregar o cargo ao vice. (PAULI, 1976, p. 108-109)

Eliseu assumiu em 19 de junho de 1893 e Machado convive com ele no Palácio (PAULI, 1976, p. 109). Em 12 de julho, a banda da Polícia participou de uma passeata no Continente, na qual se encontrava o Esquadrão de Cavalaria criado por Machado. No retorno, ao passar em frente ao Quartel do 25º Batalhão, na Ilha, acompanhado de federalistas, vaiaram com “morras e foras” ao comandante Serra Martins e a Floriano. Eliseu foi de madrugada verificar o que havia ocorrido. (PAULI, 1976, p. 110)

1893: a “revolução” de julho

As guardas cívicas, “[...] estimuladas pelos chefes militares, dão às cidades um clima marcial. As provocações revelam o adiantado do espírito revolucionário [...] ”, comenta Evaldo Pauli. Os republicanos insistem na tese de que a renúncia de Lauro Müller, em fins de 1891, fora forçada, por isso um ato ilegal. Como são considerados ilegais os atos da Junta Governativa, que anulara as eleições municipais. (PAULI, 1976, p. 110)

Tudo isso alimenta a denominada “revolução de julho” de 1893, a “sedição”, na expressão de Duarte Schutel (SCHUTEL, 2002, p. 55). A iniciativa inclui a deposição de autoridades locais nomeadas pelo governo liberal/federalista catarinense, como logo aconteceu em Brusque. Nesse momento, os republicanos

[...] procedem uma derrubada generalizada das câmaras municipais de quase todo o Estado. E proclamam em Blumenau o Governo Provisório com Hercílio Luz como governador. (PAULI, 1976, p. 110)

A guarda cívica de Blumenau foi treinada por um destacamento do 25º Batalhão, da Guarnição Federal de

Desterro, composto por 12 soldados profissionais sob o comando do instrutor tenente Alberto Camisão. Iniciativa do Coronel Serra Martins. O grupo deixou Desterro a bordo do vapor *Jahn* e encalhou na praia Brava, entre Camboriú e Itajaí. Desse ponto seguem na direção de Itajaí levando 200 fuzis *comblains* em carros de bois, auxiliados pelo jovem comerciante Marcos Konder. Em uma semana, a Guarda Cívica de Blumenau contava com 100 homens. Emissários foram enviados ao interior da colônia para fazer o recrutamento. (PAULI, 1976, p. 111-112; SILVA, 1972, p. 170-171)

Em 22 de julho de 1893, a Câmara de Blumenau se reuniu em “[...] memorável sessão, presentes todos os membros e grande massa popular [...]”, quando Hercílio fora aclamado governador, sendo empossado na ocasião. Paula Ramos, “naqueles momentos expôs as razões dos blumenauenses ao intervir no restabelecimento da ordem político-administrativa do Estado” e comunicando terem se “sublevado” vários municípios. Hercílio informa haver assinado decreto elevando a cidade de Blumenau à capital provisória do Estado (SILVA, 1972, p. 171). O passo seguinte seria a deposição da Câmara de Tijucas e outras cidades, quando o governo em Desterro responde com a Guarda Patriótica, ampliando a defesa da Capital e enviando policiais a Blumenau e Tijucas. (SILVA, 1972, p. 171)

Pauli denomina “jacobinismo” a ação dos republicanos naquele momento, fato apontado pela imprensa federalista. O fenômeno, como vimos, surgiu com força ao longo de 1893 e anos seguintes (PAULI, 1976, p. 112). O levante republicano começou em Tijuca no dia 14 de julho de 1893, sob o comando direto de Hercílio Luz, à frente de 50 homens. A iniciativa foi previamente planejada. Ato semelhante ocorreu em Tubarão, São Joaquim, Nova Trento, São João Batista, Blumenau, Joinville, São Bento, Araquari (Parati), Araranguá e outros municípios. (PAULI, 1976, p. 113)

Na Capital, em São José e em Biguaçu, a situação permanece calma. Em Laguna ocorreu um ato no dia 19 de julho. Os republicanos substituem as autoridades das Câmaras, os cargos estaduais de promotores e os comissários de polícia. Quase todos os destacamentos policiais locais aderem. (PAULI, 1976, p. 113)

No caso de Tijuca toda a ação foi meticulosamente planejada. Hercílio se deslocou previamente para Tijuca, onde estava o mentor intelectual do movimento, o Juiz de Direito Genuíno Firmino Vidal²⁴. Foi ele quem convenceu as lideranças de Tijuca que a iniciativa seria seguida em outros municípios. Com 50 homens, Hercílio cercou o prédio da Câmara Municipal, chegando ao plenário onde estavam o presidente Juvenal Galotti, mais

o secretário e o procurador, intimando-os a entregar o arquivo e o edifício, sendo atendido. Antônio Firminio Novaes assume a presidência da Intendência, nomeado também comissário de polícia e promotor. (SILVA, 1972, p. 171-172; PAULI, 1976, p. 114)

No dia seguinte à deposição das autoridades de Tijuca, como os republicanos lançavam um manifesto, em Blumenau o povo sai às ruas com a notícia do ocorrido naquela cidade litorânea. As autoridades locais estaduais e os soldados da Polícia aderiram, sendo nomeadas novas autoridades policiais de todos os distritos, promotores públicos, juízes de paz, suplente de juiz de Direito e delegado literário para Gaspar. (PAULI, p. 115-116)

Eliseu e Machado enviam uma força para reprimir o levante em Tijuca. Hercílio e Vidal “[...] adotam a tática do recuo e do retorno cíclico entre Tijuca e Blumenau [...]”, observa Pauli. O famoso e temido esquadrão de cavalaria da Polícia “[...] só dominava onde estivesse em trânsito. E assim mesmo foi alcançado por diversas derrotas humilhantes”. Isso ocorreu em Tijuca no dia 17, onde a cavalaria teve que recuar. Numa segunda investida domina a cidade por algum tempo. O piquete sob o comando do capitão Caetano Neves estacionou a seis quilômetros da sede e depois se retirou. Mandado de volta, com reforço de 100 infantes, ocupa finalmente a Vila. Porém,

segundo a imprensa republicana, os federalistas locais não quiseram reassumir os cargos. (PAULI, 1976, p. 117-118)

Ferreira da Silva destaca a convivência, apoio e acobertamento pelo comando militar federal no Estado da formação das “guardas cívicas”, na realidade milícias destinadas à derrubada do Governo Estadual. (SILVA, 1972, p. 85)

Apartir das derrotas sofridas pelo liberais/federalistas “[...] dilui-se o poder governista já na própria Capital [...]”, e a imprensa republicana, “[...] encorajando-se, publica os telegramas do interior, o manifesto de Tijucas e até mesmo amplos editoriais a favor da revolução *hercilista*”. O jornal *Republica* de 18.7.1893 destaca: “Quase todo o interior do Estado em armas acaba de depor intendências e autoridades, aclamando os membros do grande partido republicano.” (PAULI, 1976, p. 118)

Na Capital. “[...] os ânimos iam, dia a dia mais exaltados”. A cidade de Desterro virara uma praça de guerra, onde “[...] as forças fiéis a Floriano, com o 25º Batalhão à frente, exercitavam-se, diariamente, experimentando carabinas e outras armas”. Por outro lado, houve um aumento significativo do efetivo da Força Policial, enquanto “[...] os partidários do tenente Machado se apresentavam em grande número para defendê-lo”. (SILVA, 1972, p. 170)

Segundo Pauli, ao ser proclamado governador, com respaldo do diretório estadual do Partido Republicano e diretórios municipais, foram solicitadas confirmações das Câmaras. Hercílio iria a diversos municípios. A de Blumenau responde com a referida sessão de 22 de julho sob a presidência de Henrique Probst, estando presentes cerca de 50 chefes republicanos. (PAULI, 1976, p. 119)

Além de tornar Blumenau capital provisória do Estado, Hercílio Luz dissolve o Esquadrão de Cavalaria de São José e nomeia Genuíno Firmino Vidal seu chefe de Polícia. O governador Eliseu foi comunicado oficialmente de tudo por uma comissão do Partido Republicano da Capital, integrada por Emílio Blum, Inocêncio Campinas e José Segui Júnior. No dia 23 de julho iriam “[...] intimá-lo a entregar o cargo”. Genuíno Vidal, ao se dirigir de Tijucas a Blumenau, surpreende em Brusque um contingente do esquadrão de cavalaria. Os republicanos tomam-lhe as armas. Na fuga precipitada o tenente que comandava a unidade, de nome Cunha, “[...] jogou o uniforme e a espada no rio para poder fugir”. (PAULI, 1976, p. 120-123)

Eliseu Guilherme, o tenente Machado e o grupo que respaldava o governo liberal/federalista ficaram no aguardo da saída da Guarda Cívica para atacar Blumenau. De fato, sob o comando do tenente Camisão e a presença

de Hercílio Luz, cerca de 130 homens deixam Blumenau, “[...] bem armados e municados [...]”, no dia 24 de julho, rumo à Ilha. Todos eles foram por terra por Brusque, Tijucas e Porto Belo, ponto em que seguiriam por mar a bordo do vapor *Itapemirim*. Enquanto isso, “[...] soldados fiéis ao governo de Eliseu foram mandados a Blumenau”. (SILVA, 1972, p. 172)

Os republicanos haviam previsto o ataque, quatro dias após a partida. Os blumenauenses, sabendo com antecedência a chegada da tropa, reuniram-se em cerca de 70 homens para enfrentar os 200 soldados do Governo, “[...] entre eles diversos civis encabeçados por Elesbão, vindos por Gaspar”. A defesa de Blumenau, conta Ferreira da Silva, “[...] se postou nas encostas dos morros nas margens da atual rua Itajaí [...]”, sendo os primeiros soldados recebidos à bala. O combate que durou mais de meia hora resultou na “[...] fuga desordenada dos policiais para Itajaí [...]”, sofrendo duas baixas fatais, nove gravemente feridos e uns 20 com ferimentos leves. “Os nossos, nada sofreram”. O chamado Combate do Morro do Aipim deu-se pelas 15 horas do dia 28 de julho de 1893. (SILVA, 1972, p. 172)

A partida da “milícia” republicana foi antecedida de grande movimentação em Blumenau, exatamente devido ao temor de um ataque dos federalistas, enquanto chegam

apelos da Capital para pronto deslocamento do grupo armado. A partida somente foi possível, na avaliação de Evaldo Pauli, após adesão à “revolução” dos “[...] nossos homens de influência, como Feddersen, Renaux, Abry, Rischbieter e outros [...]”, que aceitam a partida da Guarda para Desterro, “[...] declarando haver possibilidade de defesa [...]” de Blumenau. (PAULI, 1976, p. 125-127)

O comboio de 18 carroças teve a presença ostensiva de Hercílio até Porto Belo, seguindo então “mais oculto”, mas sempre no comando (PAULI, 1976, p. 127). “Ora a pé, ora nas carretas, revezando-se, os milicianos improvisados iam ganhando distâncias”. Ainda em Brusque a “guarda cívica” encontra destacamentos da Polícia. Souberam da presença de 150 militares. A milícia se mobilizou. Uma parte voltou até Gaspar e a outra seguiu para tomar o Hotel Krueger, onde estavam hospedados oficiais *machadistas*, que fugiram antes da chegada. (PAULI, 1976, p. 131)

Em seguida, os rebeldes foram a sede da Sociedade dos Atiradores estabelecendo o QG. Os milicianos Erich Gaertner e Max Stutzer, em patrulha pela região, aprisionaram dois oficiais e dois praças federalistas, apelidados de “tucanos” e fugidos do referido hotel. As armas foram retidas e os homens liberados. (PAULI, 1976, p. 131-132)

Ainda em Brusque foram feitos contatos para a obtenção de armas em Itajaí, a bordo do vapor Itapemirim, destinadas aos federalistas. A tropa partiu de Brusque no dia 26, às 11 horas, com destino a Tijucas, via Nova Trento, chegando perto da meia noite. Depois de pão e café num “boteco” da família Cohn, foram dormir e montar guardas. O café da manhã seguinte teve no cardápio peixe escalado e arroz. (PAULI, 1976, p. 132-133)

No dia 27, eles embarcaram em Porto Belo com destino a Desterro. A partir desse ponto, Hercílio seguiu em “barco especial”, cercado de isolamento e cautela. No deslocamento de Tijucas a Porto Belo, os homens pararam na venda dos Guerreiro para tomar cerveja. Chegaram às 16 horas em Porto Belo, onde foi abatida uma rês para a refeição. “O churrasco ainda não estava pronto e um grupo teve que partir em missão de guarda e vigilância [...]”, tendo que contentar-se com “[...] carne seca dura cortada em grossas tiras e um pirão feito com água morna”. (PAULI, 1976, p. 134)

O navio que os transportou chegou à Barra Norte da Ilha de Santa Catarina na noite de 27 para 28 de julho, parando para inspeção na fortaleza de Santa Cruz. Às 8 horas do dia 28, o Itapemirim atracou em Desterro. “A ‘guarda’ foi recepcionada por 50 soldados do 25º Batalhão, com banda de música e a presença do coman-

dante Serra Martins”. Os homens chegaram sem farda, mas com seus fuzis a tiracolo. Após os brindes do coronel Serra Martins ao Presidente Floriano, à República e ao Exército, todos se deslocaram em marcha até o quartel, num cortejo marcial “[...] cadenciado pela música”. (PAULI, 1976, p. 135-136)

Hercílio apareceu num lanchão pela Baía Sul cercado de sigilo, desembarcando à noite numa praia em frente ao quartel, onde haviam sido colocadas sentinelas da força federal. Estava acompanhado de Paula Ramos, Dr. Cunha, Cunha Silveira e Margarida. No dia 29, um sábado, os homens recebem os fardamentos e já podiam ser vistos pelas ruas da cidade. (PAULI, 1976, p. 136)

Fides Deekee anotou nas suas Memórias que os “[...] habitantes, sobretudo na camada do populacho da rua, não nos via com bons olhos”. Havia mesmo “hostilidade”, assinala Pauli, decorrente da “[...] situação revolucionária que dividia a população”. Deeke diz que “além de brigas insignificantes”, “[...] nada sofremos por parte deles [...]”, mas, por precaução, os homens foram proibidos de sair sozinhos às ruas. Somente o poderiam fazê-lo em grupos maiores. Os que não atenderam a determinação sentiram na pele as consequências. Dois ou três desses cívicos de Blumenau passavam pela região do Mercado Público, local de “[...] gente ociosa à beira

das calçadas [...]”, quando começaram a ser provocados. Entre piadas e admoestações acabaram cercados por uma pequena multidão e perseguidos por “muitas ruas” até o bairro da praia de Fora. Ou seja, foram correndo do Mercado até a atual Avenida Beira-Mar Norte, sob os gritos de “peguem estes imbecis” e “matem os outros. Por sorte, conseguiram escapar. (PAULI, 1976, p. 136-137)

Oficialmente, a “guarda cívica” estava em Desterro para se incorporar às forças do coronel Julião Martins, comandante do 5º Distrito Militar, que combatia os revoltosos federalistas no Rio Grande do Sul. (PAULI, 1976, p. 137)

Circula na cidade a versão de que Hercílio Luz retornara a Blumenau, mas ele se mantinha oculto na Capital (PAULI, 1976, p. 138). Na verdade, ele estava no QG da guarnição federal em Desterro, dispondo de contato visual com a área central da cidade. Assim pode acompanhar o desfile patriótico realizado na manhã de domingo, 30 de julho, com a participação da Guarda Cívica de Blumenau na retaguarda. Serra Martins comandou tudo montado em “elegante ginete”. Cercado por “[...] grande número de amigos e voluntários [...]”, Eliseu e o tenente Manoel Joaquim Machado “[...] mantinham-se no Palácio, aguardando os acontecimentos”. (SILVA, 1972, p. 173; PAULI, 1976, p. 138)

O “assalto” ao Palácio do Governo fora marcado para a noite de 30 de julho, um domingo, próximo da meia noite. “O plano foi comunicado aos soldados da Guarda Cívica depois do desfile dominical”. Tentariam a rendição “[...] em vista da demonstração de poderio”. (PAULI, 1976, p. 139)

No domingo os “cívicos” de Blumenau circulam em pequenos grupos e deixam o Quartel aos poucos, uns armados, outros não. No início da noite “[...] vestiram-se todos à paisana para melhor despiste”. Alguns soldados de linha fizeram o mesmo. Uma reunião antecede o grande momento, com a presença dos chefes republicanos da cidade. Os que residiam em torno do Palácio do Governo haviam retirado suas famílias. Hercílio aparece na reunião com uma “carabina nas mãos”. O plano era sitiá-lo pelo Palácio pelos quatro lados. Uma comissão exigiu a renúncia de Eliseu e caso não houvesse renúncia, seria deposto pelas armas. (PAULI, 1976, p. 139-140)

Segundo a historiadora Roselane Neckel,²⁵ os adversários de Eliseu e do tenente Machado não se limitavam aos “cívicos” de Blumenau e região, mas incluía os republicanos históricos, funcionários federais e oficiais do Exército. (NECKEL, 2003, p. 30)

Os republicanos se entrincheiraram em muretas na Praça 15, e pelos lados de onde hoje é o atual Correio.

Os federalistas estavam no Palácio e nas torres da Catedral. A frente do Palácio era guarnecida com tropas e um canhão sob o comando do tenente João Nepomuceno Costa. Havia uma grande movimentação. Na cidade todos sabiam o que estava para acontecer. (PAULI, 1976, p. 140)

Deeke anota: “No meio de todo esse movimento, andavam grupos de amigos e simpatizantes, não pertencentes a nossa milícia [...]”, revela. “A casa de Tolentino estava completamente ocupada, como também a de Napoleão Poeta”. Um grupo de homens transporta “[...] bombas de dinamite, as quais seriam aproveitadas em última hipótese [...]”, comenta Deeke, citado por Pauli. (PAULI, 1976, p. 140-141)

O Palácio foi atacado por “densa fuzilaria e tiros de canhão” no início da madrugada do dia 31, e os “cívicos” de Blumenau tiveram “papel relevante”. (SILVA, 1972, p. 173)

Um suposto “imprevisto” impediu o envio da comissão que exigiria a renúncia. Os chefes republicanos, tomando decisões “contraditórias”, deixavam as tropas “confusas”, avalia Pauli. Momentos antes do ataque “um negro” revela a presença de homens da Polícia com dinamites nas torres da Catedral que seriam lançadas sobre os atacantes. Por isso “o plano foi precipitado” e os republicanos deram o primeiro tiro. (PAULI, 1976, p. 141)

Do interior do Palácio parte “intensa fuzilaria” e disparos de dois canhões. Os republicanos respondem. A troca de tiros durou aproximadamente 15 minutos, até a chegada da cavalaria que dispersou os atacantes. Segundo o jornal federalista *O Estado*, “[...] a fuzilaria partia das casas de Napoleão Poeta, por uma clarabóia, cujo vidro havia sido despedaçado [...]”, e das casas de Francisco Tolentino, Inocêncio Campinas, Gustavo Richard e Ludovino de Oliveira. Alguns atacantes se esconderam atrás das grades do átrio da Catedral e no muro da Praça 15 em frente ao Mercado. Um grupo de 14 a 20 homens deixou a casa de Gustavo Richard (genro de Poeta) e se postou na esquina da Rua Trajano, efetuando disparos. (PAULI, 1976, p. 142)

“Houve vários mortos, tanto na praça, como no próprio interior do Palácio [...]” (SILVA, 1972, p.173), cujos ocupantes sabiam do ataque e haviam se preparado. O policial Manoel Berlink da Silva morreu com duas balas que atravessaram a cabeça, aparentemente vindos da casa de Napoleão Poeta. João da Fonseca Povoas também faleceu com dois disparos oriundos da residência de Francisco Tolentino. Adolfo Maia foi abatido, além do guarda policial José Gomes, atingido com um tiro no peito na porta de entrada do Palácio. Foi morto também o médico Antônio da C. Cordeiro Júnior e ferido Paulo Freitas, chefe do corpo sanitário da Capital. Eliseu fora

“prevenido” por alguém do quartel do 25º Batalhão, pois alguns oficiais não concordaram com os planos de ataque. (MEIRINHO, 1997, p. 87-88; PAULI, 1976, p. 144-145)

Na retirada após o ataque algumas repartições públicas foram ocupadas. Os “cívicos” de Blumenau “[...] auxiliados pelas forças federais, ocuparam a Câmara Municipal [...]” (SILVA, 1972, P. 173), por isso, Hercílio “[...] imediatamente instala seu comando e operações e exerce o Governo” (PAULI, 1976, p. 148). Os cívicos tomam também o Tesouro do Estado. (SILVA, 1972, p. 173)

Os mortos foram sepultados no mesmo dia 31 por “uma multidão” ao longo da atual Rua Conselheiro Mafra rumo às imediações da futura cabeceira da ponte Hercílio Luz, onde havia o cemitério (PAULI, 1976, p. 145). Após o velório, Eliseu deixa o Palácio e se dirige à guarnição federal, onde encontra o comandante Serra Martins acompanhado de Hercílio Luz, aclamado governador, e outras autoridades sediciosas. (PAULI, 1976, p. 149)

Machado se dirige então ao próprio Floriano Peixoto, por meio do telégrafo, arguindo o parágrafo 3º do artigo 6º da Constituição e solicitando auxílio federal para manter a ordem e sua autoridade de governador eleito. Para surpresa de muitos e as atenções dos historiadores até hoje, Floriano atendeu ao pedido. Eliseu retomou o governo, a Guarda Cívica foi dissolvida e Hercílio perdeu

o cargo de Chefe da Comissão de Terras e Colonização. Hercílio, que havia ocupado o Palácio com a saída do titular, devolveu o cargo. Os blumenauenses voltaram para casa, “decepcionados”. Blumenau começa a ter seu território diminuído: o distrito de Gaspar passa a pertencer a Itajaí e o de Indaial é transformado em município. (SILVA, 1972, p. 173-174; MEIRINHO, 1997, p. 88)

De seu observatório, Duarte Schutel comemora e lamenta. “Em julho de 93 abortou a sedição armada da segunda ditadura; já o sangue catarinense foi derramado”. A “primeira ditadura” tivera Lauro Müller como “comparsa”. (SCHUTEL, 2003, p. 76)

Chumbo, Fumaça e Cemitérios

No dia 17 de outubro de 1893 chegou a Curitiba o general Francisco de Paula Argolo, enviado especial de Floriano Peixoto com a missão de conter o avanço federalista. Desembarca na estação ferroviária, após uma marcha por terra de Santos a Paranaguá. O General estava acompanhado dos capitães Lauro Müller e Felipe Schmidt e do tenente Carlos Augusto de Campos, oficiais do Exército, mais o engenheiro Hercílio Luz, “todos políticos catarinenses”, segundo Oswaldo Cabral²⁶. (CABRAL, 1994, p. 265)

Lebon Régis, Emílio Blum e Napoleão Poeta, também se integram à tropa de Argolo (MEIRINHO, 1997, p. 94). Muitos blumenauenses combatem ao lado das forças legais, como Bonifácio Cunha, Santos Lostada, Fides e Caetano Deeke, entre outros. (PAULI, 1976, p. 171)

Desde o dia 3 de outubro, por portaria do Ministro da Guerra, Lauro estava à disposição do comando militar com sede na capital paranaense, informa Marcos Konder (KONDER, 1982, p. 23). O major Lauro Müller tinha a missão de fazer a ligação entre a vanguarda da coluna e o Governo, destaca Pauli. Hercílio Luz, por sua vez, assumira a chefia do Distrito Telegráfico de Morretes (PR) e Torres (RS), linha de importância estratégica naquele momento. Ao ser chamado para compor as forças de Argolo recebeu a missão de determinar as estradas para a marcha das tropas, construir pontes e planejar obras de defesa. (PAULI, 1976, p. 173)

No dia 10 de novembro, a expedição de Argolo entrou em São Bento. A Câmara Municipal se reúne no dia seguinte, proclamando e instalando um novo Governo, sendo nomeadas as autoridades. Com a aproximação das forças federalistas pela estrada Dona Francisca, o General Argolo vai ao seu encontro (PAULI, 1976, p. 176). Ocorrem algumas trocas de tiros em 20 de novembro. No dia 21 também, ocasião em que “[...] o major Felipe Schmidt será elogiado pela maneira

como se houve em combates” (PAULI, 1976, p. 179). Argolo acaba recuando diante da aparente superioridade numérica do adversário. Retoma a direção de Rio Negro e ingressa ao Paraná. (PAULI, 1976, p. 177)

No caminho entre São Bento e Rio Negro, os federalistas seguem a tropa de Argolo. Em Rio Negro acontece um combate em que os republicanos levam a melhor devido à artilharia. “Enquanto a coluna era perseguida por um pequeno troço de cavalaria [...]”, assinala Carneiro,²⁷ “[...] outro contingente, bem mais importante, invadia o Paraná pelo lado de Leste, visando Tijucas”. (CARNEIRO, 1937, p. 16)

No dia 24 de novembro, as forças de Argolo chegam à Lapa, onde os homens permanecem acantonados e o comandante fora dispensado. Caberá ao coronel Gomes Carneiro assumir o comando geral das tropas da legalidade no Paraná (CARNEIRO, 1937, p. 18). Os chefes republicanos de Santa Catarina, como Lauro, Hercílio e Schmidt, o acompanham. Gomes vai se estabelecer na Lapa e ali concentrar as forças para tentar barrar os federalistas, o que não foi possível, mas que deu tempo a Floriano Peixoto para que reforçasse as defesas paulistas, destaca Evaldo Pauli. (PAULI, 1976, p. 179)

Os republicanos contam com 1.036 homens. Outros 400 da força pública paulista reforça o efetivo.

Os federalistas têm 1.200 homens e recebem reforços (CARNEIRO, 1937, p. 18-19). No dia 14 de janeiro 1894, os federalistas tomam Paranaguá, ficando o litoral paranaense nas mãos dos maragatos. Aqui, mais uma vez, encontramos as principais lideranças republicanas de Santa Catarina lutando de armas nas mãos. Hercílio Luz, como engenheiro, se destaca com obras de defesa na Lapa, participando de pelo menos um combate. (PAULI, 1976, p. 180)

Os ventos sopram em favor dos federalistas que desenvolvem um movimento de guerrilha. Lauro Müller deixa a Lapa no dia 17 de janeiro. Seu trem é alvo da fuzilaria federalista. Segue até Curitiba e não mais retorna (PAULI, 1976, p. 181). Segundo Carneiro, Lauro recebera ordens para ir a Curitiba buscar reforços. O cerco estava no auge. Na ocasião, apresentou ao general Pego o “[...] plano geral que concebera, de defesa do Planalto”. A ideia era impedir que os federalistas chegassem ao planalto pelas gargantas da serra do Mar. “Lauro apenas pode chegar a Curitiba [...]”, narra Carneiro. “Logo após sua passagem, a estação tronco de Serrinha foi tomada”. (CARNEIRO, 1937, p. 19)

Marcos Konder, baseado em Gomes da Silva Muricy, relata que, ao chegar a Curitiba, Lauro Müller carregara alguns vagões com armas e munições, iniciando o retorno a Lapa. Ao parar numa estação de trem anterior

à da Serrinha, ele foi avisado de que a estação estava ocupada por “grande força federalista”. Lauro retorna a Curitiba e encontra as principais lideranças republicanas com as malas prontas para deixar a cidade. (KONDER, 1982, p. 25)

Na impossibilidade de manter Curitiba, os republicanos se retiram seguindo as “[...] instruções escritas para a retirada sobre Castro [...]”, sendo Lauro Müller um dos signatários do documento, encabeçado pelo general Pego, Vicente de Carvalho e o chefe de polícia. (KONDER, 1982, p. 21)

Os federalistas tomam Curitiba e formam uma junta governativa de comerciantes para a manutenção da ordem pública, mas na Lapa continuam os embates. Felipe Schmidt está entre os homens que resistem na cidade sitiada, ocupado com a economia na “distribuição das munições”. Permaneceu ali até a capitulação com a morte do coronel Gomes Carneiro (PAULI, 1976, p. 181). Konder acrescenta que além de Hercílio, Schmidt e Lauro estavam na defesa da Lapa Emílio Blum, Cândido Capela, Lebon Régis e o tenente médico Felipe Maria Wolff, este último de São Bento. (KONDER, 1982, p. 26)

Na cidade de Desterro, os federalistas haviam se instalado definitivamente no poder, desde a capitulação proposta pelo comandante Frederico Lorena e coorde-

nada pelo Marechal reformado Gama d'Éça. No dia 4 de outubro de 1893, a Assembleia Legislativa declarou Santa Catarina “Estado separado da União”. Na mesma sessão o tenente Machado foi reconduzido ao cargo de governador, deixando-o dias depois. O vice Nunes Pires é convocado para assumir o Executivo “[...] com plenos poderes para agir em favor da causa revolucionária”. (MEIRINHO, 1997, p. 92)

Machado, nomeado comandante superior da Guarda Nacional de São José, onde passara a viver, logo anuncia o retorno ao Governo. Comunicado da intenção e intimado a marcar a data da posse, Nunes Pires parece protelar a volta do titular. Machado arrombou a porta do gabinete e tomou posse. “Fui deposto por um correligionário meu sem competência legal [...]”, escrevia Nunes Pires. (MEIRINHO, 1997, p. 93-94)

No dia 14 de outubro é oficializado o Governo Provisório presidido pelo comandante Lorena. Interesses difusos em jogo, entre os próprios federalistas, gera uma crise que leva ao afastamento de Lorena e sua substituição por uma Junta Civil, com representantes dos três estados do Sul. Emígio Westphalen (Paraná) e José Ferreira de Mello (Santa Catarina) integraram a Junta. O representante do Rio Grande do Sul, a ser indicado por Silveira Martins, não chegou a assumir. (MEIRINHO, 1997, p. 93)

O Poderoso Cezar

Nos primeiros dias de abril de 1894, uma esquadra republicana sob o comando do almirante Jerônimo Gonçalves ataca os federalistas em Desterro. No dia 14, às 23 horas, abre fogo sobre as fortalezas e torpedeia o Arquidaban, principal navio da esquadra rebelde, afundando-o. Começa então a “[...] debandada do Governo de Desterro”. No dia 17 os republicanos ocupam a Capital “[...] com um contingente de 100 alunos da Escola de Guerra”. (PAULI, 1976, p. 181)

Curitiba é retomada no dia 7 de maio, forçando o retorno da coluna de Gumercindo pelo vale do Itajaí, onde sobe a serra e alcança Campos Novos, atacada pela Divisão Norte de Pinheiro Machado. (PAULI, 1976, p. 182)

Com a debandada dos federalistas de Desterro, o Governo é assumido interinamente por um “velho companheiro” de Hercílio Luz, o tenente Vilas Boas, representante do governo central. A posse aconteceu ao meio dia de 18 de abril de 1894, com a chegada da esquadra legal do Almirante Jerônimo Gonçalves e a retomada da Ilha. “Voltavam às ruas de Desterro, altivos, os políticos republicanos. Eram decorridos oito meses após os acontecimentos da revolução *hercilista* de julho de 1893”. (PAULI, 1976, p. 189)

Moreira Cezar chegou no dia 19 e assumiu o Governo catarinense em 22 de abril de 1894, tendo como secretários o Alferes João Lopes de Oliveira e Souza e Malaquias Cavalcanti. A chefia de Polícia foi assumida pelo tenente Manoel Bellerophonte de Lima e a Polícia Militar pelo Tenente Hermínio Américo Coelho dos Santos. (MEIRINHO, 1997, p. 95)

A historiografia catarinense é unânime na condenação de Moreira Cezar, apontado, com seus assessores diretos, pela repressão que se seguiu à retomada do poder pelos republicanos. Há uma espécie de “demonização”, processo estudado pelo professor Paulo Pinheiro Machado²⁸ em relação a Adeodato Ramos, o último grande líder caboclo do Contestado. Essa “demonização” pode ter sido motivada pelos interesses de alguns ex-chefes rebeldes de se reintegrarem à vida política corrente. (MACHADO, 2004, p. 321-323)

Walter Fernando Piazza²⁹, por exemplo, diz que o governo de Moreira Cezar se caracterizou “em grande parte”, pela “[...] ação punitiva e repressiva que vai exercer sobre os ‘federalistas’ ou simpatizantes da monarquia”. Sendo um “homem taciturno”, “[...] tornou-se uma página bastante triste na vida catarinense [...]” devido às perseguições e condenação dos considerados “inimigos do regime”, o que “[...] muitas vezes aconteceu sem a

mínima indagação de culpabilidade ou não do indiciado”. (PIAZZA, 1983, p. 515)

Oswaldo Rodrigues Cabral afirma que Moreira Cezar “[...] instalou o terror em Santa Catarina [...]”, mandando invadir casas, prender inimigos e encaminhá-los às fortalezas. Promoveu um “ajuste de contas” (CABRAL, 1994, p. 274). Se Piazza aponta somente Moreira Cezar como culpado das referidas atrocidades, Cabral inclui Floriano Peixoto no rol. (CABRAL, 1994, p. 277)

Jali Meirinho lembra o “ajuste de contas” mencionado por Cabral e acrescenta que em seu governo ocorreram “[...] prisões e fuzilamentos sumários de militares e civis [...]”, numa “[...] represália à rebeldia federalista, causadora da guerra civil centralizada em Santa Catarina”. Uma resposta “à crueldade federalista” com suas degolas. (MEIRINHO, 1997, p. 95).

Carlos Humberto Corrêa reconhece que o “[...] fuzilamento secreto de militares e políticos federalistas [...]” abalou “[...] grande parte da população, envolvendo sua administração mais numa nebulosa de boatos do que propriamente de fatos”. (CORRÊA, 1990, p. 144)

Marcos Konder, biógrafo de Lauro Müller, afirma que Moreira Cezar “não era um espírito”, mas “[...] revelou-se na direção do Estado o espírito mau de um tarimbeiro sanguinário e feroz”. Citando Euclides da

Cunha, que o indicou como “epilético provado” e “verdadeiro tarado”, Konder afirma que o enviado de Floriano deixou a “[...] triste fama de assassino cruel e impiedoso”. Nas fortalezas da Ilha “[...] amontoavam-se os cadáveres”. (KONDER, 1982, p. 29)

Como podemos observar, a historiografia do período revela a preocupação de não enfatizar a ação de Hercílio Luz e suas milícias, com a deposição de autoridades em diversos municípios e o ataque ao Palácio, além de manter longe de Moreira Cezar as principais lideranças republicanas emergentes.

Alguns autores como Evaldo Pauli, por exemplo, vão até mais longe. Ao argumentar em favor de Hercílio Luz, isentando-o de culpa pelas atrocidades cometidas por Moreira Cezar, recorre a um texto do padre Miranda Cruz, federalista e um dos cabeças do levante contra Lauro Müller. Cruz afirma que na chegada de Moreira Cezar a Desterro, a comissão executiva do Partido Republicano era composta por Gustavo Richard, Pereira e Oliveira, Francisco Tolentino, Paula Ramos e Emílio Blum. Na prática quem dirigia eram Richard, Pereira e Tolentino que

[...] não podiam ficar muito tranqüilos, vendo que o primeiro ato do governador ditatorial fora a prisão de representantes de ordens

do próprio marechal Floriano, diz se referindo a Villas Boas. (PAULI, 1976, p. 185)

Richard, Pereira e Tolentino tomaram a iniciativa de se apresentar a Moreira Cezar, que os recebeu. Dissera o mesmo padre Cruz que Cezar leu nos rostos dos mesmos “um quê de timidez ou remorso”, interrogando-os “com certo sobranceirismo”.

- *Quem são os senhores?*

- *A comissão do Partido Republicano que se vem apresentar a Vossa Excelência e lhe oferecer os seus serviços.*

- *Bom; mas eu não quero saber de Comissões; porque, quando precisar de informar-me a fim de saber com quem e como devo proceder, não quero ficar na necessidade de procurar a cada um dos senhores, portanto vejam um dos senhores com quem eu haja de me entender e que lhes inspire a devida confiança.*

Os homens ficaram em silêncio. Moreira Cezar disse:

- *Vejo que se acanham na indicação que lhes peço: pois bem, neste caso seja o senhor, como o mais idoso.*

E “[...] apontou com o dedo para o Sr. Richard, que desde esse momento ficara sendo o seu homem dele.

Dali avante seguiu-se a série de horrores, que todos sabemos [...]”, complementa Cruz, citado por Pauli (1976, p. 185-186). Pauli reproduz notícia do *Republica* de 23.12.1898 informando sobre a presença de Lauro Müller em Desterro, por dois meses, durante a interventoria de Moreira Cezar (PAULI, 1976, p. 240). Konder confirma que Müller esteve com Moreira Cezar em Desterro, alinhavando uma série de informações para afiançar que as conversas com Lauro impediram a ocorrência de mais mortes. (KONDER, 1992, p.29)

Há também uma polêmica antiga, mas em andamento, sobre o número de fuzilados na ilha de Anhatomirim. Se ali foram mortos dezenas, ou centenas, isso pouco esclarece, ou seja, não explica como chegamos a um contexto em que os interesses em jogo levaram a uma guerra civil, cuja violência inaudita marcou profundamente a memória regional, seja pela degola, seja pelo fuzilamento. Após um confronto prolongado em que muitos morreram e milhares tiveram seus meios de vida destruídos, os vencedores da nova ordem precisaram por a casa em ordem visando ao progresso.³⁰

A Revolução Federalista (1893-1895) decorre de cisões entre as classes dominantes gaúchas, momento em que as demandas dos setores populares estiveram ausentes, avalia Cláudia Wasserman.³¹ Diferentemente do que ocorria em Santa Catarina e em outros estados,

no Rio Grande do Sul os grupos republicanos eram hegemônicos desde 1882 com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Os dois conflitos por ela analisados, o de 1893-1895 e o de 1923-1925, “[...] ocorrem justamente contra a continuidade do PRR no poder executivo [...]”, destaca, apontando a ausência de um projeto político “consistente” dos federalistas para se contrapor ao projeto republicano, “autoritário e centralizador” com influências positivistas (WASSERMAN, 2004, p. 273). Tentava representar o “[...] conjunto das classes dominantes [...]” gaúchas, “[...] embora nem todos estivessem satisfeitos todo o tempo”. Ou seja, a hegemonia do grupo republicano estava ligada ao “[...] desenvolvimento e expansão capitalista [...]” em curso, assegurando a prosperidade da pecuária, principal atividade econômica. (WASSERMAN, 2004, p. 274)

Sérgio da Costa Franco³² diz que desde a proclamação estavam lançadas no Rio Grande do Sul “[...] as condições para um conflito sangrento”. Assim como em outras partes, o 15 de Novembro surpreendeu os próprios republicanos que, sem forças suficientes para conduzir o Governo, foram buscar apoio na liderança do visconde de Pelotas, o marechal José Antônio Corrêa da Câmara. O visconde era senador do Império, principal expressão local do Partido Liberal, com amplo prestígios entre seus companheiros do Exército. (FRANCO, 1993, p. 7-8)

Os jovens republicanos que gravitavam em torno do jornal *A Federação*, em que desponta Júlio de Castilhos, buscavam ao indicar o visconde de Pelotas impedir a ascensão do general Salustiano dos Reis, comandante das armas, e de Gaspar Silveira Martins. Assim que assumiu o Governo o visconde se viu cercado pelos republicanos, instalados nos postos chaves, influenciando em todas as ações administrativas e sem disposição de compor com as lideranças tradicionais. (FRANCO, 1993, p. 9)

No dia 11 de fevereiro de 1890, o visconde de Pelotas renuncia, sendo sucedido pelo general Júlio Costa que governou por cerca de três meses, período em que se amplia a “hegemonia castilhista” nas estruturas de poder. Nesse período ocorreu a instalação pelo governo central do Bando Emissor do Sul, criticado pelos republicanos e aplaudido pelos monarquistas gaúchos. Isso levou a demissão de Costa em 1º de maio, substituído provisoriamente por Francisco da Silva Tavares, como Deodoro, antigo membro do Partido Conservador. (FRANCO, 1993, p. 10-11)

Tavares assumiu como vice, enquanto era aguardado o governador a ser empossado, o general Cândido Costa. Com Tavares saem os republicanos e retornam “[...] algumas figuras muito representativas da situação decaída em 15 de Novembro [...]”, diz Costa Franco. Ficou apenas sete dias no poder. No dia 13 de maio,

a repressão a um comício pelo segundo aniversário da abolição da escravatura, na Rua dos Andradas, resultando em uma pessoa morta e várias feridas. Entre eles está Barros Cassal, “[...] até então figura saliente do Partido Republicano”. Os castilhistas que já conspiravam contra Silva Tavares estimulam um movimento de rebeldia na Escola Militar, resultando na entrega do poder ao general Carlos Machado Bittencourt, comandante militar, que o repassa ao general Cândido da Costa 11 dias depois. Júlio de Castilhos e o ativo núcleo republicano criam uma gama de adversários que vão dos adeptos de Silveira Martins descontentes com o exílio do líder, os próprios liberais ligados ao Visconde de Pelotas, os ex-conservadores da família de Silva Tavares, e até alguns dissidentes republicanos, como Apolinário Porto Alegre. (FRANCO, 1993, p. 12)

Essas forças se articulam visando barrar o castilhismo e se reúnem no dia 3 de junho de 1890 no solar do general Câmara (visconde de Pelotas), criando a União Nacional, mais um movimento do que um partido político, cujo manifesto é assinado por expressivas lideranças. Essa articulação acabou fragilizada pelas iniciativas do poder central, referentes ao projeto Constitucional a ser elaborado por uma Assembleia Constituinte, a começar por seu Regulamento, que visaria “[...] assegurar a vitória do situacionismo”. (FRANCO, 1993, p. 13)

Nesse tempo Júlio de Castilhos chega ao Rio de Janeiro gozando de prestígio junto a Deodoro e o círculo do poder federal, reunindo forças e elementos para tutelar a ação do governador general Costa (FRANCO, 1993, p. 15). Deodoro, sendo “inimigo fidagal” de Gaspar Silveira Martins, e vendo a forte presença de seus seguidores na União Nacional, isolou ainda mais a corrente. Castilhos acaba sendo nomeado vice-governador. A oposição já fala em “guerra civil”, diante da impossibilidade de conquista do poder por outros meios. (FRANCO, 1993, p. 16-17)

Notas

1 – KONDER, Marcos. **Lauro Müller**: a pequena pátria. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

2 – MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**: subsídios para a história catarinense. 1889-1930. Florianópolis: Editora Insular, 1997.

3 – Em depoimento de 1894, cujo original está no IHGSC, José Boiteux afirma ter chegada no dia 2, data em que segundo a historiografia teria tomado posse junto com o governador e seu secretário.

4 – PAULI, Evaldo. **Hercílio Luz**: governador inconfundível. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

5 – COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens**: sua história e influência no sertão da Terra Firme, v. 1. Florianópolis: FCC Edições, 1982.

6 – SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Florianópolis: Edeme, 1972.

7 – HERKENHOFF, Elly. **História da imprensa em Joinville**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

8 – CARNEIRO, Márcio Matos. **Datas históricas de Laguna**: setembro de 1494 a maio de 2003. Laguna: Governo do estado de Santa Catarina, 2003.

- 9 – CORRÊA, Carlos Humberto. **Militares e civis num governo sem rumo: o governo provisório revolucionário de Desterro, 1893-1894.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
- 10 – SCHUTEL, Duarte Paranhos. **A República vista do meu canto.** Florianópolis: IHGSC, 2002.
- 11 – RUDÉ, George. **A Multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848.** Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- 12 – MARTORANO, Dante. **José Arthur Boiteux.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984.
- 13 – BAHIA, Eliana. **Perfil de José Arthur Boiteux: um construtor da cultura catarinense.** 1994. Dissertação (Mestrado em História) Curso de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, ago de 1994.
- 14 – PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense.** Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- 15 – SOARES, Iaponan. **Panorama do conto catarinense.** Porto Alegre: Editora Movimento/MEC, 1974.
- 16 – “*Ministério da Fazenda. Por portaria de 22 do corrente, foi prorrogada até 31 do corrente, sem vencimentos, a licença concedida, na de 18 de outubro ultimo, ao secretario da Estatística Commercial do estado de Santa Catherine, José Arthur Boiteux, para tratar de sua saúde, onde lhe convier*”. Diário Oficial da União de 23.12.1892, p. 3, seção 1, JusBrasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1710923/dou-secao-1-23-12-1892-pg-3>>. Acesso em: 1º nov. 2011.
- 17 – BAHIA, Eliana. **Perfil de José Arthur Boiteux: um construtor da cultura catarinense.** 1994. Dissertação (Mestrado em História) Curso de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, ago de 1994.
- 18 – DIÁRIO Oficial da União de 17.8.1893, JusBrasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1671428/dou-secao-1-17-08-1893-pg-9/pdfView>>. Acesso em: 1º nov. 2011.

- 19 – GOMES, Amanda Muzzi. Jacobinos: abordagem conceitual e performática. **Revista Nova Cantareira**. 30 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao13/JacobinosAbordagemConceitualePerfor.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2011.
- 20 – DIÁRIO Oficial da União de 27 dez.1892, JusBrasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1708898/dou-secao-1-27-12-1893-pg-6/pdfView>>. Acesso em: 23 out. 2011.
- 21 – DIÁRIO Oficial da União de 23 jun.1893, JusBrasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1653898/dou-secao-1-23-06-1893-pg-2/pdfView>>. Acesso em: 23 set. 2011.
- 22 – DIÁRIO Oficial da União de 5 nov.1895, JusBrasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1685483/dou-secao-1-05-11-1895-pg-12/pdfView>>. Acesso em: 23 set. 2011.
- 23 – DIÁRIO Oficial da União de 17 ago.1895, JusBrasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1660063/dou-secao-1-17-08-1895-pg-5/pdfView>>. Acesso em: 23 set. 2011.
- 24 – Vidal era juiz de Direito de Tijucas desde 28 de fevereiro de 1892, foi o chefe de Polícia do governo provisório de Hercílio Luz, e mais tarde nomeado por Moreira Cezar para o Superior Tribunal de Justiça do Estado. Foi dele a ideia e a campanha pela mudança do nome de Desterro para Florianópolis.
- 25 – NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.
- 26 – CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- 27 – CARNEIRO, David. **Os fuzilamentos de 1894 no Paraná**. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1937.
- 28 – MACHADO, Paulo Pinheiro Machado. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- 29 – PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora Lunardelli/Editora da UFSC, 1983.
- 30 – Oswaldo Rodrigues Cabral fala em 185 mortos. Lucas Boiteux dá os nomes de 42 pessoas. Duarte Schutel enumera 34 vítimas. Em 1913 na transladação das vítimas de Anhatomirim (fortaleza de Santa Cruz) foram

usadas duas urnas. No Paraná também ocorreram dezenas de fuzilamentos. (CORRÊA, 1990, p. 144-147).

31 – WASSERMAN, Cláudia. O Rio Grande do Sul e as elites gaúchas na Primeira República: guerra civil e crise no bloco de poder. *In*: GRIJÓ, Luiz Alberto *et al.* (Org.). **Capítulos de história do Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

32 – FRANCO, Sérgio da Costa. **A Guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.





José e Dona Jocelina Martins Jacques na época do casamento,
em 8 de dezembro de 1894.

Arquivo de José Boiteux/IHGSC



Homenagem da Fênix.

Reprodução de Celso Martins/Biblioteca Pública de Santa Catarina

Capítulo 4

Um Intelectual em Ação

Deixa entrar na sala
o tempo da sala de fora.
Pouse na testa franzida
e sobre teu sonho franzino
de quebrar a idéia geral do mundo
e, a duras penas, conhecer
as linhas da vida
que a mão encerra.
As mesmas linhas fundas
que vincam a terra.

(Trecho de *Do telhado de vidro*,
Lindolfo Bell)

Em junho de 1894, José Boiteux está de volta a esterro, envolvido com seu jornal *Republica*. É essa sua trincheira principal como vimos anteriormente. Seus editoriais”, observa Pauli,¹ “[...] dão ao Partido Republicano Catarinense] uma diretriz ideológica

apreciável, com vistas ao momento político que então se vivia com esperanças de superação e progresso”. Nesse sentido, “[...] preparava os espíritos para a reforma do Partido”. (PAULI, 1976, p. 190)

Na fala de Evaldi Pauli estão presentes as principais características e orientações que vão tornar José Boiteux o intelectual orgânico da nova ordem republicana vitoriosa pelas armas: o jornal, a diretriz ideológica e as “[...] esperanças de superação e progresso”. Vamos começar analisando a dimensão jornalística da ação de Boiteux e seu alcance em fins do Século XIX.

Vimos que José Boiteux adquiriu a tipografia do antigo jornal *O Conservador* para editar o seu *Republica*. Segundo Eliana Bahia,² José Boiteux “[...] deu novo impulso ao jornal, transformando-o em órgão oficial do Partido Republicano Catarinense em 1891, instituição política a quem sempre se filiou”. Adquirido com o apoio inicial de Hercílio Luz, dele se serviu mais tarde “[...] na campanha de oposição ao governo de Felipe Schmidt (1898-1902) [...]”, que por sua vez contava com *O Dia* para defendê-lo. (BAHIA, 1994, p.17)

Fazer um jornal naquele tempo pressupunha a existência de suporte comercial e administrativo adequados para manter profissionais habilitados na produção dos textos (repórter/redator) e sua disposição nas páginas com os respectivos títulos (edição). Também uma tipografia

com pelo menos um tipógrafo que montasse os textos letra por letra, mais um impressor que completasse o serviço. O passo seguinte era a sua circulação, ou seja, fazer com que os exemplares chegassem aos leitores, avulsos ou assinantes. Tecnicamente é assim. Mas quem lia os jornais, qual o impacto na opinião pública, qual o tipo de relação que se estabelece entre o veículo e o leitor?

Em 1872, o distrito sede da Capital contava com quase oito mil habitantes, sendo 5.232 “brancos”, 1.255 “pardos” e 1.432 “negros”, divididos entre 3.797 mulheres e 4.122 homens. Os alfabetizados somam 3.515 e os analfabetos chegavam a 4.404 pessoas. Nas oito freguesias da Ilha (Nossa Senhora do Desterro, São Sebastião da Praia de Fora, Trindade, Nossa Senhora das Necessidades, Nossa Senhora da Lapa, São Francisco de Paula e Rio Vermelho) se concentravam pouco mais de 24 mil moradores (18.319 “brancos”, 3.164 “negros” e 2.661 “mulatos”, sendo 11.654 homens e 12.490 mulheres). Os chamados “letrados” somavam 6.816 pessoas, restando 17.328 “iletrados”, num universo em que 20.785 eram livres e 3.359 estavam submetidos à escravidão.³ (REIS, 2004, p. 1.232-1.233)

Pelos números apontados temos na região central da cidade de Desterro 43% de moradores “alfabetizados”, enquanto nas freguesias esse percentual diminui para 28%. Ao todo, 10.331 viventes sabiam ler e escrever em

toda a Ilha, aproximadamente 32% ou mais ou menos um terço de um universo de 32.063 habitantes. (REIS, 2004, p. 1.233)

Joana Maria Pedro⁴ enfatiza a permanência do uso do pasquim, manuscrito atacando alguém ou criticando e comentando um fato, com poucos exemplares que circulavam de mão em mão ou paravam em postes e em armazéns. Além desses pasquins, existiam as “[...] conversas, as redes informais de comunicação”. Somados, avalia a professora Joana, podem ter surtido maior “eficácia que os jornais”, no sentido de fazer circular a informação. (PEDRO, 1994, p. 32-33)

A mesma autora destaca informação de Oswaldo Rodrigues Cabral sobre o hábito de leitura em grupo de jornais chegados pelos navios nos estabelecimentos comerciais da cidade. Alguns desses proprietários, certamente assinantes de periódicos da Corte (Rio de Janeiro), recebiam seus exemplares tanto quanto as redações dos jornais locais, cujos conteúdos seriam transcritos, comentados ou omitidos conforme a orientação de cada veículo. (PEDRO, 1994, p. 33)

Isso indica uma “cisão do público leitor de jornais”, existindo aqueles que liam os jornais do Rio e outros centros e os que se limitavam a obtenção da informação pelos jornais de Desterro (PEDRO, 1994, p. 33). É bem

provável que pelo menos uma parte dos leitores do primeiro grupo, integrantes da “camada letrada local”, fosse conferir nos jornais nativos a repercussão do noticiário, o que alimentava as rodas das casas comerciais. Círculos que certamente incluíam analfabetos ou pessoas sem o hábito de leitura dos jornais, mas que nas conversas se inteiravam dos acontecimentos e das opiniões.

Emy Francielli Lunardi,⁵ avaliando a imprensa desterrense, desde o nascimento em 1831 até se concentrar em *O Estado e Republica* (1889-1894), discute a figura de um “contrato de leitura” entre o jornal e o leitor via complexo processo “[...] que passa pela adesão dos indivíduos às atitudes, posturas e valores discursivos do veículo de comunicação escolhido”. Ao mesmo tempo, “[...] percebe-se que a elite política e econômica de Desterro tendia a ler ambos [...]”, ou seja, os jornais em estudo, *Republica* (republicano) e *O Estado* (federalista). (LUNARDI, 2008, s.p.)

Joana Maria Pedro estudou 106 periódicos editados em Desterro/Florianópolis entre os anos de 1880 e 1923, tendo selecionado três deles (*Jornal do Comércio*, *O Dia e Republica*), buscando as imagens femininas presentes na formação da nova elite política de Desterro. Essas publicações, quase todas vinculadas a partidos e facções políticas, “[...] tematizavam questões morais, notícias, educação e comportamento ético, além de questões

político-partidárias” (PEDRO, 1994, p. 31). Os jornais se constituíam nos “formadores de opinião pública”, sendo ainda “[...] instrumentos pedagógicos, divulgadores de ‘civildade’ e ‘moralidade’[...]”, salienta Joana Maria Pedro. (PEDRO, 1994, p. 33)

A tarefa inicial de José Boiteux ao assumir a direção do jornal *Republica* é gigantesca, mas ele se escora com um pé no Legislativo, onde passa a atuar como deputado estadual, e outro no Executivo, nomeado secretário do Governo de Hercílio Luz. A criação do Instituto Histórico de Santa Catarina talvez seja o que mais ocupe seu tempo. Como fio condutor desses envolvimento está a preocupação com a legitimação do novo regime, a consolidação da nova ordem.

Como jornalista ele está próximo da prática do que Gramsci⁶ chama de “jornalismo integral”, ou seja, aquele que além de satisfazer as necessidades de seu público leitor, “[...] pretende também criar o desenvolver estas necessidades [...]”, o que em certa medida o leva a “[...] criar seu público e ampliar progressivamente sua área”. (GRAMSCI, 1968, p. 161)

Isso era necessário frente à permanência de feridas por cicatrizar e as chagas que permaneciam abertas após meses seguidos de censuras, prisões arbitrárias, execuções extrajudiciais sumárias e toda sorte de perseguições. As incertezas decorrentes do conflito sangrento e a nece-

ssidade da retomada da ordem, e do progresso, dominam aqueles dias. Uma reflexão de Marx,⁷ a de que os homens “[...] fazem sua própria história, mas não a fazem como querem [...]”, ajuda-nos a entender a complexidade da tarefa de José Boiteux. A história, como salienta Marx, não é feita segundo a vontade dos homens, mas segundo circunstâncias com que “[...] se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado [...]”, momento em que “[...] a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. (MARX, 1976, p. 203)

Jornalista e filósofo alemão, Marx queria dizer que num quadro de “crise revolucionária”, semelhante ao da mudança de regime e dos enfrentamentos decorrentes e, sendo premente “criar algo que jamais existiu”, os homens “[...] conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, gritos de guerra e as roupagens”. Tudo isso visando “apresentar a nova cena” usando o “disfarce tradicional” e a “linguagem emprestada”. (MARX, 1976, p. 203)

Para se casar com a prima-irmã Jocelina Maria Jacques, José Boiteux teve que superar alguns obstáculos, como a proibição do casamento consanguíneo. Achando-se “[...] justos e contratados para se receberem no matrimônio [...]”, encaminham no dia 28 de setembro de 1894 um

pedido de dispensa da proibição. Segundo os rituais e as formalidades que a situação exigia na época, “[...] suplicam humildemente a graça da dispensa [...]”, sendo que “para merecê-la” apresentam quatro premissas: 1) A mãe de José, Maria Carolina, é irmã de Joaquim Martins Jacques, pai da pretendida; 2) Entre os pais e entre os avós de ambos “[...] não existe qualquer impedimento [...]”; 3) Ele, “[...] na qualidade de funcionário, dispõe de recursos bastantes para manter com decência [...]” a futura esposa; 4) A pretendida “[...] não foi raptada e vive honestamente em companhia de seu pai, viúvo, e de suas irmãs solteiras”.⁸

O pedido foi entregue à Câmara Episcopal de Curitiba, sendo recebida pelo bispo diocesano, Dom José de Camargo Barros, no dia 2 de outubro de 1894, acompanhado de um atestado assinado pelo vigário paroquial de Desterro Joaquim Alves Soares. Diz que as “premissas” apresentadas pelo casal “são verdadeiras”, não havendo para a união “[...] outro impedimento além de consanguinidade em segundo grau, considerando-os ‘dignos da graça’ que suplicam. A autorização foi concedida no mesmo dia”.⁹

O casamento aconteceu em 8 de dezembro de 1894. Dona Jocelina Maria Jacques era filha de Joaquim Martins Jacques e Lucinda Amália de Medeiros Jacques, na ocasião já falecida. José estava com 28 anos de idade

e faria 29 no dia seguinte ao do casamento. O casal teve os seguintes filhos: Henrique Jacques Boiteux (Florianópolis, 29.4.1896), Lucinda (Florianópolis, 11.11.1898), João (Florianópolis, 24.11.1903) e Maria Carolina (Rio de Janeiro, 15.5.1905). (BAHIA, 1994, p. 24). Segundo Joana Maria Pedro, as ideias republicanas de inspiração positivista destinavam às mulheres “[...]o tradicional papel de mãe e de esposa [...]”, a “guardiã do lar”. A elas se destinava o espaço privado, enquanto o público, “[...] a política, a cidadania e a igualdade eram destinadas aos homens”. (BAHIA, 1994, p. 69)

O casamento deveria ter acontecido em novembro de 1894, mas devido à doença de seu pai, o Coronel da Guarda Nacional Henrique Carlos Boiteux, a cerimônia foi adiada. O comerciante e líder político do Vale do Tijucas, então na presidência do Partido Republicano em Nova Trento, faleceu no Rio de Janeiro no dia 28 de novembro de 1894. Petrarcha Callado,¹⁰ informando sobre o falecimento na Casa de Saúde do Dr. Eiras (Manoel Joaquim Fernandes Eiras), em Botafogo, no Rio de Janeiro, comenta:

O sangrento epílogo da revolução de 1893, vitimando inúmeros amigos seus, entre eles o coronel Luiz Caldeira de Andrade – sin-

ceros e fraternal afeto – apressara o instante supremo. (CALLADO, 1947, p. 24)

Tudo isso aconteceu em meio a uma campanha para as eleições de 9 de setembro de 1894 em que José foi eleito com 5.396 votos para a Assembleia Legislativa dotada de poderes Constituintes, cuja Carta foi sancionada no ano seguinte. José atuou como primeiro secretário, tendo Vidal Ramos Júnior, futuro governador, na segunda secretaria. Sua presença, como deputado estadual, se mantém nas legislaturas seguintes, até a de 1898, chegando à Câmara Federal na eleição de 1900. Voltaria ao Legislativo catarinense em 1916.

Nomeado para o cargo de secretário geral do Estado por meio da Resolução n. 232, de julho de 1894, permaneceu na tarefa até junho de 1896, tendo participado ativamente da elaboração da nova Organização Judiciária do Estado com a Lei n. 205, de 18 de outubro de 1895. Desenvolvia todas essas atividades quando se afastou para viajar a Lisboa iniciando uma colaboração com o Conselheiro Manoel das Silva Mafra.¹¹ (BARBOSA, 1982, p. 32-33)

Símbolos Republicanos

José Boiteux aprendeu como poucos a importância do uso do símbolo e da imagem em favor da consolidação da República via legitimação social. Já nos dias seguintes à proclamação, as vias e logradouros públicos passaram a ganhar novas denominações, fato informado em 14 de dezembro de 1889 pelo presidente da Câmara ao então governador Lauro Müller.^{12, 13} Essas alterações integram um conjunto de iniciativas visando aquilo que Corrêa¹⁴ chama de “implantar o novo regime” surgido de um golpe (CORRÊA, 1990, p. 39). “Todo sistema de dominação”, observa José Murilo de Carvalho,¹⁵ necessita “[...] desenvolver uma base qualquer de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos [...]”, para que possa “sobreviver” (CARVALHO, 2006, p. 11). O tema nos interessa de perto, pois é José Boiteux quem vai se ocupar daquilo que o mesmo José Murilo de Carvalho¹⁶ desenvolve em trabalho posterior – a “[...] batalha em torno da imagem do novo regime”, visando atingir “[...] o imaginário popular para recriá-lo dentro dos padrões republicanos” (CARVALHO, 1990, p. 10). É ilustrativo nesse sentido que as Armas do Império existentes no frontispício do Palácio, por exemplo, tenham sido retiradas e destruídas com alavanca, como refere Meirinho,¹⁷

no momento em que a Junta governante republicana assumiu o Governo. (MEIRINHO, 1997, p. 52)

Para Gruzinski,¹⁸ tanto a imagem contemporânea quanto a barroca, renascentista ou muralista, “[...] retransmite uma ordem visual e social, infunde modelos de comportamento e crença [...]”, antecipando “[...] no campo visual evoluções que ainda nem sequer deram lugar a elaborações conceituais ou discursivas”. (GRUZINSKI, 2006, p 301).

Segundo Cornélius Castoriadis¹⁹, “[...] a história da humanidade é a história do imaginário humano e suas obras [...]”, fruto do “imaginário radical” que “[...] surge a partir do momento em que há uma coletividade humana”. Castoriadis trabalha com o conceito de imaginário social instituinte (uma “potência de criação”, uma *vis formandi*), criando a “[...] instituição em geral (a *forma* instituição) e as instituições particulares da sociedade considerada [...]”, onde está presente a “[...] imaginação radical do ser humano singular”. Criação, segundo o autor, ex nihilo ou o “[...] fazer-se de uma forma que não estava lá, a criação de novas formas de ser [...]”, ou ontológica – “[...] formas de linguagem, a instituição, a música, a pintura – ou então de tal forma particular, de tal obra musical, pictorial, poética etc.” (CASTORIADIS, 2004, p. 127-129)

O imaginário social instituído, para Castoriadis, é quando “[...] as instituições se cristalizam ou se solidificam [...]”, instituições estas “animadas” ou “portadoras” de significações que “[...] não se referem nem à realidade nem à lógica”. O Estado é um exemplo de instituição “[...] animada por significações imaginárias [...]”, entre as quais “[...] o capital, a mercadoria (o ‘hieróglifo social’ de Marx), o juro etc.” Instituído esse “imaginário social”, fica assegurada a “[...] continuidade da sociedade, a reprodução e a repetição das mesmas formas que a partir daí regulam a vida dos homens [...]”, permanecendo o tempo necessário “[...] para que uma mudança histórica lenta ou uma nova criação maciça venha transformá-las ou substituí-las radicalmente por outras”. (CASTORIADIS, 2004, p. 130)

A Bandeira e as Armas do Estado de Santa Catarina derivam de desenhos feitos por José e seu irmão Henrique, respectivamente. Eleito para a Constituinte de 1891, Henrique Boiteux apresentara o projeto de lei que foi aprovado, mas aguardava sanção. Coube a Hercílio Luz sancionar a Lei n. 126, de 15 de agosto de 1895.

Nas armas estão presentes os símbolos do Estado, como barrete frígio (as forças republicanas que nos regem), o ramo de café (a lavoura do litoral), a chave (lembrando que Santa Catarina, com seu porto, é ponto

estratégico de Primeira Ordem), a Águia (as forças produtoras), figurando no escudo a data da implantação da República em Santa Catarina, 17 de novembro de 1889, mais um ramo de trigo simbolizando as lavouras do interior.²⁰

O Hino do Estado de Santa Catarina, cuja primeira audição aconteceu ainda em 4 de fevereiro de 1890, fora aprovado pelo Decreto n. 132, de 21 de abril de 1891, mas somente adotado oficialmente pela Lei n. 144, de 6 de setembro de 1895, do governador Hercílio Luz. Intitulado “Sagremos um hino de estrelas e flores”, tem letra de Horácio Nunes Pires e música de José Brazilício de Souza.²¹

A iniciativa se inscreve naquilo que Eric Hobsbawm²² reputa como “tradição inventada”, qual seja, um conjunto de práticas “[...] normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas [...]”, todas de “natureza ritual ou simbólica” visando “[...] inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição [...]”, ou automaticamente. Sempre que possível, complementa Hobsbawm, “[...] tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. (HOBSBAWM, 2006, p. 9)

A “batalha em torno da simbologia republicana” incluiu a escolha da Bandeira e do Hino brasileiros,

comenta José Murilo de Carvalho. Ele destaca a luta marcante nos primórdios da República pelo “[...] mito de origem, pela figura do herói, pela alegoria feminina [...]”, importante na “legitimação do novo regime”, reveladora em si “[...] por não se tratar de exigência legal”. Ou seja, esse debate surge entre as diversas correntes que buscam a hegemonia, revela as “clivagens existentes entre os republicanos” e enriquece a discussão sobre as condições que, naquele momento, “[...] facilitam ou dificultam a manipulação do imaginário coletivo”. (CARVALHO, 2006, p, 109)

Florianópolis

A troca do nome da cidade de Desterro para Florianópolis faz parte desse processo e da consolidação da nova ordem. Para Jali Meirinho, a iniciativa se insere num “[...] contexto de abrangência nacional em torno da figura carismática [...]” de Floriano Peixoto que, entre outras ações, “[...] enfrentou a guerra civil desagregadora, promovida pelos revoltosos da Armada e os federalistas”. Crises que foram “[...] geradas por uma elite que se postara à frente do novo regime, mas cujo protesto não tinha identidade com a república genuína”. (MEIRINHO, 1997, p. 107)

Fora então construída em torno de Floriano a imagem do homem que consolidara o regime republicano, “[...] idealizada por grupos emergentes na sociedade brasileira [...]”, integrados por “[...] jovens intelectuais, jornalistas formadores de opinião, pequenos comerciantes que dividiam suas idéias com militares de formação positivista”. A esse movimento se deu o nome de “florianismo” ou “jacobinismo”, com forte penetração junto às camadas urbanas. “Cultua-se o mito, provocando ondas de contágio, pontuando a firmeza e a moral de Floriano.” (MEIRINHO, 1997, p. 107-108)

Carvalho destaca a existência nos primeiros dias da República de um “[...] espírito de especulação, de enriquecimento pessoal a todo custo [...]”, estando ausente a preocupação com o público. “Predominava a mentalidade predatória, o espírito do capitalismo sem a ética protestante”. Na chamada “fase jacobina da República”, salienta Carvalho, na gestão de Floriano, há uma reação a isso, não sendo “por acaso” que o governo tenha se destacado pelo “[...] combate aos especuladores e aos banqueiros”. Daí haver surgido a imagem mais popular de Floriano Peixoto, a de “[...] guardião do Tesouro, uma pálida versão de Robespierre” (CARVALHO, 2006, p. 30). Floriano, assinala Meirinho, ia pessoalmente ao comércio do Rio verificar os preços

dos produtos, o que lhe conferiu grande popularidade entre os cariocas. (MEIRINHO, 1997, p. 108)

A denominação Florianópolis, conforme Pauli, “[...] contém a expressão subjetiva dos republicanos de uma importante fase de transformação política [...]” no Estado. “Discursos, poesias, editoriais da imprensa aclamam o presidente como herói restaurador da ordem republicana [...]”, até que o desembargador Genoíno Firmino Vidal convoca “uma reunião do povo” no Teatro Álvaro de Carvalho, no dia 17 de maio de 1894. Vidal, como juiz, auxiliara Hercílio Luz na deposição da Câmara de Tijucas. (PAULI, 1976, p. 205)

“Aceita a idéia com aplausos gerais”, registra o jornal *Republica* do dia seguinte, decidiu-se consultar as intendências (câmaras) municipais, além de ser aberta uma subscrição popular para a “[...] aquisição de um retrato a óleo em tamanho natural do ínclito marechal Floriano Peixoto”. A peça seria assentada na sala de sessões do Legislativo da Capital. Moreira Cezar ainda governava e resolveu deixar a tarefa para a Assembleia e o futuro governador. (PAULI, 1976, p. 205-206)

A mudança de nome reivindicada há anos por setores da sociedade catarinense acaba acontecendo. Ao invés de Ondina, como fora sugerido duas vezes, uma delas por Virgílio Várzea quando deputado estadual em 1892,

Baía Dupla, Nossa Senhora da Baía Dupla, Boa Vista, Ponta Alegre ou Redenção, Desterro virou Florianópolis. A Lei n. 111, de 1º de outubro de 1894, tem as assinaturas de Hercílio Luz, Governador, e de seu Secretário José Arthur Boiteux. (MERINHO, 1997, p. 107-117; PAULI, 1976, p. 204-207)

Também nesse tempo acontece a grande reforma no Palácio do Governo, antigo casarão colonial que ganha novas linhas e cores. Para tanto foi contratada uma equipe de profissionais de origem italiana que anos antes construía a mansão do abastado comerciante português Joaquim Manoel da Silva, no bairro da Agrônômica e, mais tarde, sede do Santa Catarina Country Club. Entre eles estavam os pedreiros José Poletti e Máximo Piculi, os estucadores Alberto Pifareti e Pedro Ioo, o escultor Gabriel Sielva e o mestre de obras Gervásio Cúceo, chegados de Montevideu em 1895. Os trabalhos correram sob a responsabilidade do engenheiro José Maria dos Santos Junior, substituído depois, e se estenderam até 1898.²³ (GOMES, 1980, p. 48-49)

Virgílio Várzea²⁴ assinala que “[...] o vasto casarão antigo, de forma ancestral e pesada, com grossas paredes de fortaleza e largas janelas espaçadas [...]” se transformara num “[...] interessante edifício coríntio, modificado pela ornamentação moderna das melhores construções atuais do Rio de Janeiro”. (VÁRZEA, 1985, p. 30)

Denominados de “manipuladores de símbolos”, por José Murilo de Carvalho, os republicanos ortodoxos, que haviam bebido na fonte da doutrina comtista, foram pouco numerosos, porém ativos em vários pontos do Brasil. “Se a ação tinha que se basear no convencimento, impunha-se o uso dos símbolos [...]”, desde a palavra escrita (livros, jornais, conferências), até o “[...] simbolismo das imagens e dos rituais”. (CARVALHO, 1990, 139-140)

Também se tratou de criar o primeiro mapa oficial de Santa Catarina, por meio de comissão composta pelo Vice-Presidente (Vice-Governador) Polidoro Olavo de S. Thiago e 16 engenheiros, agrimensores e oficiais da Marinha, dirigida pelo próprio Hercílio Luz. Segundo Corrêa²⁵, os agrimensores Pedro de Freitas Cardoso e João José Rath confeccionaram o desenho cartográfico do mapa, dando ao Estado “[...] uma configuração física oficial [...]”, destaca Corrêa. (CORRÊA, 1997, p. 81)

“A tendência de trabalho científico em Hercílio Luz o levou à criação de um trabalho estatístico [...]”, salienta Evaldo Pauli. A tarefa foi assumida por José Boiteux, “[...] o primeiro a exercer o importante serviço de computação de dados em Santa Catarina”. (PAULI, 1976, p. 220-221)

Ao longo de 1896, José também se ocupou com a produção e a edição do *Almanaque Catarinense* para

aquele ano, impresso na Livraria Moderna (Florianópolis), acompanhado de Thiago da Fonseca. Ele faria nova experiência no ramo com o *Anuário Catarinense* para 1904, com a biografia do Almirante José Marques Guimarães. “Venho apresentar ao público o resultado dos meus esforços, no sentido de dotar meu Estado natal de um ‘Anuário’ [...]”, explica José Boiteux num pequeno editorial intitulado “Duas palavras”, apresentando o Anuário de 1904. Ele lembra, ainda, da primeira tentativa em 1896, quando “[...] diversas circunstâncias impediram [...]” sua continuidade. Nesse tempo, entretanto, reuniu “[...] número considerável de informações úteis no tocante ao nosso desenvolvimento moral, intelectual e material”. Diz que pretende continuar, “de ano em ano”, com a publicação, “um de meus anhelos”, colocando-a “[...] sob a égide protetora do público”²⁶. Por uma série de motivos, ele não deu continuidade a esse projeto específico.

Guardião da Memória: o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)

O coroamento da ação do jornalista José Boiteux nos primeiros anos da República parece ter sido o Ins-

tituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e, em seguida, sua viagem a Portugal e o envolvimento com a Questão de Limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

Surgido oficialmente em 7 de setembro de 1896, o Instituto Histórico e Geográfico (IHGSC) “[...] já germinava no cérebro de seu idealizador [...]”, diz Walter Piazza²⁷, pelo menos desde a aquisição do *Republica*. Em edições de setembro de 1895 publicara em seu jornal “[...] o esboço do Estatuto do Instituto, para conhecimento geral”. Era o “[...] início do aliciamento da sociedade catarinense, com vistas à implantação do Instituto”. (PIAZZA, 1996, p.11)

Corrêa situa o surgimento do IHGSC no campo de “[...] influência das idéias vitoriosas do republicanismo num contexto caracteristicamente positivista, após um curto período de hegemonia federalista no Estado” (CORRÊA, 1997, p. 71-72). José Boiteux, observa Corrêa, já estabilizara o jornal *Republica*, tornado porta-voz oficial do Partido Republicano Catarinense (PRC) e também “[...] das novas idéias de republicanização [...]” vislumbrando o “[...] retorno à democracia através de um caminho de progresso”. (CORRÊA, 1997, p. 79)

Derrotados os federalistas, acentua Corrêa, “[...] era a hora e a necessidade de costurar o então

desconhecido passado de Santa Catarina [...]”, com o objetivo de “[...] delinear o futuro do homem e do Estado, uma característica de teórica positivista”. Havia uma acentuada preocupação “[...] com o progresso das coisas catarinenses ou a ele afetas [...]”, ou em outras palavras, justificar o presente por meio do caminho percorrido no passado “[...] coeso e único, formador de uma mentalidade diferente e progressista, com um destino previamente traçado”. Destino este com “[...] linhas inflexivelmente retas, em direção ao horizonte de pleno estar social e de estruturas política e econômica estáveis”. (CORRÊA, 1997, p. 81-82)

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) surgiu em 1838. Sua regionalização se iniciou entre 1854-1860 pelo Rio Grande do Sul, seguindo-se Pernambuco (1862), Ceará (1887), Bahia e São Paulo (1894). Santa Catarina foi o sexto estado a criar o seu, cuja sessão inaugural aconteceu às 13 horas do dia 7 de setembro de 1896, em uma das salas do Liceu de Artes e Ofícios, na esquina da Praça 15 com Rua João Pinto, sob a presidência do governador Hercílio Luz²⁸ (ATA, RIHGSC, 1902, p. 78-80). Carlos Humberto Corrêa enfatiza que ao contrário do IHGB, criado sob a proteção Imperial e integrado por uma maioria de monarquistas, os Institutos estaduais foram influenciados em maior intensidade pelas ideias republicanas de fundo positivista. (CORRÊA, 1997, p. 88)

Walter Fernando Piazza, que realizou estudo minucioso da documentação do Instituto, levanta a presença na fundação do Instituto de cinco magistrados e de cinco engenheiros civis, três médicos e três professores, dois jornalistas, dois oficiais da Marinha e dois industriais, mais “[...] negociantes, funcionários públicos federal e estadual, guarda-livros, engenheiro militar, proprietário e capitalista”. (PIAZZA, 1996, p. 16)

A primeira diretoria efetiva eleita na ocasião tinha na presidência o desembargador Francisco da Cunha Machado Beltrão, indicado com 18 votos dos presentes. Felipe Schmidt recebeu 18 votos para ocupar a primeira Vice-Presidência e Luiz Cavalcanti de Campos Melo, com 19 sufrágios, a segunda Vice-Presidência. José Boiteux foi escolhido para a primeira Secretaria com 17 votos e Augusto Fausto de Souza com 16 na segunda Secretaria. Também integraram a diretoria inicial do IHGSC Afonso Cavalcanti Livramento (tesoureiro, 19 votos) e Joaquim Thiago da Fonseca (orador, 17 indicações). (PIAZZA, 1996, p. 17)

“A nova instituição chega a ser marcante no desenvolvimento cultural de Florianópolis [...]”, avalia Pauli, nos momentos iniciais da vida republicana, “[...] comemorando os aniversários de datas cívicas e levantando os documentos históricos do Estado” (PAULI, 1976, p. 231). Eliane Bahia também estudou

uma a uma as atas do Instituto e observou que o órgão reunia “[...] não só a elite pensante como também aqueles que detinham o poder de decisão”. (BAHIA, 1994, p. 45)

Joel Luís Salgado Guimarães, em *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*²⁹, destaca o surgimento do IHGB “[...] no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional [...]”, como um “[...] projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada”. Uma vez implantado o Estado Nacional, “[...] impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria [...]” frente aos demais países, de acordo com os “[...] novos princípios organizadores da vida social do século XIX”. A historiografia produzida sob os auspícios do IHGB “[...] visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras [...]”, dentro de uma postura iluminista, segundo a qual deve ocorrer “[...] o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade”. (GUIMARÃES, 1988, p. 6)

A rigor foi isso o que José Boiteux fez com as suas iniciativas. No jornal, o público-alvo leitor é a nova elite dirigente que se configura em Florianópolis, com tentáculos nas demais regiões, e que, por meio de

múltiplos mecanismos, atinge as demais camadas sociais. Com o Instituto se dá processo semelhante, em que um reduzido grupo de pessoas vai se encarregar de “[...] reunir, verificar, coligir, arquivar e publicar traduções e documentos [...]”, referentes à “[...] História, à Geografia, à Antropologia, à Arqueologia, à Etnografia e línguas indígenas da América e principalmente do Estado de Santa Catarina [...]”, conforme o artigo inicial do Estatuto.

Le Goff³⁰ destaca que a memória coletiva sempre foi “[...] posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder [...]”, significando que “[...] tornar-se senhores da memória e do esquecimento [...]” se constitui numa das “[...] grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 2003, p. 422). Desde a sua fundação, até a década de 1960, o Instituto foi a “[...] instituição-referência na produção e disseminação de conhecimento histórico acerca de Santa Catarina [...]”, observa a professora Janice Gonçalves.³¹ (GONÇALVES, 2006, p. 14)

Segundo Piazza, na primeira diretoria do Instituto estavam “[...] representadas as elites dirigentes e intelectuais da época, em nosso Estado, notadamente na Capital” (PIAZZA, 1996, p.16). A “fundamentação

ideológica” de seus integrantes se desenvolve “a partir do humanismo e do positivismo” fortalecendo os “estudos históricos”. Os fundadores dos Institutos Históricos em vários estados guardam profundas relações com “[...] os movimentos pela abolição da escravatura e de adesão às idéias republicanas”. (PIAZZA, 1996, p. 13)

Todo esse trabalho sofreu profundas críticas, sobretudo a partir dos anos de 1980, partidas, sobretudo, da chamada “nova geração” de professores vinculados ao curso de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), depois da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e outras instituições, pela proximidade histórica do Instituto com o poder e a produção de uma “história tradicional”. Joana Maria Pedro e Maria Bernardete Ramos Flores³², apenas como exemplo, destacam o “trabalhoso e engenhoso” do processo de “[...] enquadramento do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, excluído, silenciado [...]”, assinalam, “[...] para se criar a memória de uma nação harmoniosa, com seus mitos e heróis, levando para os porões do inconsciente, tudo o que macularia a história oficial”. (PEDRO; FLORES, 1995, p. 29)

A professora Janice Gonçalves, ao concluir extensa avaliação da celeuma, sem pretender negar a “novidade” da “nova geração”, reconhece a existência de diferenças,

“[...] como existem, aliás, entre os historiadores anteriores”. Falar em “história tradicional” se tornou uma espécie de lugar-comum, caracterização que “[...] contribui pouco para a compreensão das razões de certas opções historiográficas”. Gonçalves considera “mais preocupante” ainda a fixação de uma “linha evolutiva” para os estudos históricos, fazendo parecer “[...] que apenas as discussões e escolhas mais recentes merecem ser levadas em conta em nossas reflexões cotidianas”. E faz uma pergunta: “E não seria contra a visão de um tempo linear, vazio e homogêneo que gostaria de se erguer também a ‘nova geração’?” (GONÇALVES, 2006, p. 313)

Nos dias seguintes ao da criação do IHGSC, José Boiteux foi enviado a Portugal com a missão de colher documentos para fundamentar a defesa de Santa Catarina na disputa de limites com o Paraná. José havia acabado de completar 32 anos de idade e fazia sua primeira viagem à Europa. Partiu em fins de dezembro e chegou a Lisboa no dia 23 de janeiro de 1897 (BAHIA, 1994, p. 13). Em Portugal, “os vetustos arquivos do Reino”, assinala Martorano, “foram vasculhados”. Assim, passo a passo, “[...] alvarás e cartas régias que distribuía as terras de que Cabral tomara posse, foram estudadas meticulosamente”. (BAHIA, 1994, p. 20)

No dia 3 de fevereiro de 1897 chegou uma carta de José Boiteux enviada de Lisboa, que informava a sua

chegada, em 23 de janeiro, já tendo sido apresentado ao inspetor geral das bibliotecas e arquivos do Reino para iniciar os trabalhos.³³

Esteves Júnior, que hospedara Boiteux em seus anos como estudante de Medicina no Rio de Janeiro, e o Senador e poeta Luis Delfino integraram a comissão que seguiu para Lisboa. A vasta gama de documentação reunida fundamentou a defesa de Santa Catarina na disputa com o Paraná, operada pelo conselheiro Manoel da Silva Mafra e cuja argumentação foi reunida mais tarde na obra *Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná*. (CORRÊA, 1997, p. 89)

Quando Boiteux retorna, outros compromissos o aguardavam, adiando para 1902 a edição do primeiro número da Revista do IHGSC. Em 1898, por exemplo, ele foi eleito para o Conselho (Câmara) Municipal de Florianópolis, com 635 votos, seguido de Hercílio Luz (629 votos), Antônio Pereira da Silva e Oliveira (527) e Gustavo Richard (516), entre outros líderes políticos de expressão estadual. Hercílio Luz assumiu a presidência do Conselho. A posição de Hercílio era uma posição-chave, pois cabia ao Conselho Municipal de Florianópolis apurar as eleições, num momento em que o PRC começava a sofrer as primeiras fissuras. (PAULI, 1976, p. 236)

Além disso, marcando presença na comissão diretora do PRC, José Boiteux continuou como Deputado Estadual e acompanhou de perto a primeira cisão republicana. Ele reassumiu a trincheira no jornal *Republica* durante esses embates, duelando com o concorrente *O Dia*, “órgão oficial do governo Felipe Schmidt”, segundo Piazza.³⁴ As duas correntes divergem inicialmente na lista de candidatos à Assembleia, passando pela ocupação de cargos públicos. (PIAZZA, 1984, p. 333-334)

O “Fator Hipólito”

Sobrinho-neto e afilhado de batismo de nosso personagem, Walter Fernando Piazza alerta para a profunda ligação dos Boiteux com a liderança de Hercílio Luz. Por isso fazemos um parêntese para avaliar, primeiro, as relações familiares de José Boiteux e, segundo, a adesão ao *hercilismo*. Ao ouvir suas palavras, durante entrevista³⁵, ficou evidenciada a ascendência de Henrique Carlos Boiteux sobre os filhos Hipólito, Henrique, José e Lucas. E com a morte do pai, o papel de Hipólito.

Bem humorado e fazendo gracejos, falando à vontade sobre o seu antepassado, o veterano professor e historiador não mede palavras. “José Boiteux politicamente era *hercilista*, fazia o que o Hercílio [Luz] queria, e com isso

ele viajou pelo Estado para defender os interesses políticos de Hercílio Luz [...]”, diz. Os *hercilistas* formavam um “[...] grupinho, nós chamaríamos hoje aqui de um grupelho [...]”, mas eram aguerridos, unidos. “Não tinha maior expressão, mas como era de amigo e para amigo a gente faz tudo [...]”, ou seja, se “[...] fazia tudo pelos amigos e nada contra os amigos. De certa forma é o mandonismo local. E foi bom porque nos educou dentro dos princípios éticos [...]”, e “[...] criou uma família muito unida”.

O pai foi o exemplo até a morte, o guia, conforme os preceitos positivistas para as relações entre homens e mulheres e entre familiares, observa Piazza. “Não era uma orientação política, mas uma orientação flexível”, acrescenta, o que permitiu que José Boiteux abandonasse o curso de Medicina no Rio e fosse estudar Direito em São Paulo, aderindo ao republicanismo. Fez isso sem o aval do pai.

Sua vinda de São Paulo para assumir a chefia de gabinete do governo de Lauro Müller, em fins de 1889, resultou de uma “injunção do Hipólito Boiteux”, garante Piazza. Na compra do jornal *Republica*, assegura, havia o “dedo do Hercílio”, pois o jovem Boiteux “[...] não tinha capital, ele tinha idéias”. Veio para Santa Catarina “[...] amparado pelo Hipólito, que é o mesmo financiador

da jogada, da jornada”. Na estrutura familiar passou a dar as cartas após o falecimento do patriarca.

“Hercílio era o grande capitão”, enfatiza Piazza na entrevista. José Boiteux “[...] estava dentro do processo de construção da vida republicana [...]” ocupando cargos parlamentares, com o apoio de Hipólito e também de Henrique e Lucas. “Todos os irmãos de José Boiteux, se não eram positivistas, mas estavam ligados ao trabalho do Hercílio Luz [...]”, vinculando a eles o rápido ingresso do jacobino de Blumenau “[...] no contexto do republicanismo”. Eram “irmãos muito ligados entre eles”, com quem Hercílio contava, sobretudo nas campanhas eleitorais.

“Era uma família muito unida. Os homens dessa família eram muito unidos. Qualquer dificuldade, era como diz o outro, era só avisar, era só chamar [...]”, analisa Piazza. E quem influenciava quem? “Todos eles têm influência entre eles, é um círculo vicioso [...]”, cujo acesso fácil ao precioso acervo dos Boiteux facilitou seu ingresso e carreira no ramo da História, como professor e autor.³⁵

Nascido em Desterro em 20 de junho de 1861, onde fez os estudos iniciais e se ligou ao comércio e aos liberais, Hipólito fixou-se em Nova Trento em 1883, tendo sido subdelegado de polícia (1884-1890), delegado literário

(1885-1890) e chefe escolar do município, sem ônus para o poder público (1890-1933). Já na República assumiu as funções de juiz de paz (1891-1892) e conselheiro municipal (1892-1894) e seu presidente (1895-1898) e superintendente (prefeito) de Nova Trento (1895-1907).³⁶ (PIAZZA, 1985, p. 96)

“Hipólito Boiteux permaneceu em Nova Trento sempre como homem de luta, mas luta política, ligado ao Hercílio Luz [...]”, assegura Piazza na referida entrevista ao autor. Ao deixar a chefia do Executivo em 1907, ele assumiu a presidência do Legislativo municipal. Também marcou presença na Assembleia Legislativa, em Florianópolis. Após uma primeira tentativa frustrada, em 1901, assumiu como deputado estadual nas legislaturas de 1919-1921 e de 1922-1924. Major da Guarda Nacional de Nova Trento organizada por ele em 1894, chegou ao posto de coronel em 1917. Casado com dona Alzira Maria do Vale Boiteux, não teve filhos, tendo falecido no dia 11 de setembro de 1937 em Nova Trento. (PIAZZA, 1985, p. 96)

Nova Trento – Um caso de coronelismo urbano é o título de um capítulo de um livro do historiador Jonas Cadorin³⁷, em que analisa o papel de Henrique Carlos Boiteux. O coronelismo, no caso, foi um fenômeno típico da primeira República, ocorrendo em todo o Brasil. Um “coronel”, geralmente oficial da Guarda Nacional, criada em 1831, detinha o poder local, vinculado ao poder

estadual e sendo sua base de sustentação. Num tempo em que vigorava a “política dos governadores” inaugurada por Campos Salles e dominante até 1930, o coronelismo se torna a base de todo o sistema de poder. Cadorin esclarece que o poder de um coronel não é fruto apenas de aval externo. O pretendente precisa ser uma “[...] pessoa dotada de predicados que o tornam aceito e bem visto na comunidade onde exerce sua influência [...]”, salienta. Nos processos eleitorais, seu poder econômico e prestígio social o tornam um “elemento decisório”. (CADORIN, 1992, p. 142)

São forças que já estavam presentes no Império e que emergem com força na República, tornando-se importante base de sustentação. No caso de Nova Trento, segundo Cadorim, “[...] a figura que mais caracterizou o coronel urbano foi Henrique Carlos Boiteux”. Residindo em Tijucas com importante casa de comércio e ocupando uma vaga de vereador, abriu em 1876 uma filial no então Distrito do Alferes, depois em Nova Trento, para onde se transferiu em definitivo em 1880. O antigo Distrito Colonial criado em 1875 com imigrantes de origem italiana já tinha 15 anos, depois se tornou distrito policial e logo ganhou juiz de paz. (CADORIN, 1992, p. 146)

Na época, a economia de Tijucas girava em torno de seu porto, para onde afluíam investidores de vários

pontos do Estado, interessados no “[...] florescente comércio que se desenvolvia com a colonização [...]” do Vale do Rio Tijucas. Era no porto que chegavam as mercadorias produzidas nas colônias para exportação e os gêneros e artigos importados. A abertura da estrada entre Tijucas e Nova Trento foi autorizada em 1881, mas começou a ser executada apenas em 1889, com recursos emprestados pelo Estado a negociantes locais, como Benjamin Galotti e o próprio Henrique Carlos Boiteux (CADORIN, 1992, p. 91). Sua inauguração incrementou a economia local. Graças aos esforços de Henrique e de Carlos Boiteux o município de Nova Trento foi criado em 1894, cabendo ao patriarca ser o primeiro superintendente (prefeito) por nomeação do então interventor Moreira Cezar. Tendo falecido no cargo em 28 de novembro, foi substituído pelo filho Hipólito. “O trabalho integrado do pai e filhos garantia a articulação da cidade com a capital [...]”, salienta Cadourin. (CADORIN, 1992, p. 145)

No Rio em Pé-de-guerra

José Boiteux foi eleito para a Câmara Federal em 1899, junto com Hercílio Luz, Paula Ramos e Francisco Tolentino. Com a morte de Esteves Júnior em 8 de março de 1900, a vaga aberta no Senado, foi ocupada por Hercílio

(PAULI, 1976, p. 239). Seu biógrafo, Dante Martorano³⁸, destaca nesse período o uso que José fez de seus dotes de orador, usando o aprendizado das aulas de retórica na tribuna da Câmara Federal. “Como orador, José Boiteux com grande perícia traduzia o que se passava em sua alma e consciência ao abordar qualquer assunto [...]”, o que fazia “[...] com habitual franqueza, enfeitando suas palavras com a simplicidade do verdadeiro”. Ao mesmo tempo “[...] não fugia do seu verdadeiro caráter, o de historiador, quando alçado em arroubos oratórios [...]”, momentos em que “[...] alargava-se, onde sabia que o terreno era firme”. (MARTORANO, 1984, p. 21)

No episódio em que Lauro Müller negara apoio à candidatura de Campos Salles, ocorrera uma divergência de opinião com Hercílio Luz. Pressionado a tomar partido, José Boiteux confirma o alinhamento *hercilista*, apesar de Lauro ser naquele momento o principal político catarinense e futuro ministro de Rodrigues Alves. José, que ocupava então a primeira Secretaria da Casa, não conseguiu se manter no cargo, ficando com a terceira secretaria, fruto de interferência de Lauro Müller. (MARTORANO, 1984, p. 20-21)

Sua ação na Câmara, segundo Bahia com base nos Anais, “[...] focaliza assuntos de interesse de Santa Catarina [...]”, diz. Na sessão de 21.11.1900, na votação

do projeto de reorganização do Lloyd Brasileiro, José ressaltou a “[...] importância dessa companhia de navegação a vapor para o extremo sul que vai até Montevideú, fazendo escala somente em São Francisco do Sul”. Na discussão, apresentou uma emenda ampliando os valores do orçamento do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, beneficiando várias áreas do território catarinense com relação às linhas telegráficas, bem como ao porto de Florianópolis. Ainda tratou da isenção de direitos aduaneiros do material que seria importado para construção da estrada de ferro São Francisco do Sul a Jaraguá e de Blumenau a região serrana. Por último apresentou um projeto de lei dando franquias postal às correspondências e às revistas dos Institutos Históricos existentes no Brasil. Atuou nas comissões técnicas, internas e externas junto às repartições públicas “[...] para atendimento aos pleitos dos eleitores do seu Estado”. (BAHIA, 1994, p. 35-36)

Em 1903, José está de volta a Santa Catarina e assume a direção do Serviço de Estatística do Estado na administração de Antônio Pereira da Silva e Oliveira, no lugar do titular Vidal Ramos Júnior (BAHIA, 1994, p. 36). Mas ele permanece pouco tempo no cargo, sendo chamado por Lauro Müller para assessorá-lo no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas do presidente Rodrigues Alves. José vai atuar ao lado de Paulo de Frontin,

Oswaldo Cruz e o prefeito carioca Pereira Passos nas profundas modificações urbanas que marcaram o Rio de Janeiro naquele tempo, conforme Martorano e Marcos Konder³⁹ (MARTORANO, 1984, p. 22; KONDER, 1982, p. 40).

Lauro assumiu o cargo no dia 15 de novembro de 1902, permanecendo até 1906. Oswaldo Cruz foi nomeado para a direção geral de saúde pública, equivalente ao atual Ministério da Saúde, em 1903. Em 1904, entre os dias 10 e 16 de novembro, estoura a chamada Revolta da Vacina.

O Rio de Janeiro que José Boiteux encontra está em transformação acelerada. Com quase um milhão de habitantes, a maioria de negros ex-escravos, libertos e seus descendentes, vindos das decadentes fazendas de café após a Abolição, população que se concentra como pode desde o início do Século XX em antigos casarões abandonados nas imediações do porto, no centro da cidade. “Para as autoridades”, assinala Nicolau Sevckenko,⁴⁰ “[...] eles significavam uma ameaça permanente à ordem, à segurança e à moralidade públicas [...]”, tendo sido proibidos rituais religiosos, cantorias e danças de tradição africana, associados “[...] com a feitiçaria e a imoralidade”. A capoeira foi proibida e seus praticantes e mestres perseguidos. Esse foi apenas o começo. As epidemias passageiras, e os focos permanentes de diversas doenças, colocaram em campo as autoridades sanitárias.

O alvo passou a ser o aglomerado de habitações coletivas, cujas famílias espremidas em pequenos cubículos sofriam com a “[...] extrema precariedade, sem recursos de infraestrutura e na mais deprimente promiscuidade”. (SEVCENKO, 2010, p. 20-21)

A equipe da qual José Boiteux fazia parte estava pronta para uma batalha em três frentes: a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Lauro Müller ficou encarregado das obras no porto, Cruz com o saneamento e Pereira Passos, prefeito do Rio, com a reurbanização da cidade. “Aos três foram dados poderes ilimitados para executar suas tarefas, tornando-os imunes a quaisquer ações judiciais [...]”, observa Sevcenko, criando assim uma “[...] situação de tripla ditadura na cidade do Rio”. (SEVCENKO, 2010, p. 22-23)

Outro ingrediente ajudou a tumultuar ainda mais a vida carioca naquele ano de 1904 – a revolta da Escola Militar da Praia Vermelha. Por outro lado, a “[...] inflação e o programa de modernização e saneamento do Rio de Janeiro oneravam sobretudo o operariado [...]”, analisa Frank D. MacCann⁴¹. “Suas casas estavam sendo demolidas para dar lugar à avenida Central, à rua da Carioca [...]” e outras vias da cidade, enquanto “[...] os moradores eram espremidos em habitações ainda menos desejáveis com aluguéis mais altos”. Muitos se viram compelidos

a procurar abrigo em áreas mais distantes. (MAcCANN, 2007, p. 134)

Foi então que moradores desalojados e comerciantes se juntaram aos demais descontentes, criando um estado de tensão na cidade. O anúncio da vacina obrigatória foi a “gota d’água” de uma revolta sem precedentes. “As arruaças começaram em 10 de novembro”, destaca MacCann, surgindo uma “aliança de fato” entre “[...] positivistas, políticos jacobinos, monarquistas, líderes sindicais, oficiais militares e alunos da escola militar”. No final do dia 14 várias ruas do centro estavam cobertas de barricadas, duas delegacias de polícia foram tomadas, sendo chamado o Exército para controlar a ordem. (MAcCANN, 2007, p. 135)

“As ações republicanas se pautavam no discurso sobre a necessidade de sanear e higienizar a cidade, livrá-la das doenças [...]”, enfatiza estudo da Prefeitura do Rio⁴², impondo à população “[...] novos hábitos e atitudes, condizentes com as descobertas recentes da biologia e da medicina, ampliar espaços, ordená-los, embelezá-los, modernizá-los”. Embutido nessa ideologia, figuravam os interesses da oligarquia cafeeira no “[...] escoamento de sua produção com ampliação das estradas de ferro e do Porto do Rio; das construtoras francesas; das companhias inglesas de energia e bondes; e da nascente

indústria automobilística norte-americana”. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2006, s.p.)

As desapropriações e os despejos, vacinação obrigatória e a conseqüente Revolta da Vacina, iniciada em 14 de novembro de 1904, após a revolta da Escola Militar na Praia Vermelha, obteve “forte adesão popular”, ao longo de sete dias. Foi necessária a decretação de estado de sítio, “[...] prorrogado por Pereira Passos até fevereiro de 1905, e o desterro dos insurretos (os chamados “quebra-lampões”) para o Acre”. Ao longo de 1905 prosseguiram as “ações repressivas e taxativas”, visando a garantia do “grosso das inaugurações do ano seguinte”, o último do mandato de Pereira Passos. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2006, s.p.)

Para Marcos Konder, biógrafo de Lauro Müller, a “suja e mal-afamada” cidade do Rio de Janeiro foi transformada “[...] numa urbs moderna e atraente, capaz de rivalizar com a famosa Constantinopla, e nas suas belezas costeiras com a rainha do Mediterrâneo – Nápoles” (KONDER, 1982, p. 41). Martorano também destaca positivamente a “grande obra de urbanização”, quando “[...] o porto é aprofundado, rasgam-se canais e arrasam-se morros” (MARTORANO, 1984, p. 22). O referido estudo da Prefeitura do Rio avalia que “[...] apesar das críticas, é inegável que o mandato de Pereira Passos mudou definitivamente o perfil da cidade [...]”, resul-

tando “num incrível e colossal remodelamento”, dentro de uma “[...] perspectiva ideológica pragmático positivista e de evidente compromisso com os capitais franceses e ingleses”. Sai de cena a antiga urbe colonial e surge a “cidade burguesa” moderna. “Após as reformas empreendidas na administração Pereira Passos, o Rio de Janeiro, remodelado e saneado, recebeu o título de ‘Cidade Maravilhosa’.” (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2006, s.p.)

Carvalho avalia que a República “[...] consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral [...]”, excluindo o “envolvimento popular no governo” e frustrando as esperanças iniciais de “expansão democrática”. Saíra vitoriosa dos duros embates a “[...] ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico”. No fim das contas, complementa Carvalho, o Rio não “[...] apresentava as características da cidade burguesa onde se desenvolveu a democracia moderna”. (CARVALHO, 2006, p. 191-192)

Geografia, Esperanto, História...

José Boiteux continua no Rio de Janeiro e segundo Eliane Bahia, ainda atuava como oficial de gabinete de Lauro Müller no Ministério da Indústria, Viação e

Obras Públicas, em 1905, quando recebeu o convite para atuar na recém-criada Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro. José aceitou o convite e foi o Vice-Diretor da instituição “[...] modelado pelos principais institutos congêneres da Bélgica, Alemanha e Itália [...]” entre os anos de 1905 a 1916 (BAHIA, 1994, p. 98). Nesse mesmo período, ele ocupou o cargo de escriturário da secretaria da comissão fiscal e administrativa das obras do Porto do Rio de Janeiro, e primeiro escriturário da Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais. (BAHIA, 1994, p. 36)

Paralelamente, ele desenvolveu atividades que, num primeiro olhar, podem não apresentar relações entre si, mas todas integram sua “missão”, com destaque para o envolvimento com a Geografia e a edição da Revista *Arquivo Catharinense*, o ingresso no universo do Esperanto e a criação da Cruz Vermelha Internacional no Brasil, tendo sido no período auxiliar do secretário geral da 3ª Conferência Pan-Americana, entre outras iniciativas. (BAHIA, 1994, p. 36)

Data desse período, entre 1906 e 1918, a vinculação de José Boiteux a diversos institutos históricos e geográficos, como os de São Paulo e Paraíba (sócio honorário), Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Paraná, Minas Gerais, institutos Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e o de Alagoas, e Instituto Fluminense (sócio correspondente), além da Sociedade de Geogra-

fia de Lisboa, Société de Géographie Commerciale Du Havre (França), Société Acad mique d'Histoire (Paris), Centro de Ciencias e Letras de Campinas (São Paulo) e Asso-cia o de Imprensa de Manaus.

Os dados estão na capa das edi es do Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina, umas das raras publica es onde José Boiteux não se apresenta como jornalista. No caso, abre o currículo se apresentando como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e lente (professor) catedrático da Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro. Indica ser sócio fundador do IHGSC, sócio benemérito e secretário geral da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e secretário geral da Cruz Vermelha Brasileira. Somente depois enumera os institutos e outras institui es a que pertencia.

A frieza da rela o de institui es   apenas aparente, pois temos enumerado até agora alguns dos tentáculos de José Boiteux, sua rede de sociabilidades, conforme o conceito de Roger Chartier – as formas efetivas de empréstimos, amplia es e trocas de saberes, incorporando pessoas com interesses afins, corresponsáveis e/ou interlocutores entre as figuras do ler, do conhecer e do saber. O fato de José se colocar (quase sempre) como secretário das entidades e institui es de que participa, induz a cria o dessa rede, através, sobretudo, das correspondências de que se encarrega.

O conceito de sociabilidades de Chartier alimenta um projeto coordenado pela professora Maria Teresa dos Santos Cunha (UDESC), tendo por alvo o acervo de José Boiteux no Instituto Histórico catarinense.

Num primeiro momento, explica Santos Cunha em entrevista ao autor, foram mapeadas cerca de cinco imagens, entre fotos e cartões postais, resultando no trabalho *Imagens de um Presente – História e memória de Florianópolis na passagem do século XIX ao XX através do acervo iconográfico de José Arthur Boiteux preservado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, em CD-ROM.

Algumas fotos são do próprio Boiteux, segundo a professora Maria Teresa, que localizou uma carta de seu irmão Lucas falando do presente que lhe trouxe da Bélgica, “uma máquina fotográfica muito potente”, e esse “[...] desejo dele de fotografar, de perpetuar”. Na pesquisa que sustentou o mapeamento dessas imagens foram identificados 40 laboratórios fotográficos em Florianópolis, com maior ou menor duração, entre os anos de 1903 e 1932, com destaque para o de José Ruhland e o Foto Brasil. O último, sobretudo, foi contratado com frequência por José Boiteux para coberturas fotográficas, como a construção da ponte Hercílio Luz e o saneamento do rio da Bulha que deu origem à avenida Hercílio Luz⁴³.

Em 1906, José Boiteux tem momento privilegiado como assessor do Secretário Geral da 3ª Conferência Pan-Americana, Joaquim Francisco de Assis Brasil, aberta no dia 23 de julho no Rio de Janeiro, com a presença de representantes de 19 nações americanas. Foi uma continuação da Conferência Pan-americana pioneira de 1889-1890, por iniciativa dos Estados Unidos visando aumentar seu comércio com a América do Sul. (BAHIA, 1994, p.36; MARTORANO, 1984, p. 23-24)

Para presidir o encontro foi escolhido o embaixador brasileiro em Washington, Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, e como presidentes de honra Elihu Root, Secretário de Estado dos Estados Unidos, e o Barão de Rio Branco, que fez a conferência de abertura, relata Pereira⁴⁴. Elihu Root, Secretário de Estado dos EUA, foi recebido em sessão solene no dia 31 de julho. Era a primeira vez que uma autoridade norte-americana desse porte visitava a região. Root foi saudado com discurso pelo presidente da conferência e respondeu com longo pronunciamento, tratando das entre os países do continente, visando estabelecer os fundamentos do Panamericanismo. (PEREIRA, 2005, s.p.)

Entre julho e dezembro de 1908, José Boiteux editou, na capital carioca, a revista *Arquivo Catharinense*, mensal e ilustrada, com sede na Sociedade de Geografia

do Rio de Janeiro. Era voltada aos que se interessavam pelos “estudos históricos e geográficos” relativos à Santa Catarina, dispondo-se a ser uma “[...] fonte de informações baseadas em trabalhos de importância reconhecida e para quantos acompanham o desenvolvimento intelectual e material do mesmo Estado”. (BAHIA, 1994, p. 59)

A revista durou seis edições, mas o projeto por ele lançado visando criação de um Arquivo Público foi ganhando corpo, transformado na Lei n. 1.196, de 26 de setembro de 1918, no governo de Felipe Schmidt, ato que depois foi anulado. Mais tarde, pelo Decreto n. 186 do interventor Ptolomeu de Assis Brasil, o Arquivo volta a ser criado com atribuições definidas e pessoa. Foi extinto por outro interventor, Aristiliano Ramos, em 10 de maio de 1933, pelo Decreto n. 349. A novela acabou em 1960, com a Lei n. 2.378, assinada pelo governador Heriberto Hulse. (BAHIA, 1994, p. 57-60)

A Cruz Vermelha Brasileira foi implantada no Brasil em 1907, por iniciativa do médico Joaquim de Oliveira Botelho, com outros profissionais da área de saúde e pessoas da sociedade. Seu lançamento aconteceu em reunião no dia 17 de outubro, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sendo os estatutos aprovados em 5 de dezembro de 1908, data que ficou consagrada como a de fundação da Cruz Vermelha Brasileira. Seu primeiro presidente foi o sanitarista Oswaldo Cruz.

A entidade ganhou registro e reconhecimento nos âmbitos nacional e internacional entre 1910 e 1912, experimentando grande impulso na Primeira Grande Guerra (1914/1918), segundo o site da entidade⁴⁵. As “Damas da Cruz Vermelha Brasileira”, comitê criado por um grupo de senhoras da sociedade carioca, originou a Seção Feminina, cuja primeira tarefa foi a formação do corpo de enfermeiras voluntárias. Foi a semente da Escola Prática de Enfermagem, surgida em 1916 (CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, C. 2010). Em Santa Catarina a Cruz Vermelha foi fundada no dia 12 de março de 1918, sob a denominação de “Cruz Vermelha de Florianópolis”, filiada à Cruz Vermelha Brasileira. A iniciativa foi orientada por José Arthur Boiteux, então secretário da Cruz Vermelha Brasileira, com sede no Rio de Janeiro⁴⁶. (CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, C. 2010)

O mês de setembro de 1909 é um marco do envolvimento de José Boiteux com a Geografia, data em que participa no Rio do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, proposto por ele, como informa Hélio de Araújo Evangelista⁴⁷. No dia 27 de agosto de 1908 a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, “[...] por proposta do seu secretário dr. José Arthur Boiteux, deliberou a realização de Congressos Brasileiros de Geografia, iniciando a série em 7 de Setembro de 1909”. Foi o início de uma série de outros congressos em

Curitiba (1911), Recife (1915), Salvador (1916), Belo Horizonte (1919) e Paraíba (1921). O de Santa Catarina, o nono da série, aconteceu somente em 1940, seis anos após a morte de seu mentor. (EVANGELISTA, 2003, s.p.)

Segundo Bahia, ele já atuava como editor da revista trimestral da Sociedade, com estudos produzidos por especialistas de vários estados. Vivendo a instituição momentos de dificuldades, um grupo de associados “[...] tomou a si a tarefa de reerguer a instituição [...]”, tendo à frente José Boiteux. (BAHIA, 1994, p. 61)

Ao sugerir a realização dos Congressos, Boiteux enfatizou a importância de seus organizadores se entenderem com os governos Federal e estaduais, as prefeituras e instituições científicas brasileiras, “[...] para que se fizessem representar”. Foram considerados presidentes honorários o presidente da República, os ministros do Interior, da Viação e Obras Públicas, o barão do Rio Branco, presidente do IHGB, o marques de Paranaguá, dirigindo a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o prefeito do então Distrito Federal (Rio de Janeiro). (BAHIA, 1994, p. 63)

“Ao se analisar a documentação tem-se diante dos olhos o alcance que teria o Congresso para celebrar o ato histórico da independência da nação na vida nacional”, avalia Bahia. É nesta ocasião que ele apresenta os origi-

nais do primeiro volume do *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina*. O primeiro volume, de A a E, saiu em 1915. O segundo, de F a L, em 1916. O terceiro, entre as letras M e R somente em 1940, após sua morte. O quarto, e último, se perdeu em um incêndio na Imprensa Oficial do Estado. (BAHIA, 1994, p. 64)

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro foi criada em 25 de fevereiro de 1883, transformada em 1945 em Sociedade Brasileira de Geografia, informa o *site* da Sociedade Brasileira de Geografia⁴⁸. Inspirada na Sociedade de Geografia de Paris, a versão carioca também tinha por objetivo “[...] divulgar o conhecimento científico, por meio de intercâmbio de publicações, da participação em congressos, das trocas de correspondências com entidades similares estrangeiras, principalmente européias”. Na prática os esforços se direcionavam para a “organização de seus espaços nacionais”, quando as sociedades geográficas tornaram-se “[...] instrumento específico a serviço do Estado, pois as informações levantadas auxiliavam, sobretudo, no reconhecimento do território.” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 2001, s.p.)

Para o professor Antonio Carlos Robert Moraes, as modernas teorias da Geografia foram veículos de “[...] legitimação das nacionalidades e dos respectivos

projetos nacionais [...]” em diferentes países, cujo discurso foi um “[...] elemento central na consolidação do sentimento de pátria [...]” e “[...] principal núcleo divulgador da idéia da identidade pelo espaço”. (MORAES, 1991)

Cientistas e exploradores estrangeiros e nacionais proferiram conferências na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, como o geógrafo francês Élisée Réclus, o naturalista alemão Carl von den Steinen, o professor de etnologia da Universidade de Gênova, Giovanni Rossi, e o explorador e oceanógrafo francês Jean Charcot. Do Brasil estiveram Barão Homem de Mello, Antonio de Paula Freitas, Barão de Teffé, José de Carvalho, Paulo de Frontin, Francisco Antonio Pimenta Bueno, Francisco Maurício Draenert, Lourenço Baeta Neves, Henrique Silva, José Arthur Boiteux e o General Candido Mariano da Silva Rondon, eleito Presidente Honorário da Sociedade. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 2001, s.p.)

O segundo Congresso, sem o mesmo brilho do evento pioneiro, aconteceu em São Paulo, entre 7 a 16 de setembro de 1910, foi prejudicado também pela não publicação dos Anais (BAHIA, 1994, p. 64). Mas José prosseguiu, tendo participado do terceiro Congresso Brasileiro de Geografia, realizado de 7 a 17 de setembro em Curitiba em 1911. Na ocasião, apresentou o trabalho

intitulado “A Costa Catarinense”. No Congresso seguinte, o quarto, realizado de 7 a 15 de setembro de 1915, no Recife, José levou um trabalho sobre “A organização atual do Ensino no Estado de Santa Catarina”. (BAHIA, 1994, p. 65)

Segundo Bahia, José continuava à frente dos trabalhos de organização dos referidos Congressos, realizando com sucesso o de número cinco, em Salvador, entre os dias 7 e 16 de 1916. Além disso, foi delegado do evento em Santa Catarina, tendo chegado à capital baiana a bordo do paquete Pará, do Lloyd Brasileiro, representando Lauro Müller, então Ministro das Relações Exteriores. “A influência da colonização na toponímia do Estado de Santa Catarina [...]” foi o tema do trabalho levado por Boiteux ao evento. (BAHIA, 1994, p. 65-66)

Esse último texto de Boiteux teve consequências em Santa Catarina, onde o Governo do Estado determinou sua publicação, “[...] evitando confusões e prejuízos ao público na designação de lugares públicos em língua estrangeira [...]”, assinala Bahia. Em outras palavras, “com o trabalho de José Boiteux em mãos”, o Governo catarinense “passou a ter argumentos” para proibir denominações em outras línguas das vias públicas do Estado. (BAHIA, 1994, p. 66)

No Congresso seguinte, o sexto, ocorrido em Belo Horizonte, entre os dias 12 a 30 de outubro de 1918, José

participou como representante de Santa Catarina, de cujo Governo era o secretário geral, e também da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. José não apresentou nenhum trabalho, mas fez um discurso condenando a desorganização do evento. (BAHIA, 1994, p. 69)

Devido a problemas de saúde, José não pode estar presente no sétimo Congresso de Geografia realizado na Paraíba de 13 a 20 de maio de 1924. No seguinte, entretanto, o oitavo, em Vitória-ES, entre os dias 24 e 30 de novembro de 1926, José seguiu acompanhado do colega jornalista Crispim Mira. Dessa vez ele voltou para casa com o título de presidente honorário do Congresso. “Era a resposta a quem, pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, foi um dos que impulsionou a instituição, que deu a idéia dos Congressos”. (BAHIA, 1994, p. 67)

Interessante nesse Congresso foi a projeção de um filme sobre a flora e a fauna da Ilha de Santa Catarina, dirigido por José Boiteux. O filme estava acompanhado de um texto de José, sobre o qual o foi emitido parecer. O autor, “[...] espirituoso sistemático e estudioso das coisas do seu torrão natal [...]”, diz o parecer, “[...] expõe em traços fortes toda a história da Ilha de Santa Catarina [...]”, desde os tempos de Capitania “[...] até as últimas transformações políticas de que somos testemunhas”. À parte histórica seguiram-se “aspectos da geografia política”, destacando

a “[...] agricultura cifrante na produção dos gêneros de consumo imediato pelas populações dos campos e das cidades”. (BAHIA, 1994, p. 68)

Como homem prático que é, conforme o mesmo parecer, José Boiteux “[...] fala dos processos antiquados empregados no arroteamento do solo [...]”, e dos frutos que poderia ter a “[...] população catarinense colhido com o ensino agrícola ministrado outrora por uma escola de agricultura, que hoje parece de pouca eficiência”. A comissão encarregada do parecer concluiu que o trabalho de José tinha “[...] relevante interesse e valor para melhor conhecimento da geografia e da história da Ilha de Santa Catarina [...]”, aconselhando sua publicação nos Anais do Congresso, o que aconteceu. (BAHIA, 1994, p. 69)

O novo Congresso seria realizado em Santa Catarina, conforme convite feito pelo então presidente (governador) Adolpho Konder, cujo delegado no Estado era o próprio José Boiteux. A organização teve início durante reunião da diretoria do IHGSC em 31 de maio de 1927 e o evento estava marcado para acontecer entre 7 e 17 de setembro do ano seguinte. Inúmeros entraves obrigaram a transferência para 1929, depois para 1930. A eclosão da revolução em outubro desse ano acabou forçando o cancelamento definitivo do Congresso que acontece efetivamente em Florianópolis em 1940. (BAHIA, 1994, p. 69)

Há também um José Boiteux incentivador do Esperanto no Brasil e um de seus introdutores em Santa Catarina. É possível que ele tenha tomado contato com a novidade por meio de Everaldo Beckeuser, com quem convivia na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Foi Beckeuser quem tomou a iniciativa de realizar entre 12 e 21 de julho de 1907, no Rio, o 1º Congresso Brasileiro de Esperanto, sendo então fundada a Brazila Ligo Esperantista (depois, Brazila Esperanto-Ligo). Seu primeiro presidente foi o próprio Everaldo Beckeuser⁵⁰. (KULTURA KOOPERATIVO DE ESPERANTISTOJ, 2011)

Segundo Pauli⁵¹, o Esperanto como língua planejada nasceu em 1887 na Europa, trazido ao Brasil por uma de suas eminências, o tcheco Waldomiro Lorenz. Em Santa Catarina parece estar presente desde 1905. O professor Francisco Schaden, alemão estabelecido em São Bonifácio antes de 1910, abriu em 1919 um curso de Esperanto, que resultou no “Esperantista Rondeto Verda Stelo”, fundado a 13 de julho daquele ano. Esse grupo esteve presente em vários congressos nacionais de Esperanto.

Schaden aponta como um dos primeiros adeptos do Esperanto em Santa Catarina o médico Benjamim Camozato, que fundou em Lages, em agosto de 1907, a “Societa Sankta Katerino”. Em 1910, quando Schaden já se encontrava no Brasil, a Livraria Moderna, de Pasquale Simone, em Florianópolis, distribuía a “Brazila Revuo Esperantista”.

O mais fervoroso dos esperantistas de Florianópolis foi Irineu Armando Livramento, que instalou a 26 de abril de 1912 o primeiro grupo da capital. Seus colegas eram o conhecido Haroldo Calado e, outro jornalista, Augusto Montenegro. Naquele grupo tinha proeminência Wenceslau Gouveia, que era o então diretor da Escola Normal. Manoel dos Santos também foi um ardente propagador e, como diretor do Liceu de Artes e Ofícios, realizou vários cursos de Esperanto (PAULI, 1997a, s.p.).

Quem melhor dominava a língua era o funcionário da casa comercial Carlos Hoepke, Karl Werneck, que o estudou na Europa, para onde retornou mais tarde e presidindo a “Austra Esperanto-Asocio”. José Boiteux, um “esperantista de relevo” em Santa Catarina, foi por algum tempo membro da diretoria da Liga Brasileira de Esperanto, com sede no Rio de Janeiro, segundo Pauli em sua enciclopédia Simpozio, com versões em Português e em Esperanto. Havia um grupo esperantista em Florianópolis, em 1912, que foi representado por Boiteux no “Kongreseto” da “Universala Esperanto Asocio”, em dezembro de 1912 (PAULI, 1997a, s.p.). “Morando no Rio, sempre que vinha a Santa Catarina trabalhava pela língua [...]”, assinala Eliane Bahia (BAHIA, 1994, p. 94). Atendendo moção de Boiteux no 1º Congresso de Geografia, o então ministro Lauro Müller autorizou o uso do Esperanto nos Telégrafos. (BAHIA, 1994, p. 96-97)

É bastante citada nas biografias de José Boiteux sua presença no Primeiro Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 7 e 16 de setembro de 1914, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi inaugurado solenemente pelo presidente Hermes da Fonseca, com cerca de 200 participantes, incluídos representantes dos governos estaduais e das principais associações científicas do país.

José e seus irmãos Lucas e Henrique Boiteux marcaram presença. José apresentou seu trabalho na primeira seção (História Geral do Brasil) intitulado *Os partidos políticos em Santa Catarina* na qualidade de tese avulsa. Na seção História Econômica estavam Lucas Alexandre Boiteux (*A esquadra nas lutas da Independência*), e Henrique Boiteux (*A marinha na Guerra dos Farrapos*), com teses oficiais do evento. Outros catarinenses participaram do evento, como Carlos Augusto de Campos (*O exército e o restabelecimento da ordem nas províncias do norte, durante a menoridade*, tese oficial) e Manoel Liberato Bittencourt (*A fase inicial da Guerra do Paraguai. Marcha dos exércitos aliados anteriormente ao comando de Caxias*, tese oficial).

Lucia Maria Paschoal Guimarães⁵² assinala que entre os anos de 1910 e 1920, a intelectualidade brasileira “[...] vivenciava uma fase de efervescentes manifestações cívicas [...]”, talvez “[...] reflexo da crise internacional

que acabaria desaguando na primeira Grande Guerra [...]”, transformando-se numa “[...] onda de interesse pelas questões nacionais”. Segundo ela, a “ilusão ilustrada das nossas elites”, observa,

[...] no fundo, constituía-se em uma das vertentes da versão nativa de um fenômeno de âmbito mundial, denominado por Maurice Agulhon de patriotismo modelo 1914. (GUIMARÃES, 2005, s.p.)

Num momento em que “[...] os ventos do culto à nacionalidade também sopravam pelos lados [...]” do IHGB, complementa Guimarães, “[...] dentre as lições do catecismo cívico, sobressaía-se o estudo da história pátria”. Em 23 de abril de 1913, o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima pronunciara uma conferência de grande “repercussão entre letrados e políticos”, abordando exatamente “O atual papel do Instituto Histórico”. Salientava então a necessidade de se “reforçar o sentimento nacional, por meio da construção de um passado comum a todos os brasileiros [...]”, argumentando que não se poderia “[...] denegrir um período para enaltecer outro”. Não era possível “[...] exaltar os próceres da Independência, nem os propagandistas da República, à custa dos homens de Estado do Império”. (GUIMARÃES, 2005, s.p.)

Foi quando sugeriu a realização de um congresso histórico brasileiro, “[...] com a participação de estudiosos de todo o país [...]”, levando à formação de uma “federação intelectual e afetiva”. Guimarães concluiu que esse evento “[...] promoveu a sistematização do conhecimento histórico disponível, conferindo-lhe unidade e coerência, incorporando inclusive à história pátria o passado recente do país”. (GUIMARÃES, 2005, s.p.)

A Volta do Filho Pródigo

O retorno de José a Florianópolis começou em 1915, quando voltou a se eleger a Deputado Estadual, mas fez a mudança apenas em fins do ano seguinte, escapando do rigoroso inverno daquele ano, com temperaturas de quase zero grau. Viveria as duas últimas décadas de sua vida em uma cidade que mudara bastante nos primeiros anos do Século XX, não apenas no aspecto urbano, mas também no de seu cotidiano que se tornara mais complexo.

Sua chegada coincide com a assinatura do Acordo de Limites entre Santa Catarina e Paraná. Como vimos anteriormente, José fora a Portugal reunir documentos para embasar uma ação de Manoel da Silva Mafra. Na volta, Hercílio Luz decidiu ingressar com uma ação ordinária, em 1895, reivindicando todo o território entre os rios

Saí-Grande, Negro e Iguaçu, ao norte. No dia 6 de julho de 1904, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o pleito catarinense. Diante de um embargo interposto pelo Paraná, o SFT confirmou a sentença anterior. O Paraná se recusou a cumprir a decisão e o governo de Santa Catarina voltou às barras do SFT que, pela terceira vez confirmou a sentença inicial, em 22 de julho de 1910. (MEIRINHO, 1997, p. 140-142)

Diante do impasse surgem as primeiras propostas de um arbitramento, alimentadas pelo jornalista Crispim Mira, “[...] ligado à corrente liderada por Hercílio Luz [...]”, em 1912, ano em que se deu o Combate do Irani, início da Guerra do Contestado (1912-1916), o que protelou qualquer iniciativa (MEIRINHO, 1997, 142-143). Terminado o conflito o Acordo foi finalmente assinado no dia 20 de outubro de 1916 pelos governadores do Paraná, Afonso Camargo, e de Santa Catarina, Felipe Schmidt, com o arbitramento do presidente Wenceslau Brás e o aval das bancadas federais dos dois estados. (MEIRINHO, 1997, p. 163)

Foram necessárias as anuências das Assembleias Legislativas de cada Estado. Na de Santa Catarina temos a presença de José Boiteux, eleito no primeiro domingo de dezembro de 1915 com 1.673 votos – o mais votado foi Durval Melchades de Sousa que recebeu 1.677 votos, quatro a mais que Boiteux (PIAZZA, 1984, p. 356).

No dia 27 de outubro de 1916, o Acordo foi colocado em votação no plenário, tendo sido nomeada uma comissão para analisar o documento, e Boiteux foi escolhido como seu secretário. O extenso parecer escrito por ele foi apresentado um mês depois, no dia 27 de novembro, sendo reconhecida a “regularidade e constitucionalidade” do processo que lhe deu origem. José continuou por pouco tempo no Legislativo. Em setembro é indicado para a primeira secretaria e poucas semanas depois renuncia ao cargo e ao mandato. (PIAZZA, 1984, p. 358-361)

Homem de múltiplas atividades simultâneas, “era um trabalhador intelectual” e o que “[...] lhe vinha às mãos, à custa de esforços mentais, apenas assegurava à família um lar farto e cômodo [...]”, conta Dante Martorano. Se até então não tivera um envolvimento com o universo jurídico, o fato de haver finalmente se formado em Direito, acaba lhe abrindo caminhos. José atua algum tempo como promotor público interino da Capital e procurador interino da República (MARTORANO, 1984, p. 25).

A cidade de Florianópolis se modificara nas últimas décadas. Desde 1910 os moradores da região central contavam com água tratada em suas casas, água que vinha das represas da Lagoa da Conceição e do Itacorubi, informa Atila Ramos⁵³. Em 1922 foi inaugurada a adutora do Rio Tavares, garantindo o abastecimento de 2.807 residências. A água vinha dos mananciais através de

tubos de ferro fundido de 12 polegadas até o reservatório de três milhões de litros no Morro do Antão (Morro da Caixa), seguindo então para consumo. As obras do sistema de coleta e tratamento de esgotos iniciadas em 1914 foram interrompidas e reiniciadas três anos depois, atendendo 1.319 casas. (RAMOS, 1983, p. 6-9)

José gostava de passear pela cidade e tirava algumas fotografias das regatas nas raias da Baía Norte, já então a grande atração popular da região central, antes do surgimento dos estádios de futebol, conta Djanira Andrade⁵⁴. Em 1915 foram fundados os clubes de regatas Riachuelo e Francisco Martinelli e três anos depois o Aldo Luz. Todas as terças-feiras aconteciam feiras com produtos das colônias de Biguaçu (Antônio Carlos), Palhoça (Santo Amaro da Imperatriz, Cova Funda) e Governador Celso Ramos (Ganchos), além de comunidades do interior da Ilha, como Ribeirão, Santo Antônio e Saco dos Limões. (ANDRADE, 1981, p. 40)

Desde 1907 a energia elétrica consumida na Ilha vinha da Usina de Maruim, no rio Maruim, próximo a São Pedro de Alcântara, então município de São José, destinadas à iluminação pública e domiciliar. A iniciativa ocorreu na gestão de Gustavo Richard, que terceiriza o serviço por meio da Lei n. 752, de 12 de setembro de 1907:

Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer as condições para concessão de aproveitamento das Forças hidráulicas pertencentes ao Estado, podendo dar privilégio de zona e a contratar com quem mais vantagens oferecer o fornecimento de energia elétrica, proveniente de motores hidráulicos, para o abastecimento de energia elétrica, proveniente de força, luz e tração, ressalvados os direitos de terceiros.⁵⁵. (PAULI, 1997b, s.p.)

Instituto Politécnico

É possível que José Boiteux tenha abandonado o mandato no Legislativo após votar o Acordo de Limites, as alterações tributárias e depois de obter a aprovação de um projeto de lei criando o Instituto Politécnico, passando a dedicar-se a sua execução. A ideia surgiu e ganhou as adesões necessárias no Centro Cívico Literário, que funcionava na casa número 8 da Rua Jerônimo Coelho, no Centro da Capital. Ali se reuniu o grupo interessado na iniciativa, composto de engenheiros civis e militares, médicos, bacharéis em Direito, agrimensores e odontólogos. Seria um Instituto dividido em dois cursos, o preparatório e o de especialização. (BAHIA, 1994, p. 100)

As reuniões começaram nos primeiros dias de janeiro de 1917, acompanhadas e noticiadas pelos jornais, como *O Estado e Republica* que publicavam com frequência os apoios que a iniciativa recebia. No dia 11 de fevereiro, o jornal *O Estado* publicou apelo aos interessados na criação do Instituto para reunião dali a dois dias no Centro Cívico⁵⁶.

O apelo e as articulações desenvolvidas por José Boiteux, por meio de sua ampla rede de sociabilidades, rendem os frutos esperados e a reunião se realiza com sucesso, conforme notícia *O Estado* de 14 de fevereiro de 1917⁵⁷. Augusto Fausto de Souza, Fellipe Machado Pedreira, Jonas de Miranda, Carlos Correa, Celso Fausto de Souza, Samuel Gomes Pereira, Armando Knaught, Waldemiro Salles, José Olympio Barbosa, J. D. Ferreira Lima, Marinho Lobo e Henrique Rupp Júnior estavam entre os presentes. Lucas Boiteux, irmão de José, também prestigiou a iniciativa, junto com Joaquim de Oliveira Costa, Laércio Caldeira, os farmacêuticos Diógenes C. Oliveira, Henrique Bruggemann e Francisco Pereira de Oliveira Filho, mais os cirurgiões-dentistas Álvaro Ramos e Aquiles Wedekin Santos e os guarda-livros José O' Donnell e Vicente Conill.

Na ocasião, José Boiteux expôs rapidamente os objetivos da reunião e sugeriu que fosse aclamado seu presidente, o médico Fausto de Souza, o que foi aceito.

Ao assumir, Souza convidou para secretários Felipe Pereira e o próprio José, sendo então nomeadas as comissões para elaboração dos planos de estudos que seriam apresentados em três dias. Ficou estabelecido que no dia 1º de abril teriam início as aulas dos cursos de Farmácia, Odontologia, Comércio, Agrimensura e Pilotagem (este último acabou não vingando). No final da reunião, aparece o irmão mais velho de José, o coronel Hipólito Boiteux, acompanhado de João Bittencourt Machado e Alberto Barbosa, para apresentar “seus aplausos” aos criadores do Instituto. Henrique Lessa, Luiz Costa, Eurípides Ferro e Oscar Ramos justificaram as ausências.

A relação dos presentes expõe parte da rede alimentada por José Boiteux, sendo notória a presença hegemônica de segmentos da classe média que emergiu com a República. Vejamos alguns nomes. Armando Knaught, um popular *sportman* (entusiasta do esporte, desportista), fundara o Clube Esportivo Anita Garibaldi, pioneiro na prática do futebol em Florianópolis⁵⁸ (ALMEIDA, 2011). Celso Fausto de Souza, nascido em Florianópolis em 1894 era engenheiro-agrônomo formado na Escola de Engenharia de Porto Alegre. Samuel Gomes Pereira e José Olympio Barbosa também eram engenheiros. Joaquim Daví Ferreira Lima, baiano nascido em 1876, foi médico, deputado e diretor de higiene do Estado (PIAZZA, 1985, p. 293). Marinho Lobo e Henrique Rupp Júnior eram

bacharéis em Direito. Temos aqui também a emergência de engenheiros e de pessoal da área da saúde, cujos espaços foram abertos a eles com a República.

A fundação oficial da instituição foi em 13 de março, passando a funcionar em 17 de abril do mesmo ano em prédio cedido pelo Governo do Estado na Rua João Pinto, n. 41, esquina com Travessa Ratcliff. No andar superior estavam o espaço da secretaria, a sala da congregação, quatro salas de aula, os gabinetes, a biblioteca e o museu. No térreo funcionavam os cursos de Agrimensura, Clínica Odontológica, Guarda-Livros e Farmácia. Mais tarde as aulas dos cursos de Farmácia e de Odontologia passaram a ser ministradas na Rua Trajano. A primeira turma de formandos foi a de agrimensores, em 1918. Mais tarde o curso de Clínica Odontológica desenvolveu “atividade prática” com “assistência gratuita”, serviço “muito concorrido”, segundo Bahia. (BAHIA, 1994, p. 100)

A “colação de grau dos Odontolandos” foi manchete de capa do jornal *Republica* de 13 de julho de 1919, um domingo, destacando a presença de duas mulheres no grupo de formandos, cuja solenidade aconteceu dia seguinte. “É a primeira turma de cirurgiões-dentistas, da qual fazem parte duas senhoritas”, assinala o jornal, “[...] que dão ao seu sexo o mais brilhante exemplo para a conquista de um diploma científico”. O jornal se refere a Paulina

Garrido Portella e Judith de Diniz, que se formaram junto com João Mariano Santos Júnior e Ary Machado.

Essa formatura foi cercada de detalhado ritual, começando às 9 horas com “missa votiva” na Catedral, solicitada pela “turma de odontolandos” ao bispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, que oficiou a celebração. “Paramentado com as vestes do ritual”, salienta o *Republica*, Dom Joaquim rezou a missa auxiliado por Monsenhor Francisco Xavier Topp, secretário do bispado, e Frei Evaristo. A Catedral ficou lotada por familiares, formandos e paraninfos e destacadas autoridades civis e militares, professores, intelectuais, profissionais liberais. Os jornais deram ampla cobertura, com a presença dos jornalistas Heitor W. dos Santos (*Intransigente*, Camboriu), Conrado Miranda (*Pharol*, Itajaí) e Mascarenhas Filho, do *Republica* (Florianópolis) e *União* (Itajaí).

Ao meio-dia foi inaugurado na sala da Congregação o “retrato do eminente governador do Estado”, Hercílio Luz, “[...] como demonstração de gratidão pelo valioso auxílio que já prestou ao Instituto Politécnico [...]”, salienta a mesma edição do jornal *Republica*. A colação de grau, às 20 horas, teve como palco a Assembleia Legislativa, então denominado Congresso Representativo⁵⁹. Assim, aos poucos, “[...] agrimensores, dentistas e farmacêuticos se espalharam pelo Estado com diplomas conquistados

neste estabelecimento [...]”, destaca Dante Martorano. (MARTORANO, 1984, p. 29)

Visando o estudante com dificuldades, a Lei n. 1.169, de 1º de outubro de 1917, que criou o Instituto, já previa auxílio pelo Estado aos alunos nos diferentes cursos. A Lei n. 1.080, de 29 de dezembro do mesmo ano, define que os alunos formados no Instituto Politécnico possam concorrer “[...] em igualdade de condições para os cargos públicos [...]”, conforme previsto no estatuto. Inicialmente a direção do Instituto ficou nas mãos de Augusto Fausto de Souza, com Ferreira Lima de vice, José Boiteux na secretaria e Henrique Rupp Júnior como tesoureiro. O corpo docente no primeiro ano era composto por Achylles Wedekin dos Santos, Álvaro Ramos, Jonas Thales de Miranda, Raul de Freitas Melro (Odontologia), Armando Knaught, Gastão Douat, Ivo d’Aquino Fonseca, José Arthur Boiteux, José O’Donnell (Comércio), Augusto Fausto de Souza, Frederico Selva, Luiz Costa, Waldemiro Salles (Agrimensura), Carlos da Motta Azevedo Corrêa e Henrique Bruggemann (Odontologia) (BAHIA, 1994, p. 108).

Enquanto os cursos estavam em andamento, José dedicava parte de seu tempo ao projeto da sede própria do Instituto, acertando o início das obras com Frederico Selva: um prédio com 682 m² na Avenida Hercílio Luz, ao custo total de 35 contos e 10 mil réis, edificação

concluída em 1926, inaugurada e ocupada “imediatamente”. Ao lado do prédio da Escola Normal, depois FAED-UDESC, era o mais imponente da cidade à época da inauguração. (BAHIA, 1994, p. 101)

Martorano lembra seus esforços visando à edificação. “Nunca possuía fortuna”, o que o impossibilitava de construir com recursos próprios. “Restava-lhe pedir. E pediu. Sua constância em estender a mão foi heroica. E as ofertas apareceram. Cal, areia, mão de obra, tijolo, telha, enfim, aceitava tudo. Pediu e obteve [...]”, salienta. “Se não pela generosidade dos conterrâneos, ao menos pela insistência do esmolar”. (MARTORANO, 1984, p. 29)

Em 1932 deixou de existir como ensino superior, devido a alterações na legislação vigente. Acabou ocorrendo uma fusão do Politécnico com a Escola Prática de Comércio, que funcionava na Praça 15, surgindo a Academia de Comércio Escola de Comércio de Santa Catarina, depois denominada Academia de Comércio de Florianópolis. Recentemente o espaço foi transformado em Casa José Boiteux, abrigando o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras.

Plantando Estátuas

“Zé das Placas”, “Zé dos Papéis”, “Zé das Estátuas”. Foi assim que ele ficou conhecido na cidade a partir de fins dos anos de 1910, quando passou a trabalhar para erguer os monumentos em homenagem aos heróis da terra catarinense. Martorano avalia de modo singelo e elegante os apelidos dados a José Boiteux nesse tempo: não estamos diante de uma “[...] mera expressão popular, pois traduz toda uma existência” (MARTORANO, 1984, p.31). De fato, estamos diante do que talvez seja o conjunto de obra material mais significativa do intelectual orgânico que foi nosso personagem. As estátuas que ele ergueu representam a tradução simbólica de um passado que se projeta sobre o presente e indica as perspectivas de futuro, como vimos anteriormente.

Apelidar José de Zé das “Placas” ou das “Estatuas”, não era uma “piada grosseira” dirigida por “inimigos e invejosos”, mas “[...] um verdadeiro poema que o povo soube tecer, na linguagem destituída de figuras de retórica e de palavras retumbantes [...]”, assinala Martorano. De outra parte, o apelido de “Semeador de Estátuas”, nada mais é do que “epíteto que a arte retórica deu a José Boiteux”. Ambos, observa o autor, “retratam sua vida”. “Zé das Placas”, dotado de uma “[...] elegância natural

no porte que se irradiava no traje, nos gestos e no modo de falar [...]”, aparece como um “[...] vulto na vida de um povo, e as lutas e as idéias de uma geração”. Perseverante e ativo, destaca o biógrafo, “[...] não poderia passar despercebido de toda população [...]”, pois sempre “[...] lá estava ele às voltas com placas comemorativas, bustos, hermas, estátuas e monumentos que fizera erguer nas praças públicas”. (MARTORANO, 1984, p. 30-31)

Ana Maria de Jesus Ribeiro, conhecida como Anita Garibaldi, se tornou o personagem histórico de maior relevo no Estado, substituindo em parte a aureola de “barriga-verde” que marcava os catarinenses até então. Podemos dizer que a “heroína” Anita está para Santa Catarina como o “herói” Tiradentes está para o Brasil. Carvalho analisa detalhadamente a “luta em torno do mito de origem da República” no livro *Formação das Almas*, frente à necessidade de um “herói” ou de “heróis”. Afinal, heróis são “[...] símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva”. Nesse sentido, eles são “[...] instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos”. (CARVALHO, 1990, p. 55)

Roberto Lobato Corrêa⁶⁰, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), estudou os monumentos urbanos como “[...] politicamente concebidas, passíveis

de interpretações plurais, fruto do tensionamento contínuo das complexas relações entre identidade e espaço e poder”. Para ele, todas as “[...] formas simbólicas grandiosas como estátuas, obeliscos, colunas, memoriais e templos [...]”, chamados monumentos, “[...] são representações materiais de eventos passados [...]” que “[...] integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade”. (CORRÊA, 2007, p. 9)

Instalados em locais fixos para longa permanência, geralmente praças públicas, “ao lado da iconografia de que são portadores”, esses monumentos tinham “[...] o caráter de poderosos meios de comunicação de valores, crenças e utopias, assim como de afirmação do poder daqueles que os construíram”. Dessa forma, os monumentos têm um “[...] papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valores estáticos e simbólicos”. Isso significa que tanto as paisagens como os lugares “[...] constituem parte da espacialidade dos monumentos”. O autor conclui que os monumentos, no mundo todo, são portadores das “[...] representações que os homens fazem da história e da geografia [...]”, integrando a “[...] complexa e variável temporalidade e espacialidade que caracterizam a ação humana. (CORRÊA, 2007, p. 10-11)

Em Desterro/Florianópolis, os monumentos foram instalados inicialmente na Praça 15, a começar pelo que lembra os mortos na Guerra do Paraguai, erguido em fins do Século XIX, a estátua de Fernando Machado, herói do mesmo conflito, mais abaixo, e os bustos de Victor Meirelles, Jerônimo Coelho e Cruz e Sousa. O de Anita Garibaldi foi instalado no antigo bairro do Mato Grosso, em frente ao atual quartel geral da Polícia Militar, cujo antigo largo denominado 17 de Novembro, lembrando a data da transição do Império para a República em Santa Catarina, ganhou mais tarde a denominação de Getúlio Vargas. Atualmente, a herma de Anita Garibaldi está no interior do primeiro parque infantil de Florianópolis, na mesma praça.

A estátua de Fernando Machado foi erguida num ponto estratégico, deixando o herói de frente para aqueles que chegavam à cidade pelo local de desembarque de passageiros dos navios, mais tarde abrigando o bar Miramar. Ficava no fim da Praça 15, no mesmo espaço da Catedral e dos órgãos públicos, junto ao porto. Nas imediações da estátua ficava o ponto de embarque das linhas de bondes, mais tarde dos coletivos, sempre muito movimentado. Surgiu até uma praça com seu nome antes da implantação do monumento.

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do CNPq, Valéria Salgueiro⁶¹

pondera que monumentos a heróis localizados nas áreas públicas de capitais e principais cidades da América Latina “[...] são exemplos que integram um esforço de elaboração simbólica das idéias coletivas de pátria e nação, peculiar às nações modernas”. O monumento foi, assinala, “[...] um dos instrumentos mais eficazes dessa elaboração, despertando emoção e admiração [...]”, articulando beleza e materiais nobres, “[...] sempre bem acessível, ocupando locais de passagem e de estar do público”. (SALGUEIRO, 2006, s.p.)

Os trabalhos de construção das bases da estátua já estavam em andamento quando foi solicitada a licença oficial para sua instalação, informa o jornal *O Dia*⁶². O Conselho (Câmara) Municipal, que também exercia o poder Executivo, se reuniu extraordinariamente para apreciar projeto de lei autorizando a colocação da escultura que representava o coronel Fernando Machado. No documento apresentado pelo conselheiro (vereador) Joaquim Costa estão alguns importantes elementos destacados anteriormente pela professora Valéria Salgueiro. Costa defende a aprovação do pedido, tendo em vista sua localização, o local “[...] mais belo e, quiçá, o mais importante logradouro público da cidade [...]”, que “[...] se deslumbrará, dentro em breves dias, ‘ad perpetuum’, com a apoteose, em bronze, ao heroísmo altiloqüente de um filho de Santa Catarina”. (O DIA, 4.1.1917)

A estátua de Fernando Machado inaugurada festivamente em fins de janeiro de 1917, foi obra do escultor José Otávio Correia Lima, então com 39 anos de idade, carioca de São João Marcos nascido em 17 de julho de 1878, informa Arthur Valle⁶³. A partir de 1892 passara a frequentar como aluno livre as aulas de Belmiro de Almeida, Modesto Brocos, Zeferino da Costa e, especialmente, as de Rodolpho Bernardelli, na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). Acabou contemplado em 1899 com o Prêmio de Viagem ao Estrangeiro por sua obra *Remorso*, durante a Exposição Geral daquele ano. Entre 1899 a 1902 permaneceu na Europa, passando por Paris e se fixando com ateliê em Roma. (VALLE, 2010)

Sem perder as ligações com o Brasil, participou em 1901 da oitava edição da Exposição Geral de Belas Artes, no Rio, em que obras como *Pagé*, *O Prisioneiro* e *Caim* “[...] marcam o reconhecimento do artista pela crítica de arte do período [...]”, observa Arthur Valle. Sua obra *Mater Dolorosa*, exibida na Exposição Geral de 1902, recebeu rasgados elogios da crítica. Em 1907 tirou o primeiro lugar em concurso do Ministério da Justiça para o projeto de um monumento ao Almirante Barroso, localizada na Praça Paris, no Rio de Janeiro. Ao ser convidado por José Boiteux para executar a estátua de Fernando Machado, ele era professor da Escola Nacional de Belas Artes, e foi seu diretor entre 1927 e 1930. (VALLE, 2010)

Isso significa que José escolheu a dedo quem executaria o projeto. Precisava de alguém familiarizado com a tradição europeia, francesa, visando “[...] prestar homenagem e comemorar por meio de escultura pública, cuja origem remonta os antigos gregos e romanos [...]”, característica do período, como destaca Valéria Salgueiro. O objetivo central era a “celebração da idéia de República no Brasil”, a busca por cada estado brasileiro em “[...] expressar, de forma palpável, concreta, sua participação na República [...]”, aliando um “[...] esforço na direção do embelezamento/saneamento nas cidades brasileiras [...]” e, por último, o “[...] culto a valores e ideais positivistas”. (SALGUEIRO, 2006, s.p.)

Em Santa Catarina esse ideário foi desenvolvido por José Boiteux, com ampla cobertura dos jornais e o apoio da intelectualidade e do empresariado local. Carlos Hoepcke, do grupo Hoepcke, por exemplo, cedeu vagonetes da empresa para o deslocamento dos blocos de granito que serviriam de pedestal à estátua. O gesto do empresário motivou manifestação oficial de agradecimento da comissão promotora do monumento. A linha de trilhos foi cedida pela companhia Carris Urbanos, revelam os jornais.⁶⁴

A parte civil do monumento foi executada sob a direção de Armando de Paula Freitas, mais precisamente a base ou pedestal de granito com 3,5 metros de altura.

A estátua fundida na Casa Cavina, a maior então executada no Rio até aquele momento, segundo o jornal *O Dia*, tem 3 metros de altura. Ao todo 6,5 metros, conferindo a ela “[...] um aspecto de grande imponência”. A estátua representa “[...] o bravo, de pé, numa atitude de quem a vista desarmada observa à distância a evolução das suas tropas”. O “[...] herói, fardado e armado, olha firme, num raio de penetração aguda, pousando o pé direito sobre um fragmento de canhão”.

Na parte frontal do monumento há um alto-relevo reproduzindo o momento de sua morte no dia 6 de dezembro de 1868, na defesa de Itororó, “[...] a cavalo e à frente de seus comandados [...]”, quando “[...] foi ferido e tombou”. Sua inauguração estava prevista para ocorrer no dia 6 de dezembro de 1916, mas imprevistos adiaram o acontecimento para 28 de janeiro de 1917⁶⁵. Lembramos que a figura de Fernando Machado está presente nos primeiros textos de José Boiteux na imprensa de Desterro, como em *O Caixeiro*.

Na retomada da edição da Revista do IHGSC, em 1913, começam a ser publicadas as “Cartas íntimas do coronel Fernando Machado”, como “subsídios para uma biografia”. Justificando o início da série de cartas, a revista lembra a falta de uma biografia de Fernando Machado, cujos “[...] feitos gloriosos vão se apagando da memória de seus patrícios [...]”, sendo uma “injustiça” a ser reparada.

Estamos frente ao processo de construção de um herói, “[...] que para ser visto e tratado como tal tem que responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva [...]”, refletindo “[...] algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado [...]”, assevera Carvalho. (CARVALHO, 1990, p. 55)

Nas referidas cartas, continua a citada Revista do IHGSC, “[...] que fomos roubar ao sacrário da família [...]”, escritas no campo de batalha e encaminhadas à sua esposa, “[...] brilha o amor filial, conjugal e paternal [...]” e onde se reflete o “chefe de família amante e consciencioso” que não se esquece do lar em meio às agruras da guerra. São do punho de um “guerreiro cristão”, tomado pela “fé, que punha em Deus a esperança”. Ricas em detalhes do cotidiano do conflito, cujo autor “[...] faz avultar sua ação na guerra, a estima em que tem os chefes, seu renome no Exército, ‘na vanguarda da vanguarda’”⁶⁶.

Em seguida à apresentação das cartas, que na verdade foram fornecidas por um neto do herói militar, secretário do IHGSC, Fernando Machado Vieira, a Revista apresenta alguns dados do personagem. Nascido em 11 de janeiro de 1822 em Desterro (Florianópolis) na rua que hoje leva seu nome, filho do coronel Manoel Machado de Souza e de dona Josepha de Souza, começou cedo na carreira militar como cadete, chegando a alferes em dezembro

de 1839. Subindo paulatinamente na carreira, acumulou as medalhas da Ordem da Rosa, de Cristo, de Aviz e outras, participando da campanha contra o Paraguai como coronel. Na batalha do dia 6 de dezembro de 1868, nas margens do rio Itororó, Machado ordena que a vanguarda das tropas avance e tome posição no terreno. Diante da “hesitação” dos homens, tenta transpor uma ponte, sendo “gravemente ferido e sucumbe”. São apresentados em seguida alguns valores caros aos ideólogos republicanos daqueles tempos. Machado, “[...] conhecido como o melhor oficial da infantaria [...]”, era dotado de “valor e bravura a toda prova”, tinha o “[...] sangue frio e o golpe de vista, inerentes ao bom general [...]”, qualidades raras, além de “[...] profunda instrução e bondade natural”.

Além de publicar as cartas e erguer a estátua, José Boiteux reuniu algumas “reliquias” de Fernando Machado para realizar exposições: um relógio de prata amolgado, um par de luvas de camurça, “tinta de sangue” e o “[...] estilhaço de granada que produziu a morte do bravo catarinense”. No dia da inauguração da estátua, elas estavam expostas no Salão Brasil, na Praça 15 de Novembro. Antes disso, as “reliquias”, como os jornais tratavam os objetos na época, foram levadas a Laguna por José Boiteux a pedido do jornal *O Albor*, ficando a mostra no Grupo Escolar Jerônimo Coelho, sob a guarda do Tiro local e da escola de Escoteiros.⁶⁷

A inauguração propriamente foi revestida de grande aparato, segundo a Revista do IHGSC. Os jornais conclamaram a população para que comparecesse ao ato, realizado às 17 horas do dia 28 de janeiro de 1917, no local do monumento, a “[...] pequena praça ajardinada fronteira ao trapiche municipal”. O programa começou com a execução do Hino do Estado, o descobrimento da estátua e discursos do orador oficial, José Boiteux, e do superintendente municipal, o coronel João da Silva Ramos, “[...] em exercício, recebendo a estátua”. Tudo isso aconteceu perante a tropa militar estadual e federal formada e a presença das bandas Amor à Arte, Filarmônica Comercial e do regimento de Segurança (Polícia Militar).⁶⁸

Os convidados foram recebidos pelos integrantes da comissão encarregada de erguer a estátua, composta por José Boiteux, farmacêutico Raulino Horn, o advogado Henrique Rupp Júnior, major Pedro Taulois, Carlos Wendhausen e o Tenente-Coronel João da Silva Ramos. Além do representante do governador, Capitão Godofredo de Oliveira, e do Vice-Governador, Coronel Pereira e Oliveira, todas as principais autoridades civis e militares estavam presentes, profissionais liberais, professores, intelectuais e “[...] avultado número de pessoas, cujos nomes não nos foi possível anotar”. Os cordões da cortina nas cores verde e amarelo que cobria a estátua, foi retirada

pelo capitão Godofredo e o neto do herói, com o mesmo nome, “[...] ouvindo-se prolongada salva de palmas e o Hino Nacional [...]”, executado pelas bandas Comercial e Amor à Arte.

Os momentos de euforia seguintes à inauguração da estátua de Fernando Machado serviram de estímulo para o início de outro tipo de procedimento, a colocação de placas alusivas nas residências de antigas personalidades, os heróis da nova ordem. Dessa vez, a ideia foi dos redatores do jornal *O Estado*, em que José Boiteux atuava naquele momento, periódico fundado em 1913 por Henrique Rupp Júnior. Iniciativa que foi “[...] galhardamente aceita pelas diversas classes sociais.”⁶⁹

Os recursos para a aquisição da placa de mármore foram rapidamente levantados em subscrição pública, tendo contribuído Nazareno Lessa, Rouxinaldo Lessa, Accácio Moreira, Dorval Moellmann, Edmundo Costa, Nelson Demaria Boiteux, Pedro Fauth e Henrique Fontes, segundo o jornal *O Estado*⁷⁰. Mas a ajuda não parou de chegar, vinda do Coronel Emílio Blum e dona Maria Blum, Albertina Blum, Branca e Armando Blum, José da Costa Ortiga, José Silveira Penha e Marietta Silveira Penha. O jornal *A Tarde* também arrecadou recursos. O Cinema Ideal destinou “um benefício”. Como já havia o necessário para a placa de Victor Meirelles,

os redatores de *O Estado* destinaram a sobra para a herma de Jerônimo Coelho.⁷¹

A cerimônia festiva de colocação da placa na casa onde residira Meirelles, no 14º ano de sua morte, começou às 18 horas do dia 22 de fevereiro de 1917, quando os “[...] redatores dos diversos jornais desta capital, e representantes de todas as classes sociais [...]”, se reuniram junto à estátua de Fernando Machado. Acompanhada da banda do Regimento de Segurança (Polícia Militar), a marcha contornou a Praça 15, desceu a Fernando Machado e pela Rua Saldanha Marinho chegaram até o local da homenagem. A casa do pintor estava “[...] lindamente enfeitada com as bandeiras da República e do Estado, galhardetes e folhagens [...]”, informa *O Estado*.

O primeiro orador foi José Boiteux, “nosso colega”, que ao final convidou o capitão Godofredo de Oliveira, ajudante de ordens do governador e seu representante no ato, a descerrar a placa, “[...] correndo a bandeira do Estado que a cobria [...]” e provocando “estrepitosas palmas”, prossegue o mesmo periódico. O orador seguinte da “festa da imprensa” foi Ivo de Aquino, lembrando a ajuda dada por Jerônimo Coelho ao iniciante pintor Victor Meirelles e apoiando os esforços de Boiteux pela ereção de uma herma do fundador do primeiro jornal catarinense. Antes da “multidão” se dispersar

foram ouvidos “[...] vivas à memória do genial pintor da *Primeira Missa do Brasil*, da *Batalha de Guararapes* e da *Batalha do Riachuelo*”.

A iniciativa singela, mas de grande significado simbólico, foi acompanhada por uma comissão de representantes do Legislativo estadual, composta por Aristiliano Ramos, Manoel Vieira e o próprio Boiteux, seu presidente João Pinho e os deputados Caetano Costa, Thiago de Castro, Joe Collaço, Arthur Costa e Arnaldo S. Thiago, continua *O Estado*. O superintendente (prefeito) de Florianópolis, Coronel João da Silva Ramos, que mandava executar melhorias nas Ruas Victor Meirelles e Saldanha, estava presente. Ulysses Costa, Chefe de Polícia, foi representado pelo Tenente Manoel Pereira da Silva, do Regimento. O então Capitão-Tenente Lucas Boiteux, acompanhado de Arthur de Oliveira Lima, representaram o IHGSC. Do 54º Batalhão de Caçadores apareceram o capitão Antônio Joaquim de Souza e o Tenente Rodolpho Rupp. Professores do Instituto Politécnico marcaram presença. Diversos jornalistas estiveram na inauguração, como Thiago da Fonseca (*O Dia*), Sérgio Nolasco e Ary Cabral (*A Opinião*), Chrysanto Eloy de Medeiros (*O Clarão*) e Marinho Lobo e José Boiteux (*O Estado*). “O capitão Nagib Nocolau Nahas, cuja residência é fronteira à casa em que nasceu o grande artista, ornamentou-a com muito gosto”.⁷²

O homenageado seguinte foi o lagunense fundador da imprensa em Santa Catarina em 1831, Jerônimo Coelho, jornalista, político liberal, inicialmente, depois conservador, e liderança maçônica de expressão. Nascido em Laguna-SC, em 30 de setembro de 1806, conforme seu biógrafo Norberto Ungaretti⁷³, estava com 25 anos de idade e era capitão de engenheiros quando chegou a Desterro em 1831. “Vinha cheio de idéias”, “legitimamente ambicionava” exercer aqui “liderança política”, trazendo na bagagem um prelo “[...] com que instalou a primeira tipografia em terras catarinenses adquirido com a ajuda de amigos”. (UNGARETTI, 1995, p. 7-8)

Instalou as oficinas em sua casa e ali imprimiu a primeira edição de *O Catarinense* (*Catharinense*, no original) que circulou no dia 28 de julho de 1831. Em seguida criou a Sociedade Patriótica Catarinense (ou Desterrense), levantando as primeiras preocupações urbanísticas e higienista – instalação de um cemitério público, criação de uma biblioteca, e amparo a idosos e carentes, entre outras. O passo seguinte foi a criação da primeira Loja Maçônica de Santa Catarina, com a denominação de “Cordialidade” e não de “Concórdia”, observa Ungaretti, como tem sido chamada. Por esse motivo, “[...] os maçons catarinenses reverenciam Jerônimo Coelho como o fundador da Maçonaria em

nosso Estado”, acrescenta Ungaretti, “[...] missão que teria trazido do Rio de Janeiro”. (UNGARETTI, 1995, p. 8)

Estavam lançadas as bases para sua carreira política. Em 1839 já era Vice-Presidente (Vice-Governador) da Província (do Estado). Foi eleito para o Parlamento a primeira vez em 1835, permanecendo até 1860, ano de sua morte, tanto na Assembleia Provincial (estadual) quando na Geral (Câmara Federal). Atuou como Ministro da Guerra (1844 e 1857) e interinamente como Ministro da Marinha, presidiu as Províncias do Pará (1848-1850) e do Rio Grande do Sul (1856), dirigiu fábrica de pólvora e a Escola de Aplicação do Exército, exerceu o cargo de vogal do Supremo Tribunal Militar, agraciado com as comendas das ordens da Rosa e de São Bento de Aviz e membro do IHGB. (PIAZZA, 1985, p. 159)

Alguns meses antes de setembro de 1911, estabelecido no Rio de Janeiro, José teve a ideia de erguer um monumento a Jerônimo Coelho, aproveitando a passagem naquele ano dos 80 anos do surgimento de *O Catarinense*. Na ocasião encaminhara uma carta a todos os jornais catarinenses, lançando a ideia do monumento, mas a iniciativa não vingou, segundo o jornal *O Dia*⁷⁴. O tema voltou à baila em 1917, sob o estímulo da inauguração da estátua de Fernando Machado e a placa na casa onde morara Victor Meirelles. O jornalista Martinho Callado era um dos mais entusiastas, mas faleceu,

desmobilizando a comissão inicial encarregada da herma.

José assume a tarefa, diz a mesma edição do jornal *O Dia*, e volta a expedir cartas convidando diretores de periódicos da Capital e outras cidades para uma reunião no dia 26 de fevereiro de 1917, no salão do Centro Cívico. A primeira tentativa não surtiu efeito e a reunião foi adiada para o dia seguinte⁷⁵. (O DIA, 27.2.1917)

A nova comissão encarregada da herma de Jerônimo Coelho teve José Boiteux como presidente honorário (“[...] iniciador da homenagem ao notável lagunense [...]”, diz o jornal *O Estado*), figurando na presidência o jurista Joaquim Thiago da Fonseca, fundador do Instituto Histórico catarinense, jornalista que dirigiu a Imprensa Oficial e tivera destaque na atuação no Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro, realizado em 1909 no Rio de Janeiro. A secretaria geral ficou com o Capitão-Tenente Lucas Boiteux, então com 35 anos de idade, irmão de José. Clementino de Brito ficou com a primeira secretaria, Ary Cabral, pai do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, com a segunda secretaria e o capitão João Pedro de Oliveira Carvalho assumiu a tesouraria.

Ainda segundo o mesmo jornal, *O Estado*, logo após ser formada a comissão surgiram as tarefas: “larga” distribuição de “listas para as assinaturas dos subscritores”, que deveriam estar de volta até 31 de maio, e fazer

contato com o escultor Corrêa Lima. Também foi definida a realização de um “[...] grande festival litero-musical, em 28 de julho, pelo 86º aniversário do lançamento de *O Catharinense*.⁷⁶ (O ESTADO, 1º.3.1917)

Segundo Eliane Bahia, no dia 14 de agosto de 1918, a comissão encarregada do monumento recebeu a quantia de um conto de réis do Governo do Estado para as despesas. José apelou novamente para os serviços do escultor Correia Lima, que entregou a obra no início de 1919, quando ocorreu sua inauguração. (BAHIA, 1994, p. 72)

O nome de Anita Garibaldi aparece associado à República pela primeira vez no auge da guerra civil do pós-15 de Novembro de 1889, quando federalistas e revoltosos da Armada criam um Governo Provisório em Desterro. Na ocasião, conforme apurou o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, surgira em Laguna um Batalhão Anita Garibaldi em apoio aos federalistas. Poucos anos depois, em 1898, Henrique Boiteux, irmão de José, publica no *Anuário de Santa Catarina* seu primeiro texto histórico, *Anita Garibaldi – Heroína Brasileira*, editado em 1906 pela editora Bevilacqua, com reedição da Imprensa Nacional, em 1935, ambas no Rio de Janeiro. O mesmo Henrique publicou em 1927 pela Imprensa Naval a importante obra intitulada *A Republica*

Catharinense – Notas para sua História, com reedição fac-similar em 1985 (Rio de Janeiro: Xerox do Brasil/Governo de Santa Catarina). Outras obras surgiram no Brasil abordando a personagem⁷⁷. (MARTINS, 1999, p. 85-86)

O “namoro” de Boiteux com Anita Garibaldi era antigo. Já em 1906 no lançamento da obra de seu irmão Henrique, no Rio, José tomara a iniciativa de confeccionar cartões postais com a imagem de Anita, enviando-o a diversas instituições, personalidades e jornais (MARTINS, 1999, p. 87). Outra vez encontramos José envolvido com as imagens. As mesmas imagens que, segundo a antropóloga Sylvia Caiuby Novaes⁷⁸ “[...] favorecem, mais do que o texto, a introspecção, a memória, a identificação, uma mistura de pensamento e emoção”. As imagens envolvem “a imaginação de quem as contempla”, têm a capacidade de “[...] metáfora e sinestesia — relação subjetiva espontânea entre uma percepção e outra que pertença ao domínio de um sentido diferente”. Ou seja, “[...] podemos associar algumas formas ou objetos a pes-soas ou seres específicos, certos cheiros evocam a infância [...]”, e outras, capacidade esta “muito mais acentuada nas imagens quando comparadas ao texto verbal”. (NOVAES, 2008, s.p.)

Aliás, o ano de 1906 foi de intensa movimentação em vários estados envolvendo a catarinense. No Rio surge

uma comissão integrada por jovens catarinenses interessada em erguer uma estátua da “heroína”. Em Urussanga, no sul de Santa Catarina, a diretoria do Club Anita Garibaldi entrega a José Boiteux e a Lauro Müller títulos de sócios honorários. No dia 4 de agosto, na passagem dos 57 anos de sua morte, a Rua Capitão Salomão, no Rio, ganha a denominação de Anita Garibaldi, onde residia o Depu-tado Paula Ramos, que pediu e conseguiu melhorias na via. Outras iniciativas ocorrem em Porto Alegre e em São Paulo. (MARTINS, 1999, p. 87-89)

Toda essa movimentação tem o estímulo direto de imigrantes italianos que formam entidades, publicam artigos, divulgam informações. Entre eles estava Giusepe Caruso Mac Donald, residente em Urussanga, desde o início do século, figurando como representante brasileiro do Comitê de Roma que objetivava erguer na capital italiana um monumento à “mulher do general” Giusepe Garibaldi, Anita. (MARTINS, 1999, p. 98)

Anita fora trabalhada por José Boiteux em três das seis edições da revista *Arquivo Catharinense*, publicada por ele no Rio em 1908, por meio de pequenos artigos sem indicação de autoria – as edições números dois e três, de agosto, e a quatro, lançada em outubro. Estranhamente, a Revista do IHGSC, naqueles primeiros anos até a inauguração da herma em 1919, não publicou nenhum

texto falando especificamente de Anita. Surgem artigos sobre a República Catarinense de 1839, em Laguna (1914), o combate da Laguna em novembro de 1839, segundo textos de Garibaldi, Frederico Mariah e Garcez Palha (1917). Nas edições de 1918 e de 1919 da mesma publicação aparece a série *Garibaldi e sua ação no Brasil*, escrito por Virgílio Várzea. Sobre Anita nada. O Índice Analítico da RIHGSC, escrito por Iaponan Soares e Leda Maria d'Ávila Prazeres, lançado em 1988 pelo próprio Instituto, não contempla o nome “Anita Garibaldi”.

Chegado o ano de 1919, José Boiteux encontrava-se às voltas com a herma da “heroína de dois mundos”, o Velho, na Europa, e o Novo, na América, criando uma comissão e recebendo apoio de vários segmentos. Martorano, ao analisar esse envolvimento do biografado, diz que “[...] mal inaugurava um, já prontamente solicitava auxílio para outro pleito a uma outra glória barriga-verde”. Era insistência no gesto de estender a mão e chegava a “[...] limitar os valores que pedia, aceitando apenas donativos que não ultrapassassem a quinhentos réis”. (MARTORANO, 1984, p. 31)

A cota por municipalidade estipulada pela comissão encarregada da herma deu bons resultados, chegando confirmações da destinação de duzentos réis de Biguaçu, Itajaí e Mafra, mais os 235 réis oriundos de uma subs-

crição em Blumenau, Gaspar e Hamonia (Ibirama)⁷⁹. Os jornais também noticiam que José Boiteux doou à Pinacoteca do Estado, nesse momento, uma tela do pintor italiano radicado em São Paulo, Carlo de Servi, representando Anita⁸⁰.

Os esforços se estenderam até o final de 1919. No dia 26 de dezembro, uma sexta-feira, José Boiteux recebeu o seguinte telegrama: “Sigo hoje ‘Itapajuca’. Levo o monumento da heroína dos Dois Mundos. Saudações. Antonino Mattos”. Era a notícia que ele aguardava, mas teria que esperar até segunda-feira, dia 29, quando chegaria o navio. Boiteux pretendia inaugurar a herma no dia 1º de janeiro de 1920, dali a poucos dias⁸¹.

Carioca de Vassouras nascido em 5 de janeiro de 1891, Antonino Pinto de Mattos fora discípulo ou principal aluno de José Otávio Correia Lima, autor da estátua de Fernando Machado, na Escola Nacional de Belas Artes, tendo recebido seguidas premiações por seus trabalhos. São dele os monumentos a Rodrigues Alves e a Delfim Moreira, além do que, ele lembra os mortos e os heróis dos combates de Laguna e de Dourados, na campanha contra o Paraguai, no Rio. Mais tarde fez o busto de Cruz e Sousa.⁸²

Acompanhado do então secretário do Interior e Justiça, José Boiteux, o escultor Antonino de Mattos

visitou as redações dos jornais e repartições, informando que sua obra “[...] será dentro de poucos dias inaugurada nesta Capital”. O artista passou a Noite de Galo em Florianópolis e apenas nos primeiros dias de janeiro de 1920 pode supervisionar a montagem da herma.⁸³

José deve ter encontrado muitas dificuldades para convencer alguns segmentos das próprias elites dirigentes, política e econômica, no esforço pela homenagem a Anita Garibaldi. Ela não era nenhum consenso, ao contrário, sequer em Laguna, onde, se não nasceu, viveu boa parte de sua vida, sendo considerada lagunense pela maioria dos historiadores. Para muitos, comenta Martorano, era “uma vagabunda” (MARTORANO, 1984, p. 31). Talvez por isso não tenham dado a ela um lugar na Praça 15. A justificativa na época é que o então jardim Gustavo Richard, na Praça 17 de Novembro, seria o local dos monumentos. Cruz e Sousa e Luiz Delfino logo estariam ao lado de Anita, o que não aconteceu, como veremos. (MARTINS, 1999, p. 109)

A atual Praça Getúlio Vargas era na época o bairro do Mato Grosso, área de expansão do centro da cidade, cujo jardim acabara de ser executado. O pedestal de granito da herma apresenta uma pirâmide irregular, figurando numa das faces o busto de Anita, em bronze, abrigado pela bandeira farroupilha. “De uma das dobras da bandeira cai uma espada – símbolo do valor –

e do outro lado um lírio – símbolo da natureza”, relata o jornal lagunense *O Albor*. Na base do monumento se pode ler: “A Annita Garibaldi, Anna de Jesus Ribeiro (Heroína dos Dois Mundos), o seu Estado Natal. 1919”. (MARTINS, 1999, p. 109)

Doença Inesperada

Nos primeiros dias de janeiro de 1919, José embarcou às pressas no vapor *Anna* com destino a São Paulo, onde sua esposa dona Jocelina faria uma cirurgia. O episódio revela o carinho que cercava José e o prestígio que desfrutava na cidade. O embarque foi acompanhado de perto pelo governador Hercílio Luz, o comandante da guarnição federal e do 5º Regimento de Infantaria, Coronel Armínio Pereira, o Comandante da Força Pública Joaquim Martins Jacques e alguns oficiais da corporação, cuja banda tocou na partida do navio.⁸⁴ (REPUBLICA, 3.1.1919)

Os jornais locais acompanham com atenção. “Por telegrama particular sabemos ter sido operada ontem, em São Paulo, a exma. sra. D. Jocelyna Jacques Boiteux, esposa de nosso distinto amigo sr. dr. José Boiteux”⁸⁵ (REPUBLICA, 7.1.1919). No dia 16, os jornais informam que José e dona Jocelina partirão “[...] amanhã com destino a esta capital”.⁸⁶ (REPUBLICA, 16.1.1919)

A presença de José Boiteux na capital paulista, onde estudara nos últimos momentos do Império, é registrada nos jornais, como *O São Paulo Imparcial*, texto que foi reproduzido na imprensa local. “Moço de excelentes predicados”, salienta o periódico. José é jornalista, secretário do Interior e Justiça de Santa Catarina, catedrático do Ginásio Catarinense e do Instituto Politécnico, tendo sido deputado federal e segundo secretário da Câmara. “Espírito cultivado e muito conhecedor da nossa História e da nossa Geografia [...]”, se tornou um “[...] pesquisador das coisas catarinenses que, graças ao seu talento, são vulgarizadas com segurança, interessando aos problemas da formação da nossa nacionalidade”. Sendo membro de “[...] importantes sociedades científicas tem figura com relevo nos seus Congressos”. O jornal complementa assinalando que o auxiliar de Hercílio Luz “[...] muito poderá fazer pela terra de que é ilustre filho [...]”, desejando o “[...] pronto restabelecimento de sua digna consorte”.⁸⁷ (REPUBLICA, 24.1.1919)

A chegada de José e dona Jocellina de São Paulo ganha características de apoteose, sendo anunciada pela imprensa. Dona Jocelyna, após “melindrosa operação cirúrgica”, vem “melhorada em seu estado de saúde” a bordo do paquete *Itapuca*, acompanhada do marido José⁸⁸ (REPUBLICA, 19.1.1919). No dia 20, assim que o paquete fundeou na Baía Sul, o Tenente Otávio Costa

e o Capitão João Câncio de Souza Siqueira, ajudantes de ordens do governador, embarcaram numa lancha especial e seguiram na direção do Itapuca, com alguns amigos do casal. No trapiche municipal uma pequena multidão os aguardava, formada pelas principais autoridades militares, funcionários públicos, jornalistas, estudantes, professores e intelectuais. Após os cumprimentos José e Dona Jocellna seguiram a pé até a residência na Rua Tiradentes, n. 54, acompanhados de “grande massa popular”.⁸⁹ (REPUBLICA, 21.1.1919)

Lugares de Memória

O envolvimento de José Boiteux com Cruz e Sousa foi iniciado na adolescência, quando atuaram juntos em jornais de Desterro, ocasião em que o adolescente vindo de Tijucas fora homenageado com um dos primeiros poemas publicados pelo poeta Simbolista. Mais tarde, por estímulo de José, foi criado em Tijucas uma unidade de ensino com o nome de Cruz e Sousa, ainda existente, segundo o jornal *O Estado* de 26.12.1919. No dia de Natal de 1919, José liderou a inauguração de uma placa comemorativa lembrando a morte do Marechal Guilherme de Sousa e o nascimento de seu protegido, o poeta Cruz e Sousa. O ato aconteceu ao meio dia na

Rua Artista Bittencourt, onde moraram o marechal e o poeta, na ocasião ocupada pela família de Garrido Portella, que apoiou a iniciativa e foi representado pelos filhos.

O capitão João Câncio, ajudante de ordens do governador, os diretores de saúde e de instrução, respectivamente Ferreira Lima e Henrique Fontes, eram alguns dos presentes, além do Major Januario Corte, Comandante interino da Força Pública (Polícia Militar) e o Coronel Collaço, prefeito de Tubarão, entre outros, informa o mesmo jornal. Na placa de mármore estava escrito: “Nesta casa nasceu o poeta Cruz e Sousa e faleceu o marechal Guilherme Xavier de Sousa – Homenagem popular”. José Boiteux fez o discurso inicial, seguido de Ubaldo Falcão, intelectual negro.⁹⁰ (O ESTADO, 26.12.1919)

Esse foi o embrião do esforço que se seguiria visando a instalação de uma herma de Cruz e Sousa, fruto de uma articulação de José com um grupo de intelectuais negros de Florianópolis, organizado a partir de 1920 no Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. Sob a presidência de Trajano Margarida, o Centro contava com as presenças de André Pinheiro, Agrícola Guimarães, Manoel Corrêa, José Gregório da Rosa, João Ubaldo Falcão, presente na inauguração da placa, e o farmacêutico e escritor Ildefonso Juvenal, formado pelo Instituto Politécnico, também

oficial da Força Pública. O objetivo do grupo, segundo Eliane Bahia, era erguer uma herma do poeta Cruz e Sousa. (BAHIA, 1994, p. 76)

Foi esse Centro Cívico que se encarregou da coleta dos recursos para a homenagem, conseguindo reunir cinco contos de réis, liberados em agosto de 1923. O escultor Antonino Pinto de Mattos volta a ser chamado para executar a herma sobre pedestal de granito. Não conseguimos localizar a data de sua inauguração e outros detalhes. O professor Barreiros Filho publicou no jornal *O Estado* de 12 de abril de 1923, o seguinte soneto:

Ante a herma de Cruz e Sousa

Cruz e Sousa, meu poeta malfadado!

Nascestes pária, na casa de um patrão.

O leite materno por ti sugado

Era um soro letal de escravidão.

Cresceste, e no teu peito rebelado

Irrompeu tua raça em convulsão:

Há dores retransidas no teu brado,

Soluções de senzala em aflição...

*Teu pai foi carne negra de um senhor,
Tua mãe, negra e escrava, que amargura!
Tu foste a flor dos cardos desse amor:

E és agora uma flor de eterna dura,
- Flor da raça fatal em sua cor
- Flor da glória nos hortos da Tortura.⁹¹*

(O Estado, 12.4.1923)

Segundo o artista plástico Rodrigo de Haro, autor de uma obra sobre Cruz e Sousa, o busto de Cruz e Sousa teria sido instalado inicialmente no largo Benjamin Constant, também no antigo bairro do Mato Grosso. Lembra que o busto não era fixo. “Este busto passeava à noite”, recorda. “Era uma das graças esotéricas dos rapazes passear de carro, exibindo o busto de bronze. Saíam em procissão. Muitas vezes, eu também vi, o monumento amanhecia coberto de flores, velas”. Mais tarde acabou “[...] retirado do local por uma elucubração arbitrária e foi colocado no jardim em frente ao Palácio Cruz e Sousa.”⁹²

A arquiteta Eliane Veras da Veiga⁹³ explica que a rua “[...] mais pitoresca do bairro era a que partia do largo 17 de Novembro e findava no Benjamin Constant[...]”, em cujas imediações estavam diversos palacetes.

Os Wendhausen, os Livramento, os Carneiro e os Veiga, entre outras famílias, residiam na região, repleta de chácaras, jardins, hortas, pomares e pastagem. (VEIGA, 1993, p. 105)

Devido ao quadro *Primeira Missa*, reproduzido aos milhares com a chegada dos modernos processos de reprodução, Victor Meirelles “[...] talvez seja o mais popularizado pintor do Brasil [...]”, na avaliação de Alcídio Mafra de Souza⁹⁴ (SOUZA, 1982, p. 14). Nascido em 18 de agosto de 1832, em Desterro (Florianópolis), filho de Antônio Meirelles de Lima e Maria da Conceição Prazeres, Victor Meirelles de Lima, aprendeu rudimentos de desenho geométrico com o engenheiro argentino Marciano Moreno, informa Angelo de Proença Rosa⁹⁵. Aos 14 anos pintou a primeira aquarela. Em 1846 ganhou de Jerônimo Coelho tintas e pincéis, pedindo que desenhasse uma vista de Desterro e copiasse uma litografia. O jornalista levou o trabalho ao diretor da Academia Nacional de Belas Artes, Félix Émile Taunay, que avalizou o talento do artista.

Coelho e José da Silva Mafra levaram o adolescente de 15 anos para a Corte em 1847, onde permaneceu estudando até 1853, tendo sido aluno de Correia de Lima, continua Rosa. Premiado com a tela *São João Batista no Cárcere* segue para a Europa onde permanece até 1861,

residindo e estudando em Roma e circulando por vários países. Volta ao Rio em 1861 onde sustenta uma promissora carreira até 1890. Morreu no dia 22 de fevereiro de 1903. Ocupa o lote n. 139, quadra n. 3 do Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, no Catumbi, Rio. (ROSA, 1982, p. 27-54)

A obra de Victor Meirelles, entretanto, não se limita à obra *Primeira Missa*, a mais conhecida e estudada, incluindo *Combate Naval de Riachuelo*, *Passagem de Humaitá* e *Batalha de Guararapes*. Segundo o professor Paulo Monteiro Nunes⁹⁶, a pintura histórica de batalhas foi a “[...] principal manifestação artística no segundo Reinado”. Num primeiro momento foram abordados eventos como a ocupação holandesa (Batalha de Guararapes, Victor Meirelles), e após a Guerra do Paraguai, os “[...] incidentes contemporâneos começaram a invadir as telas dos mais célebres artistas da época”. Foi quando “[...] este gênero pictórico alcançou o auge de seu desenvolvimento e prestígio [...]”, afinado com o “projeto de nação imperial” e a ideia de uma “civilização redentora”. (NUNES, 2009, s.p.)

José Boiteux saiu às ruas mais uma vez em busca dos recursos. Mais do que algumas moedas, ele buscava o envolvimento. Ao pedir ajuda, fazia o proselitismo do homenageado, argumentava, explicava as razões da

iniciativa. O cimento, a areia, os tijolos e as pedras ele obteve acionando sua rede de relações, cada vez mais ampla. Mas para pagar o escultor Eduardo Sá foi preciso a ajuda do Governo do Estado, cujo Vice-Governador em exercício, o Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, liberou cinco contos de réis, por meio da Lei n. 1.419, de 12 de outubro de 1922. (BAHIA, 1994, p. 73)

O escultor escolhido, Eduardo de Sá, fazia dupla com Décio Villares, dois “artistas positivistas” e os “[...] únicos politicamente militantes no mundo das artes plásticas [...]”, escreve José Murilo de Carvalho. Nas suas obras, a figura da mulher é “onipresente”, representando a Humanidade, um pouco a Pátria e a República. Entre outras obras, Eduardo executou o monumento a Floriano Peixoto inaugurado em 21 de abril de 1910 na Cinelândia, Rio de Janeiro (CARVALHO, 1990, p. 84). Carioca nascido em 1º de abril de 1866, iniciara a formação artística exatamente sob a direção de Víctor Meireles, matriculando-se em 1883 na Academia Nacional de Belas Artes, em que também foi discípulo de J. Medeiros, Zeferino e Pedro Américo, entre outros. Morreu em 1940.⁹⁷ (FREIRE, C. 2009)

A obra chegou a Florianópolis pelo navio *Carl Hoepcke* no dia 12 de novembro de 1929. “Trazendonos esta informação [...]”, informa *O Estado*, José Boiteux,

“[...] pede, por nosso intermédio, às pessoas que ainda não devolveram as listas que lhes foram remetidas, queiram fazê-lo, pois que há ainda despesas a atender”. Entre as quais “[...] o pagamento da metade do custo do meio fio que circundará o monumento, visto a outra metade correr por conta dos cofres municipais”⁹⁸ (O ESTADO, 13.11.1929). A inauguração ocorreu no dia 5 de dezembro do mesmo ano, com as presenças de um representante do governador e de “altas autoridades federais, estaduais e municipais”, IHGSC, Academia Catarinense de Letras e “comunidade em geral”. (BAHIA, 1994, p. 73)

Estátuas de Hercílio Luz, junto à cabeceira insular da ponte que leva seu nome, e de Fritz Müller, em Blumenau, também foram erguidas por iniciativas de José Boiteux. O monumento ao cientista que atuou em colaboração com Charles Darwin, pesquisador, antigo professor do Liceu em Desterro e residente em Blumenau, foi criado pelo artista francês radicado no Brasil Albert Freyhoffe, segundo o *site* do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva⁹⁹. É uma estátua de bronze e granito, inaugurada na Praça Dr. Fritz Müller, na Rua São Paulo. No pedestal há uma placa de bronze: “Ao príncipe dos observadores, no conceito de Darwin, e sábio decifrador da natureza no Brasil”.

O monumento foi inaugurado em maio de 1929, tendo como chefe de cerimônias José Boiteux e um discurso oficial do jornalista e radialista Edgar Roquete Pinto, sobre a obra do homenageado, esse discurso foi publicado depois em folheto sob o título *Uma gloria sem rumor*. O ato teve a presença de sua filha e dos demais parentes do cientista. O então ministro da Viação, Victor Konder, encomendou a escultura (ARQUIVO HISTÓRICO JOSÉ FERREIRA DA SILVA, 2010). Segundo Eliane Bahia, José Boiteux se envolveu com o empreendimento a pedido de uma comissão de líderes de Blumenau. Teve dificuldades em obter os recursos, e conseguiu a ajuda de 390 mil réis da direção do Museu Nacional. (BAHIA, 1994, p. 72)

A iniciativa de erguer a estátua de Hercílio Luz surgiu após a morte do governador em 20 de outubro de 1924, que enfrentara uma longa batalha contra um câncer no estômago, conforme Evaldo Pauli. Nascido em Desterro no dia 29 de maio de 1860, era filho do casal Jacinto José da Luz e Joaquina Anania Neves, tendo iniciado os estudos na cidade natal, formando-se em engenharia pela Universidade de Gent (Bélgica). José já tinha uma rotina para obter o apoio no erguimento de estátuas. Começou divulgando uma Carta Pró-Estatura Hercílio Luz, ainda em 1924, mas uma série de acontecimentos protelou a execução do monumento. (PAULI, 1976, p. 249)

É a seguinte, na íntegra, a Carta de José.

“No propósito de angariar auxílios para o levantamento de uma estátua a Hercílio Luz, monumento esse que, colocando na avenida de acesso da grande ponte que, ligando a ilha ao continente, marca com o seu próprio nome, a maior e última obra daquele saudoso estadista, cuja passagem pelos mais altos postos da política e da administração assinala o seu entranhado amor à sua terra, à sua gente, à Pátria e às instituições, a comissão abaixo firmada vem trazer a V. S. a inclusa lista de assinaturas, esperando do seu alto espírito de justiça e patriotismo a solidariedade precisa ao fim a que se produz”.

O monumento foi inaugurado somente em 12 de outubro de 1936, quando seu idealizador já havia falecido. (BAHIA, 1994, p. 77)

Na presidência da Academia Catarinense de Letras em 1922, José chegou a elaborar um projeto visando à liberação de três contos de réis pelo Governo do Estado para a herma de Luis Delfino. Mas ele não teve tempo para esse trabalho (BAHIA, 1994, p.84-85), embora continuasse alimentando a esperança de, um dia, quem sabe, erguer a herma de Luis Delfino, do irmão Joaquim do Livramento e de Germano Wendhausen. A exemplo

da placa de mármore na casa em que residira Victor Meirelles, iniciativa de seus colegas jornalistas, Boiteux tratou de fazer o mesmo na que fora residência do Arcipreste Paiva, onde falecera em 1860, e nas de Fernando Machado e Manoel da Silva Mafra. (BAHIA, 1994, p. 77-79)

Desembargador

Mesmo sendo bacharel em Direito, haver atuado como Secretário de Justiça, ter sido nomeado desembargador e criado a Faculdade de Direito, José Boiteux não desenvolveu nenhum trabalho significativo nessa área. Segundo Eliane Bahia, sua nomeação para a magistratura foi uma iniciativa de Hercílio Luz, “[...] querendo premiar os esforços e a dedicação [...]” do amigo e Secretário de Governo. (BAHIA, 1994, p. 39)

Mesmo seu biógrafo, Dante Martorano, pouco tem a dizer sobre esse aspecto da vida profissional de José Boiteux. Ao enumerar sua diversificada e intensa atividade, dedica poucas linhas para dizer que José encontra tempo de “[...] fazer sua carreira de magistrado. Juiz de Mafra, de São Bento e de Tijucas [...]”, sendo por fim “[...] nomeado desembargador” (MARTORANO, 1984, p. 27). Cita também a passagem pelo Ministério Público, “[...] alargaria e poria a prova os seus conhecimentos

jurídicos [...]” e “[...] advocaria depois em Florianópolis”. (MARTORANO, 1984, p. 25)

Eliane Bahia mapeou a “carreira de magistrado” a que se refere Martorano. Pela Resolução n. 2.049, de 6 de abril de 1920, Boiteux foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de São Bento do Sul, prestando o compromisso constitucional e assumindo o cargo em 10 de abril do mesmo mês. Quatro dias depois, em 14 de abril, “[...] foi chamado à Capital para novas funções públicas”. Com a Resolução n. 2.080, de 19 de abril de 1920, foi declarado Juiz de Direito avulso, conforme previsto na Lei n. 919, de 28 de setembro de 1911. Outra Resolução, a de n. 2.400, de 24 de dezembro de 1920, o nomeia “por merecimento” Juiz de Direito de Tijucas, sendo “[...] considerado em disponibilidade a 25 de janeiro de 1921, menos de um mês depois. Estava no exercício do cargo em Tijucas quando foi nomeado Secretário do Interior e Justiça (Resolução n. 2.471 de 21.1.1921).

Sua chegada ao Tribunal de Justiça se dá pela Resolução n. 3.177, de 13 de julho de 1922, de acordo com lista tríplice “[...] enviada pelo Tribunal ao governador do Estado [...]”, sendo “[...] nomeado, por merecimento, para o cargo de desembargador do Supremo Tribunal de Justiça do Estado. Prestou o compromisso constitucional na mesma data” (BAHIA, 1994, p. 39-40).

Boiteux compareceu a algumas sessões do Tribunal em 1922, nos dias 13, 18, 21, 25 e 28 de julho, e de 4 a 8 de agosto. No dia 11 de agosto do mesmo ano, ele voltou a ser nomeado Secretário do Interior e Justiça e “declarado em disponibilidade”. Bahia diz que terminado o período como secretário, ele teria retornado ao Tribunal de Justiça e ali permanecido até a sua morte. Em 1930, segundo a própria Bahia, José “[...] volta à política tomando uma diretriz diferente do Partido Republicano Catarinense”. Em 21 de janeiro daquele ano, na Convenção do Partido para indicar os candidatos a deputado federal e ao senado, José se apresentou para a vaga deixada por Antônio Pereira da Silva e Oliveira, fazendo uma declaração de voto. Não satisfeito, protestou contra a perpetuidade de cargos e contra a reforma constitucional do Estado que vetara a candidatura de magistrados, “[...] mesmo os que estavam em disponibilidade [...]”, salienta Bahia. Por isso, se lançou como candidato “avulso”, contrariando a cúpula do PRC. (BAHIA, 1994, p. 38)

O Museu do Judiciário possui um único documento de José Boiteux, o de sua posse no Livro de Registros. Bahia reconhece: “Envolvido constantemente com a política e com as atividades culturais, deixou de ter uma atuação mais destacada na magistratura”. (BAHIA, 1994, p. 40)

Academia de Letras

A atual Academia Catarinense de Letras (ACL) surgiu como Sociedade Catarinense de Letras em 7 de setembro de 1920. A ideia fora lançada em 1912 por Othon Gama D'Eça, mas caberia a José Boiteux colocá-la em prática, encaminhando em 29 de outubro de 1920 uma carta solicitando a adesão da intelectualidade local visando à criação da instituição¹⁰⁰. José usa um artifício para conquistar o convidado ao dizer que “[...] para sua composição não nos faltam elementos [...]” e que “[...] um dos mais preciosos eu considero a personalidade de V.S.”.

A reunião foi marcada para as 15 horas do dia seguinte, 30 de outubro, um sábado, em seu gabinete na Secretaria do Interior e Justiça. Ao todos se reuniram 14 intelectuais: Fúlvio Aducci (advogado, deputado, governador depois na Revolução de 1930); Laércio Caldeira de Andrade (professor do Politécnico); Gil Costa e Henrique da Silva Fontes (desembargadores); Othon Gama d'Eça (advogado); Haroldo José Callado (jornalista); Clementino de Brito (funcionário da Alfândega); João Batista Crespo (poeta, jornalista); Altino Corsino da Silva Flores (jornalista); Francisco Barreiros Filho (professor e jornalista); Ivo d'Aquino (consultor jurídico do

Estado); Alfredo Felipe da Luz (deputado estadual, filho de Hercílio Luz); José Luís Martins Colaço (Joe Colaço, deputado estadual); e o próprio José Arthur Boiteux. (BAHIA, 1994, p. 80; PAULI, 1997b, s.p.)

Na ocasião foi eleita a primeira diretoria tendo Boiteux na presidência, Gil Costa na vice, Altino Flores e Othon Gama d'Eça nas secretarias, e Henrique da Silva Fontes como tesoureiro, informam Piazza e Lucas Boiteux¹⁰¹. A denominação de Academia Catarinense de Letras somente aconteceu em 15 de Novembro de 1921, quando foram empossados outros nove membros, também considerados fundadores: Horácio de Carvalho, Mâncio Costa, Osvaldo Melo, Ogê Manneback, Gustavo Neves, Oscar Rosas, Lucas Boiteux, Nereu Ramos e Tito Carvalho. (PIAZZA; BOITEUX, 1971, p. 6; PAULI, 1997b, s.p.)

Walter Fernando Piazza localizou entre os papéis deixados por José Boiteux os nomes de outros possíveis membros da Academia, como Adolpho Konder, Marcos Konder, Francisco de Oliveira e Silva, Virgílio Várzea, Diniz Júnior, os padres João Nepomuceno Manfredo Leite e Salvador Tomazini, Henrique Boiteux, João Otaviano Ramos, Arnaldo S. Thiago, Caetano Vieira da Costa e Lauro Demoro. (PIAZZA; BOITEUX, 1971, p. 6)

Mas ficaram de fora outros intelectuais que acabaram se organizando em torno do Centro Catarinense

de Letras, com o apoio decidido do Coronel Pereira Oliveira, vice de Hercílio Luz que assume com a morte do titular. Alguns que estavam na Academia, como Barreiros Filho e Anfilóquio Gonçalves, ingressam no Centro, cuja composição inclui intelectuais negros (Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida) e mulheres (Antonieta de Barros, negra, e Maura de Senna Pereira). O Centro abrigou intelectuais de esquerda, como Sebastião Vieira, José Rodrigues da Fonseca e Porfírio Gonçalves, presentes na criação da primeira direção estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1939, além de Arthur Galleti, conhecido anarquista catarinense. José Lupércio Lopes, Anfilóquio Gonçalves, Araújo Figueiredo, Juvenal Melquiades de Souza, Nicolau Nagib Nahas, Laércio Caldeira de Andrade, Crispim Mira e Carlos da Costa Pereira integraram o grupo, entre outros.¹⁰² (MARTINS, 2003, s.p.)

“Os seus associados não se presumem deuses das letras, querendo ser, apenas, cultores modestos da arte e da vernaculidade [...]”, diz o editorial de apresentação da revista do Centro Catarinense de Letras, lançada no dia 4 de janeiro de 1925 na sede da União Beneficente e Recreativa Operária (UBRO). Impressa em excelente papel, a revista ganhou quatro edições apoiadas pelo governador Pereira e Oliveira, dirigida por Anfilóquio Gonçalves, tendo como redatores o professor Barreiros

Filho, Oscar Ramos, Hermínio Millis e Odilon Fernandes. Nicolau Nahas atuou como tesoureiro do centro, extinto em 1926. A revista publicou textos de poetas e escritores como Luis Delfino, Delminda Silveira, Horário Nunes Pires, Alfredo Xavier Vieira e Jovita Lisboa e de dirigentes e membros do Centro. (MARTINS, 2003, s.p.)

O historiador Carlos Humberto Corrêa avalia que até a década de 20 do século passado, a intelectualidade catarinense “[...] representada por literatos que exerciam o magistério e o jornalismo, girava em torno do *hercilismo* político [...]” que, segundo o autor, “[...] representava o esteio do Partido Republicano”. Desse momento em diante a divisão corrente desde a criação do PRC, entre *lauristas* e *hercilstas*, ganha um novo ingrediente: a ala liderada por Vidal Ramos Júnior que chega ao poder com a Revolução de 1930. Criada “[...] à sombra e sob a proteção de uma estrutura política unitária e autocrática, se bem que mecênica [...]”, a Academia de Letras sofria os reflexos de “qualquer desequilíbrio”. Dessa forma, integrada por pessoas “[...] sem tempo suficiente ou adequada paciência para longas reuniões administrativas ou saraus literários [...]”, a Academia enfrentou a primeira década de existência “[...] reduzindo continuamente sua representatividade cultural”. (CORRÊA, 1997, p. 161)

Logo depois da posse, no dia 9 de maio de 1925,

Pereira e Oliveira “[...] tratou de organizar um governo com gente de seu grupo mais próximo”. José Boiteux foi o primeiro da lista perdendo o cargo de Secretário do Interior e Justiça (CORRÊA, 1997, p. 163). Terminava aqui o “longo período *hercilista*”, iniciado em 1892. Boiteux deixou a presidência da Academia em março de 1925, que reconheceu a existência de um “colapso passageiro” na instituição. Nesse momento, o Centro de Letras, fazia “[...] oposição às discutíveis idéias estéticas emanadas [...]” pela Academia, “[...] apoiadas no realismo pictórico e no parnasianismo poético” (CORRÊA, 1997, p. 176; 195). Apesar das discontinuidades e da oposição do Centro, a Academia “ditou as normas estéticas” nos anos de 1920 em Florianópolis. Mas seriam necessárias algumas décadas para que sua presença se tornasse efetivamente marcante, o que vai acontecer a partir da década de 1960. Entre 1929 e 1938, por exemplo, a Academia só realizou uma reunião – para receber a poetiza Maura Pereira. “Com o desaparecimento de seu fundador e sem os auspícios governamentais, a Academia recolheu-se”. (CORRÊA, 1997, p. 199)

Notas

1 – PAULI, Evaldo. **Hercílio Luz**: Governador inconfundível. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

2 – BAHIA, Eliana. **Perfil de José Arthur Boiteux**: um construtor da cultura catarinense. 1994. Dissertação (Mestrado em História) Curso

de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, ago de 1994.

3 – REIS, Sara Regina Poyares dos. (Org.) **História da política em Santa Catarina durante o Império**, v. IV. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

4 – PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

5 – LUNARDI, Emy Francielli. **Dois jornais partidários, uma arena pública**: Republica e O Estado em Santa Catarina (1889-1894). Páginas, UFRGS. Disponível em: <<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/Dois%20jornais%20partidarios-%20uma%20arena%20publica.pdf>>. Acesso em: 22 out.2011.

6 – GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

7 – MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Napoleão. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

8 – Pedido de Graça de Dispensa Matrimonial. José Arthur Boiteux e Jocelina Maria Jacques. Paróquia de Nossa Senhora do Desterro, 28 de setembro de 1894. Acervo José Boiteux. IHGSC.

9 – Atestado assinado pelo vigário paroquial Joaquim Alves Soares, encaminhado ao José de Camargo Barros. Autorização de dispensa matrimonial assinada pelo bispo Dom José de Camargo Barros. Acervo José Boiteux. IHGSC.

10 – CALLADO, Petrarcha. **Comandos Socialistas**. Florianópolis, março de 1947.

11 – BARBOSA, Renato. **Cofre aberto...** Reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos. Florianópolis: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, 1982.

12 – Segundo Cabral (1971), as mudanças efetuadas nos nomes das ruas de Desterro foram as seguintes: Praça Barão de Laguna – XV de Novembro; Campo do Manejo – Praça General Osório; Rua do Imperador – Rua Tenente Silveira; Rua da Carioca – Rua 7 de Setembro; Rua do Príncipe – Rua do Comércio; Rua do Senado – Rua da República; Rua do Ouvidor – Rua General Deodoro; Rua do Padre Joaquim – Rua Arcipreste Paiva

(o próprio); Rua do Rosário – Rua Marechal Guilherme; Rua Barão do Batovi – Rua Marechal Gama d’Éça (o próprio); Rua Barão do Iguatemi – Rua Almirante Alvim (o próprio); Rua da Princesa Imperial – Rua Almirante Lamego (Barão de Laguna, antigo nome da Praça 15); Rua do Príncipe Grão-Pará – Rua Esteves Júnior; Rua do Vigário – Rua Fernando Machado e Rua da Pedreira – Rua Vitor Meirelles, entre outras. (CABRAL, 1971, p. 250)

13 – CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Notícia I. Florianópolis, Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

14 – CORRÊA, Carlos Humberto. **Militares e civis num governo sem rumo**: o Governo Provisório revolucionário de Desterro, 1893-1894. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

15 – CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

16 – CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

17 – MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**: subsídios para a história catarinense. 1889-1930. Florianópolis: Editora Insular, 1997.

18 – GRUZINSKI, Serge. **A guerra das imagens**: de Cristóvão a Blade Runner (1492-2019). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

19 – CASTORIADIS, Cornélius. **Figuras do pensável**: as encruzilhadas do labirinto, v. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

20 – O artigo 2º estabelece: “As Armas consistem em uma estrela branca, anteposta a qual uma águia vista de frente, de asas estendidas segurará com a garra direita uma chave e com a esquerda, uma âncora, encruzadas, ornando-lhe o peito um escudo com o dístico “17 de novembro” escrito horizontalmente. Um ramo ao lado direito e um de café do lado esquerdo ligados na parte inferior por um laço com as pontas flutuantes, de cor encarnada, que terá o dístico: - Estado de Santa Catarina – escrito com letras brancas circundarão a mesma águia sobre a qual se firmará o barrete frígio de cor encarnada”. A Bandeira, conforme o artigo 3º, “compor-se-á de faixas brancas e encarnadas dispostas horizontalmente, em número igual aos da comarca do Estado, de um losango de cor verde, colocado no centro da Bandeira, tendo impressas tantas estrelas de cor amarela, quantos

forem os municípios do Estado”. Tanto a Bandeira quanto as Armas foram alteradas posteriormente. (Lei n. 126, de 15 de agosto de 1895)

21 – Bandeira do Estado do Estado de Santa Catarina. *Site* do Estado do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/paginas/santacatarinahino.html>>. Acesso em: 12 out. 2011.

22 – HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. *In*: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

23 – GOMES, Manoel. **Do Palácio Rosado ao Palácio Cruz e Sousa**: quando, como, por que. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1980.

24 – VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina**: a ilha. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1985.

25 – CORRÊA, Carlos Humberto. **História da Cultura Catarinense**, v. 1. O Estado e as Idéias. Florianópolis: Editora da UFSC/Diário Catarinense, 1997.

26 – Os exemplares do *Almanaque Catarinense* (1896) e do *Anuário Catarinense* (1904) foram consultados na Biblioteca Pública de Santa Catarina.

27– PIAZZA, Walter Fernando. **Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**: estudo histórico-analítico. Florianópolis: Editora da UDESC, 1996.

28 – Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, **Revista do IHGSC**, n. 1, v. 1, p. 81. Florianópolis: Livraria Moderna, 1902.

29 – GUIMARÃES, Joel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1988, p. 5-27. Fundação Getúlio Vargas. Biblioteca Digital. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>>. Acesso em: 21 set. 2011.

30 – LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

31 – GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor**: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. São Paulo, 2006. Tese

(Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

32 – PEDRO, Joana Maria; FLORES, Maria Bernardete Ramos. História, experiência, narrativa. **Revista Catarinense de História**, n. 3. Florianópolis: Editora Insular, 1995.

33 – Expediente do Instituto. **Revista do IHGSC**, n. 1, v. 1, p. 93. Florianópolis: Livraria Moderna, 1902.

34 – PIAZZA, Walter Fernando. **O Poder Legislativo Catarinense: das suas raízes aos nossos dias – 1834-1984**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

35 – Entrevista de Walter Fernando Piazza ao autor. Florianópolis, setembro de 2011.

36 – PIAZZA, Walter Fernando (Org.). **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

37 – CADORIN, Jonas. **Nova Trento, outra vez...** Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992.

38 – MARTORANO, Dante. **José Arthur Boiteux**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984.

39 – KONDER, Marcos. **Lauro Müller**. A Pequena Pátria. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

40 – SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**, v. 3. República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 9ª reimpressão (2010).

41 – McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

42 – Pereira Passos, vida e obra. Rio Estudos n. 221, agosto de 2006. Coleção Estudos da Cidade. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1750_%20pereira%20passos%20vida%20e%20obra%20re%20221.pdf>. Acesso em: 22 out. 2011.

43 – Entrevista de Maria Teresa dos Santos Cunha ao autor. Florianópolis – SC, setembro de 2011.

- 44 – PEREIRA, Paulo José dos Reis. A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n.2. Brasília, jul, dez 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292005000200006>>. Acesso em: 11 out. 2011.
- 45 – Índex. Site da Cruz Vermelha Brasileira. Disponível em: <http://www.cruzvermelha.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=81&Itemid=97>. Acesso em: 2 out. 2011.
- 46 – Histórico. Site da Cruz Vermelha Brasileira. Disponível em: <<http://www.cruzvermelhabrasileira-sc.org.br/historia.html>>. Acesso em: 2 out. 2011.
- 47 – EVANGELISTA, Hélio de Araújo. Congressos Brasileiros de Geografia. **Revista Geo-paisagem (on-line)**, ano 2, n. 3, 2003, jan./jun., 2003, Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/congresso.htm>>. Acesso em: 31 out. 2011.
- 48 – Histórico. Site da Sociedade Brasileira de Geografia. Disponível em: <<http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/historia.html>>. Acesso em: 21.9.2011.
- 49 – MORAES, Carlos Robert. **Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas. Biblioteca Digital. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2322/1461>>. Acesso em: 21 set. 2011.
- 50 – Primórdios. Site Kultura Kooperativo de Esperantistoj. Disponível em: <http://www.kke.org.br/palestras/historia_panoramica_do_esperanto_no_brasil>. Acesso em: 23 ago. 2011.
- 51 – PAULI, Evaldo. **Esperanto em Santa Catarina**. Enciclopédia Simpozio. 1997a. Disponível em: <<http://cfh.ufsc.br/~simpozio/Catarinense/EoSC.html>>. Acesso em: 23 nov. 2011.
- 52 – GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18. jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2011.
- 53 – RAMOS, Átila Alcides. **O saneamento em dois tempos: Desterro e Florianópolis**. Florianópolis: Artgraf, 1983.

- 54 – ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **Hercílio Luz**: uma ponte integrando Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.
- 55 – PAULI, Evaldo. **Discurso Catarinense**. Enciclopédia Simpozio. 1997b. Disponível em: <http://cfh.ufsc.br/~simpozio/Catarinense/Discurso_catarinense_texto_mega/98sc00014.html>. Acesso em: 17 out. 2011.
- 56 – Jornal *O Estado* de 11.2.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 57 – Jornal *O Estado* de 14.2.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 58 – ALMEIDA, Caroline Soares de. Club Sportivo Annita Garibaldi: Uma história social no início da prática do futebol em Florianópolis. C2011. Trabalho apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 7 a 10 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308272614_ARQUIVO_ClubSportivoAnnitaGaribaldi-conlab.pdf>. Acesso em: 13 set. 2011.
- 59 – Jornal *Republica* de 13.7.1919 e 17.7.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 60 – CORRÊA, Roberto Lobato. Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, 1(1):9-22, jan.-jul., 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1139/850>>. Acesso em 2 maio 2011.
- 61– SALGUEIRO, Valéria. Construção da cultura visual republicana – problemas e questões. **Anais** do XII Encontro Regional de História, Anpuh, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Valeria%20Salgueiro.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2011.
- 62– Jornal *O Dia* de 4.1.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 63 – VALLE, Arthur. Corrêa Lima. **Revista DezenoveVinte** (s.d.). Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_cl.htm>. Acesso em: 12 nov. 2011.
- 64 – Jornal *O Dia* de 12.1.1917 e 13.1.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

- 65 – Jornal *O Dia* de 10.1.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 66 – *Revista do IHGSC*, v. II, 1913, 1º e 2º Trimestre. Florianópolis – SC, p. 46-47.
- 67 – *Revista do IHGSC*, v. VI, 1917, 1º Trimestre. Florianópolis – SC. p. 77.
- 68 – *Revista do IHGSC*, v. VI, 1917, 1º Trimestre. Florianópolis – SC. p. 75-76.
- 69 – Jornal *O Estado* de 23.2.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 70 – Jornal *O Estado* de 8.2.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 71 – Jornal *O Estado* de 9.2.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 72 – Jornal *O Estado* de 23.2.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 73 – UNGARETTI, Norberto. Jerônimo Coelho no Desterro em 1831. **Revista Ágora**, n. 20-21, dez./94-jul./95. Disponível em: <<http://seer.libertar.org/revistas/agora/index.php/ra/article/view/152/pdf>>. Acesso em: 23 out. 2011.
- 74 – Jornal *O Dia* de 24.2.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 75– Jornal *O Dia* de 27.2.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 76 – Jornal *O Estado* de 1º.3.1917. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 77 – MARTINS, Celso. **Aninha virou Anita**. Florianópolis: A Notícia, 1999.
- 78 – NOVAES, Sylvia Caiuby. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, out. 2008. Professora Associada no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e Coordenadora do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia – LISA-USP. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>.

[php?pid=S0104-93132008000200007&script=sci_arttext&tlng=ES](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0104-93132008000200007&script=sci_arttext&tlng=ES)>. Acesso em: 21 jul. 2011.

79 – Jornal *Republica* de 10.7.1919, 18.7.1919 e 26.7.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

80 – Jornal *Republica* de 30.7.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

81 – Jornal *O Estado* de 27.12.1919. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

82 – RUBENS, Carlos. **Pequena história das artes plásticas no Brasil, 1941.** *Brasiliana Eletrônica*. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/pequena-historia-das-artes-plasticas-no-brasil/pagina/272/texto>>. Acesso em: 30 out. 2011.

83 – Jornal *O Estado* de 30.12.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

84 – Jornal *Republica* de 3.1.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

85 – Jornal *Republica* de 7.1.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

86 – Jornal *Republica* de 16.1.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

87 – Jornal *Republica* de 24.1.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

88 – Jornal *Republica* de 19.1.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

89 – Jornal *Republica* de 21.1.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

90 – Jornal *O Estado* de 26.12.1919. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

91 – Jornal *O Estado* de 12.4.1923. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

92 – Entrevista de Martinho de Haro ao jornal *A Notícia* (Joinville – SC), caderno Anexo, edição especial, 1998. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/cruz/0cruz4.htm>>. Acesso em: 21 set. 2011.

93– VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis:** memória urbana.

Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina/Fundação Franklin Cascaes, 1993.

94 – SOUZA, Alcídio Mafra. Prefácio. p. 14, *In*: ROSA, Ângelo de Proença e outros. **Victor Meirelles Lima 1832-1903**. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1982.

95 – ROSA, Ângelo de Proença, PEIXOTO, Elza Ramos. Biografia. *In*: ROSA, Ângelo de Proença e outros. **Victor Meirelles Lima 1832-1903**. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1982.

96 – NUNES, Paulo Monteiro. Batalhas pela Nação: imagem, memória e política. **Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem** 12, 13 e 14 de maio de 2009. Londrina-PR. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Nunes_Paulo%20Monteiro.pdf>. Acesso em: 12 out. 2011.

97 – FREIRE, Laudelino. Eduardo de Sá. Disponível em: <http://www.pitoresco.com/laudelino/edu_sa/eduardo.htm>. Acesso em: 21 nov. 2011.

98 – Jornal *O Estado* de 13.11.1929. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

99 – Monumento ao Dr. Fritz Muller. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Disponível em: <<http://www.arquivodeblumenau.com.br/pesquisa.php?id=11590>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

100 – As informações estão em: Bahia (1994, p. 80); Pauli, Evaldo. **Academias de Letras em Santa Catarina**. 1997. Enciclopédia Simpozio. Disponível em: <http://cfh.ufsc.br/~simpozio/Catarinense/Discurso_catarinense_texto_mega/98sc00026html>. Acesso em: 21 abr. 2011.

101 – PIAZZA, Walter Fernando; BOITEUX, Lucas. **Notas para a História da Academia Catarinense de Letras**. Porto Alegre: Edições Flama, 1971.

102 – MARTINS, Celso. **O primeiro modernista de SC**. Anexo/A Notícia, Joinville – SC, 4.5.2003. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2003/mar/04/0ane.htm>>. Acesso em: 22 out 2011.

N. do Protocollo 4



Registro Eleit. n. 4

ESTADO DE SANTA CATHARINA
GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E ESTATÍSTICA
CARTEIRA DE IDENTIDADE

(Eleitoral)

Attesto que a presente carteira de identidade pertence ao cidadão brasileiro:

Nome... Dr. José Arthur Boiteux
Filho de... Henrique Carlos Boiteux
Naturalidade... Itajaicá, S. Catharina
Nascido em... 9 de Dezembro... de 1868
Estado civil... casado
Instrução... superior
Profissão... Funcionario Publico Estadual
Estatura 1^{ra}... 72 cent^{as}

da cutis... clara
dos cabellos... grisalho
Cór. dos bigodes... (uma raspada)
da barba... (uma faixa)
dos olhos... castanho

Observações



A presente carteira valerá somente para fins eleitoraes e não terá valor de folha corrida
Florianopolis, em... de... de 19...

José Arthur Boiteux
Assignatura do identificado

H. Rodrigues Galvão
Director

POLEGAR DIREITO DO IDENTIFICADO



INDIVIDUAL DACTYLOSCOPICA

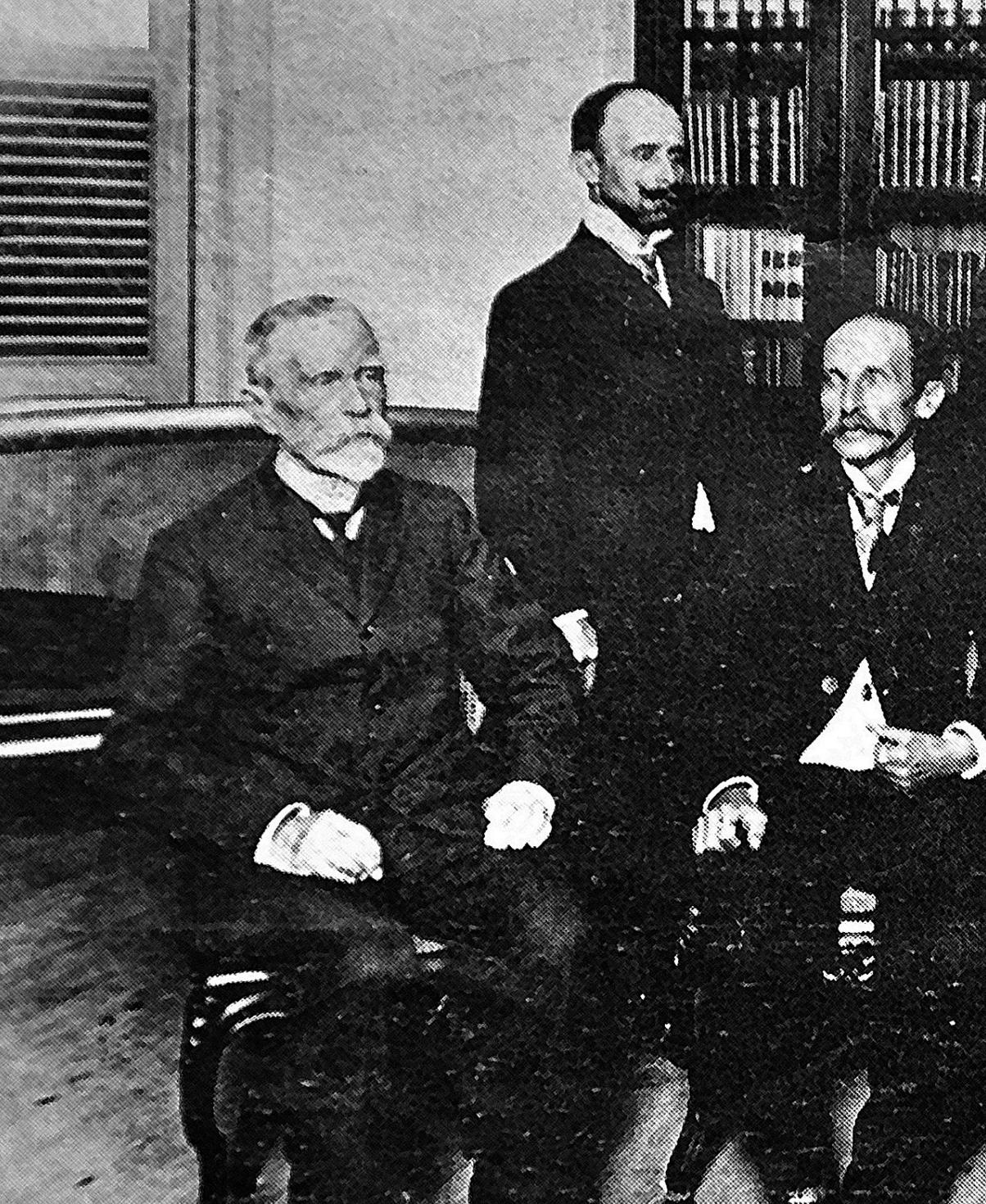
Série... 2245

Secção... 1.2222

Não vale o retrato que não for cartimado e perfurado com o numero do registro e não tiver a rubrica do Director

Carteira de identidade de José Boiteux.

Arquivo de José Boiteux/IHGSC



Comissão Organizadora do 1º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado
conselheiro Barros Barreto (2º vice-presidente), general Thaumaturgo de Azevedo

Em pé: Oliveira Botelho (2º secretário), José

Arquivo de José



de 7 a 16 de dezembro de 1909 no Rio de Janeiro. Sentados, da esquerda para a direita: (presidente), Carlos de Novaes (3º vice-presidente), almirante Alves Câmara (tesoureiro). Boiteux (1º secretário) e Moreira Guimarães (3º secretário).

No nonono nononono no no nononono
non nonon nonono no no no nononono
non nonon nonono nononono no no nono
nono non nonon nonono nono non

Capítulo 5

Incontinência Operosa

Não te inquietes
se um dia eu não voltar
destas longas viagens.
Quando um companheiro entregar
meu caderno de notas
põe novamente na estante
o livro que deixei sobre a mesa.
No dia seguinte
arruma a menina para a escola
como se nada tivesse acontecido
e diz aos garotos de nossa rua
que fui para um lugar desconhecido
fazer uma reportagem sensacional.
(*Não te inquietes*, Carlos de Freitas)¹

Os últimos cinco anos da vida de José Boiteux são os mais agitados, repletos de obstáculos, mas nem por isso, menos produtivos. Ao contrário. Com 63 anos de idade

ele participa da viagem do governador Adolpho Konder ao Oeste catarinense, a primeira visita de um chefe do Executivo à região desde o Acordo de Limites e a criação em 1917 dos municípios de Cruzeiro (Joaçaba), Chapecó, Porto União e Mafra. Neste mesmo ano de 1929, ele idealiza e quase executa o projeto de construção da Casa de Santa Catarina, onde seriam instaladas as entidades e as instituições culturais, sobretudo o IHGSC, a ACL, a Biblioteca Pública, a Pinacoteca existente e um museu. Nos anos após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, ele articula a criação da Faculdade de Direito, ao lado de uma nova geração de professores e de intelectuais, ampliando as bases para o surgimento da Universidade Federal de Santa Catarina, processo iniciado com o Instituto Politécnico em 1917.

Começamos pela “Bandeira”, como ficou conhecida a viagem da comitiva oficial à região Oeste catarinense, entre os dias 17 de abril e 18 de maio de 1929, alusão aos bandeirantes paulistas e suas incursões de conhecimento e conquista de territórios. Pelo menos foi essa a marca que se procurou imprimir à iniciativa do “bandeirante” Adolpho Konder, governador de Santa Catarina entre 28 de setembro de 1926 e 19 de fevereiro de 1929.

Ao todo a “bandeira” de Konder percorreu três mil quilômetros, sendo 1.083 por estradas de ferro, 1.372 de

automóvel, 200 a bordo de lancha pelo rio Uruguai e 336 quilômetros a cavalo, conforme relata José Boiteux² em conferências no Rio (Centro Catarinense e Sociedade de Geografia) e em Florianópolis (Clube 12 de Agosto), no mesmo ano de 1929. (BOITEUX, 2005, p. 81)

A viagem, conforme relata José, serviu para “[...] melhor conhecer e com mais eficácia atender as necessidades do nosso extremo oeste [...]”, cujas “terras ubérrimas” se estendem de Irani e Ponte Serrada até o rio Peperi-Guaçu, fronteira com a Argentina (BOITEUX, 2005, p. 82). Tratava-se de uma região “inculta e desconhecida”, com “[...] reservas econômicas como que infindáveis [...]”, banhada pelos rios Uruguai, Peperi e Chapecó, “uma nova Canaan” a assegurar “remuneradores resultados” a “[...] cooperação da inteligência e do braço do homem disposto a trabalhar”. (BOITEUX, 2005, p. 84-85)

Para Arlene Renk³, esse “conhecer” equivalia a “tomar posse simbólica da área”, e “bandeira”, como “[...] evento, é um caminho de mão dupla, que passa a conhecer o território e que se dá a conhecer aos habitantes locais”. Durante a viagem a comitiva mantém contatos com as lideranças locais, “[...] caudilhos, chefetes políticos, coronéis da guarda nacional, gerentes de empresas colonizadoras e representantes de órgãos públicos”. As visitas são “permeadas de rituais de recepção”, como cavalgadas,

execução de cânticos e do Hino Nacional, bandas, corais, pórticos, enfeites nas edificações e a “população em gala recepciona a Bandeira”. (RENK, 2005, p. 120-121)

Já existe na região, desde o fim da Guerra do Contestado (1912-1916) uma “corrente migratória” de colonos vindos do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes alemães e italianos, “[...] toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho [...]”, anota Boiteux. Gente que vai levar “[...] àqueles rincões até há pouco incultos por abandonados, a prosperidade e a riqueza [...]”, e em muitos lugares se veem “[...] apreciáveis elementos de progresso”. Nesse momento de sua conferência, José contrapõe a chegada dos novos habitantes da região ao “[...] tempo do fanatismo alucinado dos caboclos brancos mas intrépidos [...]”, citando o episódio de 22 de outubro de 1912 no Irani, quando se travou o primeiro combate da Guerra do Contestado, “o entrevero fratricida”, assinala. (BOITEUX, 2005, p. 87)

Em Ponte Serrada, os colonos estavam sendo atraídos pela empresa Angelo Carli & Irmãos, havendo no local uma “[...] forte palpitação de vitalidade e de esforço útil no sentido da grandeza coletiva [...]”, um “[...] regime de trabalho florescendo num ambiente de ordem e garantias públicas”. Em Xaxim, os irmãos Lunardi formaram uma colonizadora e “[...] estão implantando

o progresso [...]”, com engenhos, fábricas, ferrarias e outros serviços (BOITEUX, 2005, p. 88-89). Na localidade de Passo dos Índios, ele encontra na firma Bertaso “[...] outra revelação animadora do valor da imigração em Santa Catarina” (BOITEUX, 2005, p. 90). Nas margens do rio Uruguai floresciam as cidades de São Carlos, Palmitos e Passarinho, “[...] colméias em franca atividade [...]”, orientadas por “[...] espíritos de elite, com a consciência lúcida e nítida dos destinos humanos”. (BOITEUX, 2005, p. 92)

A fala de Boiteux traduz perfeitamente a mentalidade dominante em que “[...] o modelo de colono almejado é aquele de atualização do imigrante europeu, esperado para civilizar este país [...]”, destaca Arlene Renk, com base no que foi tratado por outros autores como Giralda Seyferth (RENK, 2005, p. 124). Para Seyferth⁴, desde 1818 com as primeiras políticas de atração de imigrantes, “[...] a imigração passou a ser representada como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas”. Estava permeado do “[...] pressuposto da superioridade branca, como argumento justificativo para um modelo de colonização com pequena propriedade familiar baseado na vinda de imigrantes europeus [...]”, distinto da grande propriedade escravista, “construído mais objetivamente” a partir de meados do Século XIX. (SEYFERTH, 2002)

Para Maria Bernadete Ramos Flores e Élio Cantalício Serpa⁵, a “bandeira” se inscreve no contexto das “políticas nacionalistas da época”. Incursões como as de Konder foram um “[...] primeiro olhar com o intuito de incorporar o disperso, o heterogêneo [...]”, num todo “[...] unificado e inibidor das diferenças culturais, não somente étnicas, com ainda as ‘culturas atrasadas’, que destoassem do projeto do Brasil moderno, civilizado”. Mapeando e classificando a paisagem, a “bandeira” também “[...] classificava as pessoas e modos de vida, próprios das diferentes etnias que ocupavam aquela região, recentemente constituída em conflito na questão do Contestado”. (FLORES; SERPA, 2005, p. 142)

Um dos principais atos da viagem foi a assinatura de um convênio policial entre os Governadores Adolpho Konder e seu colega gaúcho Getúlio Vargas, na cidade de Iraí, no Rio Grande do Sul, na margem esquerda do rio Uruguai. O convênio visava à repressão ao “banditismo”, numa região com “[...] largo recurso de impunidade para os criminosos, malfeitores e bandidos de todos os jaezes”, escreve o chefe de Polícia de Santa Catarina na época, Arthur Ferreira da Costa⁶. A região próxima à fronteira com a Argentina era o “paraíso da criminalidade”. Em Chapecó o “banditismo assentou a sua tenda”. Com o convênio, as polícias dos dois estados ficam autorizadas a atravessar as divisas e “[...] realizar prisões, buscas,

apreensões e proceder a sindicâncias para descoberta de crimes”. (COSTA, 2005, p. 25-26)

Flores e Serpa apontam a existência de um paradoxo no esforço de povoar a região “[...] com habitantes de origem européia para implantar a civilização [...]”, já que a população local estaria “fadada à impossibilidade de fazê-lo”, e ao mesmo tempo querer “construir uma identidade brasileira”. (FLORES; SERPA, 2005, p. 149)

Na viagem, Boiteux passou por situações com as quais não estava acostumado. Com frequência dormiu em barracas e sempre havia quem colocasse folhas secas no chão, sobre o qual ia o pelego. Num trecho do caminho entre Mondaí e Itapiranga, na fronteira com a Argentina, comeu charque com feijão e arroz antes de deitar, com direito a “amendoim torrado, açucarado” como sobremesa (BOITEUX, 2005, p. 99). Em Dionísio Cerqueira foi inaugurada uma escola com o nome de José Boiteux, cujo primeiro professor, Lafayette Davidoff, seguiu com a comitiva desde Mondaí. “Nomearam-se autoridades policiais e outras, estabelecendo-se, desse modo, a garantia à vida e à propriedade do cidadão [...]”, além de juizados de paz, narra Boiteux. “Já agora ali flutua o auri-verde pendão da nossa pátria, que os brasileiros não viam [...]”, conhecendo apenas a bandeira argentina. “Está, pois, integrada a Santa Catarina, direi melhor,

ao Brasil, extensa faixa de terra cujo abandono [...]”, salienta, “[...] era manifesto”. (BOITEUX, 2005, p. 101-102)

O escritor Othon Gama d’Éça⁷, que integrou a comitiva e narrou a viagem na obra *Aos espanhóis confinantes*, conseguiu em rápidas pincelas, em diferentes partes do texto, traçar um determinado perfil de José Boiteux naquela viagem. Dentro de uma embarcação ancorada no rio Uruguai, com destino a Ilha Redonda, à noite, Othon tenta dormir enquanto “[...] o desembargador Boiteux conta, não sei a quem, a queda do gabinete Zacarias”. Na mesma madrugada, José acordou às 5h30min, saiu da lancha, e foi para junto do fogo em terra e “[...] continua os episódios da política do Império, citando fatos com detalhes miúdos, nomes e datas, escrupulosamente exatos”. (D’ÉÇA, 1992, p. 26)

Na região de Mondaí (Vorá), Boiteux foi flagrado ensinando com paciência a um garoto madrinheiro de 10 anos como escovar os dentes (D’ÉÇA, 1992, p. 69-70). Em outro momento, quando a Bandeira do Brasil é colocada num mastro, num ato simbólico, no meio da floresta, comoveu a Boiteux e “[...] sua oração foi um esplendido, alto florão da cultura e amor pátrio. Merece um único adjetivo: magnífica”. (D’ÉÇA, 1992, p.78-79)

Na região de Lageado Liso, às 8h45min, Boiteux montou “[...] o melhor burro da tropa e costuma, por

isso, lepidamente fazer a vanguarda com o presidente”. A certa altura foi visto fazendo pose “[...] para as máquinas conjugadas do Malburg e do Clóvis Viegas, procurando uma atitude bem eqüestre e bem gaúcha”. Segundo Gama d’Éça, “[...] já não é mais o ‘velhinho’ das horas do café ou do chimarrão, a reclamar a preferência e a enternecer a gente”. Ele se transformou no “[...] cavalheiro destorcido, pronto para disparar, de laço boleante, no couce da rês esquiva, através à ondulação dilatada das coxilhas”. (D’ÉÇA, 1992, p. 89)

Casa de Santa Catarina

Na volta a Florianópolis entrou na pauta a construção da Casa de Santa Catarina, um projeto de José Boiteux que abrigaria as instituições culturais de Santa Catarina, como o Instituto Histórico, a Academia, a Pinacoteca e um museu, informaram Walter Piazza e Lucas Boiteux⁸. Começou pela parte legal. Com a Lei n. 1.664, de 15 de outubro de 1929, proposta pelo Deputado Arthur Costa, o Instituto e a Academia são declaradas de utilidade pública. O artigo 2º da lei autoriza a construção ou aquisição de “[...] prédio apropriado com a denominação de ‘Casa de Santa Catarina’ [...]”, para a instalação das duas instituições e de “[...] quaisquer outras cientí-

ficas ou literárias [...]” que surgirem. (PIAZZA; BOITEUX, 1971, p. 10)

Com a lei em mãos, José vai ao Prefeito de Florianópolis, Heitor Blum, solicitar a doação de um terreno “[...] para abrigar as instituições culturais de nosso Estado [...]”, sendo atendido, conforme Bahia⁹. A Resolução n. 336, de 23 de novembro de 1929 destina o imóvel na esquina da Avenida Hercílio Luz, esquina com a Rua General Bittencourt, atrás do Clube 12 de Agosto. O passo seguinte foi fazer o lançamento da pedra fundamental, marcado para as 16 horas de uma segunda-feira, 25 de novembro de 1929, dia de Santa Catarina, no terreno doado pelo Executivo municipal (BAHIA, 1994, p. 71). José faz um discurso na solenidade. A Academia “[...] congrega o elemento intelectual mais em evidência em nosso Estado [...]”, mas não tem uma sede, lamento que foi encaminhado ao governador Adolpho Konder. A Assembleia, sensibilizada, votou a lei autorizando. O Executivo e o Legislativo de Florianópolis fizeram a sua parte. Boiteux agradece a todos e concluiu: o “[...] valor da instituição cujos fundamentos aqui estamos lançando [...]” será notado no “[...] prestígio que, perante as demais unidades da Federação, aureolará o nosso Estado com a fundação do seu *Syllogeu*”. Esse termo, *Syllogeu* ou silogeu, deriva do grego *syllogeús*, significa o que reúne, agrupa. (BAHIA, 1994, p. 89-90)

Eliana Bahia estudou demoradamente a documentação deixada por Boiteux. Enquanto levantava donativos, reunia informações sobre a obra. Seguindo o projeto que tinha, as fundações e as divisões internas iriam consumir 140 mil m³ de pedras. Importantes lideranças e empresários se comprometeram com materiais de construção – Constâncio Krummel (forro para duas salas); José Filomeno (uma barrica de cimento); Alcebíades Ramos Moreira (sacas de cal); Henrique Rupp Jr. (mil tijolos); Eneas Cardoso (três carradas de areia); Ogê Mannebach (pedras); Pedro Xavier dos Reis (tijolos); J. Carneiro Júnior (soleiras de granito); Álvaro Tolentino e Hyppolito Boiteux (uma barrica de cal cada um); entre outros. (BAHIA, 1994, p. 90)

O governador Adolpho Konder destinou um conto de réis. Outros também fizeram doações. Ficou tudo pronto. As obras das fundações tiveram início no dia 1º de outubro de 1930. Dois dias depois começa o movimento de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul que vai desembocar na revolução vitoriosa. No final do mesmo mês, o decreto de Adolpho Konder autorizando a obra foi anulado. O terreno foi destinado a Albergue Noturno. (BAHIA, 1994, p. 92-93)

No governo de Irineu Bornhausen foi instalada uma Casa de Santa Catarina no antigo clube Germânia,

imóvel desapropriado em 1942 pelo Governo do Estado, localizado na esquina da Rua Tenente Silveira com a Rua Álvaro de Carvalho, onde se localiza hoje a Biblioteca Pública de Santa Catarina. O Instituto Histórico, a Academia Catarinense de Letras (ACL), a Comissão Catarinense de Folclore e o Museu de Arte se instalaram no local. Quando o antigo casarão desabou em 1966, boa parte do acervo dessas instituições se perdeu. A demora de uma solução fez com que quase todos esses acervos, ou parte deles, circulassem por 14 locais diferentes: Secretaria da Justiça/Palácio do Governo, Rua Álvaro de Carvalho (n. 6, sobrado), Rua João Pinto (n. 5), Praça 15 (n. 6, 29º andar), Rua Arcipreste Paiva (sobrado), Rua Tenente Silveira, esquina da Álvaro de Carvalho, Rua Felipe Schmidt (Edifício Zahia), Rua Vidal Ramos (Edifício José Daux), Avenida Irineu Bornhausen (Centro Integrado de Cultura – CIC) e Palácio Cruz e Sousa até recentemente¹⁰. (BAHIA 1989, p. 6)

Desde 2010, o Instituto Histórico e a ACL ocupam o antigo edifício do Instituto Politécnico, na Avenida Hercílio Luz, n. 523, em frente ao terreno onde José Boiteux iniciara seu projeto, com o nome de Casa de Santa Catarina. Restaurado pelo Governo do Estado, foi reinaugurado no dia 20 de dezembro de 2010, às 16h30min, numa cerimônia cujas presenças lembram os tempos do próprio José: o governador Leonel Pavan, que presidiu

o ato, alguns de seus secretários de Estado, a intelectualidade ligada ao Instituto e a Academia e a comunidade em geral. Na ocasião foi sancionada a lei que autoriza a cessão e o uso do imóvel pelas duas instituições.

Jornalismo e Modernidade

O trecho inicial da notícia a seguir, publicada em julho de 1919, reúne elementos preciosos do discurso republicano e da linguagem jornalística, revelando também a subalternidade do veículo frente o governador.

“O espírito clarividente e superiormente orientado de S. Ex. o Sr. Dr. Hercílio Luz tem dirigido à cidade de Florianópolis e à ilha, onde ela encantadoramente se encantou, uma atenção carinhosa e ininterrupta.

Atravessamos a época das grandes conquistas da higiene, que em todos os lugares adiantados se aparelha a prevenir as moléstias, arejando, saneando e dando o conforto.

Já não se compreendem as cidades de ruas estreitas, casas atarracadas e becos escusos.

A picareta vai abrindo por toda a parte avenidas cheias de luz, praças bem arborizadas, onde se levantam edifícios espaçosos e amplos.

Florianópolis que tem a enfeitá-la a garridice da praça 15 de Novembro e a curva soberba da praia de Fora, está, contudo, ainda muito carecedora de grandes melhoramentos, não só quanto à higiene como em relação ao embelezamento.

Aqui e ali, ainda se torcem vilas de aspecto colonial ladeadas de casas quadradas e incompatíveis a uma cidade moderna, que se quer salubre e confortável”.

O “nariz de cera” anterior, ou longa introdução para chegar ao tema principal, falava de uma visita do governador Hercílio Luz às obras de saneamento do Rio da Bulha. “A fim de estudar a canalização da Fonte da Bulha e a desapropriação de prédios a esquerda do beco Irmão Joaquim [...]”, conta o *Republica*, Hercílio “[...] resolveu ontem percorrer a cidade de automóvel, a fim de observar os trabalhos iniciados e estudar a realização de outros”. Para tanto, o governador convidara o então prefeito, vereadores e os “representantes da imprensa”, com saída do Palácio às 13 horas do dia 8 de julho de 1919.

No horário e local combinados estavam José Boiteux, então secretário do Interior e Justiça, o Capitão João Carvalho (superintendente ou prefeito), o Presidente do Legislativo Major Santos Lostada, o Oficial de gabinete

Capitão Joe Colaço e o Capitão João Câncio, ajudante de ordens. A comitiva foi engrossada com a presença de três conselheiros (vereadores), André Wendhausen Júnior, Pompílio Luz e Oscar Capella, mais o inspetor de Higiene, Ferreira Lima, com seu ajudante, Adhemar Grijó, o procurador Américo Nunes, o chefe da comissão de melhoramentos do porto, Augusto Fausto de Souza, o contador da Inspetoria de Saneamento, Antônio Machado e, fechando a lista, Augusto Lopes, diretor gerente do jornal *O Estado*.

A visitação começou pelo antigo largo 13 de Maio, onde se desenvolviam as obras de canalização do trecho final do rio, junto à Baía Sul, seguindo a pé até o chamado beco Irmão Joaquim, “[...] cujas casas de um lado serão desapropriadas para a abertura de uma rua espaçosa”. Foram depois até a Rua José Jacques, “[...] por onde corre a pior parte da Fonte da Bulha [...]”, onde Hercílio se demorou observando o que deveria ser feito. Dali a comitiva seguiu para a Estação Agronômica, então em reformas e destinada à “propaganda da apicultura na Ilha”, terminando no bairro da Trindade, cuja Estação de Monta estava “quase terminada”. A unidade contava com “[...] várias espécies de gado Jersey e galináceos de raças escolhidas”. Por volta das 15 horas todos retornaram ao Palácio, sendo “servido café e licor”. (REPUBLICA, 8.7.1919)¹¹

As obras no Rio ou Fonte da Bulha, canalizado e transformado na Avenida Hercílio Luz, e as iniciativas das estações da Agrônômica e Trindade integram um elenco de ações visando produzir o que Hermetes Reis de Araújo¹² chama de “[...] imagem de Santa Catarina como uma região propícia ao investimento capitalista [...]”, sobretudo na colonização, sendo Florianópolis a “porta de entrada”. A cidade passou então a ser vista como “suja, colonial e feia”, representada pela presença de “[...] relações informais de sobrevivência econômica e de convívio social que constituem o cotidiano das classes pobres”. (ARAÚJO, 1999, p. 108-109)

Ainda, segundo Reis Araújo, essa população foi sendo “[...] progressivamente excluída de alguns espaços da cidade [...]”, em nome do saneamento, com respaldo dos jornais. A criação da Diretoria de Higiene em 1919 por Hercílio Luz, ocupada por Ferreira Lima, executa esse trabalho com o respaldo da Fundação Rockefeller, começando por erradicar as bananeiras e as criações de galinhas e outros animais nas casas da área central. Em 1928, com o apoio do Governo Federal haviam sido realizados mais de 47 mil inspeções de polícia sanitária em domicílios, sem contar as inspeções feitas em restaurantes, bares, armazéns, hotéis, cocheiras, garagens, quitandas, mercearias etc. (ARAÚJO, 1999, p. 109-110)

A partir da visita de Hercílio Luz às obras, relatada anteriormente, os trabalhos da “Avenida do Saneamento”, como era chamada, se intensificaram, sendo demolidas todas as edificações previstas. Outras já haviam ido abaixo nos anos anteriores, “[...] gerando abertura de novas áreas de reurbanização e de valorização imobiliária, de cujos benefícios a população que ali anteriormente residia foi excluída”. Os moradores das áreas próximas ao Rio da Bulha foram deslocados, informalmente, para diversos pontos do morro do Antão (da Cruz). Araújo conclui que a obra, “[...] apesar de distribuir desigualmente os melhoramentos executados na cidade, constituiu um marco importante nas transformações ocorridas em Florianópolis [...]” naquele período. (ARAÚJO, 1999, p. 111)

Vimos anteriormente uma ligeira descrição das condições da região no entorno do curso d’água, o maior da região central, poluído com o lançamento de dejetos. No primeiro governo, em 1895, Hercílio e Boiteux haviam iniciado as primeiras intervenções. Agora, observa Pauli¹³, “[...] desapropriando casebres que davam de fundo para as suas margens, reformulando o leito, canaliza as águas entre duas muralhas [...]”, surgindo então uma avenida com pistas nos dois lados. (PAULI, 1976, p. 349)

Eliane Veras da Veiga¹⁴ avalia que as intervenções saneadoras “[...] valorizaram a área e dotaram-na de um

caráter mais elitizante [...]”, quando a avenida passou a ser “[...] uma das regiões residenciais prediletas da classe média [...]”, onde “[...] se multiplicaram habitações de fachadas ecléticas, dotadas de conforto e padrões higiênicos sadios”. (VEIGA, 1993, p. 256-257)

A belíssima avenida foi acompanhada de outros “embelezamentos” da cidade, como praças e jardins, alguns com chafarizes, alargamentos e abertura de vias públicas. Foi nesse período que surgiu a ponte Hercílio Luz, mais do que uma obra de engenharia física, um “desafio político”, raciocina Tamara Benakouche¹⁵. O fato de ser uma capital político-administrativa de colonização luso-açoriana a comandar um “[...] território de marcante colonização européia [...]”, favorece a “[...] emergência de alguns preconceitos relativos à ausência de dinamismo das populações do litoral”. Florianópolis não tinha uma “base econômica sólida”, vivendo “[...] apenas do comércio e das atividades ligadas à burocracia estatal [...]”, em que a oferta de “[...] serviços urbanos se fazia de forma ainda muito incipiente”. Surgiu também um movimento visando à transferência da capital para Lages. (BENAKOUCHE, 1996, p. 37)

Benakouche avalia que sem a “ação voluntarista” de Hercílio “[...] dificilmente a ponte teria sido construída à época”. Entusiasta da “[...] modernização e grande responsável pela expansão do sistema viário estadual

[...]”, se viu diante do problema da ligação da Ilha com o Continente e das opções apresentadas: melhorar os serviços marítimos de acesso à Ilha, transferência da capital ou uma obra “faraônica” como viam seus partidários. Hercílio assumiu o risco e pretendia inaugurá-la no centenário da Independência, em 1922. A autora destaca a ligação entre a obra da ponte e as demais “intervenções ocorridas na Capital”, como a primeira avenida da cidade, todas “[...] destinadas a promover um amplo reordenamento do espaço local e tornar a cidade um centro moderno”. Dessa forma, Hercílio “[...] contava com o efetivo apoio das elites locais”. (BENAKOUCHE, 1996, p. 41; 43)

A inauguração da ponte provocou grande impacto no sistema viário da área central de Florianópolis, com a abertura de novas vias e “[...] um maior desenvolvimento da Ilha, como também permitiria uma maior expansão para o Continente [...]”, avalia Djanira Andrade¹⁶. A região ao sul da Praça 15 ganhou mais ruas, sendo construído um “[...] grande número de casas comerciais e de moradia”. A Rua Felipe Schmidt foi alargada e transformada no principal acesso à ponte, “abafando” as duas principais ruas comerciais, a Conselheiro Mafra e a João Pinto. A avenida Rio Branco, aberta em 1900 “[...] sem preo-cupações urbanísticas e sem obediência alguma [...]”, foi adaptada e ganhou “papel ativo” no escoamento do tráfego entre a Ilha e o Continente. (ANDRADE, 1981, p. 119-120)

Além disso, o antigo cemitério foi transferido para o Itacorubi, abrindo amplo espaço para a implantação da Alameda Adolpho Konder, onde mais tarde foi erguida a estátua a Hercílio Luz. No lado do Continente, continua Andrade, foram criados eixos de expansão urbana, para Barreiros e Biguaçu, seguindo a costa, ou para São José e Palhoça, trecho inicial da estrada de ligação com Lages (ANDRADE, 1981, p. 120). Os bairros do Estreito, Canto e Ponta do Leal ganharam ruas e construções. (ANDRADE, 1981, p. 124)

Hercílio Luz coroou “[...] a sua formidável obra administrativa com essa grandiosa ponte pênsil-rígida de 830 metros, única no gênero na América do Sul [...]”, escreveu José Boiteux, citado por Martorano¹⁷. São “braços possantes de aço a ligar a Ilha de Santa Catarina – verde Erin brasileira, formosa esmeralda engastada nos nossos mares do sul – à terra firme [...]”, salienta, “[...] ao continente que na sua superfície de cem mil quilômetros quadrados, constitui uma das mais ricas unidades da Federação Brasileira”. (MARTORANO, 1984, p. 27)

O trecho da matéria reproduzido anteriormente suscita algumas considerações sobre a imprensa naquele período, quem fazia e com que objetivo. Vimos que no Império a imprensa surgiu vinculada a partidos e grupos políticos, a começar por seu fundador em 1831, Jerônimo

Coelho. Joana Maria Pedro¹⁸ observa que mesmo na República os jornais “[...] permaneceram dependentes dos recursos do poder público [...]”, por meio da publicação dos atos oficiais (PEDRO, 1995, p. 80). Moacir Pereira¹⁹ assinala que o fim da Monarquia marca a “consolidação de jornais republicanos” e a “expansão do jornalismo partidário”. (PEREIRA, 1992, p. 36)

Entre esses jornais figura o *Republica*, adquirido por José Boiteux em 1891, visto anteriormente, surgindo em 1º de janeiro de 1900 o concorrente, *O Dia*, como o anterior ligado ao Partido Republicano Catarinense, da facção ligada à liderança de Felipe Schmidt. Pereira informa que “[...] essa nova fase vai ser assinalada pelo empastelamento dos jornais, causada pela efervescência do noticiário político e das disputas partidárias”. Dois casos situam Hercílio Luz no centro de repressão à atividade jornalística. Primeiro em 1895, quando o *Correio da Manhã* foi empastelado pela polícia, “[...] depois da segunda edição, porque atacou o Governo [...]” (de Hercílio). No dia 19 de setembro de 1910, “[...] policiais a paisana destruíram as oficinas [...]” do jornal *A Gazeta Catharinense*, criado dois anos antes por Pascoal Simone, Crispim Mira, João de Medeiros Filho e o próprio Hercílio Luz. Motivo: “[...] tinha uma linha oposicionista”. (PEREIRA, 1992, p. 37)

Outros jornais atrelados a líderes políticos, entre os anos 20 e início da década seguinte foram *O Tempo* (Tito Carvalho e Nereu Ramos), vinculado inicialmente ao PRC depois à Aliança Liberal no final dos anos 20, *A Pátria* (João Bayer Filho), da Coligação Republicana, e *Flama Verde* (Othon Gama d'Éça), da Ação Integralista (PEREIRA, 1992, p. 37). Em 1904 surgiu o *Correio do Povo*, sob a direção do oficial reformado Afonso C. do Livramento, com “[...] bastante atuação política ao tempo da Primeira República [...]”, diz Pauli²⁰. Outro jornal importante naquele tempo, *O Estado*, surgiu em 1915 por iniciativa de Martinho de Sousa Lobo e Henrique Rupp Jr., passando em 1923 para a direção de Altino Flores. (PAULI, 1997, s.p.)

No período da Primeira República ainda não havia a figura do repórter, apenas a do redator, que acumulava o papel de repórter, responsável por textos opinativos, laudatórios e muitas vezes extensos. No Brasil, somente depois da Segunda Guerra foi introduzida a técnica do “lead” e “sub-lead”, com textos mais enxutos e informação apurada por repórter, aquele que vai ao local do acontecimento e reporta o acontecido. Naquele tempo, entretanto, conforme Nelson Weneck Sodré²¹, “[...] o noticiário era redigido de forma difícil, empolada [...]”, um jornalismo “[...] feito ainda por literatos e confundido com literatura [...]”, observa. (SODRÉ, 1966, p. 323)

A introdução da imagem na imprensa, sobretudo a fotografia, e o surgimento do cinema, segundo Sevcenko²², acabam forçando a dispensa dos “[...] enfa-donhos e longos comentários dos cronistas tradicionais [...]”, quase todos eles literatos. As transformações da paisagem urbana e a introdução de “[...] novos objetos, instrumentos, hábitos e rotinas [...]” tornaram “[...] inadequadas e mesmo ultrapassadas as imagens literárias tradicionais”. (SEVCENKO, 2003, p. 122)

O literato e o intelectual tradicionais, na ocasião, foram “descaracterizados”, “[...] se dissolveram em meio à sociedade”. A profusão de “homens de letras”, o esforço de ser intelectual, mesmo à custa do “saque de algumas citações providenciais”, observa Sevcenko, tinha um estímulo: a ascensão social. Ou seja, usando como “fachada” essa “imagem difusa do intelectual”, se tornou “[...] requisito indispensável para se conseguir as cavações e os empregos públicos [...]”, sendo a “[...] chave mestra das portas cobiçadas da política e da diplomacia”. (SEVCENKO, 2003, p. 125)

No Pós-Primeira Guerra, analisa Sodré, o jornal perde seu caráter artesanal e de autor e se torna empresa “nitidamente estruturada em moldes capitalistas”, apesar de continuarem a aparecer revistas e jornais de “circunstância” e de “vida efêmera”, sobretudo aqueles destinados a

“[...] atender injunções originadas da luta política”. A *Folha da Noite* (1921, São Paulo) é um exemplo (SODRÉ, 1966, p. 409). No Rio, o *Jornal do Brasil* passa a receber os serviços da United Press em 1922 (antes o serviço era destinado apenas ao *Rio-Jornal*). (SODRÉ, 1966, p. 419)

No final da Primeira República, acrescenta Sevcenko, uma nova onda que “[...] absorveu toda essa atividade intelectual [...] foi sem dúvida o jornalismo [...]”, sintonizado com o “processo de mercantilização”, observado claramente no Rio de Janeiro. Os jornalistas se tornaram então “[...] os ditadores das novas modas e dos novos hábitos, chegavam a desafiar e a vencer a própria igreja na disputa pelo controle das consciências”. As campanhas dos jornais “[...] contra os velhos hábitos e pela implantação dos novos costumes [...]” e a criação de um “[...] clima geral de euforia e otimismo da Regeneração e do *smartismo* [...]” proporcionaram, desconfia Carvalho, “[...] a primeira manifestação de um fenômeno de manipulação de consciência em massa no Brasil”. (SEVCENKO, 2003, p. 125-126)

A modernização dos equipamentos que permitiram maior agilidade e tiragem com menor custo começou no Brasil em 1889, por meio da então Imprensa Régia, importando as poderosas impressoras Active (uma) e

Alauzet (duas). Depois chegaram impressoras Marinoni. A primeira rotativa chegou em 1902 (SODRÉ, 1966, p. 322). Em Santa Catarina essas inovações demoraram a chegar. O jornal *O Estado*, por exemplo, em 1948, era dirigido por Sidney Nocetti e Rubens de Arruda Ramos, tendo Gustavo Neves como diretor de redação, Hermes Guedes como redator e Pedro Paulo Machado, “redator da sessão esportiva”, mais o pessoal das oficinas: o paginador Lamarque e o impressor Joaquim Cabral e seu ajudante Hermínio Silva.²³

Para termos uma ideia de quem eram os jornalistas dos anos de 1920 a 1934, vejamos os perfis de alguns deles, a começar por Henrique Rupp Júnior. Joinvilense nascido no dia 27 de março de 1880, filho de Henrique Rupp e Ema Rupp, fez o curso de Humanidades no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo – RS, bacharelado-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, segundo Piazza²⁴. Recém-formado, assumiu o cargo de promotor público em Curitibanos e depois em Florianópolis, foi deputado em três legislaturas, 1907-1909, 1919-1921 e 1922-1924. Como superintendente de Florianópolis (prefeito), viabilizou a transferência do cemitério público da cabeceira da ponte Hercílio Luz para o Itacorubi. Esteve ao lado de Nereu Ramos na organização da Aliança Liberal em Santa Catarina, afastando-se depois do grupo organizado em torno de

Getúlio Vargas com a Revolução de 1930. Também foi deputado federal, fundador da UDN, em 1945, sempre “[...] envolvido nas crises políticas mais sérias do seu tempo [...]”, observa Piazza. Foi um “[...] tribuno conceituado e advogado de renome [...]”, estando entre os fundadores da Faculdade de Direito, da qual foi seu diretor por vários anos e catedrático da cadeira de Direito Comercial. “Muitos o consideravam um político de atitudes fortes e decisivas. Orador inflamado, era tido como um grande animador de comícios”. Faleceu em Florianópolis no dia 21 de junho de 1959. (PIAZZA, 1985, p. 504)

Além de ter fundado o jornal *O Estado*, Rupp Jr. ajudou na criação de *A Pátria*, iniciativa de João Bayer Filho, nascido em Tijuca em 21 de outubro de 1893, filho do imigrante da Baviera João Bayer e da prussiana Marilde Klann, comerciantes. Após estudar com os professores Honório Gomes de Miranda na cidade natal, matriculou-se no Colégio Catarinense em que, segundo Vanderlei Rouver²⁵, deixou o então aluno Jaime de Barros Câmara, futuro cardeal, em segundo lugar na disciplina de Religião. Em 1913 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde teve como colegas de quarto Plínio Salgado e José Miranda Cruz, mas foi se tornar bacharel na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Formado em 1917, assumiu neste mesmo ano a promotoria pública

de Araranguá, logo retornando para advogar em Tijucas e se tornar prefeito da cidade. (ROUVER, 1993, p. 7-10)

No seu retorno a Tijucas, com 25 anos de idade, se alia com Miguel Leal, Miguel Ezequiel da Silva, Luis Laus e Pedro Andriani, que já faziam oposição ao líder político local Benjamin Gallotti Jr., superintendente (prefeito) e filho do coronel Benjamin Gallotti, que não apoiara a “revolução *hercilista*” de julho de 1893. Na campanha de 1918 para o Governo do Estado os dois grupos apoiaram Hercílio Luz, mas, uma vez empossado o novo dirigente, os desentendimentos começaram. Gallotti Jr. cobra do novo governador “alguns cargos para seus aliados”, obtém um não como resposta e se vinga embarcando a construção de uma estrada municipal, trecho que fora concedido ao referido Miguel Ezequiel da Silva. Estava criado o clima para o confronto. (ROUVER, 1993, p. 10-11)

Benjamin Gallotti Jr. iniciara o mandato em 1914 e terminaria em 1918, pretendendo reeleição, quando aparecem na cidade novos jornais, “[...] dois para defendê-lo e um para derrubá-lo [...]”, salienta Rouver. Domingos Barthem e seu filho Domingos Barthem Jr., jornalistas com tradição na cidade, fundam *A Vanguarda* em 1918 para a defesa do superintendente. Na oposição aparece no mesmo ano o jornal *Folha Nova*, tendo como redatores Odorico Alves e Protásio Leal, ligados ao grupo de oposição

liderado por Miguel Leal, ao qual estão integrados Bayer Filho e seu pai, João, conselheiro (vereador) municipal. Em seguida surge outro periódico, *A Luta*, tendo Guilherme Varella como redator, partilhando as posições de Gallotti Jr. Enquanto *A Vanguarda* divulgava e defendia os interesses da administração, Varella ganhou sinal verde para que “soltasse o verbo” em *A Luta*. (ROUVER, 1993, p. 35-37)

Em 1920, Gallotti Jr. continuava no comando da cidade e Bayer Filho era redator do jornal *O Ponto*, ao lado de Odorico Alves e João Cunha. Por meio de seu jornal Bayer Filho denuncia o superintendente por descumprir o Decreto n. 1.233/1919 que determinava a nomeação de professores somente mediante exame perante o inspetor federal. Gallotti deu as costas e Hercílio mandou uma “[...] tropa militar fechar as escolas municipais e as substituir por outras [...]”, cujos professores fossem “[...] aprovados em concurso presidido pelo diretor de Instrução Pública, professor Henrique Fontes”. O caso deu origem a inquérito e processo que foi parar nas mãos da Justiça Federal, em que Gallotti Jr. obteve *habeas corpus*. (ROUVER, 1993, p. 10-11)

A tensão chegou ao limite em 1º de dezembro de 1920. “Policiais militares percorriam as ruas para manter a ordem [...]” e, no dia seguinte, Bayer Filho lançava

um “convite ao povo tijuquense” para se dirigir à Praça Sete de Setembro. Queria a renúncia do superintendente. Às 14 horas “[...] uma multidão rodeava o casarão dos Gallotti [...]”, ocorreram “brigas e prisões”, até que Bayer Filho “[...] subiu as escadarias para cobrar a renúncia”. Como o “apelo popular era forte”, Gallotti Jr. cedeu. João Bayer, o pai, assumiu a superintendência, governando até 1926. Com a morte de Hercílio e a posse do vice Pereira e Oliveira, Gallotti Jr. volta ao poder e a luta entre as duas facções, ambas do PRC, continua, sendo necessária a intervenção de Adolpho Konder, no Governo, para apaziguar os ânimos. (ROUVER, 1993, p. 11)

Nos demoramos um pouco na narrativa desses fatos envolvendo Bayer Filho, pois eles patenteiam uma intensa luta pelo poder no interior do PRC, além de desvendar um pouco o tipo de jornalismo praticado naqueles dias. Mais tarde Bayer Filho vai fundar em Tijuca os jornais *O Diário* (1924-1926) e *O Nosso*, além de cumprir mandatos na Assembleia Legislativa (1925 a 1930) (PIAZZA, 1985, p. 76). Voltando a advogar em Florianópolis, funda em 1930 o jornal *A Pátria*, sendo preso em 24 de setembro 1932 e mantido na Penitenciária Estadual, depois na ilha de Anhatomirim, por ordem do interventor federal no Estado Ptolomeu de Assis Brasil. Motivo: uma matéria defendendo a presença de um catarinense como interventor fora censurada por Assis

Brasil. Bayer Filho desconsiderou a determinação e publicou o texto. Ele foi libertado nove dias após a prisão pelo advogado Salgado Filho, por meio de *habeas corpus*, alegando prisão ilegal e abusiva e que o preso não fora ouvido nem interrogado. Seu jornal foi mantido sob censura e acabou fechado em 1935. Está entre os fundadores da Faculdade de Direito, professor e seu diretor em 1936. Faleceu em Tijuca no dia 2 de agosto de 1967. (PIAZZA, 1984, p. 76; ROUVER, 1993, p. 14)

Altino Corsino da Silva Flores, nascido em 4 de fevereiro de 1892 no bairro de Capoeiras (Desterro/ Florianópolis), atuou inicialmente em *O Estudante*, que fundou e dirigiu com Haroldo Callado, passando pelo jornal *Argos* (com J. d'Acâmpora), *Dum-Dum* (satírico, 1914-1918), as revistas *A Semana* e *Terra* (esta última com Ivo d'Aquino e Othon Gama D'Eça) e *O Estado*, figurando como proprietário e diretor entre 1925 e 1944. Entre os anos de 1921 e 1922 dirigiu o *Anuário Barriga Verde*. Fez o curso de primeiras letras no recém-fundado Colégio Coração de Jesus, das Irmãs da Divina Providência, e na escola pública do professor Luiz Pacífico das Neves, cursando o secundário no Colégio Catarinense, também recém-fundado. Com o falecimento do pai não prosseguiu os estudos, já que se converteu em um autodidata. Profissionalmente começou como encarregado da correspondência da firma Eduardo Horn,

de 1911 a 1916, ingressando depois no magistério público (lecionou português e francês), foi inspetor, diretor escolar e diretor geral da Instrução Pública. Catedrático em História e Geografia, pelo Instituto de Educação do Estado, em Florianópolis, em 1936. (PAULI, 1997, s.p.)

Othon Gama Lobo D'Eça tinha quase a mesma idade de Altino Flores e, juntos, combateram as tendências modernistas como “extravagantes”, como observa Pauli. Foi jornalista, poeta e ficcionista, “havendo sido o maior destaque” da fase inicial da Academia Catarinense de Letras, cuja presidência assumiu com a saída de José Boiteux. Filho de Nuno Gama d'Eça e de Maria Luiza Crespo, ele se tornou bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, concluindo o curso em 1923. Militante do Partido Republicano. “Orador de palavra fácil”, segundo Pauli, dirigiu o integralismo em Santa Catarina na década de 1930. “Foi assim que o conhecemos ali pelos anos de 1934 [...]”, lembra Pauli, num discurso em São Pedro de Alcântara, “[...] após uma bem frequentada missa. Estávamos admirados com o seu falar entusiasmado, porquanto a espuma lhe saía da boca”. Até a morte de José Boiteux havia publicado *Cinza e Bruma* (prosa poética, 1918, no Rio de Janeiro) e a novela *Vindita braba* (novela, publicada em capítulos no jornal *A Republica*, Florianópolis), além da produção ordinária nos jornais e revistas, como *Terra* (mensal,

com Altino Flores e Ivo d'Aquino, 1920). *Aos espanhóis confinantes*, diário da viagem de 1929 com Konder, Boiteux e outros, editado pela primeira vez em 1935. Foi promotor público em Lages e, em 1926, nomeado juiz de Direito da Comarca de Campos Novos, assumindo a cadeira de Direito Romano na Faculdade de Direito a partir de 1932. Em 1948 se tornou secretário da Segurança Pública de Santa Catarina, e faleceu em Florianópolis no dia 7 de fevereiro de 1965. Dois anos depois, em 25 de outubro de 1967, foi inaugurada a avenida que leva seu nome, Gama D'Eça. (PAULI, 1997, s.p.)

Outro jornalista daquele tempo foi Ivo d'Aquino Fonseca, nascido em Florianópolis em 5 de outubro de 1896, aluno do Colégio Catarinense (1900-1911) e bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1916). Ao retornar a Florianópolis se tornou oficial de gabinete do governador Hercílio Luz (1917), foi procurador fiscal do Estado (1918-1919), prefeito municipal de Canoinhas, consultor jurídico do estado (1920) e deputado estadual por três legislaturas, entre 1922 e 1930. Além de professor catedrático da Faculdade de Direito de Santa Catarina, foi Secretário de Viação e Obras Públicas (1936) e do Interior e Justiça, Educação e Saúde (1937-1945). Com a redemocratização foi eleito para o Senado (1946-1955) assumindo por último as funções de procurador-geral e depois ministro da

Justiça Militar no Supremo Tribunal Militar. Presidiu a Academia Catarinense de Letras entre meados dos anos 1930 a 1945, quando entregou o cargo a Gama d'Éça. Foi diretor dos jornais *O Dia* e *Republica*. (PAULI, 1997, s.p.)

Crispim Mira nasceu em Joinville em 1880 e, mesmo sem haver concluído o ensino formal, era considerado um “brilhante escritor”, tendo assumido “[...] diferentes funções em diversos jornais e escrito uma série de livros [...]”, conta Isabel Cristina Hentz²⁶. Com 19 anos, na cidade natal, foi redator da *Gazeta de Joinville* e do *Jornal do Povo*; em Florianópolis, participou da *Gazeta Catharinense*, do jornal *Terra Livre* e fundou o *Folha do Comércio*. Além de jornalista, Mira foi escritor e advogado. Seu assassinato com requintes de crueldade e covardia em março de 1927, provocou intensa discussão entre os jornalistas e setores da sociedade, em torno da chamada Lei Gordo, de 1923. “Foi um momento em que a imprensa aproveitou, também, para repensar e reafirmar seu papel na sociedade de defensora e propagadora da verdade”. (HENTZ, 2008, p. 3; 13)

Hentz conta o episódio:

“No dia 17 de fevereiro de 1927, Crispim Mira estava na redação de seu jornal, na rua Tiradentes, junto com um filho pequeno e o redator, Petrarcha Callado,

quando, por volta das 13 horas, foi surpreendido por um grupo de homens armados com revólveres e chicotes.

Depois de momentos de luta corporal, os agressores dispararam dez tiros, sendo que um atingiu o jornalista na boca. Petrarcha Callado, segundo relatos, também lutou, saiu ileso e conseguiu disparar três tiros de seu revólver, afugentando os invasores. Consta ainda que o filho de Crispim Mira, presente na redação naquele dia, também foi atingido.” (HENTZ, 2008, p. 4-5)

Outros jornalistas marcaram época no período, entre eles os Callado, como o citado Petrarcha e Jairo, fundador do jornal *A Gazeta* que começou a circular em agosto de 1934 e durou até os anos de 1980. Localizava-se na Rua Conselheiro Mafra n. 51 Centro, Florianópolis.

Em pesquisa sobre a década de 1930, Cynthia Machado Campos²⁷ constata como “[...] expressiva a utilização, pelo poder instituído, dos meios de comunicação como veículos de propaganda dos projetos governamentais [...]”, prática esta ampliada no Estado Novo (1937-1945) (CAMPOS, 2008, p. 42). Os governos veem o “[...] papel da imprensa como elemento estratégico [...]”, ampliando a tutela sobre os veículos até a censura direta após 1937. Os jornalistas, por seu lado, em suas “falas e imagens” parecem evidenciar “[...] o caráter estratégico como

possibilidade de referenciar padrões de boa e má conduta para a população [...]”, assinala, “[...] transfigurando-se em tecnologia de poder”. Nesse sentido, “[...] os jornalistas deixaram ver, através das suas falas, a convicção em seus poderes para interferir junto à população, e a capacidade de antever os resultados de sua ação educativa [...]”, assinala, com base em sucessivas “campanhas moralizadoras” desenvolvidas pelos jornais no período. (CAMPOS, 2008, p. 40)

Cantu-Mirim

José nunca abandonou o jornalismo e o executava do seu modo, mantendo jornais e publicando artigos de fundo histórico sobre Santa Catarina, com regularidade e longevidade. Foi o caso da série *Datas Históricas*, depois somente *Datas*, num total aproximado de 400 artigos nas páginas dos jornais *Republica*, *Folha Nova*, *A Pátria* e *A Paz*, em que registrava “[...] eventos históricos, cronologicamente, que ficaram no esquecimento”. (BAHIA, 1994, p. 19; 21)

A partir de 1925, com exatos 60 anos de idade, José passou a produzir outra série com o pseudônimo de Cantu-Mirim, inspirado no historiador italiano Cesare

Cantu (1804-1895). Segundo apurou Bahia, Cantu começou recolhendo a “história local e regional” de sua cidade natal Brivio, na província de Como, resultando em várias obras a partir de 1838, desde romances históricos à conhecida História Universal, publicada no Brasil em 20 volumes. “A partir do conteúdo metodológico de Cesare Cantu, José Boiteux expôs os conhecimentos adquiridos em suas pesquisas históricas nas pequenas notas divulgadas na imprensa periódica, especialmente em Santa Catarina [...]”, observa a mesma autora, na sua produção com o pseudônimo Cantu-Mirim. (BAHIA, 1994, p. 136)

As professoras Raquel Glezer e Sara Albieri²⁸ trabalham o conceito de “obras fronteiriças”, aquelas que, mesmo contemplando “elementos da produção acadêmica”, em sua “[...] construção expositiva utilizam os recursos da narrativa literária com liberdade e liberalidade”. Discutido no âmbito da teoria da ciência, o debate pode ser proveitoso “[...] para instruir uma proposta de avaliação historiográfica das ‘obras fronteiriças’”. Entre elas figuram obras centradas nas biografias de “grandes homens” e “grandes feitos”, como as elaboradas por Cesare Cantu, H. G. Wells e Will Durant, além da coleção Tesouro da Juventude. Esta última, segundo Glezer e Albieri, proporciona a “[...] aproximação lúdica, iniciática, com a história [...]”, tendo sido

“[...] marco na vida de milhares de jovens leitores, difundida por vendedores em muitas cidades do país, independente de seu tamanho ou da existência de livrarias”. A presença dessa coleção e das obras de Cantu, Wells e Durant em bibliotecas públicas “[...] é indicativo do papel cultural que desempenharam [...]”, sendo a “[...] circulação e recepção de tais produtos culturais em nosso país ainda um campo a ser desbravado”. (GLEZER; ALBIERI, 2009, s.p.)

Benedito Costa Neto²⁹ em seu estudo do romance *Esau e Jacó* discute as aproximações entre o pensamento de Machado de Assis, seu autor, e as do italiano Cesare Cantu. Para eles, “[...] tanto Michelet quanto Cesare Cantu tinham um interesse no homem, nos povos, segundo eles mesmos [...]”, havendo até “[...] uma certa recusa por uma história dos grandes, mas a História pela pena dos dois historiadores continuou sendo eurocêntrica [...]”, ou seja, privilegia as “[...] grandes civilizações vistas de longe, dos grandes movimentos humanos e com forte teor de censura sobre hábitos considerados degradantes, principalmente no texto de Cesare Cantu.” (COSTA NETO, 2002, p. 52)

Em Assis há um “paralelismo bíblico” que constrói uma “[...] história de grandes homens (assim como no discurso de Cantu), mas mostra homens pequeninos,

preocupados consigo mesmos, medíocres, incapazes de grandes feitos” (COSTA NETO, 2002, p. 52). Em *História Universal*, Cantu alimenta que “[...] a história era uma evidência de que o homem passara de um povo primitivo, das cavernas, para a lavoura [...]”, evoluindo “[...] depois para a caça, depois para a vida em conjunto e assim por diante. Isso era, e continua sendo, uma noção muito forte de História”. (COSTA NETO, 2002, p. 58)

Cantu-Mirim exaltou “vultos e fatos catarinenses”, divulgou “efemérides”, descreveu episódios e destacou datas importantes. Soares Coimbra, João José Coutinho, Arcipreste Paiva, José Maria do Valle, Francisco Martinelli, José Bonifácio Caldeira de Andrade, João Silveira de Souza e Jerônimo Coelho foram alguns personagens apresentados por Cantu-Mirim (José Boiteux) até seus últimos dias de vida, ao lado de Fernando Machado, Oliveira Bello, Victor Meirelles, Anita Garibaldi, Barão do Batovi, Alfredo de Taunay, David Canabarro, Juvêncio Costa, Cruz e Sousa e Gustavo Richard, entre dezenas de outros, alguns abordados mais de uma vez, outros virtualmente desconhecidos. O primeiro artigo com o pseudônimo Cantu-Mirim, conforme levantamento de Bahia, foi publicado em *O Tempo* de 22 de março de 1925, denominado “Vultos e factos catharinenses”. Os seguintes saíram no *Republica* (8.10.1926 a 26.10.1926, ou 15 artigos em 19 dias), *Folha Nova* (18.4.1929 a 14.10.1930),

O Estado (22.5.1930 a 20.5.1931), média de um artigo a cada três dias, e o jornal *A Pátria* (19.5.1931 a 31.12.1932), com a mesma média de produção. (BAHIA, 1994, p. 137-174)

Arcaz e Águas

A familiaridade de José com o método e o estilo de Cesare Cantu se traduziu em duas obras lançadas em 1930, as duas de contos históricos. O primeiro foi *Arcaz de um barriga-verde*, com 159 páginas, pela Livraria Moderna (Florianópolis). Pouco depois surgiu o livro *Águas passadas*, na mesma linha do trabalho anterior, 107 páginas, edição da Livraria Central, com reedição em 1932. Os dois textos foram reunidos em 1993 num único volume³⁰, com atualização ortográfica da professora Maria Carolina Gallotti Kehrig.

Em *Arcaz de um barriga-verde* estão presentes a invasão espanhola de 1777 (A façanha do “onça”), a prisão do conselheiro Mascarenhas na fortaleza de Santa Cruz (O “barbaças”), a saga do irmão Joaquim (No que deu um puxão de orelhas), a morte do oficial da Armada José de Jesus, presente na retomada de Laguna das mãos dos farroupilhas de Garibaldi e Canabarro (Nem pra festa nem pra luto), Anita Garibaldi (A Aninha

do Bentão), as desventuras de um governador no início do Século XIX (As cebolas de d. Luís Maurício), memórias de guerra de um ex-combatente, Agostinho Joaquim (A narrativa do Zabumba), um banquete a viajantes franceses em 1763 (Um bródio no velho palácio) e as ardilosas relações da população de Desterro com um novo governante (O “sete carapuças”). (BOITEUX, 1993, p. 13-85)

Em Águas passadas, Boiteux começa descrevendo um boi-de-mamão no ano de 1871 em Desterro (Viva, “seu” boi), narra a versão local da “abrilada” de 1831 (Obailemalsinado), conta detalhes da repressão à República Catarinense de 1839 em Laguna, pelo presidente Francisco Soares de Andréa, e o apelido que ganhou (Despautérios do Tio Chico) e se detém no perfil e nas memórias do José Mendes dos Reis (No tempo do velho Zé Mendes). O conto seguinte entra em meandros do quadro político de 1860 (O filho do Antonico do Botequim), sucedido pelas histórias de dois “régulos de aldeia” de São Francisco do Sul e Laguna (Dois tatus-marambais). O penúltimo conto volta a narrar aventuras do governador Dom Luís Maurício (Uma visita governamental) e, encerrando, a passagem pela ilha do Arvoredo do italiano João Maria de Agostini em 1848 (O monge do Arvoredo). (BOITEUX, 1993, p. 87-142)

Segundo o escritor Enéas Athanázio³¹, *Arcaz de um barriga-verde* explora “[...] os fatos, as tricas e futricas

da política e da burocracia, os casos acontecidos e as figuras curiosas de uma época em que os dias corriam lentos e a existência parecia mais tranqüila”. Alguns personagens estão presentes em vários contos, “[...] tudo indicando que foram inspirados em pessoas reais, por ele captadas nos traços físicos e psicológicos”. Mesmo adotando um estilo “[...] clássico, conservador, bem à moda da época [...]”, Boiteux “[...] faz uma ou outra concessão, como ‘p’ra’, com o objetivo de se tornar mais coloquial”. Outro aspecto destacado por Athanázio é sobre a “leveza” de seus textos, acentuadamente maior do que em “[...] outros autores de seu tempo e até posteriores [...]”, sabendo “[...] explorar o humor, o insólito, o ridículo”. Sendo “[...] conhecedor das técnicas e táticas do autor de ficção [...]”, usa o diálogo “com desenvoltura”, numa escrita que “[...] transmite bem o clima da época e retrata com fidelidade os locais em que as narrativas foram ambientadas”.

Ainda de acordo com Athanázio, a narrativa ou “suas formas de dizer”, são atestados da “[...] mudança sofrida pela linguagem literária no sentido da simplificação [...]”, ou seja, mesmo “[...] palavras, expressões e hábitos que caíram em desuso [...]”, são, “[...] aplicados por ele com rigorosa precisão”. (ATHANÁZIO, 2009, s.p.)

O mesmo Athanázio³², em outra crítica, analisa *Águas passadas* em que, a exemplo do livro anterior,

Boiteux se revela um “[...] admirável narrador e exímio conhecedor de nossa história [...]”, em que pese a “[...] linguagem antiga, rebuscada e empolada, própria de tempos em que o modernismo ainda andava longe daqui, exigindo algum esforço na leitura [...]”, mas ainda assim “seus contos agradam e prendem”. O “[...] ambiente formal, o tratamento cerimonioso, a lentidão caprichosa dos diálogos entre as pessoas, inclusive entre amigos chegados [...]”, são imagens de um “[...] tempo em que tudo acontecia devagar e as pessoas disputavam da eternidade”. Boiteux apresenta os “[...] trajes, o mobiliário, a arquitetura, o uso do rapé, os nomes curiosos dos logradouros [...]”, as intrigas envolvendo figuras poderosas, tudo transparecendo “[...] muito nítido das páginas do contista catarinense que fundou nossa velha Faculdade de Direito”.

Também aqui o humor está presente, “[...] quer ao relatar o comportamento leviano de um governador ou as troças de que se valia outro, ou olhando com fina ironia as atitudes das pessoas gradas [...]”, vai aos poucos “[...] desafiando casos interessantes que envolvem episódios ou figuras da época, a exemplo do Tio Chico e seus despautérios, do velho Zé Mendes e do filho do Antonico do Botequim”. Athanázio considera o “ponto culminante do livro” exatamente o último, *O Monge do Arvoredo*. “Ao falar da permanência de José Maria de

Agostinho na ilha, com as ‘curas que diziam realizar nos doentes que o procuravam, gente pobre e abandonada’ [...]”, Boiteux descreve seus traços físicos e psicológicos, “[...] destacando o desprendimento pelos bens materiais e pelo dinheiro”. De acordo com Athanázio, se trata de “[...] um depoimento em geral esquecido sobre uma das figuras mais importantes do Contestado”. (ATHANÁZIO, 2009, s.p.)

Iaponan Soares³³ faz uma ligeira referência aos dois livros de Boiteux, que “[...] utilizou-se do gênero como forma prática de fixar cenas e episódios da sua gente, colhidos na tradição oral”. José “[...] se contenta em levar a história até o fim, observando rigidamente a verdade histórica, o que restringe o ficcionista” (SOARES, 1974, p. 10; 50). Soares publica em seu *Panorama do conto catarinense* um dos contos de *Arcas de um barriga-verde*, “O Barbaças”. (SOARES, 1974, p. 50)

É possível avaliar que José tenha escolhido a linguagem da ficção para tornar mais atraente o conteúdo desenvolvido, seguindo a trilha aberta por Cesare Cantu. O texto, em que pesem as restrições apontadas, tem a objetividade jornalística contemporânea, sem o uso da retórica ou o abuso de adjetivos, ainda presentes no jornalismo daqueles dias. Ele fala de “grandes” personagens, também trabalha a memória de pessoas

simples, como o desconhecido Agostinho Joaquim, ou de um personagem controvertido como João Maria de Agostinho.

1930 Chegou!

O movimento de 1930 altera profundamente a correlação de forças no Estado. O núcleo de oposição ao *hercilismo* liderado por Vidal Ramos Júnior, seu filho Nereu Ramos, e outros líderes políticos, ascende ao poder, observa a historiadora Roselane Neckel. A partir de 1920, os “[...] políticos donos de grandes propriedades no planalto serrano passaram definitivamente a impor a força política [...]” visando à garantia dos seus “[...] interesses contra o governo dos republicanos [...]” ou *hercilistas*, vistos como defensores dos interesses dos “[...] grupos ligados às atividades comerciais e industriais”. (NECKEL, 2003, p. 36)

Uma explicação para essa oposição está relacionada com mudanças na estrutura tributária do Estado. Quando era governador em 1918, Hercílio Luz alterara a legislação tributária estabelecendo o “imposto territorial” e reduzindo pela metade o valor da carga cobrada sobre produtos básicos da lavoura, presentes na pauta de exportações. Foi esse imposto sobre a “fortuna territorial”

que teria provocado a cisão no PRC. Depois de 1930, salienta Neckel, “[...] com a entrega do poder estadual aos Ramos, serão realizadas mudanças fiscais ampliando o imposto sobre a atividade comercial e industrial.”³⁴ (NECKEL, 2003, p. 37)

Boiteux, apesar de seu passado *hercilista* e de ter acompanhado a viagem de Adolpho Konder em 1929 ao Oeste catarinense, se integrou com certa facilidade ao movimento de 1930, não tendo atuado diretamente. Ele não pertencia à Aliança Liberal e concorrera contra o grupo dos Ramos em janeiro de 1930, fato detalhado por historiadores como Carlos Humberto Corrêa³⁵ (CORRÊA, 1984, p. 43-45). Em 1931 ele estava envolvido com a Legião Republicana Catarinense, signatário dos “princípios” do partido. (CORRÊA, 1984, p. 96)

O jornal *Republica*³⁶ do dia 9 de dezembro de 1931 homenageia Boiteux pela passagem dos seus 66 anos de idade, o jornal informa que ele atua como “[...] auxiliar trabalhador do atual governo [...]”, tendo recebido “[...] com disciplina partidária e obediência à chefia do Estado, numerosos encargos públicos e políticos [...]”, deixando “[...] sempre o sulco indelével duma firmesa serena e duma límpida inteligência”. (REPUBLICA, 9.12.1931)

Alfaiataria de Direito ou Faculdade do Didico

A fundação da Faculdade de Direito é um momento privilegiado na vida de José Boiteux, quando se configuram claramente as motivações pelas quais o consideramos um “intelectual orgânico”. Quem dá as tintas e pinta o quadro é o professor Henrique Fontes³⁶ em conferência no primeiro decênio da sua criação.

Primeiro Boiteux teve a ideia de criar um curso jurídico, vinculado ao Instituto Politécnico, talvez com a ideia de salvar a instituição ou mantê-la como de ensino superior. Reunidos em 11 de fevereiro de 1932 na sala da congregação do Politécnico os 15 bacharéis presentes apoiaram a ideia em parte: um curso jurídico superior e autônomo – a Faculdade de Direito de Santa Catarina, ensaio para a criação mais tarde da Universidade Federal de Santa Catarina. Para Boiteux foi uma vitória, afinal, a semente lançada encontrara quem a regasse, embora plantada em outro quintal.

Ele e o professor Fontes foram atrás desse “quintal” e o encontraram num antigo sobrado na esquina da Praça 15 com a Rua Felipe Schmidt. As três salas iniciais passaram então a ser preenchidas com móveis “[...] obtidos por empréstimo, doação ou a crédito [...]”, lembra Fontes. Fez-se então a instalação provisória do curso, surgiram

os estatutos, constituiu-se o corpo docente e a diretoria, seguindo-se os exames de admissão dos alunos e em maio começaram as aulas.

Conhecendo Boiteux o “poder do noticiário dos jornais”, salienta Fontes, “[...] deles sempre tirava partido para a propaganda da novel escola [...]”, apesar de a Faculdade ser apenas “[...] uma simples idéia, sem nada mais de concreto do que as pessoas que a acharam possível e que, para a constituírem, ainda não formavam um número suficiente”. (FONTES, 1960, s.p.)

Em outra conferência, agora em 1957, Fontes destacou a preocupação de Boiteux, na fase inicial da Faculdade de Direito, em “cuidar das exterioridades”, ou seja, daquilo que demonstre “[...] organização e fazer publicidade eufórica e sem intermitência do trabalho feito ou projetado”. Por outro lado, fez questão, mais uma vez, de ocupar a secretaria da Faculdade “[...] que, em regra, ninguém pleiteia [...]”, por entender que “[...] o secretário é o principal motor das instituições”. Naquela trincheira “[...] pode conformar a Faculdade dentro das devidas normas administrativas e pode trombetear o que ela estava concretizando”. Enviava “regularmente” aos jornais, reforça Fontes, “notícias da Faculdade”, desde “as visitas que recebia” até “os prováveis alunos”, chegando aos “[...] donativos que lhe eram feitos, o movimento da diretoria, da secretaria, da biblioteca, da con-

gregação e do conselho, e das provas e exames [...]”, fazendo com que a Faculdade se tornasse “conhecida, falada e discutida”. (FONTES, 1960, s.p.)

Gramsci³⁷ discute o papel do dirigente tradicional “[...] preparado apenas para as atividades jurídico-formais [...]”, tornando-se num determinado momento “anacrônico” e um “perigo para a vida estatal”. O novo dirigente como assinala “[...] deve ter aquele mínimo de cultura geral que lhe permita, senão ‘criar’ autonomamente a solução justa [...]”, que ao menos saiba “[...] julgar entre as soluções projetadas pelos especialistas [...]” e escolher “[...] a que seja justa do ponto de vista ‘sintético’ da técnica política” (GRAMSCI, 1968, p. 119-120). Em outras palavras, as decisões passam a ser colegiadas e frutos de consultas, prática que vimos ser adotada por Boiteux desde a fundação do Instituto Histórico em 1896.

José está sintonizado como que Gramsci denomina de “novo modo de ser do intelectual”, que precisa abandonar a “[...] eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões [...]” e “[...] imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’”. O novo tipo não é mais o “orador puro”. As categorias sociais que exercem a função intelectual, surgem em “conexão com todos os grupos sociais”,

especialmente os “[...] grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante”. (GRAMSCI, 1968, p. 8-9)

No caso de Santa Catarina, como no Brasil, a nova elite dirigente surgida com o movimento armado de outubro de 1930 que conduziu Vargas ao poder, também verificamos que “todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio”, estabelece uma “luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais”. Assimilação e conquista, enfatiza Gramsci, que são “[...] tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos”. Nesse sentido, “[...] a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis”. (GRAMSCI, 1968, p. 9)

Num discurso de colação de grau dos formandos de 1951 na Assembleia Legislativa, Henrique Fontes destacou que ainda moço José começara a “[...] sonhar, a acreditar no poder da vontade, a não desistir ante oposições, nem descrenças, nem zombarias, nem fracassos [...]” que, “[...] na velhice foi apenas continuar os anseios da juventude [...]”, discutido em parte anteriormente. (FONTES, 1960, s.p.)

Em de 21 de dezembro de 1931, a congregação do Instituto Politécnico se reúne e discute exaustivamente

a criação de um curso jurídico na instituição, informa Barbosa³⁸. Os professores Américo da Silveira Nunes, desembargador, e Henrique Fontes, foram encarregados de elaborar convite para uma reunião em 2 de fevereiro do ano seguinte, 1932. No convite os signatários informam a decisão da congregação e marcam a data da reunião, 11 de fevereiro seguinte. Na ocasião existiam 36 diplomados em Ciências Jurídicas e Sociais “em nosso meio”, informa o convite assinado por Nunes, Fontes e Boiteux. (BARBOSA, 1982, p. 25)

Fontes esclarece que dos 37 convidados apenas 15 compareceram a tal reunião e são eles considerados os fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina: desembargadores Américo da Silveira Nunes, José Arthur Boiteux, Heráclito Carneiro Ribeiro, Sálvio de Sá Gonzaga, Urbano Müller Salles; juízes Adalberto Belizário Ramos, Alfredo von Trompowsky, Henrique da Silva Fontes e Zulmiro Soncini; bacharéis Euclides de Queiroz Mesquita, Othon da Gama Lobo D’Eça, Heitor Salomé Pereira, Edmundo Acácio Soares Moreira, Affonso Guilhermino Wanderley Júnior e Nery Kurtz; se fizeram representar Fulvio Coriolano Aducci e Pedro de Moura Ferro. A relação é a mesma em Fontes e Barbosa (FONTES, 1960, s.p.; BARBOSA, 1982, p. 25)

Na referida reunião de 11 de fevereiro, José Boiteux assumiu a presidência, secretariada por Edmundo Acácio

Moreira e Heitor Salomé Pereira, sendo discutida a “necessidade e possibilidade” de um curso jurídico e “[...] resolveu-se a sua imediata instituição, mas como entidade autônoma do Instituto Politécnico”. Nos dias seguintes aderiram ao projeto os desembargadores Érico Ennes Torres, Francisco Tavares da Cunha Melo Sobrinho e Gil Costa, mais os bacharéis Cid Campos, Henrique Rupp Júnior, João Bayer Filho, Nereu de Oliveira Ramos e o médico Antônio Bottini. Todos são considerados os fundadores da Faculdade. (FONTES, 1960, s.p.)

“Fontes e Boiteux, à época enfeitiçados pelo ideal de legarem a Santa Catarina o seu primeiro curso jurídico [...]”, recorda o jornalista Rubens de Arruda Ramos³⁹, “[...] carreavam para o bisonho estabelecimento tudo quando de utilitário lhes surgisse aos olhos e à ambição [...]”, livros, mesas, estantes, carteiras escolares, tinteiros e canetas. “No caderno dos *donativos*, tantos arrebanhados *manu-militari*, coisas e trastes havia que não pagavam a pena do registro [...]”, ironiza. (RAMOS, 1948, p. 63)

De fato, Boiteux usou e abusou de sua rede de sociabilidades tecida por cinco décadas, angariando o necessário para o funcionamento da Faculdade. Foi chamado de “Irmão Esmoler” por muitos, como Renato Barbosa, que segue os passos de José em sua peregrinação, como veremos a seguir.

A Biblioteca começou com a doação de obras jurídicas pelo coronel Pereira e Oliveira, enriquecida com a *História do Brasil* de Rocha Pombo em dez volumes, destinados por Boiteux, que efetuará cerca de 100 doações. O farmacêutico Ney Luz, o almirante Henrique Boiteux e o embaixador do México no Brasil, Afonso Reyes, ofereceram dezenas de edições. Em poucos meses chegavam a mil volumes.

João Bayer, de Tijucas, doou uma sólida e artística mesa de madeira lavrada para as reuniões da congregação. O industrial Jorge Zipperer (Rio Negrinho) ofereceu uma *chiffonier* (armário com gavetas) para a secretaria.

Uma apólice de seguros contra incêndio, quitada, foi presentada pela Companhia Aliança da Bahia, por meio de seu agente, Campos Lobo. A Companhia Telefônica Catarinense doou o telefone de número 1662, “[...] sem qualquer ônus para o estabelecimento e mediante o pagamento de uma tarifa praticamente simbólica [...]”, observa Barbosa. Sálvio de Sá Gonzaga doou cem mil réis.

Para a aquisição de estantes destinadas à biblioteca, os fóruns das comarcas de Laguna, Tubarão e Blumenau, por meio, de subscrições, doaram, cada um, a importância de 370 mil réis.

O então juiz de Direito de Laguna, Alcibiades Valério Silveira de Souza, mais tarde desembargador e professor da Faculdade contribuiu com 50 mil réis. O major Lauro Marques Linhares ofereceu um retrato do Conselheiro Manoel da Silva Mafra. Cid Campos doou um belíssimo medalhão com a efígie de Ruy Barbosa.

Boiteux se desfez de algumas ações do Banco de Crédito Popular e Agrícola, seguido por Gama d'Eça. Adalberto Belisário Ramos doou uma ação. José Boiteux “[...] era quem mais dava: parece que ia mutilando sua livraria, que não era grande, mas muito eclética, para a organização da Biblioteca da Faculdade [...]”, onde foram parar “[...] as poucas obras de arte que possuía [...]”, incluindo “[...] precioso busto em bronze de Teixeira de Freitas e uma redução do magnífico trabalho do grande professor Rodolfo Bernardelli de um mapa do Estado de Santa Catarina”.

Coube ao comerciante Euclides Pereira (Quidoca), proprietário de um dos cafés fronteiro ao primeiro prédio da Faculdade, no começo da Rua Felipe Schmidt, doar a campainha, ou tímpano, destinada a bater os sinais de início e término das aulas. (BARBOSA, 1982, p. 42; 49-53)

Marly da Silva Motta⁴⁰ informa que por volta de 1927 “[...] foi-se tornando cada vez mais clara a percepção da necessidade de um ‘aprimoramento’

da formação jurídica dos advogados [...]”, capaz de garantir a esse profissional “[...] um lugar privilegiado naquele momento de expansão das atividades do Estado”. Além disso, com a introdução de um novo modelo estatal nos anos de 1920, privilegiando profissões como as de engenheiros, economistas e médicos, criara-se uma situação de constrangimento para os bacharéis em direito. Motta assinala que “[...] a especialização do saber técnico ia ganhando cada vez mais espaço [...]”, em detrimento do “[...] saber generalizante do bacharel, tachado, pejorativamente, de ‘bacharelesco’, e considerado, por muitos, como um saber oco e inútil”. (MOTTA, 2003, p. 122)

Em *Raízes do Brasil* o fenômeno do “bacharelismo” é profundamente analisado por seu autor, o historiador Sérgio Buarque de Holanda⁴¹, fenômeno herdado de Portugal, onde em quase todos os períodos de sua história um diploma de bacharel equivalia a uma “[...] carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos”. Mas não era apenas isso. Tanto em Portugal quanto no Brasil, havia o aspecto da “[...] dignidade e importância que confere o título de doutor [...]”, permitindo ao indivíduo “[...] atravessar a existência com discreta compostura [...]”, libertando-o quase sempre da “[...] necessidade de uma caça incessante aos bens materiais, que subjuga e humilha a personalidade”. (HOLANDA, 1984, p. 116)

No início dos anos de 1930, segundo Holanda, esse fenômeno já estava em descenso, ou seja, “[...] o nosso ambiente social já não permite que essa situação privilegiada se mantenha cabalmente [...]”, sendo o “prestígio do bacharel” apenas uma “[...] reminiscência de condições de vida material que já não se reproduzem de modo pleno”. Mesmo assim, “[...] a maioria, entre nós, ainda parece pensar nesse particular pouco diversamente dos nossos avós”. Nesse sentido, a “[...] origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vinculava-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade”. É isso que motiva a “[...] ânsia pelos meios de vida definitivos, que dão segurança e estabilidade, exigindo, ao mesmo tempo, um mínimo de esforço pessoal, de aplicação e sujeição da personalidade [...]”, assinala Holanda, “[...] como sucede tão freqüentemente com certos empregos públicos”. (HOLANDA, 1984, p. 116-117)

Motta destaca a “[...] convicção, arraigada em boa parte da elite política e intelectual brasileira [...]” de que as mudanças “[...] necessárias à incorporação do Brasil ao mundo moderno, viriam de ‘cima para baixo’ [...]”, constituindo-se em “[...] forte argumento em favor da ‘difusão da cultura jurídica’ [...]”. Era necessário que os advogados, integrantes dessa “elite ilustrada”, estivessem preparados para “[...] intervir na condução dos destinos

do país [...]” de maneira mais “produtiva e eficiente”. (MOTTA, 2003, p. 123)

Em Florianópolis, José Boiteux e Henrique Fontes faziam a sua parte, cuidando dos estatutos e da regulamentação, sendo necessários “estudos da legislação de ensino” e de regulamentos de outras escolas. Os dois se encarregaram também do aluguel da sede, três salas na Rua Felipe Schmidt, n. 2, pertencente ao então Juiz de Direito de São José, Mário de Carvalho Rocha, que a recebera por herança de seu sogro, Gustavo Richard (BARBOSA, 1982, p. 35). A escrituração contábil começou no dia 16 de março com o empréstimo de quarenta e três mil e setecentos réis (43\$700) por Boiteux. (FONTES, 1960, s.p.)

Com três mil e trezentos réis (3\$300) a mais conseguiriam adquirir mil charutos da marca *Delicioso*, ou quase quatro dúzias do medicamento *Gotas milagrosas*. A torcida do Fluminense faria a festa em algum estádio com quatro dúzias de caixas de pó de arroz da marca Elzir com 50 gramas cada, e sobriariam três mil réis (3\$000).⁴²

Outra providência de Boiteux foi convocar “sem demora” uma reunião com a presença de 15 prováveis futuros professores, apresentando breve relato dos trabalhos e uma exposição sobre os estatutos e “[...]”

nomeada uma comissão para interpor parecer”. No dia 21 de março reuniu-se a congregação para deliberar sobre os estatutos, que foram aprovados, e eleger a primeira diretoria: Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho (diretor), Henrique Fontes (vice), José Boiteux (secretário) e Cid Campos (tesoureiro), sendo indicados para o conselho técnico-administrativo Pedro de Moura Ferro, Urbano Müller Salles, Afonso Wanderley Júnior, Alfredo von Trompowski e Fúlcio Aducci. (FONTES, 1960, s.p.)

Em comparação com outros estados brasileiros, Santa Catarina estava em defasagem, pois deixara de contar com a única instituição de ensino superior, o Instituto Politécnico, rebaixado para a condição de ensino secundário ou médio com a chamada “Reforma de Francisco Campos” no ensino, em 1931. São Paulo e Recife contavam desde 1827 com cursos de Direito. Já no período republicano, quando foi autorizada a criação de novos cursos, a Bahia tomara a iniciativa em 1891.

Cem anos depois das iniciativas em São Paulo e Recife, em 1927, o Brasil contava com 14 cursos de Direito e 3.200 alunos matriculados, segundo Sérgio Rodrigo Martinez. Nessa primeira fase, o ensino jurídico brasileiro se manteve “[...] atrelado às bases ideológicas do momento, estritamente voltadas para o plano dos

conteúdos curriculares da livre economia”. Havia um “[...] chamamento científico do momento histórico vivido [...]” voltado à “afirmação do estado liberal”, momento em que “[...] a academia necessitava reproduzir a regulação socialmente requerida [...]”, observa Martinez. “A ideologia do momento exigia a consolidação do poder da classe burguesa sobre a produção do conhecimento, como já ocorrera sobre as Ciências Naturais.” (MARTINEZ, s.d., p. 5-6)

O ano de 1930 foi um momento de ruptura. Da antiga “intervenção mínima” no Estado, segundo os preceitos liberais, “[...] passava-se agora ao *dirigismo social* [...]”, sendo “[...] dever do Estado atuar em prol do bem estar da sociedade e regular, de forma intensiva, a economia”. É quando se configura a ideia da “universidade”, de sua institucionalização via reformas promovidas por Francisco Campos em 1931. “O momento era de ‘otimismo’, assinala Martinez, com a crença no papel transformador da escola”. (MARTINEZ, s.d., p. 7-8)

Votado o estatuto ou regulamento da Faculdade foram escolhidos os primeiros professores. Os nomes para compor o corpo docente da Faculdade e das respectivas disciplinas foram aprovados na reunião da diretoria em 22 de março de 1932, sendo os seguintes professores catedráticos: Pedro de Moura Ferro (Introdução à Ciên-

cia do Direito), Henrique da Silva Fontes (Economia Política e Ciências das Finanças), Nereu Ramos (Direito Constitucional Público), Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho, Heráclito Carneiro Ribeiro, Fúlvio Aducci e Sálvio de Sá Gonzaga (Direito Civil), Affonso Wanderley Júnior e Henrique Rupp Júnior (Direito Comercial), Urbano Müller Salles e João Bayer Filho (Direito Penal), Gil Costa (Direito Público Internacional), José Arthur Boiteux (Direito Administrativo), Adalberto Belizário Ramos e Alfredo von Trompowsky (Direito Judiciário Civil), Érico Ennes Torres (Direito Judiciário Penal) e Antônio Bottini (Medicina Legal). Foram incorporados como docentes livres Edmundo Accácio Soares Moreira, Cid Campos, Zulmiro Soncini, Euclides Mesquita, Othon da Gama Lobo d’Eça e Nery Kurtz. (FONTES, 1960, s.p.; BARBOSA, 1982, 36-37)

Em 11 de abril de 1932 foi realizado o primeiro exame de ingresso⁴⁴ na Faculdade, tendo se habilitado 23 “moços”: Aldo Guilhon Gonzaga, Altamiro Lobo Guimarães, Aristeu Ruy de Gouveia Schiefler, Ari Pereira e Oliveira, Caio Mário Noronha, Carlos Buchelle, Carlos Francisco Sada, Decio Göressen de Oliveira, Emmanuel da Silva Fontes, Francisco de Sales dos Reis, Gervásio Nunes Pires, João Tolentino de Souza Júnior, José Boabaid, Juvêncio Fraga, Leonardo de Campos, Luiz de Souza, Mário Maфра, Mário Tavares da Cunha Melo,

Maurício Moreira da Costa Lima, Nicolau Glavan de Oliveira, Oslym de Sousa Costa, Osni da Gama Lobo d’Eça, Sadi de Castro e Wilmar Orlando Dias. Esses foram os primeiros alunos de Direito no Estado de Santa Catarina. Há uma ligeira discrepância entre as listas de Fontes (que não inclui Gentil João Barbato) e a de Barbosa (que omite Caio Noronha). (FONTES, 1960, s.p.; BARBOSA, 1982, p. 37)

Às 19 horas do dia 2 de maio de 1932 começaram as duas primeiras aulas com os professores Pedro de Moura Ferro e Henrique Fontes. “A publicidade de José Boiteux era frutuosa. Multiplicavam-se as visitas à Faculdade, e também os donativos [...]” e abriu-se um “livro de ouro”, recorda Fontes. Em abril de 1932 o movimento financeiro já era mais significativo, com receita de 2,3 contos de réis e uma despesa de 1,2 contos, deixando um saldo de 1,1 conto de réis. Em reunião presidida por Boiteux e secretariada por Mário Mafra e Wilmar Orlando Dias, os estudantes criaram em 3 de setembro de 1932 o Centro Acadêmico XI de Fevereiro, data do surgimento da Faculdade, cujo primeiro presidente foi Emmanuel da Silva Fontes. Altamiro Lobo Guimarães assumiu a vice-presidência e Mário Tavares da Cunha Melo a secretaria, cabendo a tesouraria a Ari Pereira e Oliveira. Carlos Francisco Sada figura como representante junto ao conselho técnico-administrativo do curso. Os estatutos foram

elaborados por Mário Mafra, Mário Tavares da Cunha Melo e Oslym de Sousa Costa. (FONTES, 1960, s.p.)

Os exames finais foram feitos pelos alunos Aldo Guilhon Gonzaga, Altamiro Lobo Guimarães, Aristeu Ruy de Gouveia Schiefler, Ari Pereira e Oliveira, Carlos Buchelle, Carlos Francisco Sada, Decio Emmanuel da Silva Fontes, Gervásio Nunes Pires, José Boabaid, Luiz de Souza, Mário Mafra, Maurício Moreira da Costa Lima, Nicolau Glavan de Oliveira, Oslym de Sousa Costa e Wilmar Orlando Dias (FONTES, 1960, s.p.). Barbosa informa que no dia 10 de dezembro de 1932 os alunos “requereram promoção por média”, com base no Decreto Federal de 24 de outubro daquele ano, que revigorara o Decreto Federal n. 20.735 de 18 de novembro de 1931. A congregação apreciou e deferiu o pedido “por unanimidade de votos” (BARBOSA, 1982, p. 54). As aulas haviam sido encerradas oficialmente no dia 21 de novembro com solenidade e discursos de Edmundo Accácio Moreira e Henrique Fontes, e do acadêmico Luiz de Souza. (FONTES, 1960, s.p.)

“José Boiteux continuou no mesmo ritmo de organização e publicidade [...]”, valendo-se também de um recurso que “lhe parecia eficaz”, o fornecimento de envelopes timbrados aos professores para uso em suas correspondências particulares. “Estes envelopes, na sua

circulação postal, iam chamando a atenção para a existência da Faculdade”. No final de 1933, as atenções estavam voltadas para a validação do curso que, na época, podendo ser organizado livremente, necessitavam de fiscalização federal para sua efetiva legalização. Eram exigidos prédio próprio e professores remunerados, entre outros. (FONTES, 1960, s.p.)

Somente neste momento os dirigentes da Faculdade recorreram ao interventor federal no Estado, Coronel Aristiliano Ramos. Num primeiro momento, a Faculdade seria reconhecida de utilidade pública, com inclusão na lei orçamentária dos recursos para atender às demandas da inspeção federal, na ordem de doze contos de réis (12.000\$000). José Boiteux estava se preparando para ir ao Rio de Janeiro, onde poderia estudar melhor o “complexo assunto”, tendo feito um empréstimo de três contos de réis junto ao Montepio dos Funcionários Estaduais para cobrir as despesas. Foi quando José adoeceu, nos primeiros dias de 1934, com 68 anos de idade, “[...] após uma ineficaz intervenção cirúrgica”. (FONTES, 1960, s.p.)

Pela Lei Estadual n. 19, de 30 de novembro de 1935, a Faculdade de Direito foi transformada em instituto do Estado, iniciativa de Nereu Ramos, então governador. Com a Lei Federal n. 2.098, de 1º de novembro de 1937,

a Faculdade foi equiparada às suas congêneres. Decorrente da Constituição de 10 de novembro do ano de 1937, a Faculdade foi desoficializada (Decreto-Lei n. 120, de 9 de junho de 1938), voltando a ser instituto não-estatal. Nessa condição a instituição foi autorizada, reconhecida e passa a ser subvencionada pelo Governo da União, federalizada pela Lei n. 3.038, de 19 de dezembro de 1956. (FONTES, 1960, s.p.)

O breve histórico dos tempos iniciais da Faculdade de Direito ficaria incompleto sem a narrativa do que foi uma espécie de “mito de origem”, citado e lembrado por todos os que se referiram oficialmente ao curso, repetido, por exemplo, por Henrique Fontes sempre que lembrou sua fundação: a Alfaiataria do Didico.

No decênio da criação da instituição o professor Henrique Fontes discursou na comemoração, lembrando a instalação de uma “avantajada tabuleta” ou placa indicando: “Faculdade de Direito”, providenciada por Boiteux, e que originara a alcunha. “O apelido”, como assegurou Fontes, surgira quando um “[...] velho escrivão, aqui muito popular e que enxergava mal, apesar de usar óculos [...]”, exclamara um “até que enfim o Didico arranhou casa”, ao se deparar com a placa. “O tal Didico era um amigo seu, alfaiate de profissão, que andava a procura de bom ponto para se estabelecer [...]”, justificou,

acrescentando: “A historieta verídica ou não, inocente ou pilhéria ou impertinente perfídia divulgou-se e o apelido pegou”. (FONTES, 1960, s.p.)

Em 1957, numa outra conferência, o tema voltou à baila por iniciativa do mesmo Fontes, acrescida de alguns pontos. A placa que antes aparece como simplesmente providenciada por Boiteux, tem agora um benfeitor, Othon Gama d’Éça, que “se comprometera a custeá-la”, tendo encomendado “uma de tamanho grande”. A placa foi colocada em frente à sede, na Rua Felipe Schmidt, onde funcionavam dois cafés ou “[...] dois viveiros de línguas viperinas, habituadas a enterrar vivos e desenterrar mortos”. Como era tradição na cidade, logo surgiu o apelido, assinala Fontes, ampliando: “Os alunos irreverentes formavam o verbo didicar-se, como sinônimo de ‘estar matriculado’ [...]” na Faculdade de Direito. (FONTES, 1960, s.p.)

Renato Barbosa, em seu livro de 1982, reproduz o “mito de origem”. Boiteux teria mandado colocar “[...] vistosa placa, que abrangia as sacadas das salas alugadas [...]”, quando passou pela frente um velho escrivão do crime, “[...] doente, alquebrado, com lamentável restrição visual [...]”, exclamando em “tom sensacionalista”: “Alfaiataria do Didico! Mas para que deu o Didico: - quase quebrado e montando a alfaiataria no ponto mais caro da cidade!” Segundo Barbosa,

“[...] dizem uns que pela ineficiência de visão, mas eu, que o conheci bem, acredito no permanente exercício da perfídia, que cultivava com zelos de bom jardineiro” (BARBOSA, 1982, p. 40). Não cita o nome nem dá outros detalhes, mas sua versão é um tanto diferente das que foram apresentadas pelo professor Henrique Fontes. O certo é que o apelido rendeu excelentes frutos publicitários para a nascente Faculdade.

O ex-reitor da UFSC, João David Ferreira Lima, em livro reeditado em 2000, relembra a história introduzindo alguns pontos. O escrivão do crime referido anteriormente, autor do trocadilho, se chamava Abel Ávila dos Santos. Diz que “[...] já velho e enxergando pouco [...]”, ao passar pela Rua Felipe Schmidt, “[...] olhou para os altos do prédio e ali viu uma grande tabuleta que Boiteux mandara colocar”. Foi então que “[...] ao invés de ler ‘Faculdade de Direito’, e como ali estivesse estabelecido um alfaiate de apelido Didico [...]”, teria dito em voz alta para “[...] os circunstantes: Puxa, como o Didico progrediu, deve ter gasto um dinheirão com tamanha tabuleta”. Erradamente, conta Ferreira Lima, “[...] ou quem sabe, se por maldade [...]”, leu Alfaiataria do Didico, “[...] truncando, assim, os dizeres.”⁴⁵ (FERREIRA LIMA, 2000, p. 30)

Na origem do apelido, continua o ex-reitor, podem estar “[...] os maldizentes e inimigos da grande

obra [...]”, que “[...] rejubilavam e comentavam jocosamente, o que passou a ser piada [...]”, chegando à expressão “Faculdade do Didico”, agora com o “intuito de desmoralizá-la”, o que deve ter causado mágoa e revolta em Boiteux na ocasião, uma “[...] alma nobre, corajosa e cândida” (FERREIRA LIMA, 2000, p. 31). O jornalista Rubens de Arruda Ramos, aluno da Faculdade, lembrou o assunto em crônica que Henrique Fontes reproduz e está publicado no *site* <<http://www.henriquefontes.pro.br/>>. Seu “Voto de obediência”, citado anteriormente, foi publicado na Revista *Atualidades* (n. 10, Florianópolis – SC, 1948. p. 63). “Matriculei-me na Alfaiataria do Didico na vigência aguda do apelido com que lhe saudavam a fundação e o *habitat* a descrença chasqueante e o sarcasmo tropical dos netos de Dias Velho”. (RAMOS, 1948, p. 63)

Carolina M. Krelling⁴⁷, que estudou a criação da Faculdade, vê a instituição “[...] inserida numa rede de sociabilidades composta por políticos e intelectuais catarinenses [...]”, redes que “[...] são movidas por afinidades políticas, pessoais e familiares e se formam em torno de certa estrutura [...]”, como na “[...] redação de uma revista ou de um jornal, onde seus membros estreitam os laços que os mantêm interligados”. Ela infere que Boiteux “[...] funcionava como aglutinador dos vínculos existentes nesta rede, mantendo afinidade

com importantes pessoas [...]” que, por sua vez, “[...] se relacionavam entre si como resultado da ligação pessoal que cada um mantinha com José Arthur”. Para ela, a faculdade funciona como “[...] um símbolo de modernidade em Florianópolis, imersa numa rede que permeou a sociedade local em diversos âmbitos”. (KRELLING, p. 69; 71)

Quando José faleceu a Faculdade de Direito tratava da aquisição de sede própria, com o empréstimo de 60 contos de réis junto ao Montepio dos Funcionários Públicos do Estado, “[...] transação garantida pela hipoteca do imóvel [...]”, com “[...] amortizações mensais mínimas de 600 mil réis [...]”, mais os juros de 9% ao ano a serem pagos mensalmente “sobre o saldo devedor”. Inicialmente foi tentado o casarão dos herdeiros de José Garrido Portela, na Chácara de Espanha, Centro de Florianópolis, mas os peritos do Montepio não aprovaram as condições físicas do imóvel. O interesse se voltou então para outra edificação, localizada na Rua Esteves Júnior, n. 11, que pertencia ao Capitão João Pedro de Oliveira Carvalho, ex-prefeito da cidade, e seria levada a “[...] hasta pública e já estava avaliado exatamente em 60 contos de réis”. Barbosa conta que após a realização da transação, o dono do casarão não quis entregar as chaves, “[...] resolvendo a congregação dar plenos poderes ao diretor para

agir judicialmente, constituindo advogado, por ele próprio escolhido”. Felizmente, complementa, o professor Henrique Fontes, “[...] homem de imensa sensibilidade, não foi forçado a chegar a tal extremo”. (BARBOSA, 1982, p. 162)

Outro intelectual de destaque desde aqueles tempos foi Henrique da Silva Fontes, parceiro de José Boiteux em diversos empreendimentos, desde o Instituto Histórico a Academia de Letras, o Politécnico e as lides na imprensa e, ultimamente, a criação da Faculdade de Direito. Cabe ressaltar que em todos os escritos de Henrique Fontes sobre a criação do curso, o nome de Boiteux é não somente mencionado, mas tem garantido seu papel de pioneiro.

Filho do comerciante e industrial Manoel Antônio Fontes e de Dona Ana da Silva Fontes, Henrique da Silva Fontes nasceu no dia 15 de março de 1885, na cidade de Itajaí, informa o site da família do professor Fontes. Fez o curso primário e residiu na cidade natal até perto de completar 18 anos, atuando como caixeiro e guardalivros da casa comercial de seu Pai. Em 1903 ingressou no Ginásio Nossa Senhora da Conceição (São Leopoldo – RS), se tornando bacharel em Ciências e Letras em dezembro de 1906, tendo sido o orador da turma.

No Rio desde 1907 vivendo como professor particular, o jovem se matriculou, em 1908, na Escola

Politécnica, mas interrompeu o curso “[...] no fim do mesmo ano, por motivo de cansaço [...]”, como escreveu mais tarde. A partir de 1910 fixou residência em Florianópolis, lecionando no Ginásio Catarinense (Português e História do Brasil) e na Escola Normal Catarinense (Pedagogia e Psicologia, depois lente de História e Geografia).

No mesmo ano da chegada fundara o semanário *A Época*, de orientação católica, mantido até fins de abril de 1911. Foi encarregado do Serviço de Recenseamento Estadual (1918), diretor da Instrução Pública (1919 a 1926), secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura no governo Adolfo Konder (1926 a 1929).

Em 1927 bacharelou-se na Faculdade de Direito do Paraná, tendo sido Juiz Federal substituto (1929 a 1934), Juiz do Tribunal Regional Eleitoral e Procurador do mesmo Tribunal (1932 a 1934), Procurador Geral do Estado (1934 a 1937) e Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (1937 a 1946), cargo em que se aposentou.

Na Faculdade de Direito foi professor de Economia Política da Faculdade de Direito de Santa Catarina, a qual dirigiu por duas vezes (1933-1935 e 1942-1945). Mais tarde foi fundador e diretor da Faculdade Catarinense de Filosofia, desde 8 de setembro de 1951,

até sua incorporação pela UFSC, em 15 de setembro de 1961 e instalada em prédio próprio, o primeiro da novel Cidade Universitária. Henrique Fontes foi o encarregado dos estudos de criação da UFSC, nomeado pela Lei Estadual n. 1.362, de 29 de outubro de 1955, cargo de exercício gratuito (1955-1961).

Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras e um de seus fundadores, também, integrou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, como sócio correspondente, a Academia Brasileira de Filologia e a Academia Carioca de Letras (Rio de Janeiro), além da Sociedade de Estudos Filológicos (São Paulo) e P.E.N. Clube do Brasil.

Como presidente do Instituto Histórico dirigiu as comemorações do Segundo Centenário da Colonização Açoriana em Santa Catarina e do Primeiro Congresso de História Catarinense, tendo sido ainda provedor da Irmandade do Divino Espírito Santo e Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo (1929-1932) e o primeiro Diretor-Geral da Casa dos Professores de Santa Catarina (1952-1957).

Representou o Estado em quase duas dezenas de eventos educacionais e culturais, deixou vasta produ-

ção, a começar pela série de livros de ensino elementar, iniciada em 1920, quando foi diretor da Instrução Pública, a Cartilha Popular, dividida em Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Livro de Leitura. Publicou uma quantidade indefinida de artigos em jornais e revistas e editoriais sobre assuntos históricos, biográficos, econômicos e filológicos. Proferiu muitos discursos no exercício de funções públicas, em cargos de associações e como paraninfo. Faleceu em Florianópolis no dia 22 de março de 1966.⁴⁸

Lembrando José

Nos dias seguintes ao enterro de Boiteux, o Centro Acadêmico XI de Fevereiro anunciou campanha por um monumento ao falecido, iniciativa que “[...] explodiu na Capital e nas principais cidades [...]” do Estado. Menos de um mês após a morte de José, o jornalista Diniz Júnior realizou uma conferência no Teatro Álvaro de Carvalho sobre a “[...] personalidade do saudoso desembargador”. Gil Costa falou em nome do corpo docente da Faculdade de Direito. Maurício da Costa Lima orou pelo corpo discente.

Alguns trechos da conferência de Diniz Júnior⁴⁹ foram reproduzidos no jornal *A Pátria* de 5 de fevereiro

de 1934, considerado “[...] impecável na forma, sentida, conceituosa e conduzida num sentido de nítidas tendências nacionalistas [...]”, destaca o periódico na apresentação. Com título *Excitador de símbolos*, o jornalista faz um elogio da ação de Boiteux como “plantador de estátuas”, um “encantado da inteligência”, e conclui incitando “os moços de Santa Catarina” a amar “porfiadamente” a pátria, “[...] desejando e batalhando por lhe dar um regime de autoridade, ordem e justiça”. Um regime “sem as evasivas do demoliberalismo”, assinala, “[...] em que o povo trabalhe, produza, prospere e em que, ao invés da fantasia de uma liberdade [...]”, a mesma que “[...] faz dos mandatários gozadores felizes e dos mandantes servos do fisco e do Código Penal”. Os melhores cidadãos, “[...] na síntese do Duce, sejam os dotados de senso de responsabilidade e dever, os primeiros no labor, na disciplina e no sacrifício”. E continua Diniz Júnior sua conferência dirigindo-se aos “[...] moços de Santa Catarina, discípulos de Boiteux [...]”, defende que “[...] o Brasil ressuscitará e gozará o esplendor, as messes ilimitadas do Estado Totalitário e da Democracia Corporativa”. (BARBOSA, 1982, p. 302-306)

Barbosa chama a atenção em seu livro para um fenômeno que “empolgou a juventude de Santa Catarina”, e “[...] cuja politização já se esboçara, em

grande parte devido ao temário de cultura política contido no programa da Ação Integralista Brasileira [...]", vindo à tona nas eleições de maio de 1933. Ou seja, como pudemos perceber claramente na fala de Diniz Júnior, foram bastante íntimas as relações de professores e estudantes da Faculdade de Direito com o fenômeno político. O Centro Acadêmico XI de Fevereiro, revela o mesmo autor, representava esse "novo pensamento em elaboração". (BARBOSA, 1982, p. 279)

No tempo em que atuou na secretaria da Faculdade, José Boiteux "[...] tinha como homem de confiança o talentoso acadêmico Luiz de Souza, elemento de relevo no movimento juvenil integralista" (BARBOSA, 1982, p. 352). Henrique Fontes refere-se a um secretário de Boiteux que executava os "serviços mais materiais", um "moço do interior instruído" por ele e a quem "desejava encaminhar na vida", começando por "ajeitar-lhe o nome". O jovem "[...] não usava nome de família, mas apenas dois prenomes. Era preciso completá-lo. O nome da família era Oliveira [...]" e o "[...] moço tinha um tio possuidor dos mesmos dois prenomes; passou então a assinar Fulano de Tal Oliveira Sobrinho". E foi assim que José "[...] brindou-o com uma pasta de mão e uma capa de gabardine" (FONTES, 1960, s. p.). A "inspiração direitista", observa Barbosa, "[...] era a coqueluche da época [...]" (BARBOSA, 1982, p. 348), sendo que dentre as grandes conferências na Faculdade de

Direito destaca-se a proferida por Antônio Gallotti em maio de 1933, na qual faz críticas demolidoras ao liberalismo e exalta com fundamentação as virtudes do fascismo. (BARBOSA, 1982, p. 180-205)

Independente do grau de articulação e compromisso de José com o “novo pensamento em elaboração”, referido por Barbosa, ficou evidente um esforço de apropriação da memória e legados do falecido por parte da corrente integralista.

Segundo o professor Luiz Felipe Falcão⁵⁰, a Ação Integralista Brasileira (AIB) ganha força entre os descontentes com os rumos do movimento de 1930 e “[...] o impacto dos episódios que transcorriam na Europa, aliados ao receio ante o comunismo [...]”, fatores “[...] decisivos para compreender o grande interesse despertado [...]” no Estado pela AIB. Há também a “[...] desaprovação da democracia liberal, que aqui se exhibe de maneira insofismável”. A democracia estava “ferida de morte”, restando duas alternativas: o comunismo da Rússia ou o nazifascismo sob a liderança de Hitler e Mussolini, “[...] cujas realizações seriam dignas de todo respeito e admiração”. (FALCAO, 1999, p. 178)

No caso de Santa Catarina o fenômeno do integralismo teve uma “singularidade”, a “mais notável”, em que ocorreu a difusão de “[...] uma certa concepção

nacionalista [...]”, sendo “[...] nítida a preocupação em estimular de todas as formas um culto patriótico ao Brasil” (FALCAO, 1999, p. 186). O integralismo local também inova “[...] no discurso acerca das populações de origem imigrante [...]” no Estado. Não caberia impor o abandono por essas populações de seus referenciais culturais, mas “[...] agir no sentido de plantar [...]” nelas “[...] um sentimento de brasilidade capaz de superar os preconceitos de caráter étnico”. (FALCAO, 1999, p. 193)

A campanha pró-monumento a Boiteux prosseguiu. O Teatro Álvaro de Carvalho voltou a ser ocupado com um festival artístico da Caravana Acadêmica da Faculdade de Direito, presidida por Virgílio Gualberto, com A. Nunes Varella de secretário e M. A. da Luz Fontes na tesouraria. Em janeiro de 1935 foi encenada no mesmo local a peça *Zuzu*, de Viriato Corrêa, pelo grupo Recreio Dramático, sob a direção de Dante Natividade, também visando fundos para a herma de Boiteux. A banda da Força Pública tocou e o acadêmico Jorge Lacerda disse “algumas palavras” durante o espetáculo. (BARBOSA, 1982, p. 308-310)

Em Laguna surgiu um movimento de apoio à herma. Os estudantes catarinenses matriculados no Paraná, liderados por Jorge Lacerda, percorrem os municípios do norte de Santa Catarina promovendo encenações e arrecadando recursos (Porto União, Canoinhas,

Mafra, São Francisco, Joinville e Blumenau). A caravana paranaense esteve em Florianópolis, e foi recebida pelos dirigentes do Centro Acadêmico na cabeceira da ponte Hercílio Luz, realizando-se novo espetáculo no Teatro Álvaro de Carvalho e sarau-dançante no Clube 12. Em julho já tinham sido levantados quase dois contos de réis. A campanha continuou e envolveu várias cidades de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. (BARBOSA, 1982, p. 310-319)

Boiteux já havia sido homenageado com um busto, esculpido pelo artista Antonino Pinto de Mattos (o mesmo do monumento a Anita), inaugurado no dia 7 de setembro de 1920 no então largo Fagundes, posteriormente transferido para a Praça 15 de Novembro, no entorno do monumento aos mortos na Guerra do Paraguai, ainda denominado Jardim Oliveira Bello. O busto ou herma patrocinado pelos estudantes de Direito após sua morte foi instalado inicialmente no prédio da Faculdade na Rua Esteves Júnior, encontrando-se atualmente no Centro Sócio-Econômico da UFSC, no bairro da Trindade.

Dionísio Cerqueira fica na fronteira com a Argentina a 760 quilômetros de Florianópolis, na divisa com o Paraná, região do extremo noroeste de Santa Catarina. Nesse município existia um grupo escolar com o nome

de José Boiteux, visto anteriormente, oficializado em 1929 com sua presença como integrante da comitiva do governador Adolfo Konder. A edificação onde funcionou o estabelecimento está em ruínas, localizada na Linha Separação. Em 1970, na mesma localidade, foi erguida a escola municipal Sítio Guanabara, não tendo sido localizados registros do funcionamento e extinção da anterior.⁵¹

Até a criação do então Grupo Escolar José Boiteux, o bairro Estreito dispunha apenas da escola Dona Maria, insuficiente para a demanda, conforme Iaponan Soares⁵². Foi criado por Decreto de 15 de março de 1934 e inaugurado em 15 de fevereiro do ano seguinte, com 142 alunos da 1ª à 4ª séries e dirigido inicialmente pelo professor João Rodrigues de Araújo.

Em 1947, o estabelecimento ganhou a companhia de um anexo para o Curso Normal Regional Haroldo Callado, destinado a formar professores, transformado em 22 de novembro de 1963 (Decreto n. 945) em Ginásio Normal Haroldo Callado. Nova alteração ocorre em 1971, com a fusão das duas escolas e a criação da Escola Básica José Boiteux, destinada a alunos de 1ª à 8ª séries iniciais nos turnos matutino, vespertino e noturno. O antigo grupo escolar abrigou a Escola Noturna de Alfabetização, regida pela professora Maria

de Lurdes Albino e a Escola Técnica de Comércio Sena Pereira, entre 1952 e 1989, quando a última foi transferida para a Ilha.

Em 1969 surgiu a Associação de Pais e Professores (APP). No dia 13 de maio de 1972 foi criado o Centro Cívico Rui Barbosa. Em 1988 abrigou os cursos noturnos de Alfabetização e Supletivo, mantidos pela Prefeitura de Florianópolis. Os alunos se mobilizaram e criaram a Biblioteca Cremilde Eloásia de Oliveira, por meio de doações e aquisições, chegando a três mil exemplares em 1990. Em 1989 a escola contava com 900 alunos. (SOARES, 1990, p. 100)

A atual EEB José Boiteux conta com cerca de 500 alunos matriculados entre a 1ª e 8ª séries. Recentemente ganhou quadra coberta. Fica na Rua Marechal Câmara, CEP: 88070240, Estreito, Florianópolis – SC. Um *blog* divulga as atividades do estabelecimento.⁵³

Em 31 de maio de 1958 foi criada a Fundação José Arthur Boiteux (Funjab), estando entre seus instituidores alguns que figuram como fundadores da Faculdade de Direito, como Pedro de Moura Ferro, João Bayer Filho, Nereu de Oliveira Ramos, Affonso Guilhermino Wanderley Junior, Othon da Gama Lobo D’Eça e Edmundo Accacio Soares Moreira. Além deles, alguns dos primeiros professores e outros como João David

Ferreira Lima, Renato de Medeiros Barbosa, José Rocha Ferreira Bastos, João José de Souza Cabral, Henrique Stodieck, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Abelardo da Silva Gomes, Joaquim Madeira Neves, Alcibíades Valério Silveira de Souza, Alcides Abreu, João de Luna Freire, Severino Nicomedes Alves Pedrosa, Telmo Vieira Ribeiro, Aldo Ávila da Luz, Waldemiro Cascaes, Abelardo de Assumpção Rupp e José do Patrocínio Gallotti. (BARBOSA, 1982, p. 140)

Tendo por sede a cidade de Florianópolis, A Funjab surgiu visando os seguintes objetivos: a) promover o aperfeiçoamento do pessoal docente da Faculdade de Direito de Santa Catarina; b) estimular nos alunos do mesmo estabelecimento o estudo aprofundado do Direito. Segundo Renato Barbosa a instituição da Funjab teve base patrimonial numa ação da Companhia Belgo-Mineira, no valor de CR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros, em 1958), doadas pelo embaixador Edmundo da Luz Pinto à congregação da Faculdade, “[...] a qual deliberou transferir a referida doação à Fundação”. (BARBOSA, 1982, p. 140)

Segundo o IBGE⁵⁴, na década de 1920 a região do atual município de José Boiteux recebeu imigrantes alemães levados de Rio do Sul por companhias colonizadoras, nas áreas ocupadas por indígenas (xokleng, kaingang e guarani) cujos sobreviventes, aos poucos,

foram encaminhados a reservas. Em 1975, perderam 856 hectares de suas terras com a construção da Barragem Norte, a maior do complexo de contenção de cheias da região. “Como a área desapropriada era a mais fértil do território [...]”, informa o site do IBGE, “[...] os indígenas, lutando pela sobrevivência, passaram a derrubar a Mata Atlântica que existia em suas terras, estimulados por madeireiros inescrupulosos”.

Menos de um mês após sua morte, um distrito criado no então município de Dalbérgia ganhou a denominação de José Boiteux, criado pelo Decreto Estadual n. 498, de 17 de fevereiro de 1934. Com o Decreto Estadual n. 1, de 7 de maio de 1935, o município Dalbérgia passa a denominar-se Hamônia. O Decreto-Lei estadual n. 941, de 31 de dezembro de 1943, altera o nome de Hamônia para Ibirama, informa a mesma fonte.

Em 1958 houve uma tentativa de emancipação do distrito, mas o município com a denominação de José Boiteux surgiria apenas com a Lei Estadual n. 7.580, de 26 de abril de 1989, desmembrado de Ibirama. Com sede no antigo distrito, o novo município foi instalado no dia 1º de janeiro de 1990. Com uma área de 406 km², possui 4.721 habitantes. (IBGE, s.d.)

Os antigos moradores da região estão reunidos na Terra Indígena (TI) Ibirama, situada ao longo dos Rios Hercílio (antigo Itajaí do Norte) e Plate, um dos vales

formadores da bacia do rio Itajaí-açu. A TI abrange quatro municípios e cerca de 70% da área está dentro dos limites dos municípios José Boiteux e Doutor Pedrinho. Foi criada com a denominação de Posto Indígena Duque de Caxias, em 1926, pelo então governador Adolpho Konder, com uma área de 20 mil hectares. Em 1965 foi oficialmente demarcada e em 1975 recebeu o nome de Posto Indígena e depois TI Ibirama⁵⁵.

José Boiteux é nome de Rua em Mafra, Porto União e Florianópolis. Em Mafra, a Rua José Boiteux é uma importante e movimentada via, ligando o Centro da cidade ao bairro Vila Ivete⁵⁶. Em Porto União, a Rua José Boiteux também é uma via central, entre as Avenidas João Pessoa e Getúlio Vargas⁵⁷. Na Capital, a Rua denominada José Boiteux é perpendicular a Avenida Mauro Ramos, em direção ao Morro da Cruz ou Morro do Antão, região do Centro⁵⁸.

“Na Região dos Justos”

A população de Florianópolis soube da morte de José Boiteux antes dos jornais. Ocorreu de forma súbita, quando estava em plena atividade e arrumava as malas para uma viagem ao Rio de Janeiro, às 21h30min do dia 8 de janeiro de 1934, uma segunda-feira. Passara o fim

de semana em agonia. Logo a notícia correu de boca em boca e chegou aos ouvidos dos jornalistas nas redações. Eles estavam preparando o fechamento das edições do dia seguinte e tiveram que alterar as capas para divulgar a informação.

Nenhum deles anunciou objetivamente a morte do intelectual, limitando-se a manchetes como “Desembargador José Boiteux”. O que realmente havia acontecido o leitor fica sabendo apenas no texto. “Surpreendendo dolorosamente a população desta Capital, correu, ontem à noite, sentidamente, a notícia do falecimento do nosso ilustre conterrâneo”, informa o jornal *O Estado*⁵⁹ do dia 9 de janeiro de 1934. O jornal *Por Santa Catarina*⁶⁰ do mesmo dia noticia o “trespasse, ontem” depois de “curta enfermidade”, fato que “[...] encheu de consternação a cidade e feriu profundamente a alma catarinense”.

Renato Barbosa foi informado “de tão infausto acontecimento” às 23h30min pelo jornalista Osvaldo Mello. A notícia abalou “[...] profundamente a sociedade catarinense, sobretudo a da Capital, onde ele sempre foi muito querido [...]”, assinala, “[...] pelo trato afável, pela simplicidade, pela bondade e por profunda aura pessoal”. Por esse motivo se viam pelas praças, ruas e cafés da cidade “grupos contristados” onde se faziam “[...] comentários, recordavam episódios dessa grande vida

que se extinguiu, sem um queixume, sem o menor saldo de contas a ajustar”. Uma “massa humana” de políticos, magistrados, intelectuais, jornalistas, estudantes e “operários, gente humilde”, tomou conta do acesso ao Hospital de Caridade, esperando o transporte do corpo até a Vila Jocelina, onde residia, na Praça General Osório (antigo Campo do Manejo, atual Instituto Estadual de Educação). (BARBOSA, 1982, p. 289)

Junto com a informação da morte de José, os jornais incluem rápidas biografias, destacando a nomeação de José por aqueles dias para o recém-criado Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SC). Destacam ter sido o fundador de inúmeras instituições de cultura e ensino e de jornais, se detendo num tema recorrente em todos que abordam a figura de José Boiteux: seu “amor por Santa Catarina”. O jornal *Por Santa Catarina*, do mesmo dia 9, editado pelo jornalista João Bayer Filho, junto com *A Pátria* (com o mesmo noticiário), fala do desaparecimento de “[...] um dos filhos mais dedicados de Santa Catarina, a qual o extinto amou, e serviu [...]” ao longo de quase meio século, “[...] todo ele absorvido na carinhosa idolatria da terra de seu berço”. Esse foi, reafirma o jornal, o “traço predominante” do “grande brasileiro” que era “[...] através de seu culto a Santa Catarina, na qual resumiu a sua obra de político, de historiador e de jornalista”.

Conclui: “*Por Santa Catarina e A Pátria* curvam-se emocionados diante do túmulo do ilustre catarinense [...]”, salientam, “[...] constrangidos diante da perda que a nossa terra vem de sofrer no patrimônio dos seus varões ilustres e beneméritos”.

O jornal *O Estado*, na edição citada, reafirma que o falecido conquistara a “[...] estima e o respeito de todos os seus conterrâneos [...]” devido exatamente ao “amor à terra catarinense”. Santa Catarina perde com ele “um dos seus mais honrosos filhos”. Por aqueles dias, segundo *O Estado*, Boiteux “gozava” de “[...] sadia e resistente vitalidade, que muito prometia em benefício de sua querida terra”. Mas foi “surpreendido” por “grave enfermidade que o vitimou”.

Fora do círculo familiar, um dos primeiros a se preocupar com a doença de José foi o interventor Aristiliano Ramos, que tirou da gaveta o Decreto-Lei n. 452, datado de 3 de janeiro, e o levou à presença de Boiteux no quarto do Hospital de Caridade, para assiná-lo, no mesmo dia de seu falecimento. Com o ato, Aristiliano tornou a Faculdade de utilidade pública, abrindo o caminho para seu reconhecimento e desenvolvimento posteriores. (BARBOSA, 1982, p. 693)

Martorano fala rapidamente da causa da morte: “Um médico deu seu diagnóstico: gripe intestinal”

(MARTORANO, 1984, p. 38). “Gripe intestinal”, segundo o cientista Roger I. Glass⁶¹, Chefe da Seção de Gastroenterites Virais do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA, pode ser causada por rotavírus. (GLASS, 2006, s.p.)

A tradição ocidental define a pessoa como a associação de um “corpo” e uma “alma”, explicam Le Goff e Schmitt⁶². Os homens e mulheres constataam a finitude da existência corporal e, ao mesmo tempo, “[...] o reconhecimento por cada um da faculdade que tem de transcender os limites pelas faculdades de sua ‘alma’ [...]”, ou seja, “[...] o pensamento, a memória, o sonho, a crença”. Essas são características universais, embora dentro de cada cultura existam nuances significativas, além do fato de na cultura ocidental a relação corpo/alma ter uma “[...] configuração que não é nem universal nem imutável na história” (LE GOFF; SCHMITT, 2002a, p. 253). A partir dos Séculos XXII e XXIII, a morte passa a ser pensada como uma separação da alma e do corpo, “[...] seguido pelo julgamento imediato e particular de cada defunto [...]”, destacam os autores citados. É quanto surge a figura do Paraíso, “[...] sinal inegável de um processo de individualização”, ou um emergir do indivíduo, até então sem existência configurada, processo que se acentua e chega aos nossos dias⁶³. (LE GOFF; SCHMITT, 2002b, p. 245)

Enquanto o corpo de José era velado em sua residência, o advogado Renato Barbosa procurava o engenheiro Annes Gualberto, em Tubarão, solicitando condução para se deslocar a Capital. Gualberto chamou seu motorista, Edgar Lemos, a quem “[...] ordenou que me conduzisse a Florianópolis”. À uma hora da madrugada do dia 9 atravessava em balsa o Rio Tubarão, seguindo por São Bonifácio e Anitápolis para alcançar o destino. Após uma “ligeira *toilette*” em casa de sua mãe, na Rua Deodoro, vestiu um terno azul-marinho e foi para o velório, lá chegou pouco antes do início do sepultamento, às 10 horas. (BARBOSA, 1982, 289-290)

“Emocionante consagração póstuma [...]”, conta Renato Barbosa. “Carros oficiais e particulares estacionavam ao longo da praça”. O varandão da casa onde José morava estava repleto de “[...] coroas de flores naturais com expressivos dizeres”. Naquele momento “[...] todos se acotovelavam para o último adeus ao extinto”. Uma verdadeira “[...] multidão enchia grande parte da praça fronteira”. (BARBOSA, 1982, p. 290)

Às 10 horas em ponto começa o grande ritual de sepultamento, narrado pelo jornal *Republica* do dia seguinte⁶⁴. A urna estava coberta com a bandeira da Liga Operária, entidade que ajudara a fundar em 1897 e com a qual sempre se mantivera em contato. O “rico cofre mortuário” com o “corpo do venerando morto” foi retirado

da “casa da desolada família” pelo interventor federal Aristiliano Ramos, os desembargadores Américo Nunes, Carneiro Ribeiro e Tavares da Cunha Melo, este último presidente do TRE-SC, o Juiz Federal Adalberto Ramos e o Almirante Durval Melquíades de Sousa, prefeito da cidade, conduzido em direção à Capela do Menino Deus, junto ao mesmo Hospital de Caridade.

No caminho “revezaram-se nas alças do caixão” desembargadores, representantes consulares, membros da Ordem e do Instituto dos Advogados, alunos e professores da Faculdade de Direito, representantes dos institutos Comercial e Politécnico, oficiais e praças do Exército, Marinha e Força Pública, jornalistas, intelectuais, funcionários federais, estaduais e municipais, professores, representantes de clubes e associações religiosas, do comércio e “das classes operárias”, enumera o mesmo jornal *Republica*. O cortejo foi acompanhado por “[...] grande massa de povo, uma longa fila de automóveis cheios de ricas coroas de flores naturais e artificiais. A banda da Força Pública acompanhava executando canções fúnebres, complementa o citado exemplar do *Republica*.

Do alto da colina, a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, com o provedor à frente, todos envergando as opas tradicionais, se dirige ao encontro do féretro. Recebidos os “despojos do irmão”, os integrantes da Irmandade

o conduzem ao interior da Capela do Menino Deus “para os rituais de encomendação”. (BARBOSA, 1982, p. 290)

O Reverendo Pascale e o Frei Norberto Tambosi se encarregaram de rezar o *De Profundis*. Concluída a rápida cerimônia no interior da capela Menino Deus, os membros da Irmandade dos Passos tomaram as alças do ataúde, conduzindo-o até o cemitério nos fundos do Hospital de Caridade, informa o jornal *O Estado* no dia posterior. “E, na velha necrópole, data da colônia, abria-se um jazigo perpétuo para receber o último romântico de uma bela época da vida pública catari-nense [...]”, diz Barbosa. (BARBOSA, 1982, p. 290)

Seguiram então uma série de falas, começando pelo aluno Glavan de Oliveira, presidente do Centro Acadêmico XII de Fevereiro, do qual José era presidente de honra, conforme a citada edição do *Republica*. Oliveira agradece a “[...] semente que em boa hora lançaste nesta terra que te recebe agora orgulhosa e avara [...]” e deseja que naquele fim de jornada seja recebido no céu “[...] aureolado pela glória da conquista do que mais desejas: a legalização federal da Faculdade de Direito”. Em seguida falou o professor Laércio Caldeira. “O Instituto Comercial de Florianópolis manda-me que eu diga ao seu grande animador, à beira do túmulo, bem alto:

Não sei de quem amasse tanto a Santa Catarina como tu a amaste, e bem baixo, para que só me ouçam os homens desta geração: Não sei quem mais sofresse por amor de Santa Catarina como tu sofreste”.

Leopoldo de Diniz Martins Júnior, Dinis Júnior, nascido em Florianópolis em 2 de setembro de 1887, então com 47 anos de idade, falou em nome da Academia Catarinense de Letras. Ele “[...] produziu um sentido improvisado, do qual pudemos publicar apenas [...]” alguns trechos “[...] que bem revelam o amargurado estado d’alma do orador [...]”, continua o *Republica*. Foi um longo discurso. “Vi sempre em Boiteux [...]”, destaca, “[...] numa terra em que, acima de tudo, se descrê do valor dos próprios filhos [...]”, aquele que “[...] cultivou heroicamente, a crença nos méritos de sua grei”. Foi um homem que “[...] consumiu os seus dias em busca da inteligência, semeando, infatigavelmente, por todos os recantos da terra natal, os núcleos de cultura [...]”, aqueles que “[...] melhor traduzissem a fé inesgotável de sua alma no espírito dos homens que aqui nasceram”. Em seguida falou um afilhado de Boiteux, Levi Linhares da Silva, nascido em 1905, dizendo acreditar que sua alma iria “[...] repousar na região dos justos e o corpo [teria] a única paz possível aos grandes lutadores do ideal [...]”, concluindo com um “[...] querido padrinho, o meu adeus”.

As imagens que surgem na reconstituição deste momento lembram o que Le Goff chama de “prática social estreitamente ligada a morte”, já no ocidente medieval, no sentido de “comemorar o defunto” tendo em vista sua “[...] sobrevivência na memória, a manutenção da *fama*”. São temas, destaca Le Goff, que “[...] datam da antiguidade cristã”. A permanente presença dos “[...] mortos entre os vivos, o culto dos ancestrais, não são exclusivos das sociedades exóticas [...]”, indicando ser a morte apenas “[...] um momento de um sistema de relações complexas entre este mundo e o Além, entre os vivos e os defuntos”. (LE GOFF, 2002b, p. 244)

Além de representantes do TRE-SC, Tribunal de Justiça, Faculdade de Direito, Politécnico e Academia de Letras, já citados, o enterro de José Boiteux teve as presenças de integrantes do 14º BI, Força Pública, Casa Hoepcke, Associação Comercial de Florianópolis, consulados alemão e português, PRC, Legião Republicana, Centro de Carteiros do Correio, grupos escolares Silveira de Souza e Lauro Müller, Escola Normal, Instrução Pública, Ordem Terceira, Tiro de Guerra 40, Arcebispo Metropolitano, Liga Operária e de “inúmeras outras representações”, detalha o citado jornal *Por Santa Catarina* do dia 9.

Todas as principais autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, militares e eclesiás-

ticos, além da intelectualidade em peso marcaram presença. No dia em que Boiteux foi sepultado a esposa do juiz de Direito da comarca da Capital, Mileto Tavares, Dona Neném Tavares festejou aniversário, o mesmo acontecendo com o funcionário da diretoria regional dos Correios e Telégrafos, Luis Carlos de Medeiros, o capitalista Major Roberto Paulo Wendhausen e a professora normalista Henedina Nadir Porto. Naquela mesma noite de 9 de janeiro de 1934 foi rezada na Catedral Metropolitana uma missa pela alma de João Gomes de Oliveira, conta o *Republica* no dia 10.

O poeta Nicolau Nagib Nahas “tem apresentado sensíveis melhoras no seu estado de saúde”, noticiam os jornais, mas faleceria no dia 26 do mês seguinte, ilustra o mesmo *Por Santa Catarina* do dia 9. Entre os dias 9 e 11 naquele mês de janeiro de 1934 as bandeiras seriam “hasteadas em funeral” ou a meio-pau como se diz hoje, conforme o Decreto n. 455 do Interventor Federal Aristiliano Ramos, considerando o período como de luto oficial. O decreto leva em conta os relevantes serviços prestados ao Estado, a: “consternação geral” motivada pelo óbito e, principalmente, porque “[...] o morto demonstrou sempre grande interesse pelas coisas de sua terra natal”. Isso o que o torna “[...] credor da gratidão dos catarinenses e digno das mais expres-

sivas homenagens [...]”, sendo a “manifestação de pesar” um “ato de verdadeira justiça e civismo”, enfatiza o jornal Por Santa Catarina do dia 9.

Miriam Bianca Amaral Ribeiro⁶⁶ estuda o episódio do falecimento do ex-presidente Tancredo Neves para responder à seguinte questão: “Como a apropriação da morte pelos jogos do poder pode transformar um evento que, biologicamente nos iguala, em um diferenciador eficiente entre os que estão vivos?” Ribeiro conclui pela presença de uma “[...] apropriação do processo doença-morte-enterro como um recurso político a serviço de um determinado projeto”. Nesse sentido, o limite entre a vida e a morte, “[...] para além do evento biológico, não é mesmo igual para todos, nem em todos os tempos”. Assim, “[...] para o comum manter-se vivo é uma batalha diária e o fim da vida é o fim mesmo [...]” enquanto ao mártir e herói “[...] alguma consciência da eternidade revivida na memória socialmente construída, o diferencia dos comuns”. (RIBEIRO, 2008, p. 240; 256)

Cabe comentar apenas que Aristiliano Ramos e seu primo-irmão, Nereu Ramos, começaram juntos na Aliança Liberal, pegaram em armas em outubro de 1930, mas divergiram em seguida tomando caminhos opostos – o primeiro se alinharia em 1945 com a União Democrática Nacional (UDN) e o segundo comandaria o Partido Social

Democrático (PSD). Aristiliano assumiu a interventoria de Santa Catarina no dia 18 de abril de 1933, concorreu nas eleições no início de 1935 e perdeu, tendo que entregar o cargo ao adversário Nereu Ramos nos primeiros dias de abril. (PIAZZA, 1985, p. 466)

A reunião ordinária do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SC) realizada no dia 10 de janeiro de 1934 foi aberta e suspensa em seguida para serem apresentados “[...] à família enlutada sentimentos de pesar [...]”, segundo a cobertura do jornal *Republica* do dia 11 de janeiro de 1934. O professor Henrique Fontes, procurador do órgão, cita os 27 anos de convivência que teve com Boiteux e se atém a “[...] uma qualidade do querido e preclaro amigo”. Destaca o seu papel de “inexcedível animador” que “[...] tinha iniciativas e sabia levá-las a termo [...]”, aplaudindo os “[...] alheios empreendimentos e a eles dava colaboração sincera e útil”. Facilitava o “[...] caminho dos que almejavam trabalhar e onde descobria um lampejo de talento [...]”, esforçava-se “[...] para que Santa Catarina possuísse novos Mafras, Meirelles e Delfinos”. No passado ele buscava “[...] homens e coisas que eram abono e glória da terra e da gente barriga-verde [...]”, com o objetivo de “[...] animar e edificar os vivos.”⁶⁷ (REPUBLICA, 11.1.1934)

A missa de sétimo dia ocorrida na Catedral Metropolitana foi uma iniciativa do Interventor Federal

Aristiliano Ramos, que publicou convite nos jornais a “[...] todas as autoridades e o povo em geral para assistirem as solenes exéquias que, em intenção a alma do nosso ilustre conterrâneo [...]”, José Boiteux, faria celebrar na terça-feira, dia 16, às 8h30min, na Catedral Metropolitana.⁶⁸ (REPUBLICA, 16.1.1934)

A “imponente solenidade religiosa”, narra o *Republica* do dia 17, tinha no centro a figura do arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, que “[...] assistiu o ato do seu trono [...]”, com as presenças do interventor, secretários de Estado, membros do TRE-SC e do Tribunal de Justiça, o almirante Melquiades, prefeito da Capital, alunos e professores da Faculdade de Direito e seu Centro Acadêmico e do Politécnico, mais os chefes e funcionários das repartições federais, estaduais e municipais, “[...] representantes das associações religiosas e de imprensa, de inúmeras outras pessoas da família do extinto”.

Dom Joaquim acompanhou sempre atento a celebração conduzida por frei Evaristo Schürmann, secretário geral do arcebispado, “acolitado” pelos padres Emílio Dúfner, diretor do Ginásio Catarinense, e Paulo Belli, capelão do Hospital de Caridade. Frei Norberto dirigiu com esmero um “conjunto de cantores”. Finalizadas as exéquias, Dom Joaquim “[...] encaminhou-se então para

o alteroso cadafalso erguido no centro da Catedral, dando a benção da absolvição [...]”, cercado pelas autoridades “[...] empunhando tochas iluminadas”. No final, Aristiliano Ramos recebeu “[...] os cumprimentos dos presentes [...]”, enquanto no adro, “[...] a banda da Força Pública executou músicas fúnebres [...]”, conclui o *Republica* do dia seguinte.

Em fins de 1921, José Boiteux estava com 56 anos de idade, tinha 1,72 metro de altura, cútis clara, cabelos grisalhos, olhos castanhos, sem barba nem bigode. As informações estão em sua Carteira de Identidade Eleitoral tirada naqueles dias, com foto e digitais do polegar direito, assinado pelo diretor Achilles Gallotti e o próprio José⁶⁹.

O acervo que ele reuniu está sob os cuidados do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, instalado na Casa José Boiteux, edifício do antigo Instituto Politécnico, na Avenida Hercílio Luz. Em 1989 o Instituto recebeu da família de José cerca de 40 mil documentos, trabalhados inicialmente por Eliana Bahia. São cartas e bilhetes, anotações, telegramas, cartões postais e de visita, mapas, jornais e recortes de publicações, uma infinidade de material.

Sobre o período de 1888 a 1931 existem 5.341 documentos diversos. Entre certidões, atestados, diplo-

mas, recibos e outros documentos de ordem pessoal somam 1.002 peças. Sua produção intelectual abrange 1.232 unidades – ensaios, poesias, discursos, artigos literários seus e de outros autores. Foram relacionados ainda 1.009 procurações, propostas orçamentárias e mapas estatísticos.

Ao lado de suas pesquisas José reuniu 10.735 recortes de jornais sobre os mais variados temas, servindo de base para os artigos com o pseudônimo Cantu-Mirim. Outra preciosa coleção deixada por Boiteux foi de fotografias, num total de aproximadamente dez mil imagens em preto e branco. (BAHIA, 1994, p. 1-4)

“Guardar foi um verbo, uma ação, intensamente presente na vida dos irmãos Boiteux [...]”, em Florianópolis entre o final do Século XIX e início do seguinte, “[...] e foi nessa coisa de guardar que dá ao historiador de hoje as condições para configurar o passado [...]”, observa a professora Maria Teresa dos Santos Cunha⁷⁰, que estuda os acervos de Henrique, José e Lucas Boiteux e coordena projetos sobre eles. “Para eles guardar não significou esconder [...]”, mas “[...] consistiu em proteger documentos e papéis avulsos da corrosão temporal para melhor partilhar [...]”, salienta Cunha. “Preservar e tornar vivo o que, pela passagem do tempo, deveria ser consumido, esquecido, destruído, virado lixo”. (CUNHA, 2008, p. 112)

Afinal, são milhares de “[...] papéis escritos tidos como ordinários [...]”, como cartas, diários, autobiografias, cadernos de receitas, cartões de felicitações, e “[...] muitas fotografias antigas com dedicatórias afetuosas até então escondidas dentro de gavetas, armários, caixinhas”. Tudo isso permite “[...] conhecer os modos de vida das novas elites republicanas em Santa Catarina [...]” durante a Primeira República,

[...] e conhecer seus processos para a construção da representação mais legítima de sua posição bem como suas redes de sociabilidade que visam assegurar a manutenção de seu poder. (CUNHA, 2008, p. 112-113)

Notas

1 – FREITAS, Carlos de. **Inventário**: poemas. Florianópolis: FCC, 1986, p. 85.

2 – BOITEUX, José Arthur. O Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

3 – RENK, Arlene. *Algumas interpretações*. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

4 – SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, mar./maio 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2011.

- 5 – FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. *In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras.* Chapecó: Argos, 2005.
- 6 – COSTA, Arthur Ferreira da. O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista. *In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras.* Chapecó: Argos, 2005.
- 7 – D’ÉÇA, Othon Gama. **Aos Espanhóis confinantes.** 2. ed. Florianópolis: FCC, Fundação Banco do Brasil e Editora da UFSC, 1992.
- 8 – PIAZZA, Walter Fernando; BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para a história da Academia Catarinense de Letras.** Porto Alegre: Edições Flama, 1971.
- 9 – BAHIA, Eliana. **Perfil de José Arthur Boiteux:** um construtor da cultura catarinense. 1994. Dissertação (Mestrado em História) Curso de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, ago de 1994.
- 10 – BAHIA, Eliana. Em busca de uma casa para a cultura. **Revista ÁGORA**, n. 10, dez 1989.
- 11 – Jornal *Republica* de 8.7.1919. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 12 – ARAÚJO, Hermetes Reis de. Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. *In: BRANCHER, Ana (Org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos.* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- 13 – PAULI, Evaldo. **Hercílio Luz:** governador inconfundível. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
- 14 – VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis:** memória urbana. Florianópolis: Editora da UFSC; Fundação Franklin Cascaes, 1993.
- 15 – BENAKOUCHE, Tamara. Técnica, imaginário e modernidade na Primeira República: o valor simbólico da construção da Ponte Hercílio Luz. *In: Revista Catarinense de História*, n. 4. Florianópolis: Editora Insular, 1996.

- 16 – ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.
- 17 – MARTORANO, Dante. **José Arthur Boiteux**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984.
- 18 – PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
- 19 – PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli; FCC Edições, 1992.
- 20 – PAULI, Evaldi. **História Econômica de Santa Catarina**. Enciclopédia Eletrônica Simpozio. 1997. Disponível em: <http://cfh.ufsc.br/~simpozio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia_economicaSC/91sc4399-4429.html>. Acesso em: 12 fev. 2011.
- 21 – SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- 22 – SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- 23 – REVISTA Atualidades. Edição Comemorativa, n.10, out. de 1948, p. 83. Florianópolis – SC. Acervo do autor.
- 24 – PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- 25 – ROUVER, Vanderlei. **Bayer Fº: o político e o Tribunal de Contas**. Florianópolis: Tribunal de Contas do Estado, 1993.
- 26 – HENTZ, Isabel Cristina. A morte do jornalista mártir: reflexões sobre a repercussão do atentado a Crispim Mira. **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis – UFSC, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/348/130>>. Acesso em: 21 mar. 2011.
- 27 – CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- 28 – GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. O campo da história e as “obras fronteiriças”: algumas observações sobre a produção historiográfica

brasileira e uma proposta de conciliação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 48, mar. 2009. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0020-387420090010100002&script=sci_arttext#nt08>. Acesso em: 21 out. 2011.

29 – COSTA NETO, Benedito. Esaú e Jacó com romance histórico: algumas vozes. **Revista Letras**, Curitiba, n. 58, p. 47-67. jul./dez. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/viewArticle/18421>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

30 – BOITEUX, José Arthur. **Arcaz de um barriga-verde e águas passadas**. Florianópolis: Editora da UFSC; FCC Edições e Academia Catarinense de Letras, 1993.

31 – ATHANÁZIO, Enéas. Arcaz de um Barriga-verde. **Revista Coojornal Rio Total**, 31.10.2009, ano 12, n. 656. Enéas Athanázio. Disponível em: <<http://www.riototal.com.br/coojornal/eneasathanazio154.html>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

Sobre o conto Aninha do Bentão Athanázio faz a seguinte avaliação: “Entre os contos mais interessantes, bem trabalhados e curiosamente premonitórios, avulta “Aninha do Bentão”, evocando a figura de Anita Garibaldi, já então morta em outras terras, como havia informado o marido, tal como era vista em sua cidade natal – Laguna. Mostra a relutância de muitas pessoas em aceitarem como heroína a filha da terra, pobre e desvalida, nascida em Morrinhos, moradora em ‘casa de porta e janela’ e que mal fora notada antes de suas façanhas que correram mundo. É a demonstração prática do velho dito popular de que santo de casa não faz milagres. Mesmo louvada pelos grandes jornais do Rio e de Lisboa como “legendária, guerreira, intrépida amazona, heroína de dois mundos”, havia os que ironizavam e duvidavam, apontando o esquecimento que começava a recair sobre ela. Com isso, no entanto, não concordava o boticário João Mendes, cujas palavras proféticas o tempo se encarregou de comprovar, tanto que Laguna passou a pleitear, inclusive por meios judiciais, a condição de terra natal de Anita, fato declarado em sentença fundada em elementos de prova. ‘Ah! Tudo muda, tudo mudará, meus amigos – exclamou o boticário – e, então, Annita Garibaldi, Raphael Bandeira e outros serão devida-

mente homenageados.’ E mais adiante, explodindo de indignação: ‘Anninha do Bentão! Anninha do Bentão! Para os diabos que os carreguem! Heroína de dois mundos, quer queiram, quer não queiram, é o que ella já é e há de ser, enquanto o mundo for mundo!’ (pp. 85 e 57). O modesto boticário interiorano afrontava o estranho pudor aqui do sul que nos impede de reconhecer e proclamar os valores locais e que acabam no ostracismo.” (ATHANÁZIO, 2009, s.p.)

32 – ATHANÁZIO, Enéas. Águas Passadas. **Jornal da Poesia**. C. 2009. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/eneasathanazio1.html>> Acesso em: 2 dez. 2011.

33 – SOARES, Iaponan. **Panorama do Conto Catarinense**. Florianópolis: Porto Alegre: Editora Movimento; Instituto Nacional do Livro, 1974.

34 – NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

35 – CORRÊA, Carlos Humberto. **Um estado entre duas repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina até 1935**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

36 – FONTES, Henrique da Silva. Faculdade de Direito de Santa Catarina. **Comemoração do Primeiro Decênio de Fundação, em 1942**. Discurso proferido pelo Professor Henrique da Silva Fontes. Disponível em: <http://www.henriquefontes.pro.br/livros/o_almirante_henrique.pdf>. Acesso em: 23 out. 2011.

37 – GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

38 – BARBOSA, Renato. **Cofre aberto...** Reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos. (No cinquentenário de sua fundação 11-2-1932 11-2-1982). Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1982.

39 – RAMOS, Rubens de Arruda. Voto de Obediência. **Revista Atualidades**. Edição Comemorativa, n.10, out. **1948**. Florianópolis – SC.

40 – MOTTA, Marly Silva da. A busca da renovação: o Instituto da ordem dos Advogados Brasileiros nos anos 20. In: BAETA, Hermann Assis. **História da Ordem dos Advogados do Brasil: o IOAB na Primeira República**, v. 3. Brasília: OAB-Ed., 2003.

- 41 – HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- 42 – DIÁRIO Oficial da União (DOU) de 24.3.1932. JusBrasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2021943/dou-secao-1-24-03-1932-pg-13/pdf View>>. Acesso em: 13 out. 2011.
- 43 – MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. **A evolução do ensino jurídico no Brasil**. JUSsapiens, (s.d.). Disponível em: <http://pdf-esmanual.com/books/350/a_evolu%C3%87%C3%83o_do_ensino_jur%C3%8Dico_no_brasil.html>. Acesso em: 21 set. 2011.
- 44 – Disciplinas exigidas para o vestibular: Álgebra, Geometria e Trigonometria, Geografia Geral, História Universal e do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Desenho, Física, Química, História Natural, Cosmografia e Filosofia. (BARBOSA, 1982, p. 50).
- 45 – Outro Abel Ávila dos Santos, nascido em Tijucas em 1917, foi deputado estadual e federal até recentemente. (PIAZZA, 1985, p. 508)
- 46 – LIMA, João David Ferreira. **UFSC: sonho e realidade**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- 47 – KRELLING, Carolina Malagoli. **José Boiteux e o ensino superior em Santa Catarina**: a fundação da Faculdade de Direito em Florianópolis na década de 1930. Trabalho de Conclusão do Curso de História. Departamento de História. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, jun. de 2010. Disponível em: <<http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/00000000000F/00000FB9.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2011.
- 48 – A família do professor Henrique da Silva Fontes criou um site para divulgar a produção inédita do intelectual catarinense. Disponível em: <<http://www.henriquefontes.pro.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2011.
- 49 – A conferência é reproduzida na íntegra por Renato Barbosa (BARBOSA, 1982, p. 302-306).
- 50 – FALCAO, Luiz Felipe. Separatismo em Santa Catarina. *In*: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- 51 – Informações da Secretaria Municipal de Educação de Dionísio Cerqueira.

- 52 – SOARES, Iaponan. **Estreito**: vida e memória de um bairro. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.
- 53 – Blog da EEB José Boiteux, Estreito, Florianópolis, com informações das atividades didático pedagógicas em curso: <<http://escolajoseboiteux.blogspot.com>>.
- 54 – Município de José Boiteux. IBGE, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=420915>>. Acesso em: 14 out. 2011.
- 55 – Informações do *site* Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xokleng/974>>. Acesso em: 9 set. 2011.
- 56 – Informações da assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Mafra, SC.
- 57 – Informações da assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de União da Vitória, SC.
- 58 – Constatação *in locus* do autor.
- 59 – Jornal *O Estado* do dia 9.1.1934. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 60 – Jornal *Por Santa Catarina* do dia 9.1.1934. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 61 – GLASS, Roger I. Combate ao Rotavírus. Revista *Cientific American*, n. 48, maio de 2006. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/combate_ao_rotavirus_imprimir.html>. Acesso em: 12 nov.2011.
- 62 – LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**, v. 1. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- 63 – LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**, v. 2. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- 64 – Jornal *Republica* do dia 10.1.1934. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- 65 – Jornal *O Estado* do dia 10.1.1934. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

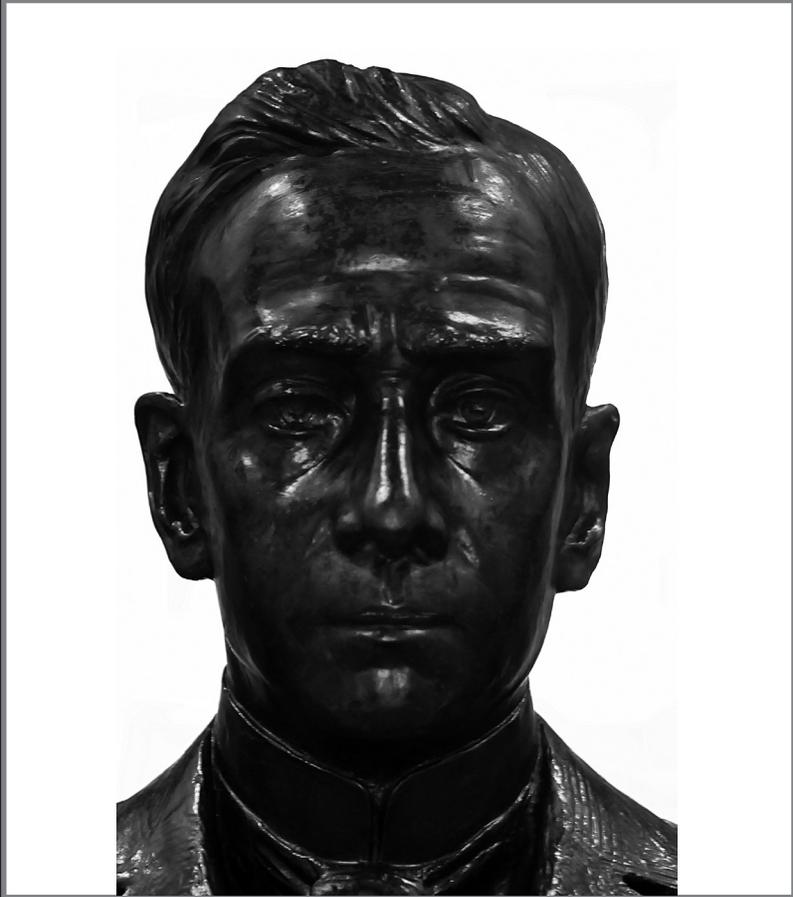
66 – RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. A morte e a morte de Tancredo Neves: controlando muitas vidas através de uma morte. **Revista Opis**, v. 8, n. 11, 2008. Departamento de História e Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opis/article/view/9363/6455>>. Acesso em: 1º nov. 2011.

67 – Jornal *Republica* do dia 11.1.1934. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

68 – Jornal *Republica* do dia 16.1.1934. Florianópolis – SC. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

69 – Carteira de Identidade Eleitoral de José Boiteux. Gabinete de Identificação e Estatística. Estado de Santa Catarina. 10 de novembro de 1921. Acervo José Boiteux. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

70 – CUNHA, Maria Teresa dos Santos. Essa coisa de guardar... Homens de letras e acervos pessoais. *História da Educação Pelotas*, v. 12, n. 25. maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ufpel.tche.br/fae/asphe/revista/rhe25.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2011.



Busto no hall de entrada do prédio do IHGSC, antigo Instituto Politécnico.
Celso Martins



José Boiteux em 1893, como oficial do Exército, combatendo a Revolta da Armada
Arquivo de José Boiteux/IHGSC

Considerações Finais

Começamos o presente trabalho mencionando alguns limites nas avaliações do papel de José Arthur Boiteux, tradicionalmente apresentado em partes, desconjuntado, como se um houvesse criado o Instituto Histórico, outro a Academia de Letras e um terceiro o Instituto Politécnico e a Faculdade de Direito. Vimos ao longo do trabalho, e procuramos demonstrar, que toda a ação de Boiteux visou um objetivo: dotar a nascente República dos instrumentos de persuasão e de legitimação necessários à sua manutenção e consolidação e dos símbolos que configuram um Estado ou uma Nação. Foi o fazer sistemático de um jornalista com formação em Direito, dotado de cabedal ideológico retirado do positivismo e adaptado às condições e conjunturas locais e ao pensar conservador.

Num primeiro momento, José se encarregou da doutrinação e do adestramento ideológico dos novos quadros administrativos que iam ocupando postos num aparelho estatal em expansão, base da nascente classe média. Visou o setor social alinhado com o antigo

Partido Conservador dos tempos da Monarquia e que, desde a proclamação, se fundira com o diminuto grupo de republicanos históricos. Nos primeiros anos do novo regime, por meio do seu jornal *Republica*, e outros meios, ele dirigiu-se também aos militares, e em muitos momentos foi deles o porta-voz, e aos integrantes das estruturas político-partidárias, parlamentares e dirigentes, à intelectualidade em gestação, e ao professorado, cujo número se amplia.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico é um momento de inflexão no modo de contar a História de Santa Catarina, quando os falecidos surgem em socorro aos vivos no poder com suas experiências bem-sucedidas, atos de bravura, gestos de heroísmo, desprendimento, abnegação e altruísmo. O “geográfico” na denominação da nova instituição não é um mero acréscimo ou penduricalho. Vimos que o passo seguinte de José, sempre em comum acordo com Hercílio Luz, e outros interlocutores, foi o de buscar nos arquivos de Portugal os argumentos para assegurar a conquista de um território rico em pinheirais e erva-mate para o Estado catarinense. Tanto a história e a memória, como a geografia e o conhecimento do território tornam-se, em suas mãos importantes instrumentos de hegemonia política.

Aqui se configura claramente a ação de um intelectual agindo organicamente, sintonizado com os interesses do

Estado e as aspirações do grupo político que buscara, aliados para operar a exclusão das lideranças do antigo Partido Liberal, no embate político e na forças das armas, alçar-se e manter-se no poder. Tudo isso acompanhado de um discreto empenho na cooptação de antigas lideranças liberais e federalistas, visando sarar as feridas da violenta guerra civil ocorrida em Santa Catarina, ampliada com a eclosão da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada no Rio e a transformação da então Desterro na sede de um governo provisório separado da União.

Circulando no eixo Desterro (Florianópolis) e Rio, mantendo laços paulistas, José tece uma rede de sociabilidades de ampla envergadura, abrangendo vários estados, sobretudo via Institutos Históricos, e países, com o Esperanto, a Liga Vermelha e com os contatos pessoais e por cartas. Ao mesmo tempo, ele aprofunda o conhecimento sobre os fatos, as coisas e os personagens da política catarinense, desde os tempos do Império aos dias correntes, conhecimentos usados em benefício da permanência de seu grupo político no poder, executor de um ideário.

Mesmo que nos grandes centros o “literato” e o “bacharel” tenham sido batidos na competição com os jornalistas, engenheiros e médicos, em Santa Catarina,

eles tinham um papel a representar nas décadas iniciais do Século XX. Boiteux chegou a implantar cursos mais contemporâneos, formando odontólogos, farmacêuticos e construtores, mas foram a Academia de Letras e, mais tarde, a Faculdade de Direito que galvanizaram as atenções e os interesses. Ele compreendeu rapidamente a importância da demanda, outra característica do personagem, ou seja, a de aprender com os erros e estar sintonizado com as aspirações sociais, cedendo, adotando, incorporando sugestões, críticas e contribuições pertinentes.

A configuração da nova cidade de Florianópolis, a começar pela denominação, sempre esteve entre suas preocupações, impregnadas das concepções higienistas e sanitaristas surgidas com a República e apreendidas *in locus* no Rio de Janeiro. Aqui se incluem os esforços para o embelezamento dos espaços públicos, onde foram erguidas as estátuas e os bustos dos símbolos e dos heróis da nova ordem. Todos os novos hábitos de civilidade urbana, mais condizentes com o capitalismo nascente, encontram em Boiteux um difusor permanente e contumaz.

Ao falar de estátuas, bustos e hermas, estamos nos referindo à imagem e ao seu poder de transmissão de mensagens, apreendido desde a adolescência por José e usado com esmero e capricho, começando com o Hino,

a Bandeira e as Armas de Santa Catarina. Não foi sem motivo que José se relacionou tão de perto com artistas, sobretudo os escultores de seus monumentos, e com fotógrafos, reunindo em vida um acervo de aproximadamente dez mil imagens. Ele próprio tinha a sua câmera e contratava os serviços de terceiros.

As instituições são testadas em seu cotidiano, em suas tensões e contradições o dia a dia. Algumas sucumbem nos primeiros meses, outras permanecem. As que foram criadas por José Boiteux quase todas permaneceram, como o caso do Instituto Histórico, que passou por momentos de dificuldades, ora funcionando, ora adormecido. Quando se reestruturou com maior vigor nos anos de 1970, passou a ser questionado por uma geração de novos mestres e doutores surgidos na UFSC, na UDESC e em outras universidades, mas ele soube se adequar aos novos tempos, atrair práticas, discursos, escolas e historiadores e profissionais de outros ramos. Ou seja, ele se transformou para sobreviver.

No caso do Instituto Politécnico ocorreu um impasse, Boiteux tentou salvá-lo, porém os acontecimentos se precipitaram conduzindo os esforços para o que seria o núcleo da atual Universidade Federal de Santa Catarina. Dito de outra forma, há um José Boiteux firme nos propósitos, mas flexível em sua construção, sempre

aberto aos novos elementos, às informações e aos subsídios. No mínimo há um acervo precioso reunido ao longo de décadas, disponível aos pesquisadores. A Academia de Letras teve trajetória semelhante. Os monumentos permanecem nas praças e em outros ambientes, e, podemos até dizer que certo jeito de escrever a História ainda anima boa parte de nosso professorado e de setores da intelectualidade.

Essas permanências têm o dom de enfatizar a perenidade do nome e dos feitos de José (e de seus irmãos), cujas trajetórias ricas em ideias e em iniciativas fornecem os elementos estruturantes de uma complexa produção factual e um efetivo fazer cultural, tecidas com paciência por um intelectual organicamente vinculado à construção de uma nova ordem econômica, política e sociocultural como a vivida por ele. A crítica permanente, o espírito investigativo, a busca incessante por novos dados e elementos, estavam e continuam presentes, no Instituto e fora dele. Se questionamentos ocorrem, são dirigidos a instituições e a fazeres concretos que, não existindo, anularia o alvo de desconstruções.

Devemos ter em mente que José foi um homem de seu tempo e, como tal, algumas de suas ideias e iniciativas também foram rejeitadas, repelidas ou ridicularizadas, como se tem notícia. A tentação de comparar o personagem a um intelectual nos dias de hoje é danosa

em qualquer empreendimento cultural, ou seja, em que pesem as inovações das primeiras duas décadas do Século XX, a verdade é que José Boiteux, como vimos, se estruturou mentalmente com o cabedal de conhecimento disponível naquele tempo, reflexo do que fora o século anterior.

Só na virada do Século XX as antigas certezas começariam a se esvaír no campo da física, e daí para as Ciências Humanas, com a relatividade, os *quanta*, o princípio da incerteza e a teoria do caos, abalando paradigmas e conceitos da ciência clássica estabelecida desde Galileu e consolidada com Newton, Decartes e outros.

Urge acrescentar que José Boiteux poderia ser enquadrado no espectro da “direita” política, mas isso diria pouco ou quase nada sobre o personagem e sua ação e seu papel na construção de instituições. Segundo seus princípios digamos, “doutrinários”, as limitações conjunturais sociais e culturais, além das familiares e de compadrio, José foi um homem arrojado e não viveu um mar de rosas, nem teria ocasião para isso, devido aos múltiplos compromissos. Ao contrário, foi obrigado a um trabalho paciente, tecendo aos poucos sua obra, propondo novidades para a época, sendo os monumentos exemplos evidentes, ouvindo e lendo aqui e ali discretas ou escancaradas restrições e censuras.

Aos poucos os maledicentes se cansaram ou também eles, e outros, aos poucos, foram incorporando o que antes era novidade, tornando aquilo ordinário do dia a dia. Queiramos ou não, as marcas do empreendimento intelectual de José Boiteux continuam presentes, submetido ao natural questionamento e, talvez por isso mesmo, se torne “objeto” de abordagens acadêmicas e não acadêmicas. José soube como poucos responder aos desafios da conquista dos corações e mentes das elites e dos catarinenses em geral, munido do respaldo necessário às mudanças implementadas, nas diversas esferas: interna, do Estado, e pública, resumido no ideal de progresso, civilidade e urbanidade.

Ao contrário das estátuas, bustos e hermas, praças e jardins, saneamento e ponte Hercílio Luz, há um legado de Boiteux que não pode ser tocado ou olhado, mas que existe e influi, como as redes invisíveis ou dissimuladas de sociabilidades, de onde emergem a complexidade e a diversidade do pensar e do agir de José Arthur Boiteux.

Ao final da jornada de construção do perfil de um intelectual brasileiro, orgânico, lembramos aquilo que Jean de La Bruyère escreveu no Século XVII:

“A vida dos heróis enriqueceu a história, e a história embelezou as ações dos heróis. Assim, não sei quem são os maiores devedores: aqueles que escreveram a história para aqueles que lhes forneceram tão nobre assunto, ou esses grandes homens a seus historiadores”.

Sobre os autores

Celso Martins

É Bacharel e Licenciado em História (UDESC) e Jornalista Profissional (Ministério do Trabalho), atuou em veículos como “O Estado” e “A Notícia”. É Cidadão Honorário de Florianópolis (Câmara Municipal) e recebeu a Medalha da Vitória (Associação dos Ex-Combatentes da Segunda Guerra, SC) e o Diploma do Mérito Dakir Polidoro de Imprensa (Câmara Municipal/Associação Catarinense de Imprensa). Autor de “Os Comunas – Álvaro Ventura e o PCB Catarinense”, “Aninha virou Anita” , “Os quatro cantos do Sol – Operação Barriga Verde” e “O mato do tigre e o campo do gato – José Fabrício das Neves e o Combate do Irani”, entre outros. Atualmente é Editor-chefe do “Daqui na Rede Portal de Notícias” (Distrito de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis-SC) e realiza pesquisa sobre a memória da restauração das fortalezas de Florianópolis.

E-mail: celsodasilveira@gmail.com

Luis Carlos Cancellier de Olivo

É Doutor em Direito (UFSC) e professor Adjunto III de “Direito Administrativo” no curso de Graduação em Direito (UFSC); “Direito e Literatura” no Mestrado em Direito (PPGD) e “Direito Público” no mestrado profissional em Administração (PPGAU). Publicou “Direito e Internet: a regulamentação do ciberespaço”, “Reglobalização do Estado e da Sociedade em rede na era do Acesso”, “O estudo do direito através da literatura”, “Novas contribuições à pesquisa em direito e literatura” e coordenou a coleção “Direito e Literatura”, financiada pela FAPESC. É membro do Conselho Universitário da UFSC e do Conselho editorial da EdUFSC.

E-mail: cancellier@uol.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0629323465622136>